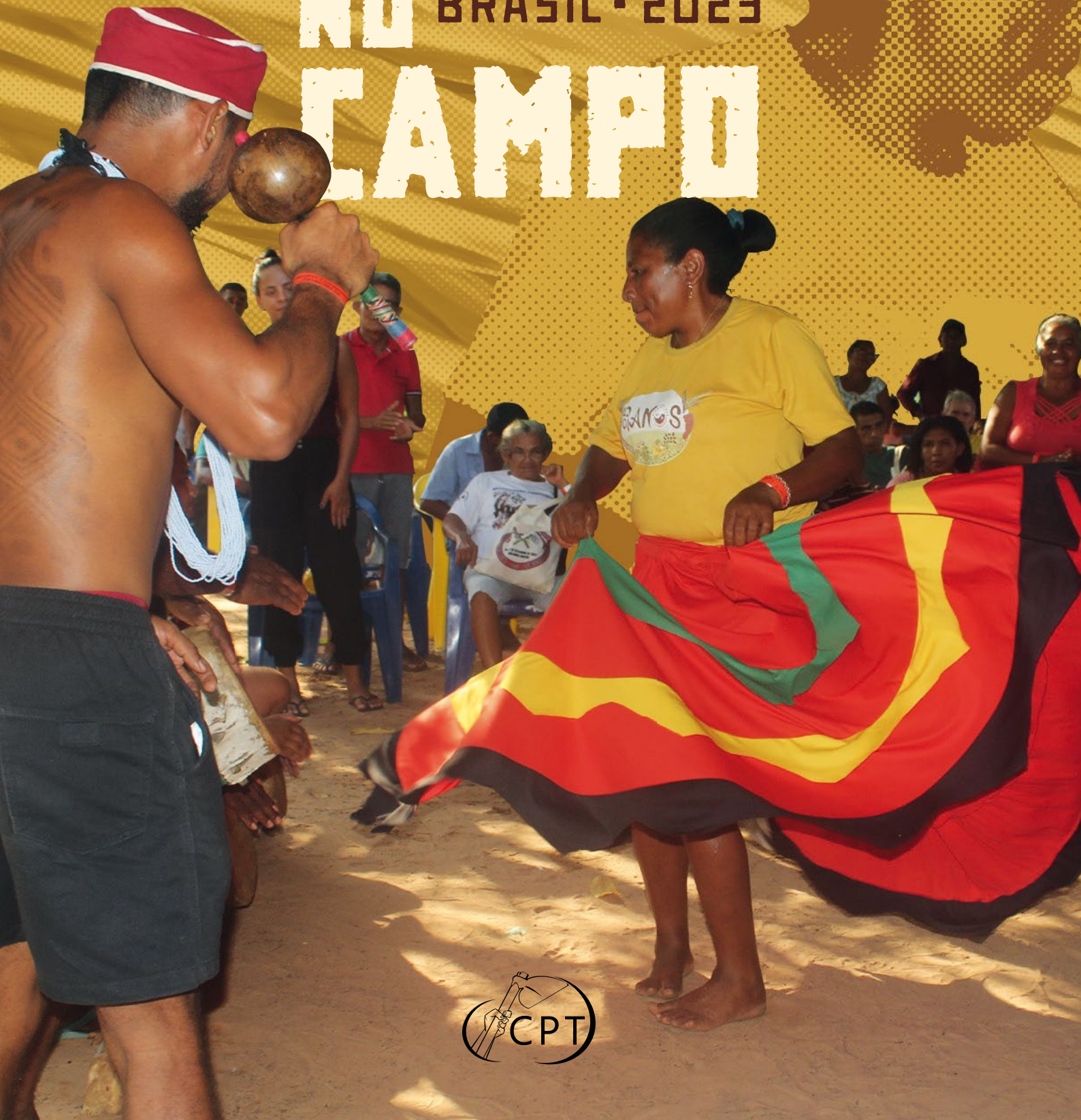


CONFLITOS NO BRASIL - 2023 CAMPO



**CONFLITOS
NO BRASIL - 2023
CAMPO**



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2023

É uma responsabilidade do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Goiânia-GO

Fone: (62) 4008-6466

Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB.

A **CPT** é membro da **Pax Christi Internacional**

Goiânia, abril de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo
CRB1: 2870

C748 Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : CPT Nacional, 2024. 214 p. : il., tabelas, gráficos, fotografias.

Inclui bibliografia.

ISSN: 1676-661X

1. Posse da terra – Brasil. 2. Trabalhadores rurais – Brasil. 3. Movimentos sociais – Brasil. 4. Conflito social – Brasil. 5. Violência – Brasil. I. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

CDD:333.3181

Diretoria da CPT

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira – Presidente

Dom Silvio Guterres Dutra - Vice-Presidente

Coordenação Executiva Nacional

Andréia Aparecida Silvério dos Santos

Isolete Wichinieski

José Carlos da Silva Lima

Ronilson Costa

Conselho Editorial

Antônio Canuto

Carlos Henrique da Silva

Carolina Motoki

Heloisa Sousa Carvalho

José Carlos da Silva Lima

Júlia Barbosa Lima Dias

Lira Furtado Moreno

Maria José Santos

José Plácido da Silva Júnior

Ronilson Costa

Tales dos Santos Pinto

Valéria Pereira Santos

Secretaria Nacional

Anna Karolyne Ribeiro Pereira Sales

Carlos Henrique da Silva

Daniel Calixto e Costa

Everton Antunes Benevides Filho

Fabiana Pereira da Silva

Flávio Marcos Gonçalves de Araújo

Gustavo Arruda Ribeiro

Heloisa Sousa Carvalho

Júlia Barbosa Lima Dias

Lira Furtado Moreno

Múria Carrijo Viana

Sarah Rodrigues da Silva Borges

Stéfanny Nobrega

Tales dos Santos Pinto

Zilclene de Sousa Macedo

Regionais

Darlene Braga/Célio Lima – Acre

Sisto Magro – Amapá

Maria Agostinha de Souza/Ana Virgínia de Monteiro dos Santos/Manuel do Carmo da Silva Campos/José Jorge Barros – Amazonas

Ludimila Carvalho dos Santos/Pedro Antônio Ribeiro – Araguaia/Tocantins

Roseilda Cruz da Conceição – Bahia

Cícero Claudiano Sobral do Nascimento – Ceará

Priscila Viana Alves/Samira Oliveira – Espírito Santo/Rio de Janeiro

Fábio José da Silva/Saulo Ferreira Reis – Goiás

Silmara Moraes dos Santos – Maranhão

Wellington Douglas Rodrigues da Silva/Edmar Barbosa da Silva – Mato Grosso

Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul

Letícia Aparecida Rocha/Gilsilene Maria Mendes – Minas Gerais

Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Alexandre Chaves Bezerra – Nordeste 2 (AL, PB, PE e RN)

Raione Lima Campos e Francisco Alan Santos Lima – Pará

Dirceu Fumagalli/Isabel Cristina Diniz – Paraná

Altamiran Lopes Ribeiro/Teresinha de Jesus Soares de Menezes Pereira – Piauí

Luiz Antônio Pasinato – Rio Grande do Sul

Josep Iborra Plans e Amanda Michalski – Rondônia

Vanessa Xavier da Silva - Roraima

Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (In Memoriam)

Geógrafo – UFF

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa

Sociólogo – UFG

Assessoria Administrativa

Agna Clarilea Santos da Silva

Cleusa Batista de Paula

Ludimila Lelis Ataidés

Marisa Tavares Feliciano

Miquicelany Linhares Gomes de Souza

Roberta César Araújo

Revisão de textos

Vinícius Pontes

Diagramação

Estúdio Massa

Seleção de fotos

Carlos Henrique da Silva

Heloisa Sousa Carvalho

Júlia Barbosa Lima Dias

Foto Capa

Ludimila Carvalho - Agente pastoral CPT Araguaia-Tocantins

Arte da capa

Estúdio Massa

Apoio

PPM - Pão Para o Mundo

CCFD - Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement

D&P - Development and Peace

Misereor

Fundação Ford

Clua – Climate and Land Use Alliance

	Apresentação	6
	Metodologia	10
	Organograma dos temas publicados	20
	Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2014 - 2023) ..	21
CONFLITOS NO CAMPO	Infográfico 1	23
	Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro	24
	<i>Paulo Alentejano, Luiz Jardim Wanderley, Karoline Santoro, Pedro Catanzaro da Rocha Leão, Amanda Guarniere Ribeiro, Vinícius Martins</i>	
	Tabela 2 - Conflitos no Campo	37
TERRA	Conflitos por terra e concentração de renda	105
	<i>Tales dos Santos Pinto</i>	
	Tabela 3 - Violência Contra a Ocupação e a Posse.....	118
	O mercado de carbono e os impactos negativos sobre as comunidades do campo	119
	<i>Carlos Augusto Pantoja Ramos</i>	
	Tabela 4 - Conflitos por Terra	129
ÁGUA	Povos e comunidades do campo: entre as águas que fluem para a Vida e as águas capturadas e contaminadas	131
	<i>Raquel Maria Rigotto e Aline do Monte Gurgel</i>	
	Tabela 5 - Conflitos pela Água.....	146
	Infográfico 2	147

TRABALHO	Infográfico 3	149
	As cadeias produtivas do trabalho escravo em 2023	150
	<i>André Campos e Carlos J. Barros</i>	
	Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas	153
VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA	O paradoxo da (geo)grafia da violência e da r-existência no campo brasileiro: o caso da mãe Bernadete	155
	<i>Rafaela Pinheiro de Almeida Neves</i>	
	Tabela 7 - Violência Contra a Pessoa	165
	Mercantilização da natureza, espiritualidades e práticas de enfrentamento	166
	<i>Flávio Lazzarin</i>	
	Tabela 8 - Assassinatos	170
	Tabela 9 - Tentativas de Assassinato	172
	Tabela 10 - Ameaças de Morte	174
MANIFESTAÇÕES	Manifestações: as ações de resistência ao Marco Temporal e o avanço das ações de retomada e das teias de organizações dos territórios indígenas e tradicionais	179
	<i>Kum'tum Gamela</i>	
	Tabela 11 - Manifestações	185
NOTAS EMITIDAS PELA CPT	Notas	187
	Listagem de Movimentos Sociais (2023)	206
	Fontes de pesquisa	208
	Dedicatória	214

Apresentação

Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel

você perguntará por que cantamos
[...]
se estamos longe como um horizonte
se lá ficaram as árvores e céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro

você perguntará por que cantamos
[...]
cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota

cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.

Mário Benedetti - Por que Cantamos

“Por que cantamos?”, perguntava Mário Benedetti, em um poema eivado de sofrimento e desesperança, no qual o canto não teria lugar diante dos sofrimentos da vida. Mas Benedetti também respondia com a esperança e com a força que o canto traz para as lutas, para os homens e mulheres militantes desta vida, que pretendem construir um mundo melhor.

Na edição do relatório *Conflitos no Campo Brasil 2023*, queremos presentear os leitores e as leitoras com a imagem da capa, que é a representação das (Re)existências populares. Ela retrata o tambor de crioula para os povos, com os corpos, cores, movimentos e sorrisos, e ao ler as análises presentes nesta publicação, os convidamos a compreender ao modo de Benedetti, porque dançamos.

Perguntam por que dançamos diante de 2.203 ocorrências de conflitos no campo. Dessas, a maioria sendo caracterizada pela violência dirigida às diversas comunidades da terra, das águas e das florestas. Os conflitos no campo atravessam a história do Brasil, mas, após o golpe contra o governo de Dilma Rousseff, em 2016, a situação no campo se agravou em conflictividade, com números acima das 1.500 ocorrências anuais, entre 2016 e 2018, e chegando a mais de 1.900 por ano entre 2019 e 2022. As ocorrências registradas em 2023 — o maior número da série histórica da Comissão Pastoral da Terra — apresentam uma taxa 8% superior às ocorrências documentadas em 2022, sendo que, nos últimos 10 anos, a violência no campo cresceu 60% em intensidade. A maior parte dos conflitos, em 2023, ocorreu na região Norte, representando 35% das ocorrências, e na região Nordeste, 32%. O Maranhão — território de origem do tambor de crioula — é o segundo estado com maior registro de conflitos entre 2014 e 2023, com 1.926 ocorrências, atrás apenas do Pará, com 1.999 ocorrências no mesmo recorte temporal.

Perguntam por que dançamos mesmo com o assassinato de Mãe Bernadete, mulher quilombola e ialorixá executada com 12 tiros, e de mais 30 pessoas que tive-

ram suas vidas ceifadas pela violência dos capitalistas neste ano. Mãe Bernadete liderava o Quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia, que teve 249 ocorrências de conflitos no campo, o maior número dentre os estados brasileiros. Assim como Mãe Bernadete, mais seis mulheres tombaram na luta por uma vida digna em seus territórios em 2023, e se somaram às outras 37 assassinadas nos últimos dez anos. E, no geral, quilombolas, como Mãe Bernadete, foram vítimas da violência fatal no campo 35 vezes nesses dez anos. Dentre essas, estava seu filho, Binho do Quilombo, por quem Mãe Bernadete lutava desde 2017 para descobrir os mandantes de seu assassinato. Assim como a ialorixá, que viveu durante anos ameaçada de morte, outras 218 pessoas sofreram ameaças em 2023. Por isso, Mãe Bernadete estava supostamente resguardada pelas políticas de proteção às defensoras de direitos humanos. Mas o Estado não a protegeu e não titulou, até hoje, o Quilombo Pitanga dos Palmares.

A falta de titulação dos quilombos, de demarcação dos territórios indígenas, de destinação de terras públicas e de desapropriação de latifúndios para a reforma agrária, bem como a não realização de consultas livres, prévias e informadas, é que faz com que os três níveis dos governos executivos sejam categorizados como omissos e coniventes. Em cerca de 261 ocorrências de violências, o Estado figura entre os agentes que mais causaram violências aos povos do campo, das águas e das florestas em 2023.

O Estado não protege a vida e nem garante as condições necessárias para a produção e a reprodução da vida em territórios livres da ação do agronegócio. Pelo contrário, continua fomentando a violência contra as comunidades por meio do direcionamento das forças policiais e paramilitares. Um exemplo, dentre vários, é a atuação do governo do estado de Goiás contra as ocupações e acampamentos das famílias sem-terra. No estado, foram registradas 167 ocorrências de conflitos no campo. Na tentativa de ocupar o lugar do ex-presidente como liderança da horda fascista que vem ganhando corpo desde o golpe de 2016, o gover-

nador de Goiás conseguiu a aprovação, na Assembleia Legislativa, e sancionou a lei Nº 22.419/2023, de sua autoria, para despejar, sem processos judiciais, as famílias que vivem acampadas há anos na beira das estradas à espera de terra para trabalhar e viver. Além disso, utilizou as forças policiais militares para impedir que uma área sob a responsabilidade do governo federal fosse ocupada.

Atuando à semelhança de pistoleiros, alguns policiais militares se unem a grupos paramilitares, armados por fazendeiros e empresários do campo, para intimidar e tentar expulsar as famílias em luta pelas terras por elas ocupadas. Assim, houve o registro, em 2023, de 264 ocorrências de pistolagem no país, ficando atrás apenas das 359 ocorrências de invasão neste ano. Se a União Democrática Ruralista (UDR), fundada pelo governador de Goiás há quase 40 anos, foi protagonista de ações temerárias e violentas, a sua nova roupagem, o Movimento Invasão Zero, vem coordenando a organização dos grupos armados para atacar as famílias em luta. Fundado em 2023 na Bahia de tantos conflitos nos últimos anos, o movimento já agiu fatalmente ao menos uma vez. Em janeiro de 2024, Nega Pataxó foi assassinada a tiros em ação de expulsão realizada por fazendeiros armados, com a presença de pistoleiros e policiais militares em área de retomada dos indígenas no sul do estado, após meses de ações contra diversas comunidades originárias e sem-terra.

Perguntam, insistentemente, por que dançamos, ao ver que nossos ventos e o nosso ar estão sendo mercantilizados. Imensos transtornos são causados a quem vive debaixo de um grande catavento moderno, usado para limpar a energia daqueles que nos causam sofrimento. Há outros tantos transtornos para quem perde a gestão sobre seu território em troca de uma renda ou de fogões de metal à lenha para compensar o carbono emitido por empresas em terras distantes, a maioria

além-mar. Tanto no Brasil quanto no Camboja, a fábula das soluções baseadas na natureza cria, também, a perversidade que leva, em muitos casos, a outras formas de subordinação dos territórios e aos conflitos internos nas comunidades. Com a mercantilização da natureza, as comunidades se deparam com novas formas de expropriação e exploração, com uma aura esverdeada dada pelo capitalismo em processo de reinvenção.

Ainda que tanta violência e mortes sejam infligidas e tanto sangue seja derramado, perguntam por que dançamos.

Dançamos porque a dança nos une e fortalece nossos laços comunitários necessários à organização para o enfrentamento dos inimigos. Os ritmos e os movimentos coletivos sincronizados das pessoas as preparam para ações comuns, aproximam os olhares e permitem conhecer mais sobre o que pensa e o que pode fazer cada companheira e companheiro em luta.

A possibilidade de brincar foi há muito reivindicação de escravizados contra a exploração do trabalho forçado e extenuante. Por volta de 1789, no sul desta mesma Bahia, um grupo de trabalhadores escravizados fugiu do Engenho de Santana de Ilhéus e se escondeu em uma área próxima. Para retornar ao trabalho, apresentaram reivindicações e, dentre elas, estava a liberdade de “brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença”¹. Para além de reivindicações relacionadas às condições de trabalho impostas, os escravizados pretendiam construir uma sociabilidade sem a intervenção do senhor, por meio do canto e do brincar.

A imagem de capa deste relatório permite vislumbrar o que seria esse momento de sociabilidade, pois o som das palmas, dos tambores e dos risos colocam em sintonia os participantes da roda. Da mesma for-

1. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

ma, a imagem que abre a seção sobre as manifestações expressa a sintonia dos movimentos das indígenas em dança-luta pela não aprovação do marco temporal. Ao forçar a aprovação da Lei do Marco Temporal, os capitalistas do campo querem dizer até que data os indígenas deveriam estar em um dado território para que o Estado garanta às comunidades originárias o direito às suas terras, às suas águas e às suas florestas.

Na dança pelas ruas das cidades, pelas estradas, pelos rios e pelas ferrovias, os povos originários deste país mostram que não aceitarão continuar a ser arrancados de seus territórios. Nas retomadas, mostram que irão resgatar outros territórios que estão nas mãos de fazendeiros e empresários. Assim como os posseiros e sem terra mostram que estão de volta na luta pela conquista de novas terras para que possam produzir com o suor de seu trabalho os alimentos para as mesas dos brasileiros, em mais 136 novos territórios conquistados em 2023. E que neles possam também folgar e cantar.

Dançamos ao som do tambor e maracá, cujas mãos negras e indígenas fazem vibrar o couro e a cabaça, que fazem ecoar ondas pela madeira e pelos ares. As mãos negras que proporcionam a música ancestral são as mesmas que criam os instrumentos para a dança e para o trabalho. E são essas mesmas mãos e corpos que são escravizados em diversas atividades no campo brasileiro, como na lavoura de cana-de-açúcar, desmatamento, vinícolas e carvoarias, demonstrando que há também uma saudosa herança escravocrata dos fazendeiros em controlar os trabalhadores do campo por meio do trabalho forçado. Apenas em 2023, 2.663 pessoas foram libertadas do trabalho escravo, em 251 casos fiscalizados e denunciados. Um dos casos mais emblemáticos é o das famosas vinícolas do Rio Grande do Sul, que só foi denunciado e fiscalizado após trabalhadores conseguirem, com suas danças, às ocultas, evadir do moderno cativo e do elétrico açoite para buscar a ajuda que libertaria seus companheiros.

Dançamos em movimentos circulares, com nossas saias cujas cores cintilam à luz do sol, reproduzindo os movimentos das águas que nos trazem vida e que são nossa própria vida. Nessa dança, são denunciadas a contaminação por agrotóxico e por minérios, a apropriação particular e a poluição, identificadas nas 225 ocorrências de conflitos por água registradas. Essas violências destroem os cursos d'água e impedem a reprodução dos usos históricos que as comunidades fazem dessa fonte da vida.

Os sons, os ritmos e as cores das nossas ancestralidades não são folclore. São, sim, narrativas políticas afetivas e projetos de vida, e não meramente racionais. A toada do tambor de crioula, como dizia o ancião quilombola Tapioca, carrega uma força ancestral que torna possível “ajuntar nosso povo pra continuar lutando pra viver”, já que, “com uma canção também se luta, irmão”.

Dançamos descalços, sobre a terra nua, e em comunhão com os que estão em volta, pois a riqueza que queremos acumular não deve ser restrita apenas a uma pequena elite que pretende controlar a imensidão do território brasileiro. Dançamos para que a riqueza seja repartida de modo igual. Dançamos para que os territórios sejam destinados de modo igual a todas e todos que neles trabalham e que deles necessitam para produzir e reproduzir sua vida.

Dançamos e cantamos, pois é nossa forma de viver. Dançaremos e cantaremos no mesmo ritmo e movimento, pois é nossa forma de lutar.

Conselho Editorial | Março de 2024

Metodologia

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba diversas categorias camponesas, entre estas comunidades tradicionais, assalariados rurais, indígenas e pescadores/pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.¹ Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades.

Já no final dos anos 1970, foi promovida uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os povos e suas comunidades. Os dados desta pesquisa foram sistematizados e publicados, em 1983, no livro *CPT: Pastoral e Compromisso*, uma coedição Editora Vozes-CPT, o qual incluiu relatos de conflitos até dezembro de 1982.

A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 iniciou a publicação anual intitulada *Conflitos no Campo Brasil*, com os registros das ocorrências de conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão, em fichas. Neste referido ano, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados, o dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT; os dados foram migrados para SQL server. Porém, per-

maneceram duas bases de dados separadas (uma até 1999 e outra a partir do ano 2000). Em 2018, iniciou-se uma nova reestruturação do banco de dados, visando a junção das duas bases de registros. Em 2020 tal união foi feita. Nasceu o Gaia, novo banco de dados em construção e análise, o qual reúne em si as ocorrências quantitativas e qualitativas publicadas pela CPT no decorrer dos 38 anos. Além do agrupamento das bases de dados, outrora separadas, o Gaia traz novas categorizações de registros. Outra dimensão importante é que este sistema unificou em um único modelo os dados registrados pela CPT desde 1985. Neste processo, foram necessários alguns ajustes metodológicos de forma a manter a consistência dos dados ao longo dos anos, os quais serão abordados posteriormente, bem como as mudanças ocorridas no contexto da Covid-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra-território e formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas, bem como sobre a defesa e conquista de direitos.

Os documentos dizem respeito a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou os que se referem aos conflitos que aconteceram de 1985 a 2007, já sistematizados em seu banco de dados. Estes foram identificados, organizados por temas e digitalizados. Por sua vez, os documentos anteriores ao banco de dados – período

1. Além das categorias citadas neste parágrafo, constam outras seguintes: assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros, caçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), povos indígenas etc. A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais, ou assentados, sem-terra, indígenas etc. A partir de 2020 houve alterações na categorização de Lideranças.

de 1960 a 1985 – foram digitalizados e organizados por datas, sem registros de ocorrências quantitativas e qualitativas das informações. Os documentos referentes aos conflitos a partir de 2008 já foram adquiridos em forma digital, bem como identificados, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt, e posteriormente no Gaia. No momento, o acesso virtual aos documentos digitalizados encontra-se suspenso diante da necessidade de sua adequação a uma nova política de tratamento dos dados e à possível migração para uma nova plataforma, que esteja de acordo com as regras arquivísticas internacionais.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta por terra, água, trabalho é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o

trabalhador, a trabalhadora, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores e trabalhadoras de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta e conceitos que fundamentam os registros

A Comissão Pastoral da Terra registra conflitos, os quais são entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores, ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Nesse sentido, os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, pela água, conflitos trabalhistas, em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo

e conflitos sindicais. Até o ano de 1999 registrou-se conflitos relacionados a política agrícola. Nas duas últimas décadas, praticamente não se tem registro de conflitos em tempos de seca, sindical e garimpo. Os casos de garimpo atualmente estão relacionados mais às violências contra as comunidades e ao meio ambiente do que às violências sofridas pelos garimpeiros, situação que levou a CPT, no passado, a registrar este tipo de conflito.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc.

As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas, reivindicam assentamentos. Além disso, os povos indígenas e comunidades tradicionais também formam acampamentos na luta pela retomada de seus territórios. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no país.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em

que a relação trabalho versus capital indicam a existência de trabalho escravo e superexploração. As greves também integram o conjunto dos conflitos trabalhistas (ver adiante).

Na compreensão do que é **Trabalho escravo**, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Ações de Resistência (Manifestações por Direitos Trabalhistas): A partir de 2018, com o processo de reestruturação do banco de dados, decidiu-se que as greves por melhorias nas condições de trabalho, relacionadas às questões de segurança, benefícios trabalhistas ou salariais rurais, bem como para impedir a desvalorização e desproteção do trabalho, ou a perda dos benefícios vigentes, serão novamente integradas ao conjunto dos conflitos trabalhistas.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que

lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os povos camponeses: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões, agressões e outras.

As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

As manifestações também sofreram mudanças significativas no contexto da Covid-19, pois no mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu o distanciamento social como uma das medidas mais importantes e eficazes para reduzir o avanço do vírus SARS-CoV-2. Tal distanciamento exigiu a redução de circulação de pessoas em espaços coletivos públicos (ruas e praças) ou privados (sho-

ppings, shows etc.), ou seja, a não aglomeração. Com isso, os povos do campo e suas organizações paralisaram as manifestações presenciais, porém adotaram manifestações virtuais como instrumentos legítimos de denúncia e luta contra as mais variadas formas de violências aos seus territórios. Apesar de as manifestações virtuais romperem com a dimensão de espaço e sujeitos sociais compreendidos historicamente pela CPT, as que apresentaram pautas reivindicatórias concretas dos povos do campo e suas organizações, com intencionalidade de denunciar uma determinada violência contra uma comunidade específica e de protestar contra ações e políticas que violentam os modos de vida dos povos do campo, criminalizando as suas lutas, foram incorporadas aos registros.

Outra mudança nas manifestações em contexto de pandemia foi que agenda de lutas históricas, a título de exemplo a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, foram revertidas para ações de solidariedade, entre estas, doação de alimentos, pautando a reforma agrária, a agroecologia, a redução dos efeitos da fome, entre outras dimensões. Plantio de árvores que denunciaram a destruição ambiental por parte do agronegócio, da mineração etc. e pautaram o entendimento que reforma agrária é sinônimo de alimentação saudável e de cuidado com os bens comuns da natureza também integraram o conjunto das manifestações a partir de 2020.

Por **Violência** entende-se o constrangimento, danos materiais ou imateriais; destruição física ou moral exercidos sobre os povos do campo e pessoas aliadas. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

A partir do ano de 2020, com o novo banco de dados (Gaia), começou-se a sistematizar quantitativamente violências relacionadas ao desmatamento ilegal, impedimento de acesso às áreas de uso coletivo e às violações nas condições de existência e a partir de 2021 passou-se a registrar os incêndios como violências

contra as famílias. Outras modalidades nesse quesito incorporadas ao banco de dados foram violências relacionadas a sexo, gênero e sexualidade², bem como à raça/cor/etnia e às criminalizações³.

Mortes e contaminações pela Covid-19, dos povos do campo e suas organizações, também foram registradas no banco de dados da CPT, porém o Conselho Nacional da CPT deliberou, no mês de novembro de 2020, que as mesmas não seriam incluídas no total dos conflitos no campo, ou seja, não seriam contadas como conflitos na série histórica. A partir dessa decisão criou-se um instrumento de inserção no banco de dados denominado violência fora do Caderno de Conflitos.

A CPT entende que questões ambientais e direitos humanos podem estar presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação.

1 Ambiente representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presente. A CPT, também considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido, quando identifica e apresenta a existência de um conflito no espaço rural, especificamente neste espa-

ço, entende que há, também, um conflito ambiental.

2 Direitos humanos. A CPT, sendo signatária do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)⁴.

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas nos cadernos Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em leis, declarações, estudos, censos.

Como a CPT documenta e objetiva a sistematização dos dados

Os registros são feitos por meio de pesquisas primária e secundária. Ressalta-se que para o centro de docu-

2. Conforme publicação Amor na Vitrine, autoria de Regina Navarro Lins, o sexo é biológico (homens, mulheres, intersexuais), a sexualidade está relacionada ao desejo de cada pessoa e o gênero é como nos percebemos e queremos ser identificados no mundo.

3. Os conceitos relacionados às violências estão sistematizados no Tutorial do Centro de Documentação da CPT.

4. Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134

mentação da CPT são três os objetivos ao se fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT. Além dos agentes da CPT, documentos oficiais, denúncias dos próprios camponeses e de movimentos sociais populares relatadas em seus veículos de comunicação e nas redes sociais, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.); 2. buscar fontes secundárias, por meio da clibagem virtual⁵ em várias mídias de conteúdo público (jornais, revistas, sites de notícias, blogs, rádios, televisão, redes sociais, podcasts e plataformas de streaming, como o YouTube, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros.); 3. processar, sistematizar e analisar os dados, transformando-os em registros de denúncias das violações de direitos cometidas contra os camponeses e suas organizações, bem como as resistências perpetradas pelos mesmos, na defesa dos seus modos de ser, e da produção e reprodução da vida.

A pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações.

Após a obtenção destes materiais o ato de “Documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]”.

Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111), que é fundamentar denúncias das violências sofridas pelos povos e comunidades do campo, bem como cuidar das memórias das resistências e lutas das várias identidades camponesas, para que as causas da vida não caiam no esquecimento.

Por fim, o objeto de pesquisa do centro de documentação são os documentos enumerados anteriormente. Uma vez processados busca-se analisar os conflitos e as violências sofridas em espaços rurais e urbanos que envolvam ações dos povos e comunidades da terra, das águas e suas organizações.

Critérios de inclusão e exclusão

Como primeiro critério de inclusão no banco de dados, tem-se que as informações são obtidas por meio de pesquisas primária e secundária, conforme descrição feita anteriormente. Uma vez identificando-se a existência de conflito nesses documentos a ocorrência é registrada.

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelas Secretarias Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Nos casos que um mesmo conflito possui várias ocorrências de resistências e violências no decorrer do ano, registra-se todos os acontecimentos. Porém, na soma total dos conflitos, o número de famílias será considerado

5. O serviço de clibagem virtual no Centro de Documentação da CPT iniciou-se em abril de 2004. Antes, fazia-se recortes de revistas e jornais impressos no próprio Centro de Documentação da entidade. Sendo que, o mesmo trabalho era feito nas Secretarias Regionais da CPT e as cópias dos documentos clibados eram remetidas para a Secretaria Nacional via agência dos Correios. Além disso, a CPT tinha contrato com empresa de clibagem, a qual enviava mensalmente para a Secretaria Nacional um pacote com documentos relacionados aos conflitos no campo e à questão agrária.

apenas uma vez – que é o maior número do qual se teve informação. O mesmo não ocorre para as violências sistemáticas contra as famílias. Ou seja, se as famílias de uma mesma comunidade foram vítimas de destruição de casas, pistolagem, invasões etc. várias vezes durante o ano, na soma total considera-se todas as violências sofridas.

Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano, ou na data do documento pesquisado.

Situações de violência e conflitos que envolvam povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida tradicional são registrados e contabilizados.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum fato novo que indique a continuidade dos mesmos.

São excluídos dos registros

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo;

2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, defendem um modo de vida tradicional.

3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,

4. Casos de trabalho escravo em atividades urbanas (são citados na publicação como nota de rodapé).

O banco de dados

As informações são organizadas por meio de formulários temáticos do **Gaia**⁶ – **Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra** - e são sistematizadas em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito elabora-se textos de históricos, os quais reúnem as informações que lhe são características, possibilitando fundamentações de análises.

Importante destacar que o processo de inserção e revisão dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento na época do fato. Assim sendo, a partir do Caderno de Conflitos ano 2020, tendo em vista instrumentos facilitadores do Gaia, a tabela 1 (Comparação dos Conflitos no Campo Brasil), será publicada a partir de registros atualizados no banco de dados, e não mais de informações das publicações anuais. Dessa forma, ao compararmos a Tabela 1 deste ano com os relatórios Conflitos no Campo Brasil de edições anteriores, iremos notar algumas dife-

6. A equipe do Centro de Documentação da CPT começou a registrar conflitos no Gaia a partir do dia 27 de julho de 2020.

renças: é esperado que o número de conflitos, assassinatos, hectares etc. sejam maiores do que os publicados nos relatórios passados. Isso se explica pois há a inserção de conflitos após o fechamento do relatório. Porém, excepcionalmente o número de Pessoas Envolvidas em Conflitos por Terra teve uma redução em relação a alguns anos anteriores. Foi verificada uma inconsistência neste cálculo nos cadernos até 2018. A metodologia atual considera, em cada conflito, apenas o maior número de famílias registrado no ano. Assim, casos em que um determinado ano tenha havido uma ocupação com 500 famílias, e um despejo com 600 famílias, o número de famílias considerados neste conflito no ano é de 600, a título de exemplo. Outro ajuste metodológico que incide na Tabela 1 é que até 2018, considerava-se 5 pessoas por família. De 2019 em diante, passou-se a considerar 4 pessoas por família.

A composição das famílias

O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...]. “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996)”. (IBGE, 2010).

Estrutura do Banco de Dados – Gaia

Do Banco de Dados tiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa e atendimento à pesquisa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

Áreas em conflito, Ocorrências de conflitos por terra, Ocupações/Retomadas e Acampamentos. Os dados das três últimas tabelas são agrupados em uma tabela síntese denominada “Violência contra Ocupação e a Posse”, compreendendo o eixo Terra.

Além do eixo Terra, disponibiliza-se tabelas com a listagem dos Conflitos pela Água, dos Conflitos Trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e **Ações de Resistência**), de assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte. Por fim, uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, na qual além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência de conflito, torturas, prisões, agressões físicas/ferimentos.

Por último, uma tabela em que estão registradas as Manifestações de Luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título **Conflitos no Campo Brasil**. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 – Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro. Ressalta-se: a partir do Caderno de Conflitos ano 2020, tal tabela conterá registros atualizados no banco de dados, e não mais informações

7. Tem a morte como resultado, porém a mesma não decorre do homicídio em si, mas de outras violências no contexto do conflito. Por exemplo: numa ação de despejo, alguém infarta e vem a óbito.

das publicações anuais, conforme mencionado anteriormente.

TABELA 2 – Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 – Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta o número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de grileiros, fazendeiros, mineiradoras, madeireiras etc.

TABELA 4 – Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 – Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 – Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo Rural: cons-

ta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 – Violência contra a Pessoa

Agrupar a quantidade das ocorrências registradas em todos os eixos de conflitos no campo, entre estes Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, as mortes em consequência de conflitos, as ameaças de morte, bem como as torturas, prisões e agressões.

TABELAS 8, 9 e 10 – Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome da vítima, quantidade, idade e categoria da vítima. A partir do ano de 2022, as tabelas referentes às tentativas de assassinato e ameaças de morte passaram a ser publicadas sem a coluna com o nome da vítima, levando em consideração quesitos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

TABELA 11 – Manifestações

Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes pastorais da CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. **O estudo como forma de pesquisa**. In.: Construindo o saber. CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. **Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas**. In: _____. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.803.htm

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Senso Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

LINS, Regina Navarro. **Amor na vitrine – um olhar sobre as relações amorosas contemporâneas**. E ed. Rio de Janeiro. Editora Best Seller. 2021.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma dos temas publicados

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

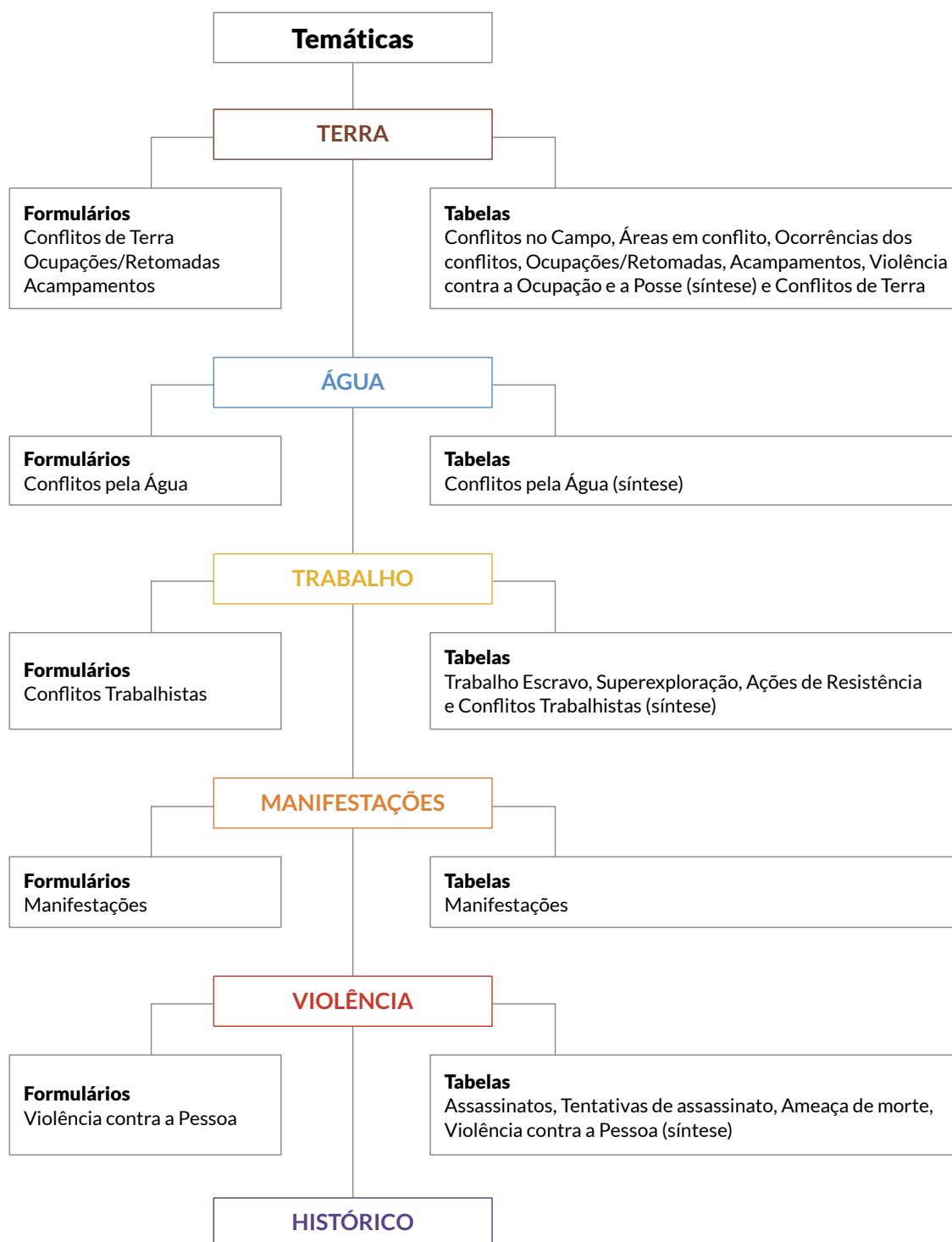


TABELA 1 Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2014 - 2023)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CONFLITOS POR TERRA										
Ocorrências ⁽¹⁾	874	866	1.136	1.047	1.014	1.312	1.632	1.300	1.523	1.588
Ocupações/ Retomadas	223	234	224	196	159	46	35	53	74	119
Acampamentos	22	30	25	13	22	6	3	3	5	17
Total ⁽²⁾	1.119	1.130	1.385	1.256	1.195	1.364	1.670	1.356	1.602	1.724
Assassinatos	37	47	61	71	27	27	15	36	43	31
Pessoas Envolvidas	539.435	562.220	652.760	613.375	621.985	623.016	710.580	695.328	738.088	749.228
Hectares	27.681.086	42.104.746	41.677.135	46.278.981	47.970.546	60.053.784	79.485.787	74.645.855	81.243.217	59.442.784
CONFLITOS TRABALHISTAS										
Trabalho Escravo Rural	132	80	68	67	86	89	95	170	206	251
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.070	2.035	2.605	2.989
Superexploração	11	6	1	-	5	1	-	-	2	-
Assassinatos	-	1	1	-	2	3	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	294	125	2	-	14	3	-	-	3	-
Total	143	86	69	67	91	90	95	170	208	251
CONFLITOS PELA ÁGUA										
Conflitos	137	163	182	201	281	509	365	312	228	225
Assassinatos	-	2	2	1	1	2	6	-	4	-
Pessoas Envolvidas	205.260	218.925	224.680	203.155	379.435	321.104	231.176	227.680	178.844	197.096
OUTROS⁽³⁾										
Conflitos	-	1	-	-	-	-	-	-	12	3
Assassinatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Envolvidas	-	16	-	-	-	-	-	-	4.016	1.534
TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL										
Conflitos	1.399	1.380	1.636	1.524	1.567	1.963	2.130	1.838	2.050	2.203
Assassinatos	37	50	64	72	30	32	21	36	47	31
Pessoas Envolvidas	747.483	783.046	878.193	817.062	1.002.899	945.003	942.826	925.043	923.556	950.847
Hectares	27.681.086	42.104.746	41.677.135	46.278.981	47.970.546	60.053.784	79.485.787	74.645.855	81.243.217	59.442.784

1. Os dados do número de Ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões etc. | 2. Em 2023, foram registrados, no total, 1.724 ocorrências de conflitos por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um dos desdobramentos corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 1.095. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br. | 3. Outros: Conflitos em Tempos de Seca e Garimpo.



Foto: Felipe Correia

CONFLITOS NO CAMPO

PANORAMA DOS CONFLITOS NO CAMPO 2023

TOTAL DA SÉRIE HISTÓRICA (últimos 10 anos)

Conflitos no Campo

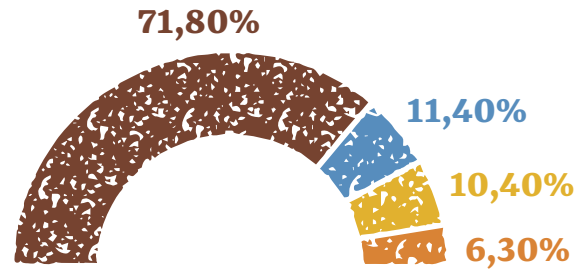


Assassinatos



DESTAQUES DE 2023:

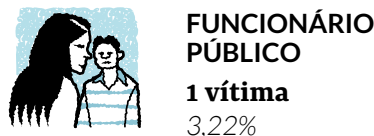
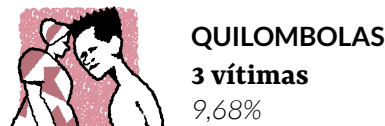
Tipos de Ocorrências (%)



Os dados da violência no campo vêm em ritmo crescente nos últimos 10 anos, com destaque para as ocorrências:



Categoria que mais sofreu com assassinatos



Embora os dados totais de assassinato em 2023 apresentem queda de 34%, na região da **AMACRO** o **total de assassinatos dos últimos 2 anos se manteve igual.**

DADOS DE ASSASSINATOS AMACRO 2023:

■ Dos **31** assassinatos, 8 foram na região, sendo **5** causados por grileiros.

■ Dentre as **9** vítimas da categoria "Sem Terra", **5** delas são dessa região.

Região Amacro

Também chamada de Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira, a região abrange 32 municípios do Amazonas, Acre e Rondônia.



Prometida como "modelo" de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade, tornou-se epicentro de grilagem para exploração madeireira e criação de gado, com altas taxas de desmatamento, queimadas e conflitos.

Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023)

Paulo Alentejano | Luiz Jardim Wanderley | Karoline Santoro | Pedro Catanzaro da Rocha Leão | Amanda Guarniere Ribeiro | Vinícius Martins

Esse texto de integrantes do LEMTO/UFF e do GeoAgrária/UERJ é uma homenagem ao nosso querido amigo, mestre e militante Carlos Walter Porto-Gonçalves, que deixou este plano terrestre em 2023. Nossas palavras ecoam seus ensinamentos na construção de outro mundo, junto com os de baixo, em defesa da natureza e contra as desigualdades.

Carlos Walter. Presente!

Introdução

A década de 2010 foi marcada pela contrarreforma agrária e pelo aprofundamento da hegemonia do agronegócio, da mineração e dos projetos energéticos no campo brasileiro. O início da década de 2020 segue a mesma toada.

Quando a política agrária fortalece o latifúndio e os agentes hegemônicos no campo, aumentando a concentração da terra, ampliando a expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas e populações tradi-

cionais e intensificando a destruição da natureza, estamos diante da contrarreforma agrária. Foi o que ocorreu no Brasil desde meados dos anos 2000 e se acentuou sob o governo Bolsonaro¹.

A contrarreforma agrária se materializa em quatro dimensões fundamentais: (1) o avanço da concentração fundiária; (2) a intensificação da grilagem de terras, inclusive sobre terras tradicionalmente ocupadas; (3) o abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras; e (4) o desmonte de políticas públicas e de apoio à fixação dos trabalhadores no campo.

A hegemonia do agronegócio e da mineração, por sua vez, se concretiza: (1) no avanço da produção e exportação de commodities; (2) no fortalecimento político de suas organizações e representações; (3) na difusão cada vez mais ampla de sua ideologia; (4) na implementação de políticas, financiamentos e legislações voltadas ao favorecimento desses setores.

Buscaremos neste texto, amparados nos dados re-

1. Ver ALENTEJANO, P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho Necessário*, v. 20. n. 41. 2022; PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Contrarreforma na lei e na marra? Brasil (2015-2017). *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 26-89, 2018; PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Expropriação, Violência e R-Existência: uma geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2021). *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 86-102, 2022.

gistrados pela CPT sobre os conflitos no campo brasileiro, demonstrar como a contrarreforma agrária e o avanço da hegemonia dos setores exportadores de bens primários combinados são os principais responsáveis pelo grande crescimento dos conflitos no campo verificados nos últimos anos, associado à uma conjuntura de ruptura política e expansão do discurso conservador, violento e criminoso, capacitado pelo bolsonarismo.

1. Contrarreforma agrária em curso

A contrarreforma agrária associa-se no Brasil a uma nova rodada expropriatória², na qual o capitalismo em crise busca recuperar fôlego. Processos históricos como a concentração fundiária, a expansão da monocultura, a prioridade conferida à exportação de produtos primários, a superexploração do trabalho, a devastação ambiental e a violência, são exacerbados, reforçando a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e bloqueando a superação da condição dependente e periférica.

1.1 Concentração fundiária e grilagem de terras

Segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE³, as grandes propriedades, estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares (ha), representam 47,5% da área ocupada e correspondem a apenas 1% dos estabelecimentos, pouco mais de 50 mil. Entre 2006 e 2017, 16,5 milhões de ha foram incorporados pelos latifúndios. Por outro lado, os pequenos produ-

tores, que têm até dez hectares, representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área.

Os imóveis rurais com mais de 15 módulos fiscais, declarados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra⁴ em 2018, somavam 471,2 milhões de ha. Essa obscena apropriação de mais da metade do território nacional, é quase o dobro de dois anos antes, e indica incorporação ilegal de terras por meio da grilagem. Quando comparamos a área dos imóveis rurais declarados ao SNCR, em 2003 e 2018, com a área territorial do país, verificamos um incremento impressionante, passando de menos de 50% para mais de 90%.

Ora, no território brasileiro não existem apenas imóveis rurais, há também áreas indígenas, unidades de conservação, cidades, estradas, rios, lagos, lagoas, etc. Considerando apenas as Unidades de Conservação Terrestres de Proteção Integral (UCPIs) e as terras indígenas (TIs) – nas quais não podem existir imóveis rurais – temos um total de 205,7 milhões de hectares ou 24% do território nacional (EMBRAPA, 2019)⁵. A conclusão é óbvia: estão sendo declaradas no cadastro do Incra como propriedades privadas áreas que são públicas, dentre as quais as pertencentes aos povos tradicionais.

Este processo de grilagem cadastral de terras se casa com recorrentes medidas legislativas que visam legalizar a apropriação irregular de terras, como: a Lei nº 11.952/2009, que instituiu o Programa Terra Legal na

2. Ver FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo** – teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010 e BARTRA, Armando. **Con los pies sobre la tierra: despojo y resistencia en los territorios**. Ciudad de México. UAM/Ithaca, 2015.

3. O último Censo Agropecuário do IBGE foi realizado em 2017. Para uma análise crítica do Censo, recomendamos o livro de MITIDIERO, JR., Marco Antonio. **O Censo Agropecuário de 2017: o que revela o Censo do golpe?** Marília: Lutas Anticapital, 2012.

4. Os últimos dados disponibilizados na página do Incra acerca da estrutura fundiária brasileira referem-se ao ano de 2018. Vale destacar que o SNCR é autodeclaratório e não há averiguação da veracidade dos dados.

5. <https://www.embrapa.br/car/sintese>. Acessado em 05/03/2024

Amazônia; a Lei 13.465/2017, que ampliava o limite das terras que podiam ser regularizadas e estendia essa possibilidade para todo o país; e diferentes propostas em tramitação - o Projeto de Lei 2633/2020 (PL da Grilagem) e o PLS 510/2021 que dispõe sobre a regularização fundiária de terras da União ocupadas, amplia a titulação dessas terras, dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada e anistia ocupações ilegais feitas até 2014.

1.2 Abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras.

A redistribuição remete à desapropriação de latifúndios e à destinação destas terras para a criação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, ou ainda a outras formas de obtenção de terras que possam ser acionadas com esse fim. Entretanto, nos casos de arrecadação de terras públicas ou compra de terras, os impactos redistributivos são menores. O reconhecimento refere-se à destinação, para povos originários, comunidades quilombolas, grupos tradicionais ou camponeses, de terras que estes já ocupavam ou que destas tenham sido expulsos, e que com o ato de reconhecimento e demarcação passam a ter direito legal.

Ao longo das décadas de 2010 e 2020, os dados indicam uma forte retração tanto das ações de redistribuição, como de reconhecimento de terras, tendo essas ações atingido os mais baixos níveis no governo Bolsonaro.

Os dados do Incra revelam que o número de desapropriações de terra caiu drasticamente. Enquanto nos dois primeiros mandatos do presidente Lula foram decretadas 1.988 desapropriações de terra para reforma agrária, no período Dilma foram apenas 237, no

governo Temer apenas 5 e nenhuma no governo Bolsonaro. Também no caso da criação de assentamentos a queda foi vertiginosa: de 3.544 nos dois primeiros governos Lula para 612 com Dilma, 110 no governo Temer e apenas 20 no período Bolsonaro.⁶

Não é diferente o panorama em relação aos Territórios Quilombolas (TQs). Dilma criou 69 TQs, Temer reconheceu 15 TQs e no governo Bolsonaro 4 foram reconhecidos.⁷

Finalmente, no caso das Terras Indígenas (TIs) também temos o mesmo cenário. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), existem 1.296 terras indígenas no Brasil, sendo que 530 sem qualquer ação do Estado brasileiro visando sua demarcação. As terras demarcadas são 401 e outras 306 tiveram o processo demarcatório iniciado, mas não concluído. Há ainda 65 terras indígenas que não se enquadram na categoria de terra tradicional. Vale ressaltar que a maioria das terras indígenas foi demarcada nos anos 1990. Nos dois primeiros governos Lula foram homologadas 79 TIs, Dilma homologou 21 TIs e Temer e Bolsonaro nenhuma.⁸

Para agravar ainda mais o cenário referente às políticas fundiárias, os governos Temer e Bolsonaro colocaram como prioridade a distribuição de títulos definitivos para as famílias assentadas, com o mal disfarçado objetivo de recolocá-las no mercado, propiciando assim a reconcentração fundiária.

1.3 - Desmonte das políticas públicas para o campo

Por fim, cabe destacar o desmonte de um conjunto de políticas criadas para apoiar a produção e a vida

6. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acessado em 07.03.2024.

7. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas>. Acessado em 07.03.2024.

8. Disponível em <https://cimi.org.br/terras-indigenas>. Acessado em 07.03.2024.

no campo nas últimas décadas. Durante os governos Temer e Bolsonaro foram extintas ou completamente esvaziadas políticas de assistência técnica, apoio à comercialização, educação, difusão da agroecologia, etc. O desmonte começou com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo Temer e ampliou-se no governo Bolsonaro quando o Incra foi transferido para o Ministério da Agricultura. Políticas que não foram extintas, foram esvaziadas ou inviabilizadas pela redução drástica do orçamento.

A contrarreforma agrária em curso no Brasil, conforme evidenciado acima, coaduna-se com o processo de fortalecimento da hegemonia do agronegócio no campo brasileiro, assim como da mineração, cujos traços fundamentais buscaremos apontar de forma breve na próxima seção.

2. Fortalecimento da hegemonia do agronegócio e da mineração no campo brasileiro

Diante da crise cambial de 1998/1999, o governo estimulou as exportações para obter saldos na balança comercial a fim de abater as dívidas do país. O agronegócio e a mineração, livres do pagamento de impostos sobre exportação, desde a Lei Complementar 87/1996 (conhecida como Lei Kandir), foram os setores mais estimulados, redundando na reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Impulsionado pelo crescimento da economia chinesa, houve um expressivo aumento da demanda mundial por commodities na década de 2000. Com isso, as exportações brasileiras de produtos primários aumentaram significativamente em quantidade e valor, fortalecendo o agromineronegócio. O valor médio anual

das exportações passou de 50 bilhões de dólares no período 1995/99 para cerca de 224 bilhões no fim da década de 2010, com a participação dos produtos básicos passando de 25% para 53% da pauta de exportações, em 2019, consistindo numa reprimarização do comércio exterior.⁹

Uma das maiores evidências é o crescimento da área plantada das principais commodities, soja, milho e cana-de-açúcar, bem como do rebanho bovino e das áreas ocupadas pela mineração.

A estratégia de ancorar a economia na exportação de commodities não foi exclusiva do Brasil, disseminando-se por toda a América Latina, configurando uma espécie de consenso político e ideológico, de que a única via possível para o desenvolvimento é a exploração em grande escala de recursos naturais como produtos primários para a indústria externa, o que Svampa (2013) denominou de “consenso das commodities”¹⁰.

No caso brasileiro, para o crescimento do setor primário exportador contribuiu, decisivamente, a adoção de um conjunto de políticas: trabalhistas, que promoveram a flexibilização das relações de trabalho; ambientais, cujos marcos regulatórios foram flexibilizados; de infraestrutura, para escoamento da produção; de ordenamento territorial e regularização fundiária; e de financiamento, via empréstimos diretos a juros baixos e isenções fiscais (Heredia, Leite e Palmeira, 2010)¹¹.

Neste contexto, o agronegócio e a mineração são elevados à condição de pilares da economia brasileira, ainda que a participação direta no produto interno bruto seja irrisória. Ao mesmo tempo, a reforma agrá-

9. Para mais detalhes ver DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

10. SVAMPA, Maristela. “Consenso de los commodities” y linguagens de valorização em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n 244, 2013.

11. HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sergio Pereira; PALMEIRA, Moacir. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010. 12. <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>

ria é apresentada como anacrônica e os movimentos sociais do campo como violentos e atrasados.

No rastro da expansão do agronegócio e da mineração há também o fortalecimento político. Ambos sempre tiveram seus representantes ocupando cargos no executivo federal e gozaram de orçamentos vultosos, em especial para financiamento do setor. Outra expressão política é o crescente poder da Bancada Ruralista, denominada oficialmente de Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), maior e mais influente bancada setorial do parlamento brasileiro. A bancada vem crescendo a cada legislatura. Do seu início em 2023, soma 324 deputados e 50 senadores, o que corresponde a mais de 60% da Câmara e do Senado¹². A bancada da mineração tem bem menos representantes no parlamento, embora também seja expressiva, com 184 deputados e 13 senadores¹³.

Por fim, cabe registrar a crescente influência ideológica do agronegócio, expressa nas inúmeras campanhas publicitárias que enaltecem o setor, na difusão de padrões culturais tão bem analisada por Chã¹⁴ e nas ações educativas que se multiplicaram nas últimas décadas.¹⁵ Por outro lado, a mineração, apesar do grande investimento na imagem do setor, teve sua reputação marcada por grandes desastres sociais e ambientais na última década, em particular no rio Doce, no rio Paraopeba, em Minas Gerais; em Barcarena, no Pará; e em Maceió, Alagoas.

3. Geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023)

Os dados de conflitos no campo brasileiro no período (2014-2023) apontam para a manutenção de um modo de desenvolvimento capitalista que está necessariamente vinculado à violência e à expropriação sobre os territórios e corpos. Em análises anteriores, apontamos que desde 2015 estamos vivenciando um momento de aguda conflitividade no espaço agrário brasileiro, marcado primordialmente pela expansão do agrominerohidronegócio sobre diferentes territórios¹⁶.

Esse período da ruptura política tem como efeito o despudor dos agentes hegemônicos contra os direitos e vidas dos povos do campo, o fim das políticas públicas para os pobres e a inação do poder público quanto ao controle e fiscalização, elevando os conflitos a partir de 2016.

Entre 2016 e 2018, a situação no campo se agravou em conflitividade, superando as 1.500 ocorrências anuais. Enquanto o patamar anterior era de quase 1.400 ocorrências ao ano. Ou seja, a conjuntura de ruptura política produziu um primeiro incremento de pouco mais de 10% dos conflitos no campo.

Este cenário se agrava com o governo Bolsonaro, a partir de 2019, marcado pelo desmonte das políticas públicas para os pobres do campo e dos órgãos de

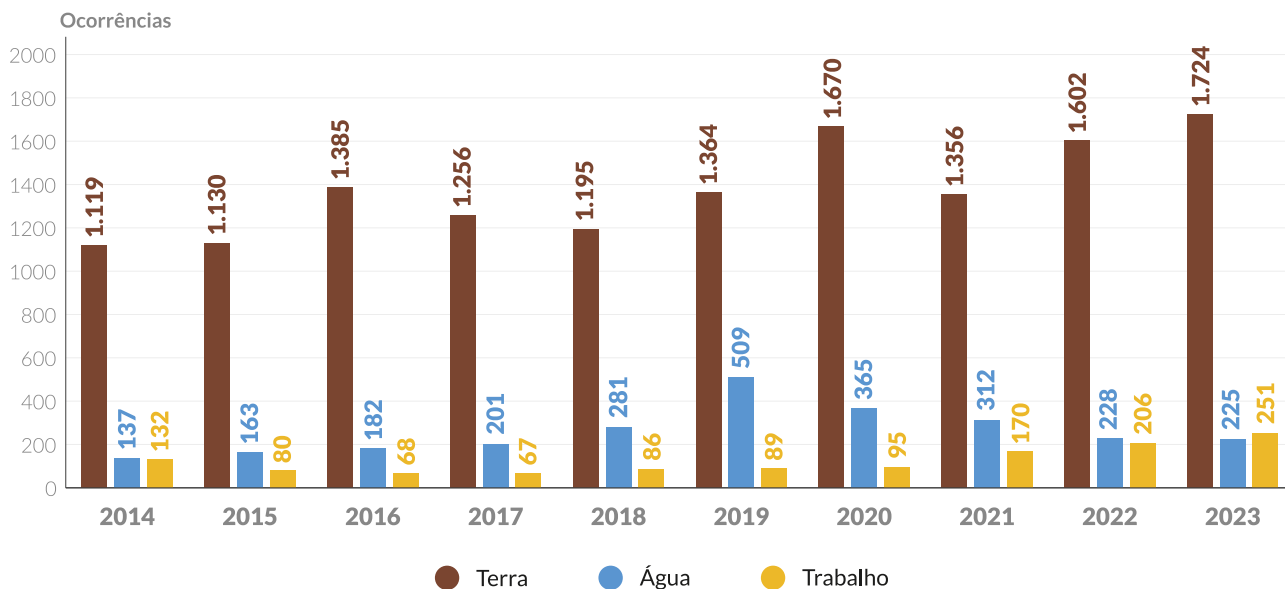
13. <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54361>.

14. CHÃ, A. M. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

15. Ver entre outros LAMOSA, R. Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016; CORDEIRO, T. Hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. 2022. Tese Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022; ALENTEJANO, P. et al.. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. Terra Livre, v. 2, n. 57. p. 433-470, 2021.

16. PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Contrarreforma na lei e na marra? Brasil (2015-2017). Conflitos no campo Brasil, v. 1, p. 26-89, 2018; PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. Expropriação, Violência e R-Existência: uma geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2021). Conflitos no campo Brasil,, v. 1, p. 86-102, 2022.

GRÁFICO 1 Ocorrências de conflito no campo no Brasil por eixo de violência (2014-2023)¹⁷



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

fiscalização; associado a um discurso contrário aos movimentos sociais, à preservação da natureza, às políticas distributivas e à reforma agrária; enquanto se fortalecia a defesa dos agentes legais e ilegais do agronegócio e da mineração no espaço agrário. Neste contexto, os conflitos no campo aumentaram para bases ainda mais elevadas de conflitividade, superando as 1.900 ocorrências por ano a partir de 2019 (com exceção do segundo ano de pandemia em 2021), ou seja, um aumento de aproximadamente 30% nas ocorrências, se comparado ao período anterior, com um pico de 2.203 ocorrências, em 2023. No acumulado, tivemos a violência no campo crescendo mais de 60% em intensidade nos últimos 10 anos. (Ver Gráfico 1 acima)

Ou seja, em 2023, mesmo com o primeiro ano do governo Lula, este patamar persistiu com leve incremento frente ao ano anterior (8%), se consagrando como o maior

número de ocorrências dos últimos 10 anos. Foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo brasileiro, associadas a disputas por terra, água e relações trabalhistas. Os conflitos por terra foram os que mais cresceram em valores absolutos. Registra-se que, apesar do caráter altamente conflitivo dos últimos anos, estamos presenciando um declínio das ocorrências de conflitos por água e o aumento dos conflitos por terra, o que indica a relevância da questão fundiária na conjuntura atual e corrobora com nossa análise da contrarreforma agrária e do avanço do capital agropecuário, mineral e dos projetos energéticos no campo brasileiro. Ainda assim, os números relativos aos conflitos por água são maiores do que aqueles registrados no início da série histórica. Há um padrão conflitivo em torno da água que se manifesta nas restrições de acesso, impedimento de ir e vir, poluição dos rios e mananciais e uma série de pro-

17. Observamos que os autores trabalharam com os três principais eixos de conflitos, não sendo computada três ocorrências de outros conflitos. Ver a Tabela 1 na página 21. Nota dos editores.

blemas associados à agricultura intensiva e à mineração de médio e grande porte, assim como o garimpo.

Outro elemento de destaque na análise das ocorrências por eixo de violência (gráfico acima) é relacionado aos conflitos trabalhistas. Em toda a série histórica, 2023 também registrou o maior número de ocorrências. Após um período de queda dos registros de conflitos trabalhistas, a partir de 2020 os dados aumentam consideravelmente, voltando ao patamar do início da década passada. A questão da subnotificação, com sucateamento de instituições e procedimentos de denúncia nos últimos governos, é um elemento de destaque que pode auxiliar na interpretação deste fenômeno. Porém, também indica um comportamento de superexploração do trabalho no campo crescente, inclusive com condições de trabalho escravo contemporâneo, durante o governo Bol-

sonaro e se mantendo agora no Lula III.

Em toda a série histórica (2014-2023), os anos de 2020 e 2023 foram os únicos anos que passaram da casa das 2.100 ocorrências anuais de conflito no campo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o ano 2023 mantém um padrão conflitivo com altos índices de violência e recrudescimento das disputas por terra e dos conflitos trabalhistas no espaço agrário brasileiro, marcos da ruptura política. (Ver Mapa 1 abaixo)

A espacialização dos dados (mapa abaixo) mostra que as regiões com maior conflitividade são as regiões Norte (35% do total de conflitos) e Nordeste (32%), que concentram o avanço da fronteira agro-mineral e compõem altas taxas de desmatamento. Nos anos de 2014 a 2023, o estado com maior registro de conflitos na região Nordeste foi o Maranhão, com 1.926

Conflitos por terra, pela água e trabalhistas no Brasil - 2014-2023

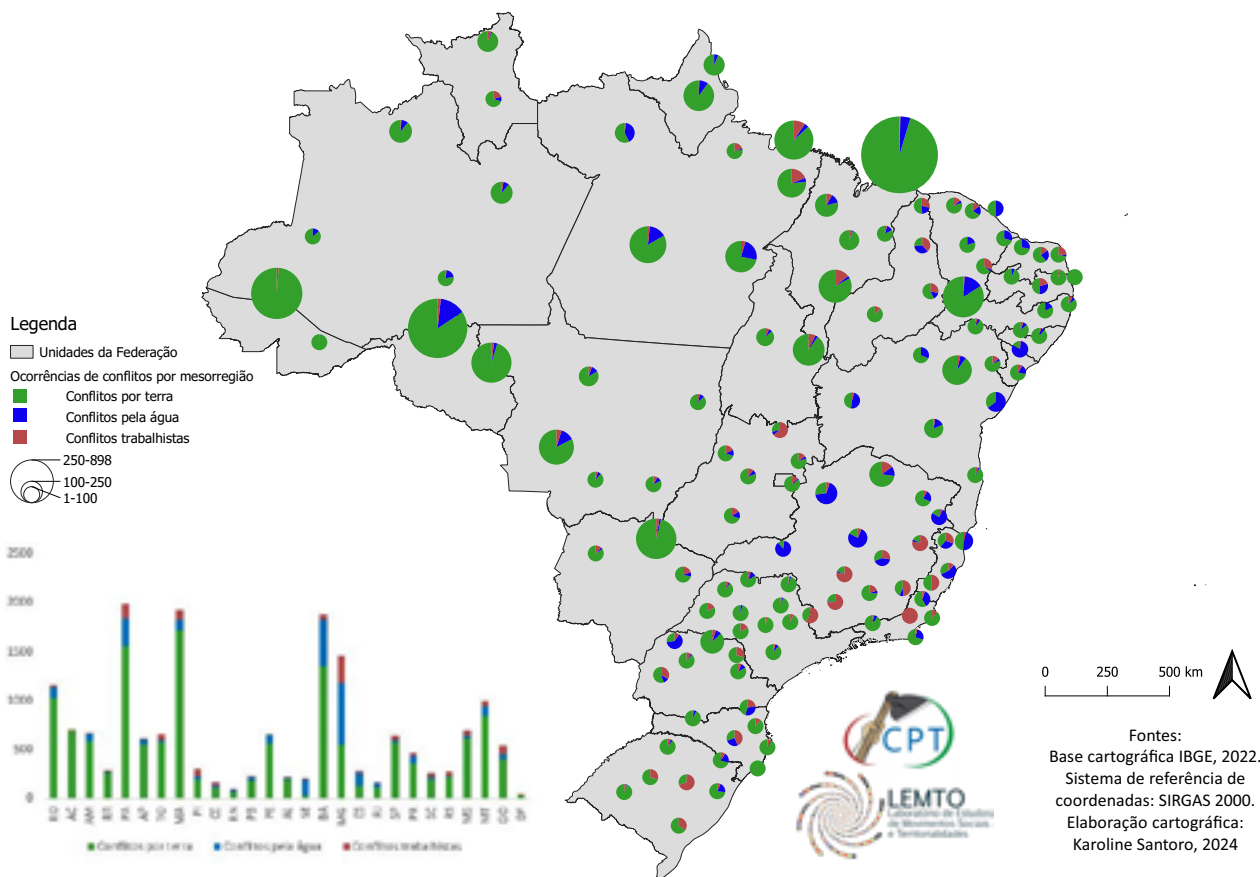
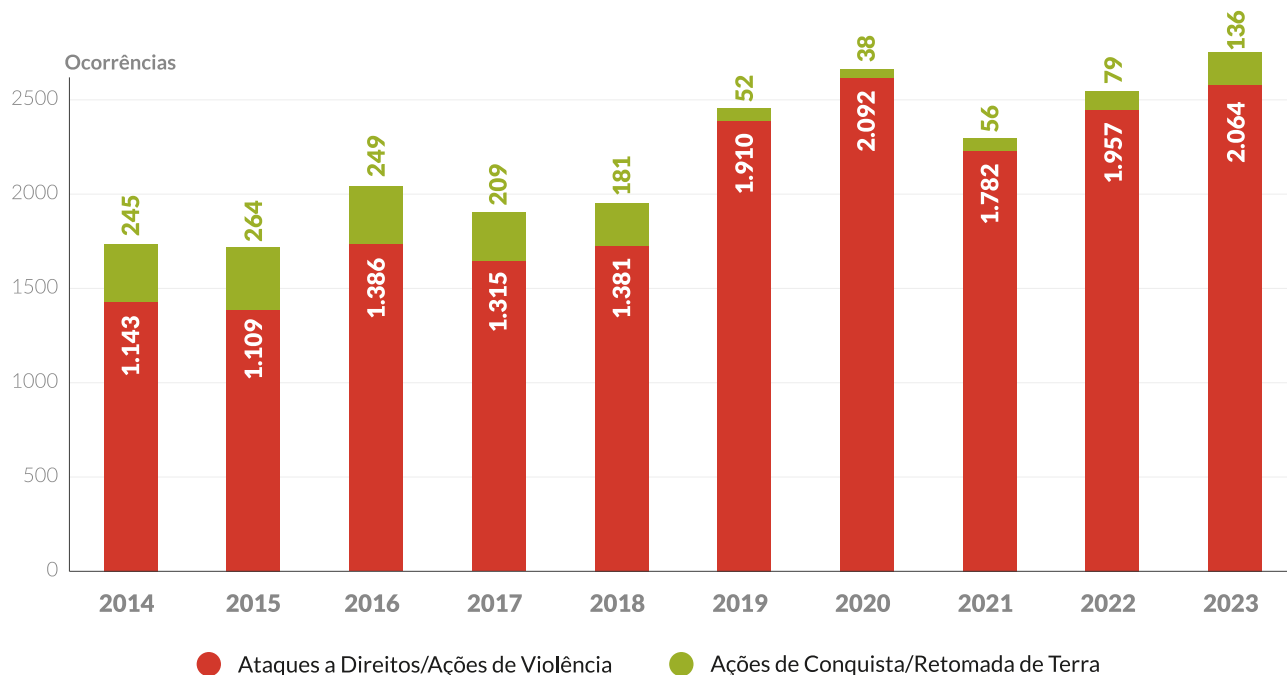


GRÁFICO 2 Natureza das ações de conflito no campo no Brasil (2014-2023)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

ocorrências. Já na região Norte, o Pará é o estado mais conflituoso, com 1.999 ocorrências.

Ao norte da região Norte vemos o reflexo das violências sofridas pelos povos originários na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, e a denúncia sistemática nos últimos dois anos. Os conflitos por água podem ser vistos expressivamente em Minas Gerais, descendo ao Espírito Santo devido aos danos da mineração, em especial os crimes do rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho, nos anos de 2015 e 2019. Bahia e Pará também se destacam nos conflitos por água. No que tange aos conflitos trabalhistas se destacam a presença pulverizada em diferentes mesorregiões de Minas Gerais, totalizando 288 ocorrências, mas também sua expressão no Pará, 153 ocorrências, Maranhão (98) e Goiás (80). (Ver Gráfico 2 acima)

O caráter contraditório do modo de (re)produção capitalista no campo brasileiro se manifesta, ainda, nos dados organizados de acordo com a natureza das

ações que geram situações de conflito. Neste dados, podemos ver as relações de violações de direitos e violências e as (re)ações dos grupos sociais de resistência no campo. Por um lado, são registradas as ações de conquista e retomada de terras, quase sempre protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de subalternização, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra, atingidos por barragens e outros povos e comunidades tradicionais e, de outro lado, os ataques a direitos e ações de violência, geralmente protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de dominação, como os fazendeiros, os empresários, os grileiros e as mineradoras.

Assim, temos, de um lado, as ocorrências de ações de ataques a direitos e de violência contabilizadas por meio de registros de expulsões, despejos, ameaças de expulsão, ameaças de despejo, invasões, grilagem e outros. Por outro lado, temos as ocorrências de ações de conquista ou retomada de terras por meio dos registros das ocupações, retomadas de terras e acampamentos.

Costumeiramente, ideólogos do agronegócio e defensores do desenvolvimento desigual no campo brasileiro associam os conflitos agrários às ações de movimentos sociais e comunidades rurais em luta pelas suas condições de produção e reprodução da vida, principalmente por ações de ocupações de terras. Os dados de conflitos organizados de acordo com a natureza das ações desmistificam essa ideia e apontam para um quadro conflitivo marcado pela profunda atuação dos grupos/classes sociais em situação de dominação, que lançam mão de ações violentas e de ataques a direitos para garantir a expansão territorial do capital no campo brasileiro (gráfico acima).

Como se vê, em todos os anos há uma preponderância dos conflitos que se deram em função da ação “dos de cima”. Se até 2015 as ações de conquista e retomada de territórios representavam não mais que 20% das ocorrências de conflitos, a partir da ruptura política, a violência do poder dominante passou a ser mais representativa. Durante o governo Temer, mais de 85% dos conflitos foram provocados pelas classes/grupos dominantes do campo contra comunidades rurais e no governo Bolsonaro o percentual saltou para mais de 96% dos conflitos provocados pelos atores hegemônicos, o que demonstra o estímulo e abandono do Estado em relação aos processos de violência no campo.

Apesar de um aumento das ações de ocupação e retomada de terras dos movimentos sociais em 2023, respaldados pela ampliação do diálogo do governo Lula com as comunidades rurais e organizações populares do campo, o quadro se manteve pouco alterado em relação à violência no governo anterior, com as ações dos movimentos sociais representando pouco mais de 6% das ocorrências totais. Há que se olhar, porém, que o último dado indica também o fortalecimento dos movimentos sociais no campo, tendo as ações de resistência territorial e luta por reforma agrária quase

dobrado de 2022 para 2023, alcançando 136 ações. Tais valores são bem acima das ações durante o governo Bolsonaro (maior número de ações foi 79, em 2022), mas ainda bem abaixo das 264 ações de 2014, durante o governo Dilma.

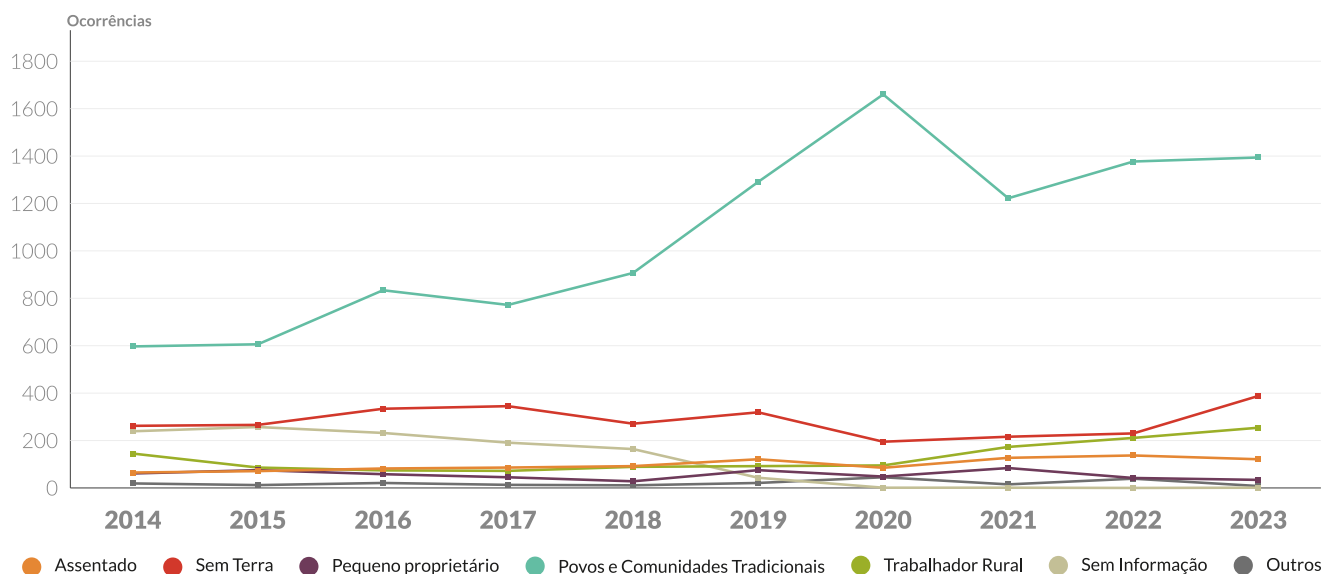
O aumento do número de ações de ocupação e retomada de terras deveu-se majoritariamente à mobilização dos sem terra, responsáveis por nada menos que 76% dessas ações no ano de 2023. A título de comparação, atentemo-nos que, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), os sem terra protagonizaram 54% destas ações, enquanto os indígenas o fizeram em 16% das vezes.

Esta variação indica uma clara mensagem dos movimentos sociais rurais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), direcionada ao governo Lula III, pela reativação das políticas de reforma agrária. (Ver Gráfico 3)

É perceptível, desde o início da série histórica, que a categoria mais atingida por ações de violência foram os povos e comunidades tradicionais, mantendo um padrão que vem se consolidando desde meados da década de 2000¹⁸. Apesar de sempre manter o topo do Gráfico 4, podemos observar seu crescimento constante a partir de 2018, com um pico em 2020, quando as ocorrências apresentam um crescimento de 116% em relação a 2017. Nos anos subsequentes, o número de ocorrências segue maior do que no período entre 2014 e 2019, com tendência de aumento em 2022 e manutenção em 2023. Já os Sem Terra, a segunda categoria que mais sofre com as ações de violência, apresentaram um breve aumento nos anos de 2016 e 2017. Entre 2018 e 2021, por outro lado, os Sem Terra perderam participação nos conflitos no campo, de 345 ocorrências em 2017, para 195 em 2020. Por fim, em 2023, a tendência é de crescimento dos conflitos

18. LEÃO, P. C. R. *Tanta terra, tanto conflito: uma geografia das conflitividades e dos conflitos no campo brasileiro - 1988-2019*. Universidade Federal Fluminense, 2020.

GRÁFICO 3 Categorias que sofreram ações de violência (2014-2023)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Assentado	65	71	82	86	92	121	85	127	137	121
Sem Terra	262	266	334	345	271	319	195	216	230	388
Pequeno proprietário	61	75	58	45	28	75	48	84	42	34
Povos e Comunidades Tradicionais	597	606	834	772	907	1.291	1.660	1.222	1.377	1.394
Trabalhador Rural	145	86	74	72	89	92	95	173	211	254
Sem Informação	239	257	232	191	164	43	1	1	0	1
Outros	19	12	21	13	11	21	45	15	39	8

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

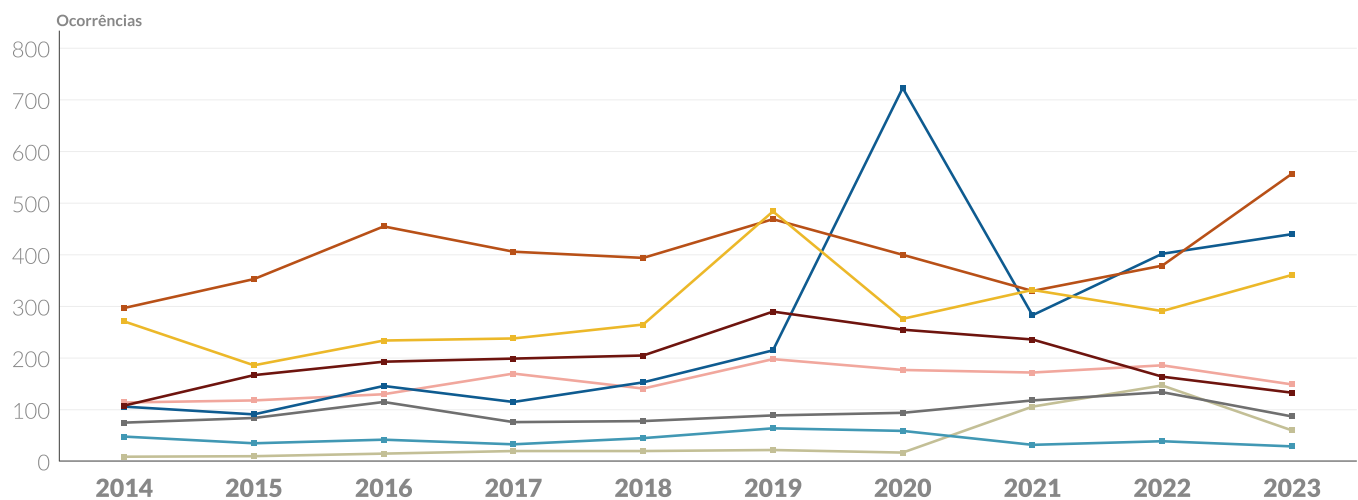
com a categoria social dos Sem Terra, alcançando 388 eventos. Os trabalhadores rurais triplicaram sua participação nos conflitos no campo, passando de 72 ocorrências em 2017, para 254 em 2022, demonstrando o incremento da violência sobre o trabalhador no contexto de ruptura política e após a reforma trabalhista do governo Temer. A quarta e última categoria de destaque no gráfico acima é a de assentados, que se mostra estável ao longo dos anos, apesar do breve aumento de ocorrências em 2022, alcançando 137 casos. (Ver Gráfico 4)

Ao observarmos o Gráfico 4, ao contrário do Gráfico 3, as categorias se revezam no lugar de maior causadora de ações de violência. No entanto, se nos basearmos na liderança do último ano da série, 2023, veremos que o número

de ocorrências envolvendo fazendeiros apresenta crescimento de 47% em relação a 2022, ou 557 ocorrências. Ao longo dos anos analisados, a categoria apresentou certa estabilidade. Considerando os picos de ocorrências com participação do Estado e forças militares (2020 e 2022) e empresários (2019), os fazendeiros se mantiveram enquanto uma das principais categorias causadoras de ações de violência em toda a série histórica.

A categoria que abrange o Estado e forças militares, entre 2014 e 2019 apareceu, por vezes, abaixo dos grileiros e das mineradoras/garimpeiros. No entanto, a partir de 2020, assumiu o posto de principal categoria causadora de violências, com extraordinários 723 casos ou 36% dos conflitos totais, por conta da negligência durante a pandemia da covid-19. Mesmo após a

GRÁFICO 4 Categorias que causaram ações de violência (2014-2023)



● Empresário ● Fazendeiro ● Mineradoras e Garimpeiros ● Estado e Forças Militares ● Grileiro ● Hidrelétrica ● Sem Informação ● Outros

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Empresário	271	186	234	238	265	484	276	332	291	361
Fazendeiro	297	353	455	406	394	469	400	330	379	557
Mineradoras e Garimpeiros	108	167	193	199	205	290	255	236	164	133
Estado e Forças Militares	106	91	146	115	153	215	723	283	402	440
Grileiro	114	118	130	170	141	198	177	172	186	149
Hidrelétrica	48	35	42	33	45	64	59	32	39	29
Sem Informação	75	84	115	76	78	89	94	118	134	87
Outros	9	10	15	20	20	22	17	106	147	60

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

queda no ano seguinte, a tendência tem sido o Estado não voltar para a média de ocorrências anteriores a 2019, indicando uma relação direta da inação do governo Bolsonaro e a emergência do bolsonarismo em diferentes esferas administrativas. Neste período, as forças públicas e o Estado serviram como meios de promoção de violações e violências para com os povos do campo. No entanto, observando a tendência de crescimento da categoria em 2023, a persistência da violência causada reflete que esta, talvez, não seja relacionada apenas ao governo Bolsonaro, mas também a um projeto sociopolítico mais complexo de violência do Estado contra as pessoas, marcas do bolsonarismo institucional.

Os empresários, por outro lado, se mantêm enquanto

segunda principal categoria até 2019, quando, provocando 484 ocorrências, ultrapassaram os fazendeiros. Em 2020, os empresários apresentaram queda, mas voltaram a apresentar aumento nas ocorrências que os envolvem em 2023, sendo causadores de 361 conflitos. Por fim, vale observar que as mineradoras apresentam notável aumento entre os anos de 2015 e 2019 que são, respectivamente, os anos dos crimes de Mariana e Brumadinho, marcados pelo rompimento de barragens de rejeito, morte de centenas de pessoas e desapropriação de outras milhares. Esse agente, contudo, vem reduzindo o número de ocorrências de conflitos nos últimos três anos, o que marca o esgotamento das lutas ao longo das áreas dos desastres, mas por outro lado, contém a emergência do garimpo como produtor de conflitos no campo.

Conclusão

Se tomamos o conflito social como fenômeno que expressa as contradições em estado prático — o que, segundo Porto-Gonçalves (2003)¹⁹, torna-o um lócus privilegiado, do ponto de vista epistêmico, na análise das relações sociais e de poder de determinada sociedade —, é correto afirmar que o ano de 2023 representa muito mais uma continuidade das contradições engendradas pelo processo denominado de ruptura política do que como início de alguma alteração sensível do quadro em tela.

Note-se que isto não implica subestimar a importância da derrota eleitoral do bolsonarismo e da consequente reconstrução de políticas públicas, programas sociais e órgãos de governo. Enfim, de parte da institucionalidade que até então caracterizou a Nova República, em especial os governos petistas — conduzida pelo governo Lula III²⁰. Nesse sentido, cite-se que a intervenção humanitária em curso, capitaneada pelo governo federal, sobre a tragédia/crime que aflige os Yanomami, talvez nos ofereça certa dimensão das consequências imediatas da vitória eleitoral da frente ampla protagonizada por Lula. Contudo, a análise dos conflitos sociais e da conflitividade no campo indica não o ritmo das mudanças normativas, administrativas ou institucionais, mas sim oferece um quadro social e político, de maior duração e amplitude, que indica a continuidade das relações sociais e de poder que constituem o processo de (re)produção capitalista no campo e suas contradições. Nas palavras do pro-

fessor Carlos Walter Porto-Gonçalves, trata-se “não de olhar para o Planalto, mas para as planícies”.

No que concerne à reforma agrária em particular, houve uma retomada de ações do governo, mas com pouca alteração substancial na orientação do Estado brasileiro. Em 2023, o número de terras adquiridas pela União para serem destinadas à reforma agrária terminou zerado pelo terceiro ano seguido. Segundo o Incra, foram criados 21 assentamentos e assentadas 50,6 mil famílias em terras que já estavam em poder do governo.²¹ Também houve a criação de seis Territórios Quilombolas, com um total de 1.163 famílias beneficiadas²² e a homologação de oito Terras Indígenas²³. Por outro lado, o governo Lula III deu continuidade à política de emissão de títulos definitivos de lotes de assentamentos, prioridade estabelecida por Temer e intensificada com Bolsonaro — o que, como observamos, trata-se de um meio de lançar as áreas de assentamento ao mercado de terras e de desresponsabilizar o governo federal para com os assentados e seus territórios.

Nesse sentido, o que se apresenta para o segundo ano de governo Lula III é pouco animador: o orçamento previsto para a reforma agrária em 2024 seria o menor de todos os governos petistas até então, chegando no máximo até — nas palavras do próprio Ministro da Fazenda Fernando Haddad — 500 milhões de reais²⁴, insuficiente para retomar uma política consistente de aquisição de terras e de apoio à produção, comercialização e geração de trabalho e renda nos assentamen-

19. PORTO-GONÇALVES, C. W. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. 1 ed. Buenos Aires: Clacso-Osal, 2003. p. 261-277.

20. Destaque-se a retomada/reconstrução de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) entre outros.

21. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acessado em 07.03.2024.

22. Disponível em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas>. Acessado em 07.03.2024.

23. Disponível em <https://cimi.org.br/terras-indigenas>. Acessado em 07.03.2024.

24. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/mst-diz-que-fazenda-ira-aumentar-orcamento-da-reforma-agraria>. Acessado em 03 de março de 2024.

tos. Se houve algum ganho direto às famílias camponesas e à agricultura familiar, este apresenta-se pela retomada — ainda que de forma tímida devido às restrições orçamentárias e problemas de gestão — de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Por sua vez, os dados de conflitos no campo relativos a 2023 reforçam o diagnóstico de continuidade no padrão de alta conflitividade e intensa violência do poder público e privado contra os camponeses, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais, observado no período de ruptura política. Nesse sentido, destaque-se: 1) o crescimento das ocorrências de conflitos por terra (+8%) e trabalhistas (+22%) em relação ao ano de 2022, acompanhada da manutenção do número de ocorrências de conflitos por água; 2) a continuidade da dinâmica de avanço da fronteira agro-hidro-mineral sobre a Amazônia, com a macrorregião Norte concentrando 35% das ocorrências em 2023 — número superior à média da série histórica, sublinhe-se; 3) a permanência da assimetria entre as ações de violência/violação de direitos e as ações de conquista/retomada de terras, como retrato da correlação de forças no campo brasileiro; 4) a persistência dos povos e comunidades tradicionais como principal categoria que sofre ações de violência no campo brasileiro; e 5) a sucessão do protagonismo não só do poder privado, mas também do poder público, como categorias causadoras de conflitos no campo, com destaque para o aumento da participação do Estado e forças militares em relação ao ano anterior. Não obstante, cabe ressaltar que, mesmo apresentando uma permanência do quadro de assimetria entre as ações

de violência/violação de direitos e as ações de conquista/retomada de terras, houve o aumento de 79% nestas últimas em relação ao ano anterior.

Na análise da conjuntura de 2023, no Congresso Nacional permaneceu o poder e influência da bancada ruralista. Neste contexto, a aprovação do Marco Temporal sobre as terras indígenas foi uma grave e inconstitucional retirada de direitos que dificulta a demarcação de novas TIs e bloqueia reivindicações territoriais históricas. Não há como ignorar, também, os impactos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, que se desenrolou de maio a setembro na Câmara dos Deputados. Embora a cúpula da CPI tenha fracassado em aprovar um relatório que criminalizasse o MST, a pressão exercida pela CPI redundou em certa desmobilização das ações do movimento ao longo do ano. Além da CPI, cabe destacar também a ação do movimento Invasão Zero que reúne fazendeiros de diversos estados do país e tem se organizado para o enfrentamento armado das ocupações de terra.

Finalizamos este texto com a esperança de que em 2024, ano que marca a comemoração dos 40 anos do MST, este cenário de continuidade da violência no campo se modifique, que os povos do campo, das águas e da floresta possam respirar outros ares e que a sociedade brasileira dê passos concretos na direção da justiça social e ambiental, com a retomada consistente da reforma agrária em seu sentido amplo — desapropriações, criação de assentamentos, reconhecimento de territórios quilombolas, demarcação de terras indígenas e territórios tradicionais — incluindo um conjunto de políticas que deem sustentação à vida nestes territórios.

TABELA 2 Conflitos no Campo (2023)**ACRE****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Seringal Triunfo/Ramal do Pelé	02/08/2023	129	Posseiro
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Gleba Porto Luiz	09/08/2023	12	Posseiro
Acrelândia	Fazenda Canaã	06/11/2023	72	Posseiro
Acrelândia	Ramal Campo Novo	04/12/2023	21	Posseiro
Acrelândia	Ocupação Granadinha	05/12/2023	64	Posseiro
Acrelândia	Seringal Porto Luiz	05/12/2023	70	Seringueiro
Acrelândia	Acampamento nas Proximidades da Ocupação Granadinha	06/12/2023	64	Posseiro
Acrelândia	Fazenda do Dr. Roberto	10/12/2023	41	Posseiro
Acrelândia	Faz. Girassol/Ocup. do Brito	11/12/2023	14	Posseiro
Acrelândia	Fazenda Zé Juína	12/12/2023	50	Posseiro
Acrelândia	Faz. Sará/Gleba Porto Luiz	12/12/2023	30	Posseiro
Acrelândia	Faz. do Zé Capim/BR-364/Km 105	12/12/2023	40	Posseiro
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Ramal da 7/Estrada AC-475/Gl. Porto Luiz	13/12/2023	28	Posseiro
Acrelândia	Fazenda Jéssica	13/12/2023	72	Posseiro
Acrelândia	Ocupação do Baiano	21/12/2023	38	Posseiro
Assis Brasil, Sena Madureira	Terra Indígena Riozinho do Iaco	15/05/2023	1	Indígenas
Bujari	PA Walter Arce	20/08/2023	500	Assentado
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	02/12/2023	538	Posseiro
Capixaba	Seringal Capatará /Faz. do Jorge Moura	30/11/2023	15	Posseiro
Capixaba, Senador Guiomard	Seringal Capatará	03/12/2023	35	Posseiro
Cruzeiro do Sul	T.I Jaminawa do Igarapé Preto	11/04/2023	43	Indígenas
Cruzeiro do Sul	Isolados do Igarapé Tapada/Parque Nacional da Serra do Divisor	14/06/2023	1	Indígenas
Cruzeiro do Sul	T.I Jaminawa do Igarapé Preto	14/06/2023	43	Indígenas
Cruzeiro do Sul	Comunidade Ramal do Buritirana	29/08/2023	27	Posseiro
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	13/11/2023	130	Posseiro
Cruzeiro do Sul	T.I Jaminawa do Igarapé Preto	19/12/2023	43	Indígenas
Feijó	T.I Kaxinawa Nova Olinda	17/01/2023	102	Indígenas
Feijó	T.I Kaxinawa do Seringal Currallinho	17/01/2023	1	Indígenas
Feijó	T.I Kulina do Rio Envira	17/01/2023	68	Indígenas
Feijó	T.I Jaminawa/Envira	17/01/2023	20	Indígenas
Feijó, Jordão	Terra Indígena Kampa	25/02/2023	235	Indígenas
Feijó, Jordão	Terra Indígena Kampa	18/04/2023	235	Indígenas
Feijó	Terra Indígena Kulina do Igarapé do Pau	16/05/2023	68	Indígenas
Feijó	T.I Kaxinawa Nova Olinda	16/05/2023	102	Indígenas
Feijó, Jordão	Terra Indígena Kampa	16/05/2023	235	Indígenas
Feijó	T. I. Katukina/Kaxinawa/Aldeias Paredão/Pa-roá/Pupunha/Belo Monte	16/05/2023	252	Indígenas
Feijó	T.I Jaminawa/Envira	16/05/2023	20	Indígenas
Jordão, Marechal Thaumaturgo	Terra Indígena Kaxinawa/Ashininka do Rio Breu	14/06/2023	125	Indígenas
Mâncio Lima, Rodrigues Alves	Seringal Santa Cruz/Com. do Oco	09/05/2023	30	Posseiro
Mâncio Lima	T. I Poyanawa	14/06/2023	130	Indígenas
Mâncio Lima	Terra Indígena Nukini	14/06/2023	165	Indígenas
Mâncio Lima	T. I. Nawa	30/07/2023	139	Indígenas
Manoel Urbano	Seringal São Salvador	11/12/2023	22	Seringueiro

CONFLITOS NO CAMPO

Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	11/12/2023	70	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	11/12/2023	30	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Areis	11/12/2023	101	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Porto Central	11/12/2023	18	Seringueiro
Manoel Urbano	Seringal Itatinga	11/12/2023	21	Extrativista
Manoel Urbano	Seringal Afluente	11/12/2023	20	Seringueiro
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônia/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônia	14/06/2023	82	Indígenas
Marechal Thaumaturgo, Jordão, Porto Walter, Tarauacá	Resex Alto Juruá	14/06/2023	1.750	Seringueiro
Marechal Thaumaturgo	Terra Indígena Kampa do Rio Amônia	14/06/2023	235	Indígenas
Plácido de Castro	Faz. Luiz Gomes/Seringal Capatará	04/12/2023	80	Posseiro
Plácido de Castro	Ocupação Faz. Jorge Moura II	04/12/2023	60	Posseiro
Plácido de Castro	Ocupação Faz. Jorge Moura	04/12/2023	6	Posseiro
Porto Walter	Ramal do Besouro/Seringal Nazaré	16/08/2023	50	Posseiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	03/01/2023	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	19/05/2023	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	23/06/2023	100	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Remanço	26/06/2023	30	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha	07/07/2023	350	Seringueiro
Rio Branco	Ramal do Otacílio/Escondido	07/07/2023	40	Posseiro
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema	01/09/2023	300	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Cachoeira	16/09/2023	48	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	30/10/2023	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	31/10/2023	42	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Humaitá	09/11/2023	20	Seringueiro
Rio Branco	Seringal Macapá	27/11/2023	114	Seringueiro
Rodrigues Alves	Projeto de Assentamento Florestal Havai	14/06/2023	80	Extrativista
Rodrigues Alves	PA São Pedro	14/06/2023	301	Assentado
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Moura	14/06/2023	389	Assentado
Rodrigues Alves	Comunidade Pucalpa I	19/06/2023	14	Posseiro
Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano	T. I Alto Rio Purus	17/01/2023	468	Indígenas
Santa Rosa do Purus, Feijó	T.I. Riozinho do Alto Envira/Xinane	17/01/2023	25	Indígenas
Santa Rosa do Purus	Terra Indígena Estirão	18/01/2023	1	Indígenas
Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano	T. I Alto Rio Purus	12/05/2023	468	Indígenas
Sena Madureira	Seringal Mercês	03/08/2023	312	Posseiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 17	03/08/2023	18	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 25	03/08/2023	23	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 38/Ramal do Ouro	03/08/2023	19	Seringueiro
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 15	03/08/2023	17	Seringueiro
Xapuri	Seringal Nazaré	18/12/2023	30	Seringueiro
Subtotal: 82			8.656	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Ocupação Granadinha	16/12/2023	64	Posseiro
Subtotal: 1			64	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Acampamento nas Proximidades da Ocupação Granadinha	05/12/2023	64	Posseiro
Subtotal: 1			64	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ACRE: 84 **8.656**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Manoel Urbano	Fazenda em Manoel Urbano	15/08/2023	7	-	3	Criação de Gado
Subtotal: 1			7	-	3	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - ACRE: 1			7	-	3	

Total dos Conflitos no Campo - ACRE: 85

PESSOAS: 34.631

ALAGOAS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Branca	T. I. Kalankó	03/07/2023	83	Indígenas
Água Branca	T. I. Kalankó	30/08/2023	83	Indígenas
Colônia Leopoldina	Fazenda Mônica	19/01/2023	16	Posseiro
Colônia Leopoldina	Fazenda Mônica	22/01/2023	16	Posseiro
Colônia Leopoldina	Fazenda Mônica	23/01/2023	16	Posseiro
Craibas	Faz. Melancia/Mineradora Vale Verde	15/06/2023	400	Sem Terra
Jequiá da Praia	Resex da Lagoa do Jequiá	21/07/2023	2.045	Pescador
Joaquim Gomes	T. I. Wassu Cocal	09/10/2023	300	Indígenas
Maceió	Colônia de Pescadores/Realocação Centro Pesqueiro	23/02/2023	150	Marisqueira
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri	25/07/2023	95	Indígenas
Pariconha	T. I. Katokim/Katokinn	08/11/2023	20	Indígenas
Poço das Trincheiras	Com. Quilombola Alto do Tamanduá/Jorge/Jacu e Mocó	28/11/2023	1	Quilombola
Porto de Pedras	Colônia de Pescadores Z-25/Praia do Patacho/Praia Tatuamunha/Vazamento de Óleo	06/02/2023	60	Pescador
Porto de Pedras	Faz. São Domingos/Acamp. Domingas	02/09/2023	24	Posseiro
Porto de Pedras	Faz. São Domingos/Acamp. Domingas	07/09/2023	24	Posseiro
Porto de Pedras	Faz. São Domingos/Acamp. Domingas	12/09/2023	24	Posseiro
Porto Real do Colégio, São Brás	T. I. Kariri-Xokó	23/03/2023	13	Indígenas
Santana do Ipanema	Comunidade quilombola do Baixo do Tamanduá	28/11/2023	1	Quilombola
Traipu	Acamp. Mandacaru/Faz. Balança	25/04/2023	65	Sem Terra
Traipu	Acamp. Mandacaru/Faz. Balança	26/04/2023	65	Sem Terra
Traipu	Acamp. Mandacaru/Faz. Balança	24/10/2023	65	Sem Terra
União dos Palmares	Usina Laginha	26/10/2023	1	Sem Terra
União dos Palmares	Usina Laginha	27/10/2023	1	Sem Terra
União dos Palmares	Usina Laginha	09/11/2023	1	Sem Terra
Subtotal: 24			3.274	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cajueiro	Fazenda Sandro Costa	11/03/2023	76	Sem Terra
Maragogi	Fazenda Barros	01/02/2023	126	Sem Terra
Maragogi	Fazenda Girassol/Ocupação	09/02/2023	83	Sem Terra
Viçosa	Fazenda Escuro	11/03/2023	76	Sem Terra
Subtotal: 4			361	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ALAGOAS: 28 **3.635****TRABALHO****TRABALHO ESCRAVO RURAL**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgata-dos	Menores	Tipo de Trabalho
Murici	Fazenda Cansação	10/04/2023	15	15	-	Mineração
Murici	Fazenda Cansação	10/04/2023	11	11	0	None
Murici	Fazenda Cansação	10/04/2023	9	9	0	Extração de brita
Murici	Fazenda Cansação	10/04/2023	8	8	0	Extração de brita
Murici	Fazenda Cansação	10/04/2023	1	1	0	Extração de brita
Ouro Branco	Pedreira do Maninho - Sítio Coqueiro, Zona Rural, Ouro Branco/AL	10/05/2023	15	17	0	Extração de brita
Subtotal: 6			59	61	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - ALAGOAS: 6 **59** **61** **-****ÁGUA****CONFLITOS PELA ÁGUA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Maceió	Colônia de Pescadores Z4	15/12/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Porto de Pedras	Colônia de Pescadores Z-25/Praia do Patacho/Praia Tatuamunha/Vazamento de Óleo	14/02/2023	60	Apropriação Particular	Desconstrução do histórico-cultural
Subtotal: 2			61		

Total dos Conflitos no Campo - ALAGOAS: 36**PESSOAS: 14.843****AMAPÁ****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	São Roque/Redondo	30/06/2023	30	Posseiro
Amapá	Com. ao Longo do Rio Laranjeiras/Amapá Grande/Piquiá	30/06/2023	30	Posseiro
Amapá	Fazenda Itapoã	30/06/2023	15	Posseiro
Amapá	Base Aérea/Localidade Próxima ao Cruzeiro	30/06/2023	40	Posseiro
Amapá	Fazenda Espírito Santo	05/12/2023	10	Posseiro
Amapá	Piquiá/Área do Fundiário	09/12/2023	1	Posseiro
Calçoene	Asa Aberta	31/05/2023	40	Posseiro
Calçoene	Fazenda Goiana/Igarapé do 13	30/06/2023	20	Posseiro
Calçoene	Localidade da Prainha	30/06/2023	20	Posseiro
Calçoene	Ramal do Cunani e 7 Ilhas	30/06/2023	50	Extrativista
Calçoene	Ramal Ilha Grande	30/06/2023	15	Posseiro
Cutias	Com. Alta Floresta	01/06/2023	75	Posseiro
Cutias	Com. Alta Floresta	30/06/2023	75	Posseiro
Ferreira Gomes	Fundos Livramento do Aporema	30/01/2023	20	Ribeirinho
Ferreira Gomes	UHE Ferreira Gomes	07/12/2023	10	Ribeirinho
Itaubal	Jupati	30/06/2023	15	Posseiro
Itaubal	Com. Quil. São Miguel do Macacoari	30/06/2023	20	Quilombola
Itaubal, Cutias	Inajá/Corre Água	30/06/2023	30	Posseiro
Itaubal	P. A. Itaubal do Piririm	09/12/2023	4	Assentado
Laranjal do Jari	Ramal do Retiro	10/12/2023	20	Extrativista
Macapá	Com. Quilombola Lagoa dos Índios/Arco da Ressaca/Goiabab	16/03/2023	300	Quilombola

Macapá	Santa Luzia/São Tomé/Rio Pacuí/Cutias/10 Comunidades Próximas ao Rio Pacuí	30/05/2023	200	Ribeirinho
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	30/06/2023	30	Ribeirinho
Macapá	Pírim/Pacuí	30/06/2023	200	Posseiro
Macapá	Recanto das Araras/Km 32-BR-156	30/06/2023	20	Posseiro
Macapá	Áreas em Itauba/Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista da Pedreira	30/06/2023	20	Posseiro
Macapá	Porto do Céu	30/06/2023	202	Posseiro
Macapá	Ariri	30/06/2023	20	Quilombola
Macapá	Margem da Rodovia Norte Sul	30/09/2023	200	Posseiro
Macapá	Com. Quilombola Lagoa dos Índios/Arco da Ressaca/Goiabab	24/11/2023	25	Quilombola
Macapá	Vila Ressaca e Áreas Alagadas	30/11/2023	50	Posseiro
Macapá	Quilombo do Ambé	01/12/2023	50	Quilombola
Macapá	Baillique-Foz	05/12/2023	50	Posseiro
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	30/06/2023	6	Assentado
Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	09/12/2023	250	Assentado
Porto Grande	Sítio São Francisco/Igarapé Gravata	30/03/2023	4	Posseiro
Porto Grande	Km 117 da EFA	30/06/2023	30	Posseiro
Porto Grande	Área da Codepa/Km 92	30/06/2023	22	Posseiro
Porto Grande	Colônia Agrícola do Matapi/Mineradora Matapi	30/09/2023	5	Posseiro
Pracuúba	Vila do Breu	30/06/2023	30	Extrativista
Pracuúba	Cujubim	30/06/2023	1	Assentado
Pracuúba	Território de Uso Tradicional no Entorno do Lago Pracuúba	30/06/2023	30	Pescador
Pracuúba	Retiro Boa Esperança	30/06/2023	2	Posseiro
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	30/06/2023	3	Extrativista
Pracuúba	Ramal do Pracuuba/Fazenda Bacabal	30/06/2023	1	Extrativista
Pracuúba	PA Cujubim/Lado Pernambuco	04/12/2023	13	Assentado
Pracuúba	Retiro Bela Vista/Comunidade do Flexal	10/12/2023	5	Posseiro
Santana	Assentamento Anauerapucu	30/06/2023	1	Posseiro
Santana	Fazenda Pau Furado	30/06/2023	15	Ribeirinho
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	30/06/2023	3	Assentado
Santana	Ilha Santana	30/06/2023	20	Ribeirinho
Santana	Faz. Nazaré/Igarapé do Lago	19/07/2023	20	Quilombola
Santana	Quilombo São José/Ramal do Marauanum 1	12/12/2023	14	Quilombola
Serra do Navio	Ramal do Cachaço/Área de Flota	30/06/2023	30	Posseiro
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	30/06/2023	12	Assentado
Tartarugalzinho	Quilombo São Tomé	31/01/2023	30	Quilombola
Tartarugalzinho	Assentamento Agroextrativista do Tartarugal Grande/PAE Tartarugal Grande	30/06/2023	1	Assentado
Tartarugalzinho	Campo Belo	30/06/2023	1	Posseiro
Tartarugalzinho	Fazenda Santa Cruz	30/06/2023	500	Posseiro
Tartarugalzinho	Comunidade ao Longo do Rio Aporema/Fazenda Espírito Santo	30/06/2023	1	Posseiro
Tartarugalzinho	Uapezal/Ponta do Socorro e Vareiro	30/06/2023	50	Posseiro
Tartarugalzinho	Área na Margem Direita do Rio Itauba/São Raimundo	25/07/2023	2	Posseiro
Tartarugalzinho	Las Palmas	08/12/2023	5	Posseiro
Tartarugalzinho	Área na Margem Direita do Rio Itauba/São Raimundo	10/12/2023	1	Posseiro
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Vale do Ariramba	11/12/2023	20	Posseiro
Subtotal: 65			2.934	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

CONFLITOS NO CAMPO

Calçoene	Localidade da Prainha	01/06/2023	20	Posseiro
Subtotal: 1			20	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - AMAPÁ: 66			2.934	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Macapá	Santa Luzia/São Tomé/Rio Pacuí/Cutias/10 Comunidades Próximas ao Rio Pacuí	01/05/2023	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Oiapoque	Parque de Tumucumaque/Vila Brasil/Ilha Bela	30/06/2023	200	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Oiapoque, Calçoene	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Tape-rebá/Cunani	19/05/2023	80	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Oiapoque	Vila de Taparabu	19/05/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Oiapoque	Vila de Taparabu	22/04/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Oiapoque, Calçoene	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Tape-rebá/Cunani	22/04/2023	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pracuúba	Território de Uso Tradicional no Entorno do Lago Pracuúba	23/06/2023	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Tartarugalzinho	Uapezal/Ponta do Socorro e Vareiro	30/06/2023	50	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal: 8			561		

Total dos Conflitos no Campo - AMAPÁ: 74

PESSOAS: 13.980

AMAZONAS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	16/02/2023	1.579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	23/02/2023	1579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	15/04/2023	1.579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	16/04/2023	1.579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	17/04/2023	1.579	Indígenas
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1.579	Indígenas
Autazes	Aldeia Taquara	09/01/2023	2	Indígenas
Autazes	T. I. Soares/Urucurituba	10/02/2023	1	Indígenas
Autazes	T. I. Soares/Urucurituba	15/02/2023	1	Indígenas
Autazes	T. I. Soares/Urucurituba	25/09/2023	1	Indígenas
Autazes	T. I. Murutinga/Tracajá/Aldeia Terra Preta	25/09/2023	435	Indígenas
Autazes	T. I. Murutinga/Tracajá/Aldeia Terra Preta	26/09/2023	435	Indígenas
Autazes	T. I. Soares/Urucurituba	23/10/2023	1	Indígenas
Boca do Acre	Acamp. Marielle Franco/Faz. Palotina	21/09/2023	260	Sem Terra

Boca do Acre	Com. Cachoeirinha/Gleba Pauene/Pauini	15/12/2023	42	Posseiro
Boca do Acre	Gleba Novo Axioma Redenção/Km 90/Ramal Santa Helena	15/12/2023	28	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	15/12/2023	60	Ribeirinho
Boca do Acre	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal do Km 104/Vila Velha	15/12/2023	33	Posseiro
Boca do Acre	Ramal do Garrafa	15/12/2023	60	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bananeira	15/12/2023	26	Seringueiro
Boca do Acre	Seringal Andaraí	15/12/2023	120	Posseiro
Boca do Acre	Ramal do 37/Seringal Entre Rios/Recreio do Sto. Antônio/Gl. Pauene	15/12/2023	31	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Bom Lugar/Ramal do Espigão	15/12/2023	300	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Entre Rios/Ramal do 64/Com. Lua Nova	16/12/2023	15	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Cametá	16/12/2023	56	Ribeirinho
Boca do Acre	Seringal Entre Rios/Ramal do 52	16/12/2023	92	Seringueiro
Boca do Acre	Seringal Europa	16/12/2023	37	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Igarapé Grande	16/12/2023	32	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Codó/PAE Antimary	16/12/2023	23	Seringueiro
Boca do Acre	Seringal Macapá	16/12/2023	114	Posseiro
Boca do Acre	Gleba Novo Axioma Redenção/Seringal Novo Axioma	18/12/2023	60	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Pirapora	18/12/2023	350	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Perseverança	18/12/2023	25	Extrativista
Boca do Acre	Seringal Porto Central	18/12/2023	300	Posseiro
Boca do Acre	Seringal Novo Axioma Redenção/Ocup. do Diva	18/12/2023	48	Posseiro
Boca do Acre	Gleba Francisco Sevalha	30/12/2023	800	Extrativista
Boca do Acre	Faz. União/Cruzeirinho	30/12/2023	500	Posseiro
Boca do Acre, Lábrea	P. A. Monte	31/12/2023	300	Assentado
Boca do Acre	Ramal do 37/Seringal Entre Rios/Recreio do Sto. Antônio/Gl. Pauene	31/12/2023	31	Posseiro
Boca do Acre	Ocup. do Vinha/Ramal São Francisco/Km 60	31/12/2023	25	Posseiro
Canutama	Faz. Jaó/Km 32/BR-319	25/03/2023	1	Sem Terra
Canutama	T.I. Juma	26/09/2023	15	Indígenas
Carauari, Itamarati	Resex do Médio Juruá	10/03/2023	1	Extrativista
Fonte Boa	Terra Indígena Acapuri de Cima	14/09/2023	50	Indígenas
Humaitá	Ramal dos Buritis	12/03/2023	1	Posseiro
Humaitá	Ramal dos Buritis	05/04/2023	1	Posseiro
Humaitá, Manicoré	T. I. Tenharim Marmelos	03/06/2023	134	Indígenas
Humaitá	Comunidade Ipixun	03/08/2023	1	Posseiro
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	31/03/2023	14	Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada (Provavelmente Povos Pariquis)/Área Explorada pela Eneva/Complexo do Azulão	31/03/2023	1	Indígenas
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	01/05/2023	14	Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada (Provavelmente Povos Pariquis)/Área Explorada pela Eneva/Complexo do Azulão	01/05/2023	1	Indígenas
Itapiranga	Com. Isolada (Provavelmente Povos Pariquis)/Área Explorada pela Eneva/Complexo do Azulão	01/06/2023	1	Indígenas
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	01/06/2023	14	Indígenas
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	06/12/2023	200	Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	15/12/2023	200	Posseiro
Lábrea	Faz. Palotina/Seringal Novo Natal/Com. Marielle Franco	18/12/2023	200	Posseiro
Manaus	Comunidade Nusoke	01/03/2023	103	Indígenas
Manaus	Acamp. dos Povos Indígenas Remanescentes de Tarumã	01/03/2023	250	Indígenas
Manaus	Comunidade São João/KM 4 da BR-174	12/04/2023	1	Posseiro

CONFLITOS NO CAMPO

Manaus	Acamp. dos Povos Indígenas Remanescentes de Tarumã	04/05/2023	250	Indígenas
Manaus	Ramal São Cristovão/Suframa	06/07/2023	1	Posseiro
Manaus	Comunidade Nusoke	11/12/2023	200	Indígenas
Manaus	Comunidade Nusoke	18/12/2023	200	Indígenas
Maués	Com. Acãuera/Rio Urupadi	02/03/2023	30	Indígenas
Maués, Barreirinha, Parintins	T. I. Andirá-Marau	25/04/2023	3.337	Indígenas
Nhamundá, Urucará	T. I. Nhamundá-Mapuera	23/10/2023	573	Indígenas
Nova Olinda do Norte, Borba	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	02/08/2023	1	Indígenas
Parintins	P. A. Gleba Vila Amazônia	15/05/2023	30	Assentado
Presidente Figueiredo	Comunidade Serra do Sol	20/06/2023	200	Posseiro
Presidente Figueiredo	Comunidade Poraque	21/06/2023	70	Posseiro
Presidente Figueiredo	Comunidade Micade	31/10/2023	1	Posseiro
São Gabriel da Cachoeira	T. I. Alto Rio Negro	04/02/2023	1.100	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira	Indígenas Yanomami/Aldeias Maturacá e Ariabu	15/02/2023	1	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira	Indígenas Yanomami/Aldeias Maturacá e Ariabu	20/06/2023	1	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira	Terra Indígena do Balaio	15/08/2023	82	Indígenas
São Gabriel da Cachoeira	Indígenas Yanomami/Aldeias Maturacá e Ariabu	15/08/2023	1	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	31/03/2023	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	01/06/2023	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	05/06/2023	235	Indígenas
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	16/08/2023	235	Indígenas
Tabatinga, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença	Terra Indígena Eware	08/11/2023	4.521	Indígenas
Subtotal: 82			16.805	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Autazes	Aldeia Taquara	10/01/2023		Indígenas
Manaus	Comunidade Nusoke	26/02/2023	103	Indígenas
Manaus	Acamp. dos Povos Indígenas Remanescentes de Tarumã	03/05/2023	250	Indígenas
Manaus	Comunidade Nusoke	15/10/2023	200	Indígenas
Subtotal: 4			450	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - AMAZONAS: 86			16.805	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	27/12/2023	1.579	Uso e preservação	Pesca predatória
Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	22/07/2023	1.579	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Autazes	Aldeia Taquara	10/01/2023	2	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Itapiranga	Com. Isolada (Provavelmente Povos Pariquis)/Área Explorada pela Eneva/Complexo do Azulão	19/08/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itapiranga	Aldeia Vila Isabel/Complexo do Azulão	19/08/2023	14	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Lábrea	Resex Ituxi	04/12/2023	123	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Nova Olinda do Norte, Borba	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	11/08/2023	1	None	None
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	19/08/2023	237	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Tapauá	Com. Baturité/Tapauá/Calha do Purus	10/05/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tapauá	RDS Piagaçu-Purus/Com. Beabá/Com. Redenção	18/05/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 10			1.959		

Total dos Conflitos no Campo - AMAZONAS: 96

PESSOAS: 75.056

BAHIA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Banzaê	Fazenda Sítio/Comunidade Tuxá Reassentada	22/06/2023	1	Indígenas
Barra	Com. Quilombola Igarité	01/03/2023	450	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	13/03/2023	450	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	05/04/2023	450	Quilombola
Barra, Buritirama	Pé de Serra/Pagêu/Bandara/Carro Quebrado/Tanquinho/Santeiro/Cachaça/Folha Larga/Caraíba/Grota/Olhos d'Água/Umburana/Arrodeio/Brejo de Vara/Cachoeira/Jabira/Sucuruíu/Santa Rosa/Lagoa de Zé Pequeno/Cabeça da Vaca/Jatobazinho/Tanque Velho/Volta d'Anta	10/04/2023	1	Posseiro
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	16/05/2023	95	Quilombola
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	17/05/2023	95	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	31/07/2023	500	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Acampamento Lagoa Dourada	31/07/2023	52	Posseiro
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Bebedouro/Firol	16/11/2023	55	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Rio das Rãs	16/11/2023	1	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Com. Quil. Araçá-Volta/Firol	16/11/2023	200	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Comunidade Quilombola Lagoa do Peixe	16/11/2023	1	Quilombola
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Nova Batalhinha	16/11/2023	100	Quilombola
Bonito	Terra Quilombola Varamé	31/03/2023	85	Quilombola
Bonito	Terra Quilombola Giritana/Gitirana	30/06/2023	130	Quilombola
Cachoeira	Terreiro Icimimó/Terra Vermelha	31/08/2023	1	Religioso
Cachoeira	Com. Quilombola Tabuleiro da Vitória	30/11/2023	350	Quilombola
Cairu	Com. Cova da Onça/São Sebastião/Ilha de Boipeba/Vazamento de Óleo	07/03/2023	190	Pescador
Cairu	Moreré/Ilha de Boipeba	07/03/2023	1	Pescador
Cairu	Monte Alegre/Ilha de Boipeba	07/03/2023	1	Pescador
Cairu	São Francisco/Ilha de Boipeba	07/03/2023	1	Pescador
Cairu	Velha Boipeba/Ilha de Boipeba	07/03/2023	1	Pescador
Camacan	Fazenda Coração de Maria	25/09/2023	24	Sem Terra
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	25/08/2023	400	Camponês de fundo e fecho de pasto
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	30/08/2023	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	02/09/2023	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	20/10/2023	1	Trabalhador Rural
Cansanção	Comunidade Nova Vida	11/12/2023	85	Posseiro
Cansanção	P. A. Nova Esperança/Mineradora Yamana Gold	31/12/2023	112	Assentado
Canudos	Comunidade Aroeira	18/02/2023	1	Camponês de fundo e fecho de pasto
Canudos, Euclides da Cunha, Jeremoabo	Complexo Eólico Canudos	06/09/2023	600	Camponês de fundo e fecho de pasto
Caravelas	Latifúndio Suzano	06/03/2023	516	Sem Terra
Caravelas	Comunidade Quilombola Mutum	14/08/2023	1	Quilombola
Caravelas	Comunidade Quilombola Naiá	14/08/2023	1	Quilombola
Caravelas	Quilombo de Volta Miúda	14/08/2023	120	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá	23/02/2023	225	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá	31/03/2023	250	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá	27/10/2023	62	Sem Terra
Casa Nova	Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho/Acamp. Francisco da Silva	15/03/2023	500	Sem Terra
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Salininha/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia/Salininha	31/05/2023	1.000	Camponês de fundo e fecho de pasto
Cocos	Comunidade de Canguçu (Xacriabá)	13/11/2023	30	Posseiro
Conceição do Almeida	Área Abandonada da EBDA/Acampamento Ana Primavesi	06/04/2023	35	Sem Terra
Cordeiros	Com. Fecho de Pasto Palmeiras	20/05/2023	23	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	22/01/2023	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Com. do Rio Arrojado/Faz. Igarashi	13/02/2023	3.000	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo e Bonito de Cima	23/03/2023	500	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	11/04/2023	53	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	11/04/2023	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	03/05/2023	80	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Com. do Rio Arrojado/Faz. Igarashi	08/08/2023	1.000	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto do Pula-Pula/Bois/Arriba/Abaixo/Com. Tatu/Boa Vista	30/09/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo e Bonito de Cima	30/09/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	12/10/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho do Clemente	12/10/2023	12	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Vale Capão Grosso/Comunidade Boa Vista	12/10/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo e Bonito de Cima	12/10/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	18/11/2023	47	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Comunidade Catolés/Campão Grosso Bonito de Baixo e Bonito de Cima	25/11/2023	300	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto Capão do Modesto	11/12/2023	80	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	12/12/2023		Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	15/12/2023	47	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	16/12/2023		Camponês de fundo e fecho de pasto
Formosa do Rio Preto	Fazenda Tupã/Comunidade São Marcelo	01/01/2023	86	Geraizeiro
Formosa do Rio Preto	Com. Cacimbinha/Arroz/Condomínio Estrondo/Comunidade arroz de Cima/Faz. Conceição/Batalha	04/04/2023	35	Camponês de fundo e fecho de pasto

Formosa do Rio Preto	Com. Cacimbinha/Arroz/Condomínio Estrondo/ Comunidade arroz de Cima/Faz. Conceição/ Batalha	20/07/2023	35	Camponês de fundo e fecho de pasto
Formosa do Rio Preto	Com. Cacimbinha/Arroz/Condomínio Estrondo/ Comunidade arroz de Cima/Faz. Conceição/ Batalha	19/09/2023	35	Camponês de fundo e fecho de pasto
Formosa do Rio Preto	Fazenda Tupã/Comunidade São Marcelo	30/09/2023	86	Geraizeiro
Formosa do Rio Preto	Fazenda Tupã/Comunidade São Marcelo	31/12/2023	86	Geraizeiro
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Saca- truz/São Gonçalo/Gentio das Chagas/Silvério	11/02/2023	17	Camponês de fundo e fecho de pasto
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Saca- truz/São Gonçalo/Gentio das Chagas/Silvério	23/02/2023	17	Camponês de fundo e fecho de pasto
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Saca- truz/São Gonçalo/Gentio das Chagas/Silvério	01/06/2023	17	Camponês de fundo e fecho de pasto
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Saca- truz/São Gonçalo/Gentio das Chagas/Silvério	14/06/2023	17	Camponês de fundo e fecho de pasto
Guaratinga, Itabela	Fazenda Mata Verde	07/02/2023	178	Sem Terra
Ibirapuã	Com. Quilombola Vila Juazeiro	14/08/2023	1	Quilombola
Ibotirama	Com. Quilombola Saco Grande de Tixinha	08/05/2023	26	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	16/06/2023	1	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	17/06/2023	1	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	25/06/2023	1	Quilombola
Itabela	Acampamento Osmar Azevedo	04/04/2023	520	Sem Terra
Itabela	Fazendas São Jorge e Triunfo	04/04/2023	530	Sem Terra
Itaberaba, Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	30/04/2023	30	Sem Terra
Itaju do Colônia	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Vitória	01/06/2023	1	Indígenas
Itaju do Colônia	Fazenda Santo Antônio	21/12/2023		Indígenas
Itanhém	Com. Quilombola Mota	14/08/2023	1	Quilombola
Jacobina	Fazenda Limoeiro	03/03/2023	150	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. São Jorge Correia/Acamp. Celina Cunha	25/02/2023	200	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. Sinésio Tripp/Acamp. Osmar Azevedo	05/04/2023	160	Sem Terra
Jaguaquara	Fazenda Jerusalém/Acamp. Rosimeire Concei- ção	24/04/2023	200	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. São Jorge Correia/Acamp. Celina Cunha	13/07/2023	70	Sem Terra
Jaguaquara	Fazenda em Jaguaquara no sudoeste da Bahia	14/07/2023	1	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. Sinésio Tripp/Acamp. Osmar Azevedo	30/07/2023	60	Sem Terra
Lajedinho	Assentamento Santo Antônio e São José	15/08/2023	25	Assentado
Lauro de Freitas	Com. Quilombola Quingoma	21/06/2023	578	Quilombola
Licínio de Almeida	Com. Taquaril dos Fialhos	30/05/2023	32	Posseiro
Macajuba	Fazenda Recreio	13/03/2023	60	Sem Terra
Macajuba	Fazenda Recreio	14/03/2023	60	Sem Terra
Maracás	Fazenda Louro	08/03/2023	350	Sem Terra
Maracás	Fazenda Louro	09/03/2023	350	Sem Terra
Maracás	Faz. Gentil/Acamp. Márcio Matos	28/03/2023	160	Sem Terra
Maragogipe	Comunidade Quilombola Enseada do Praguaçu	16/01/2023	1	Quilombola
Mata de São João	Quilombo Riacho Santo Antônio - Jitai	05/07/2023	1	Quilombola
Mirangaba	Comunidade de Palmeiras	31/12/2023	350	Quilombola
Mucuri	Faz. Bloco 43 MU/Ocupação Jocelino Farias	28/02/2023	516	Sem Terra
Mucuri	Faz. Bloco 43 MU/Ocupação Jocelino Farias	07/03/2023	80	Sem Terra
Nilo Peçanha	Barra dos Carvalhos	07/03/2023	1	Pescador
Nordestina	Com. Quilombola Grotas	22/08/2023	25	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Fumaça	22/08/2023	42	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Poças	22/08/2023	30	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Lages das Cabras	22/08/2023	35	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão do Sangue	22/08/2023	51	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Nordestina	Com. Quilombola Lagoa das Salinas	22/08/2023	56	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa dos Bois	22/08/2023	55	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa da Cruz	22/08/2023	45	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Palha	22/08/2023	65	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Bom Sucesso	22/08/2023	15	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Tanque Bonito	22/08/2023	15	Quilombola
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão dos Padres	22/08/2023	15	Quilombola
Nova Viçosa	Com. Quilombola Rio do Sul/Acamp. Nelson Mandela	14/08/2023	70	Quilombola
Nova Viçosa	Comunidade Quilombola de Helvécia	14/08/2023	1	Quilombola
Nova Viçosa	Com. Quilombola Cândido Mariano	14/08/2023	1	Quilombola
Novo Horizonte	Quilombo Góis	09/03/2023	30	Quilombola
Oliveira dos Brejinhos	Comunidade Urucuia	04/10/2023	1	Pequeno proprietário
Piatã	Povoado de Cruzes/Malhada Grande	13/07/2023	1	Posseiro
Piripá	Comunidade de Fecho Bonito	22/05/2023	30	Camponês de fundo e fecho de pasto
Piritiba	Acampamento Rosimeire Araújo	21/08/2023	50	Sem Terra
Planaltino	Acamp. Anelicy Sena/Cláudia Sena	09/03/2023	433	Sem Terra
Planaltino	Faz. Reunidas Redenção/Acamp. Estrela Vive	27/04/2023	180	Sem Terra
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	17/01/2023	186	Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	17/03/2023	186	Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	29/05/2023	1	Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	30/05/2023	186	Indígenas
Porto Seguro	Faz. Mirante do Rio Verde/Ocupação	18/07/2023	500	Sem Terra
Porto Seguro	T I Barra Velha do Monte Pascoal	14/08/2023	32	Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	09/10/2023	1	Indígenas
Porto Seguro	Aldeia Velha	25/10/2023	1	Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	14/11/2023	186	Indígenas
Porto Seguro	T.I. Pataxó Itacipuera	19/12/2023	16	Indígenas
Porto Seguro	T.I. Pataxó Itacipuera	27/12/2023	16	Indígenas
Porto Seguro	T.I. Pataxó Itacipuera	29/12/2023	16	Indígenas
Prado	Fazenda Santa Barbara/Retomada T.I Come-xatibá	17/03/2023	45	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Alegria Nova	20/03/2023	50	Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/PA Cumuruxatiba	23/04/2023	75	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Monte Dourado	20/06/2023	50	Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/PA Cumuruxatiba	14/08/2023	75	Indígenas
Quijingue, Banzaê, Ribeira do Pombal	T. I. Indígena Kiriri	22/06/2023	80	Indígenas
Rafael Jambeiro	Acampamento Matilde Rodrigues	13/07/2023	1	Sem Terra
Riacho de Santana	Comunidade Quilombola Sambaíba	04/04/2023	1	Quilombola
Santa Cruz Cabralia	Assent. Gildásio Salles Ribeiro/Faz. São João	07/02/2023	200	Assentado
Santo Amaro	Com. Quilombola de Acupe	22/02/2023	2	Quilombola
Santo Amaro	Com. Quilombola de Acupe	23/02/2023	2	Quilombola
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Limoeiro	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Com. Ribeirinha Cajui	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Com. Ribeirinha Ponta d'Água	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Com. Ribeirinha Tamboar de Cima	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Retiro de Baixo	30/01/2023	181	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha de Pascoal	30/01/2023	1	Ribeirinho

Sento Sé	Com. Ribeirinha Volta da Serra	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Com. Ribeirinha Retiro de Cima	30/01/2023	181	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Andorinhas	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Aldeia	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha de Itapera	30/01/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Limoeiro	31/08/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Aldeia	31/08/2023	1	Ribeirinho
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha de Pascoal	31/08/2023	1	Ribeirinho
Simões Filho	Com. Quilombola Pitanga dos Palmares	17/08/2023	290	Quilombola
Teixeira de Freitas	Latifúndio Suzano	03/03/2023	516	Sem Terra
Valença	Território Guerém/Aldeia de São Fidélis	11/03/2023	1	Indígenas
Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas	27/01/2023	400	Camponês de fundo e fecho de pasto
Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas	26/05/2023	400	Camponês de fundo e fecho de pasto
Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/18 Comunidades Atingidas	09/06/2023	400	Camponês de fundo e fecho de pasto
Subtotal: 172			18.330	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boa Vista do Tupim	Fazenda Boa Esperança	29/04/2023	130	Sem Terra
Camacan	Ocupação da Fazenda Rochedo Espólio	24/01/2023	20	Ocupante
Caravelas	Latifúndio Suzano	27/02/2023	516	Sem Terra
Carinhanha	Faz. Lagoa dos Portácios/Calsete/Assent. Morro do Jatobá	25/01/2023	250	Sem Terra
Casa Nova	Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho/Acamp. Francisco da Silva	18/02/2023	500	Sem Terra
Guaratinga, Itabela	Fazenda Mata Verde	23/04/2023	118	Sem Terra
Itabela	Fazendas São Jorge e Triunfo	03/02/2023	530	Sem Terra
Itaberaba, Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	01/03/2023	30	Sem Terra
Jacobina	Fazenda Limoeiro	27/02/2023	150	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. Sinésio Tripp/Acamp. Osmar Azevedo	30/01/2023	200	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. São Jorge Correia/Acamp. Celina Cunha	05/02/2023	50	Sem Terra
Jaguaquara	Fazenda em Jaguaquara no sudoeste da Bahia	28/02/2023	1	Sem Terra
Jaguaquara	Fazenda Jerusalém/Acamp. Rosimeire Conceição	23/04/2023	200	Sem Terra
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre/Acamp. Abril Vermelho	23/04/2023	200	Sem Terra
Macajuba	Fazenda Recreio	12/03/2023	60	Sem Terra
Maracás	Fazenda Louro	25/02/2023	350	Sem Terra
Mucuri	Faz. Bloco 43 MU/Ocupação Jocelino Farias	27/02/2023	516	Sem Terra
Paulo Afonso	Fazenda Projeto Dipar	17/12/2023	162	Sem Terra
Piritiba	Acampamento Rosimeire Araújo	29/09/2023	25	Sem Terra
Planaltino	Acamp. Anelicy Sena/Cláudia Sena	30/03/2023	180	Sem Terra
Planaltino	Faz. Reunidas Redenção/Acamp. Estrela Vive	30/03/2023	100	Sem Terra
Ponto Novo	Acampamento União	09/10/2023	150	Sem Terra
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	29/05/2023		Indígenas
Porto Seguro, Itamaraju, Porto Seguro, Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	08/10/2023	1	Indígenas
Rafael Jambeiro	Acampamento Edivaldo Sena	17/07/2023	1	Sem Terra
Teixeira de Freitas	Latifúndio Suzano	27/02/2023	516	Sem Terra
Subtotal: 26			4.956	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

CONFLITOS NO CAMPO

Conceição do Almeida	Área Abandonada da EBDA/Acampamento Ana Primavesi	06/04/2023	35	Sem Terra
Jaguaquara	Faz. São Jorge Correia/Acamp. Celina Cunha	13/07/2023	70	Sem Terra
Maracás	Faz. Gentil/Acamp. Márcio Matos	28/03/2023	160	Sem Terra
Planaltino	Faz. Reunidas Redenção/Acamp. Estrela Vive	27/04/2023	100	Sem Terra
Subtotal: 4			365	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - BAHIA: 202			19.033	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Água Fria	Fazenda do Elson/ Rod. BA 084	27/11/2023	6	6	-	Cultura de hortaliças
Barra	Fazenda Simão/ BA161- KM82	20/09/2023	5	5	-	Serviço de vigilância
Cândido Sales	Propriedade de Evandro do Vale	20/09/2023	2	2	-	Cultivo de mandioca
Cândido Sales	Fazenda Boqueirão da Laje	20/09/2023	2	2	1	Extração de Madeira
Cândido Sales	Carvoaria Flor Nativa	15/08/2023	3	3	-	Produção de carvão vegetal
Correntina	Área no município de Correntina-BA	05/11/2023	5	5	1	Sem Informação
Encruzilhada	Fazenda de Café	22/05/2023	25	25	-	Cafezal
Jacobina	Fazenda Pau de Colher	25/10/2023	5	5	-	Lavoura
Maiquinique	Fazenda Pecuarista de Maiquinique	17/11/2023	2	2	-	Pecuaría
Medeiros Neto	Fazenda São José/ BA 290, KM 25/ Córrego da Areia	20/09/2023	2	2	-	Pecuaría
Morpará	Fazenda Itaiara	06/09/2023	3	3	-	Produção de carvão vegetal
Santa Inês	Fazenda de José Wilson Nunes Moura	14/07/2023	11	-	1	None
Várzea Nova	Fazenda Pau de Colher	25/10/2023	6	6	-	Lavoura permanente não especificada
Subtotal: 13			77	66	3	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - BAHIA: 13			77	66	3	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Andaraí	Comunidade Nova Aliança	07/11/2023	23	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Arataca	Faz. Bela Vista/Assent. Terra Vista	14/07/2023	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Belmonte	Com. Indígena Tupinambá Patiburi	11/04/2023	41	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Canudos	Comunidade Aroeira	17/02/2023	1	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Correntina	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	18/12/2023	30	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Correntina	Com. do Rio Arrojado/Faz. Igarashi	10/08/2023	1.000	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Formosa do Rio Preto	Veredas do Riacho Brejão	30/05/2023	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Formosa do Rio Preto	Fazenda Tupã/Comunidade São Marcelo	30/05/2023	80	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Lajedinho	P. A. Nova Vida	17/11/2023	40	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lajedinho	P. A. Biabas	07/11/2023	44	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água

Lajedinho	P. A. Novo Horizonte	07/11/2023	26	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Jaraguá	07/11/2023	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Jaboticabal	07/11/2023	20	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	Povoado São José	07/11/2023	70	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Bela Flor	07/11/2023	25	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Lençóis	P. A. Padre Cícero	07/11/2023	25	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Novo Horizonte	Masote/Rio Pardo	17/12/2023	52	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Santa Maria da Vitória	Comunidade Cafudó dos Gerais-aterramento de nascente	10/08/2023	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santo Amaro	Com. Quilombola de Acupe	24/02/2023	2	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Desidério, Barreiras	PCHs do Rio das Fêmeas e do Rio Grande	30/06/2023	70	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Limoeiro	10/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha Aldeia	10/08/2023	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha de Pascoal	10/08/2023	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Sento Sé	Comunidade Ribeirinha de Pascoal	20/08/2023	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Ubaitaba	Fazenda Cruzeiro do Sul/PA Cruzeiro do Sul	12/08/2023	60	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Wagner	P. A. Rio Bonito	07/11/2023	43	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Chamego	07/11/2023	15	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	P. A. Lagoa Nova	07/11/2023	42	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Cachoeirinha	07/11/2023	140	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Retiro	07/11/2023	29	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Pau Ferro	07/11/2023	10	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Assentamento São Sebastião	07/11/2023	92	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Canta Galo	07/11/2023	10	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Wagner	Comunidade Pé de Serra	07/11/2023	30	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Subtotal: 34			2.264		

Total dos Conflitos no Campo - BAHIA: 249

PESSOAS: 85.265

CEARÁ

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aquiraz	T. I. Lagoa da Encantada	18/08/2023	1	Indígenas
Fortim	União Faz a Força/Otizeiro 1/Otizeiro 2	14/12/2023	400	Sem Terra
Itapipoca, Itarema	T. I. Tremembé da Barra do Mundaú	12/02/2023	130	Indígenas
Itapipoca, Itarema	T. I. Tremembé da Barra do Mundaú	28/02/2023	130	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Jaguaruana	Acampamento Gregório Bezerra	25/02/2023	70	Assentado
Jaguaruana	Acamp. Dom Frangoso	31/12/2023	18	Sem Terra
Massapê	Ocupação Nestor Makhno	15/06/2023	30	Sem Terra
Massapê	Ocupação Nestor Makhno	12/08/2023	30	Assentado
Massapê	Ocupação Nestor Makhno	06/12/2023	30	Assentado
Reriutaba	Fazenda Muquém	04/12/2023		Trabalhador Rural
Subtotal: 10			649	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Fortim	União Faz a Força/Otizeiro 1/Otizeiro 2	14/12/2023	400	Sem Terra
Massapê	Ocupação Nestor Makhno	15/04/2023	30	Sem Terra
Santana do Cariri	Fazenda Sítio Ventura	11/09/2023	85	Sem Terra
Subtotal: 3			515	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - CEARÁ: 13 734

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Beberibe	Sítio Alexandre	15/11/2023	5	5	-	Cultivo de Caju
Pacujá	Fazenda Zé Rocinha	07/11/2023	7	7	-	Extrativismo
Quixadá	Pedreira Povoado de Várzea da Onça	07/02/2023	1	1	-	Pedreira
Reriutaba	Fazenda Muquém	04/12/2023	6	6	-	Extrativismo
Russas	Cerâmica Como é Bom Viver / Sítio Córrego da Catinga	31/01/2023	3	3	-	cerâmica
São Gonçalo do Amarante	Pedreira de Granite	31/01/2023	1	1	-	Pedreira
Subtotal: 6			23	23	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - CEARÁ: 6 23 23 -

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aracati	Com. Quilombola do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	06/03/2023	105	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 1			105		

Total dos Conflitos no Campo - CEARÁ: 20

PESSOAS: 3.379

DISTRITO FEDERAL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília	Assentamento Canaã	13/10/2023	7	Assentado
Brasília	Aldeia Teko Haw/Com. Indígena do Bananal/ St. Noroeste/Brasal/Povo Guajajara/Santuário dos Pajés	08/11/2023	27	Indígenas
Brasília	Assentamento Por do Sol- Faz. Sálvia	18/12/2023	150	Assentado
Subtotal: 3			184	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

Brasília	Ocupação Fassincra	19/08/2023	200	Sem Terra
Subtotal: 1			200	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - DISTRITO FEDERAL: 4			384	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Brasília	Chacara São Geraldo- Núcleo Rural Ponte Alta/Gama	07/08/2023	1	1	-	Sem Informação
Subtotal: 1			1	1	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - DISTRITO FEDERAL: 1			1	1	-	

Total dos Conflitos no Campo - DISTRITO FEDERAL: 5

PESSOAS: 1.537

ESPÍRITO SANTO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aracruz	Aldeia Boa Esperança/Teçoá Porã/Guarani	29/01/2023	1	Indígenas
Aracruz	Aldeia Boa Esperança/Teçoá Porã/Guarani	21/02/2023	1	Indígenas
Aracruz	Área da União Grilada pela Aracruz Celulose/Suzano Papel	17/04/2023	200	Sem Terra
Aracruz	Fazenda Suzano	18/04/2023	200	Sem Terra
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim II/Sapê do Norte/Aracruz	17/02/2023	35	Quilombola
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte/Aracruz	17/02/2023	37	Quilombola
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	17/02/2023	70	Quilombola
Conceição da Barra, São Mateus	Com. Quil. Angelim III/Sapê do Norte/ Com. Nova Vista	17/02/2023	100	Quilombola
Conceição da Barra	Com. Quilombola Roda d' Água/Sapê do Norte	17/02/2023	1	Quilombola
Conceição da Barra, São Mateus	Com. Quilombola São Jorge/Morro das Araras/Sapê do Norte/Aracruz	17/02/2023	70	Quilombola
Conceição da Barra	Comunidade de Nossa Senhora da Penha/Território Quilombola Sapê do Norte	25/02/2023	50	Quilombola
Conceição da Barra	Sítio Marianinha	25/04/2023	1	Pequeno proprietário
São Mateus	Com. Quilombola Serraria/São Cristovão/Sapê do Norte/Aracruz	17/02/2023	45	Quilombola
São Mateus, Conceição da Barra	Comunidade Morro da Onça/Sapê do Norte	17/02/2023	1	Quilombola
São Mateus	Comunidade Quilombola Divino Espírito Santo/Sapê do Norte	17/02/2023	1	Quilombola
São Mateus	Com. Quil. Córrego do Chiado/Sapê do Norte	17/02/2023	1	Quilombola
Subtotal: 16			813	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aracruz	Fazenda Suzano	17/04/2023	200	Sem Terra
Aracruz	Área da União Grilada pela Aracruz Celulose/Suzano Papel	17/04/2023	200	Sem Terra
Conceição da Barra	Comunidade de Nossa Senhora da Penha/Território Quilombola Sapê do Norte	25/02/2023	50	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Conceição da Barra, São Mateus	Com. Quil. Angelim III/Sapê do Norte/ Com. Nova Vista	14/10/2023	100	Quilombola
Subtotal: 4			550	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - ESPÍRITO SANTO: 20			813	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Brejetuba	Fazenda entre Brejeatuba e Aimorés	17/01/2023	17	-	-	Sem Informação
Governador Lindenberg	Fazenda de Café	03/07/2023	14	14	-	Colheita de Café
Linhares	Sítio Dois Irmãos	06/09/2023	4	4	-	Cultivo de café
Linhares	Sítio Dois Irmãos	06/09/2023	1	1	-	Cultivo de café
Marechal Floriano	Sítio Paraná	15/08/2023	1	1	-	Cultivo de café
Nova Venécia	Sítio Boa Esperança	13/06/2023	14	14	-	Produção de Café
Nova Venécia	Área em Nova Venécia	13/06/2023	2	2	-	Serviços de engenharia
Sooretama	Sítio Santa Ângela / Sítio Mangueira, Juncado/ Fazenda de Café	25/04/2023	13	13	2	Colheita de Café
Vila Pavão	Distrito de Praça Rica	29/04/2023	14	10		Manejo de café
Subtotal: 9			80	59	2	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - ESPÍRITO SANTO: 9			80	59	2	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aracruz	Aldeia Boa Esperança/Teoá Porã/Guarani	02/03/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Aracruz, Conceição da Barra, São Mateus	Aldeia Tupinikim Pau-Brasil/Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas	17/09/2023	616	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Aracruz	Aldeia Guarani Três Palmeiras/Mboapy Pindó	02/03/2023	56	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Conceição da Barra	Com. Quilombola do Linharinho	30/05/2023	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição da Barra, São Mateus	Com. Quil. Angelim III/Sapê do Norte/ Com. Nova Vista	23/10/2023	100	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Linhares	Comunidade Pesqueira da Lagoa do Limão/Rio Doce	11/05/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Serra, Fundão	Comunidade Pesqueira de Nova Almeida/Rio Reis Magos	26/05/2023	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 7			1.334		

Total dos Conflitos no Campo - ESPÍRITO SANTO: 36

PESSOAS: 8.668

GOIÁS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Fria de Goiás	Assentamento Filho da Terra	24/03/2023	11	Assentado
Água Fria de Goiás	Assentamento Filho da Terra	15/04/2023	11	Assentado
Aparecida do Rio Doce	Fazenda Cerradão	23/10/2023	60	Sem Terra
Aurilândia	Acamp. Corrente / Faz. Corrente	10/04/2023	65	Sem Terra
Aurilândia	Acamp. Corrente / Faz. Corrente	17/04/2023	65	Sem Terra
Baliza	Assent. Oziel Alves Pereira	12/01/2023	529	Assentado

Baliza	Assent. Oziel Alves Pereira	10/07/2023	529	Assentado
Caçu, Itarumã	Fazenda Cervo Macuco / Acamp. São José - GO206	24/03/2023	28	Sem Terra
Caiapônia	Acampamento Torres do Taquari	29/03/2023	38	Sem Terra
Caiapônia	Acampamento Monte Sinai-GO 221	31/03/2023	42	Sem Terra
Caiapônia	Acampamento Monte Sinai-GO 221	10/04/2023	1	Sem Terra
Caiapônia	Acampamento Monte Sinai-GO 221	11/04/2023	1	Sem Terra
Caiapônia	Acampamento Monte Sinai-GO 221	08/08/2023	42	Sem Terra
Caiapônia	PA Lagoa da Serra/Lote 32	07/10/2023	106	Assentado
Caiapônia	Acampamento Torres do Rio Bonito/GO-221	01/12/2023	1	Sem Terra
Catalão	Acamp. Oziel Alves/Faz. João da Cruz	31/01/2023	37	Sem Terra
Catalão	Com. Coqueiros	05/04/2023	54	Pequeno proprietário
Catalão	Comunidade Macaúba	10/05/2023	12	Pequeno proprietário
Catalão	Com. Mata Preta	10/05/2023	40	Pequeno proprietário
Cavalcante, Monte Alegre de Goiás	Território Quilombola Kalunga/Quilombo Kalunga/Com. Vão de Almas	04/01/2023	215	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	23/03/2023	1	Pequeno proprietário
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/03/2023	1	Quilombola
Cavalcante	Com. Quilombola São Domingos/Tatu/ São José	10/05/2023	70	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/05/2023	1	Pequeno proprietário
Cavalcante	Com. Quilombola São Domingos/Tatu/ São José	26/05/2023	70	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	01/06/2023	1	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	25/06/2023	1	Pequeno proprietário
Cavalcante	Comunidade Vermelho	01/08/2023	1	Posseiro
Cavalcante	Comunidade Rocinha	01/08/2023	35	Posseiro
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	01/08/2023	1	Pequeno proprietário
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/10/2023	1	Pequeno proprietário
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	19/12/2023	1	Pequeno proprietário
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	28/03/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	23/06/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	26/06/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	30/06/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	03/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	07/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	10/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	14/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	17/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	21/07/2023	23	Sem Terra
Doverlândia, Caiapônia	Acamp. Paraíso na GO-221	24/07/2023	23	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	07/01/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	23/01/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	31/01/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	09/02/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	17/02/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	20/02/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	28/02/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	06/03/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	23/03/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	31/03/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	03/04/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	05/05/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	10/05/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	23/06/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	26/06/2023	280	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	03/07/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	11/08/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	24/11/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	30/11/2023	280	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	01/12/2023	280	Sem Terra
Hidrolândia	Fazenda São Lukas/Acamp. Dona Neura	25/03/2023	600	Sem Terra
Hidrolândia	Fazenda São Lukas/Acamp. Dona Neura	17/08/2023	600	Sem Terra
Hidrolândia	Fazenda São Lukas/Acamp. Dona Neura	26/09/2023	600	Sem Terra
Iaciara	Com. Quilombola do Levantado	02/02/2023	42	Quilombola
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	17/03/2023	49	Sem Terra
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	06/04/2023	49	Sem Terra
Ipameri	Faz. Buriti/Corumbá Velho/Pré-Assent. Ana Ferreira	11/04/2023	49	Sem Terra
Jataí	Acampamento Mundo Novo/ BR-364	06/02/2023	33	Sem Terra
Jataí	Acampamento Mundo Novo/ BR-364	13/02/2023	33	Sem Terra
Jataí	Acampamento Mundo Novo/ BR-364	10/03/2023	33	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	08/03/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	09/03/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	10/03/2023	46	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	01/05/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	10/05/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	12/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	13/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	16/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	19/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	23/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	26/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	30/06/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	03/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	07/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	10/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	14/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	17/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	21/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	24/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	28/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	31/07/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	07/08/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	18/09/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	25/09/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	26/09/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	16/10/2023	60	Sem Terra
Jaupaci	Acamp. Garça Branca/GO-173/Faz. Itaipava	08/11/2023	60	Sem Terra
Jussara	Acamp. Jussara / GO324	12/02/2023	36	Sem Terra
Jussara, Fazenda Nova	Acampamento Coqueiral	12/03/2023	50	Sem Terra
Mairipotaba	Projeto de Acampamento Vitória / GO 217 - km 103	15/03/2023	168	Sem Terra
Mimoso de Goiás	Com. Quilombola Filipanos Queixo Dantas	04/11/2023	35	Quilombola
Mineiros	Acamp. Campo Alegre / Fazenda Três Pilões	04/04/2023	165	Sem Terra
Mineiros	Comunidade Quilombola do Cedro	11/12/2023	61	Quilombola
Niquelândia	Acampamento Terra Goiás	05/11/2023	230	Sem Terra
Niquelândia	Assentamento Acaba Vida	11/12/2023	177	Assentado
Nova Roma	Quilombo Família Magalhães	29/04/2023	35	Quilombola

Paraúna	Acamp. Prol da Terra/Fazenda Velha/Fazenda Ursa	13/04/2023	26	Sem Terra
Paraúna	Acamp. Prol da Terra/Fazenda Velha/Fazenda Ursa	21/12/2023	26	Sem Terra
Piranhas	Acamp. Che Guevara/Faz. Vale dos Buritis	07/04/2023	35	Sem Terra
Planaltina	Faz. Córrego Bonito/PA Nova Jerusalém	28/01/2023	21	Sem Terra
Rio Verde, Montividiu	Acamp. Bom Sucesso/ Rio Verdinho - GO 174	07/03/2023	32	Sem Terra
Rio Verde, Montividiu	Acamp. Bom Sucesso/ Rio Verdinho - GO 174	15/03/2023	32	Sem Terra
Santa Cruz de Goiás	Comunidade Quilombola Mucambo	18/02/2023	1	Quilombola
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe	16/05/2023	21	Posseiro
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	06/03/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	24/03/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	30/03/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	01/05/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	02/05/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	03/05/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	12/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	16/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	19/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	23/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	27/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	30/06/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	03/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	07/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	10/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	14/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	17/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	21/07/2023	180	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	07/10/2023	180	Sem Terra
São Miguel do Araguaia	Acamp. Areião / GO164 - KM 35	04/04/2023	182	Sem Terra
Subtotal: 137			3.887	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aparecida do Rio Doce	Fazenda Cerradão	22/10/2023	60	Sem Terra
Hidrolândia	Fazenda São Lukas/Acamp. Dona Neura	25/03/2023	600	Sem Terra
Hidrolândia	Fazenda São Lukas/Acamp. Dona Neura	24/07/2023	600	Sem Terra
Subtotal: 3			660	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - GOIÁS: 140 **3.887**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Acreúna	Fábrica de Ração	16/03/2023	13	13	-	Produção de Ração
Acreúna	Canavial da Agropecuária Nova Gália	16/03/2023	138	138	-	Cana-de-açúcar
Água Fria de Goiás	Fazenda São Paulo	15/08/2023	84	84	-	Cebola
Anicuns	Usina Anicuns S/A Álcool e Derivados	15/08/2023	30	20	-	Cana-de-açúcar
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Santa Beatriz	22/10/2023	83	83	-	Alho e Cenoura
Goianápolis	Avenida Bela Vista/Lote 4/Nossa Senhora de Fátima	30/04/2023	8	8	-	Extração de varas de bambu
Goiás	Fazenda Boa Esperança	22/08/2023	3	3	-	Carvão vegetal
Heitorai	GO-427/12 Km de Itaguara	19/10/2023	4	4	-	Extração de madeira
Inhumas	Usina Centroalcool	16/10/2023	53	53	-	Cana-de-açúcar

CONFLITOS NO CAMPO

Itumbiara	Usina da Bunge Bioenergia/Terceirizada SS Nascimento Serviços e Transporte	17/03/2023	212	212	-	Cana-de-açúcar
Monte Alegre de Goiás	GO-118/Sentido Monte Alegre de Goiás/Km 279	30/04/2023	1	1	-	Criação de bufalinos (pecuária)
Monte Alegre de Goiás	Fazenda Santa Rita	11/04/2023	1	1	-	Criação de bufalinos (pecuária)
Nova Glória	Zona Rural em Nova Glória	30/03/2023	8	8	-	Extração de varas de bambu
Novo Gama	Fazenda Ponte de Pau	30/03/2023	8	8	-	Derrubada e corte de eucaliptos
Quirinópolis	Fazenda Sete Lagoas/Rod. GO-319	25/03/2023	1	1	-	Caseiro (serviços gerais)
Santa Bárbara de Goiás	Fazenda Amburana	27/09/2023	49	49	-	Extração de palha de milho
Trombas	Fazenda Lagoa do Leite	03/07/2023	13	13	-	Criação de bovinos (pecuária)
Subtotal: 17			709	699	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - GOIÁS: 17			709	699	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Catalão	Com. Coqueiros	17/08/2023	54	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Catalão	Com. Mata Preta	06/07/2023	40	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Catalão	Comunidade Macaúba	25/07/2023	12	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	24/01/2023	280	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Formosa	Com. Rural Associação São João dos Gonçalves e Mandioccal	28/09/2023	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Ipameri	Comunidade Ribeirão	08/11/2023	50	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Mimoso de Goiás	Com. Quilombola Filipanos Queixo Dantas	01/11/2023	35	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Minaçu	Comunidade Mata Boa	01/08/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Nova Roma	Quilombo Família Magalhães	02/02/2023	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Helena de Goiás	Acamp. Leonir Orback/Faz. Ouro Branco	30/05/2023	180	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Subtotal: 10			688		

Total dos Conflitos no Campo - GOIÁS: 167

PESSOAS: 19.009

MARANHÃO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Faz. São Bento	06/06/2023	500	Sem Terra
Alcântara	Com. Quilombola Ilha do Cajual	25/01/2023	1	Quilombola
Alcântara	Com. Quil. Vista Alegre/Centro de Lançamento de Alcântara	29/03/2023	32	Quilombola
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	08/03/2023	35	Posseiro

Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/ TG Agroindústria	30/05/2023	35	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão, Timbiras	Com. Quilombola Mamorana/Território Campestre	15/06/2023	34	Quilombola
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora/Campestre	24/12/2023	42	Assentado
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	09/01/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	28/01/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	31/01/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	15/03/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	15/06/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	26/06/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão	Comunidade Belo Monte 3	10/08/2023	19	Quilombola
Amarante do Maranhão	T. I. Governador	15/08/2023	655	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	27/10/2023	1.329	Indígenas
Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticu- pu, Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	30/11/2023	1.329	Indígenas
Anajatuba	Povoado Fomento	09/02/2023	1	Posseiro
Arari	Com. Estiva/Búfalos	04/11/2023	30	Posseiro
Arari	Com. Estiva/Búfalos	05/11/2023	30	Posseiro
Arari	Com. Flexeiras/Búfalos	10/12/2023	1	Quilombola
Bacabal	Com. Quilombola Mata Fome	31/12/2023	350	Quilombola
Balsas	Gleba Picos/Faz. Picos/Associação Caminhos dos Gerais	05/01/2023	317	Posseiro
Balsas	P. A. Gado Bravinho	13/01/2023	21	Assentado
Balsas	P. A. Gado Bravinho	25/01/2023	21	Assentado
Balsas	Gleba Picos/Associação Novo Horizonte	31/01/2023	57	Posseiro
Balsas	P. A. Gado Bravinho	17/06/2023	21	Assentado
Balsas	Com. Bom Acerto/Data Flor do Tempo	23/08/2023	8	Posseiro
Balsas	Com. Bom Acerto/Data Flor do Tempo	20/09/2023	8	Posseiro
Balsas	Comunidade Santa Dulce dos Pobres	27/09/2023	42	Posseiro
Balsas	P. A. Gado Bravinho	16/11/2023	21	Assentado
Barra do Corda	Pov. São Francisco/Pov. Estevão	03/02/2023	73	Posseiro
Barra do Corda	Pov. São Francisco/Pov. Estevão	11/02/2023	73	Posseiro
Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Mirador	T. I. Porquinhos	02/04/2023	169	Indígenas
Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Mirador	T. I. Porquinhos	17/08/2023	169	Indígenas
Barra do Corda	Pov. São Francisco/Pov. Estevão	10/11/2023	73	Posseiro
Bom Jardim, São João do Carú	T. I. Caru	12/06/2023	100	Indígenas
Bom Jardim, São João do Carú	T. I. Caru	10/07/2023	100	Indígenas
Brejo, Buriti	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	16/06/2023	1.859	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Cantanhede, Vargem Grande	Pov. Buriti/Território Quilombola Tambá/Livramento/Corrente/Cajueiro/Outeiro	11/03/2023	30	Quilombola
Cedral	Engole	31/12/2023	63	Quilombola
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	14/10/2023	375	Indígenas
Centro Novo do Maranhão, Araguanã, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá, Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	27/11/2023	375	Indígenas
Chapadinha	PA Veredão	30/06/2023	55	Assentado
Chapadinha	PA Veredão	01/07/2023	55	Assentado
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	15/03/2023	75	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	31/03/2023	8	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	08/07/2023	75	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	09/07/2023	75	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	19/07/2023	51	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santo Antônio dos Pretos	10/08/2023	300	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	30/09/2023	75	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira	21/10/2023	38	Quilombola
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	22/10/2023	22	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	25/10/2023	75	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	18/11/2023	75	Quilombola
Colinas	Com. Quilombola Peixes	14/08/2023	60	Quilombola
Colinas	Com. Quilombola Peixes	15/08/2023	60	Quilombola
Coroatá	Pov. Escondido/Gleba Tatajuba	30/11/2023	40	Posseiro
Duque Bacelar	Povoado Roça do Meio	17/03/2023	21	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Comunidade Boa Esperança/Fazenda Boa Esperança	05/01/2023	8	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Comunidade Boa Esperança/Fazenda Boa Esperança	07/01/2023	8	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Comunidade Boa Esperança/Fazenda Boa Esperança	09/01/2023	8	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	14/01/2023	19	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	15/01/2023	19	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	22/01/2023	19	Posseiro
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	28/01/2023	19	Posseiro
Godofredo Viana, Cândido Mendes	Comunidade Aurizona	07/11/2023	70	Posseiro
Governador Edison Lobão	Fazenda Vila Rica	31/10/2023	150	Sem Terra
Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras	T. I. Cana Brava/Guajajara/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro/Silvino/Musun/Nova Vitoriano	24/01/2023	4.500	Indígenas
Grajaú, Itaipava do Grajaú	T. I. Urucu-Juruá/Guajajara	25/04/2023	208	Indígenas
Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras	T. I. Cana Brava/Guajajara/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro/Silvino/Musun/Nova Vitoriano	25/04/2023	4.500	Indígenas

Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras	T. I. Cana Brava/Guajajara/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro/Silvino/Musun/Nova Vitoriano	10/05/2023	4.500	Indígenas
Grajaú, Itaipava do Grajaú	T. I. Urucu-Juruá/Guajajara	10/05/2023	208	Indígenas
Igarapé do Meio	Com. Vila Bela	25/01/2023	25	Posseiro
Igarapé do Meio	Com. Vila Bela	04/06/2023	25	Posseiro
Igarapé do Meio	Com. Vila Bela	29/07/2023	25	Posseiro
Igarapé do Meio	Com. Vila Bela	07/08/2023	25	Posseiro
Igarapé do Meio	Com. Vila Bela	07/09/2023	25	Posseiro
Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras	T. I. Lagoa Comprida/Aldeias Leite/Decente	25/04/2023	201	Indígenas
Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras	T. I. Lagoa Comprida/Aldeias Leite/Decente	10/05/2023	201	Indígenas
Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda Toco Preto	16/06/2023	87	Indígenas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Jaibara	27/10/2023	58	Quilombola
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	16/11/2023	66	Posseiro
Junco do Maranhão	Com. Vilela/Gleba Campina	29/11/2023	66	Posseiro
Lima Campos	Quilombo Bom Jesus dos Pretos	27/11/2023	1	Quilombola
Magalhães de Almeida	Fazenda Situada no Povoado do Sapo	10/10/2023	1	Pescador
Magalhães de Almeida	Porteirinha/Comunidade Tradicional	01/12/2023	25	Extrativista
Magalhães de Almeida	São João/Comunidade Tradicional	01/12/2023	25	Extrativista
Matões	Com. Quilombola Tanque de Rodagem/São João	06/10/2023	52	Quilombola
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	18/03/2023	31	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	31	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	31/08/2023	31	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	01/09/2023	31	Posseiro
Mirador	Com. Tradicional Sucuruju/Travessia do Mirador/Parque Estadual do Mirador	07/08/2023	300	Posseiro
Mirador	Com. Buritizinho/Parque Estadual do Mirador	09/08/2023	300	Posseiro
Mirador	Com. Ribeiro/Ribuleira/Parque Estadual do Mirador	11/11/2023	4	Posseiro
Mirinzal	Com. Quilombola Maiabi	30/08/2023	36	Quilombola
Mirinzal	Quilombo Maxixi PA Livramento	30/08/2023	95	Quilombola
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	01/02/2023	254	Indígenas
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	06/02/2023	254	Indígenas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	30/08/2023	64	Posseiro
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	07/01/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	08/01/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	21/02/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	24/02/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	20/03/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	07/05/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Guerreiro	04/08/2023	80	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	22/10/2023	178	Quilombola
Parnarama	Com. Quilombola Guerreiro	22/12/2023	100	Quilombola
Pastos Bons	Território Quilombo Jacú	19/04/2023	40	Quilombola
Pastos Bons	Localidade Jurema	14/07/2023	1	Posseiro
Pastos Bons	Território Quilombo Jacú	08/08/2023	40	Quilombola
Pastos Bons	Território Quilombo Jacú	21/09/2023	40	Quilombola
Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral Cabeça Branca	10/08/2023	44	Quilombola

CONFLITOS NO CAMPO

Peri Mirim	Com. Quilombola Rio da Prata/Território Pericumã	10/08/2023	141	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã	23/12/2023	450	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã	24/12/2023	450	Quilombola
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	14/08/2023	17	Quilombola
Pirapemas	Parnamirim	18/08/2023	9	Quilombola
Presidente Vargas	Território Quilombola Lagoa Grande/Caldeirões	10/05/2023	38	Quilombola
Raposa	T.I. Tremembé Raposa	02/05/2023	1	Indígenas
Raposa	T.I. Tremembé Raposa	27/07/2023	1	Indígenas
Rosário	Com. Quilombola Miranda do Rosário	27/11/2023	1	Quilombola
Sambaíba	Comunidade em Sambaíba	28/03/2023	2	Posseiro
Santa Helena	Comunidade Quilombola São Raimundo	11/04/2023	1	Quilombola
Santa Helena	Comunidade Quilombola São Raimundo	15/04/2023	1	Quilombola
Santa Helena	Bacuri	19/09/2023	75	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça	21/03/2023	60	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça	29/10/2023	60	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça	09/11/2023	60	Quilombola
Santa Luzia	Acampamento Baixão do Açai	20/09/2023	100	Sem Terra
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Baixão dos Rochas	19/03/2023	60	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Baixão dos Rochas	21/03/2023	60	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	Santa Maria/P. A. Antônio Marcos de Jesus	02/04/2023	97	Assentado
São Benedito do Rio Preto	Assent. São Luís/Picos	02/04/2023	54	Assentado
São Benedito do Rio Preto	Santa Emília	02/04/2023	86	Posseiro
São Benedito do Rio Preto	P. A. Maria Rodrigues/Lagoa da Lúcia	02/04/2023	44	Assentado
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre/Comunidade Quilombola	12/09/2023	25	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Primeiro Brejo/Jacarezinho/Brejinho/Bom Descanso	02/04/2023	14	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Primeiro Brejo/Jacarezinho/Brejinho/Bom Descanso	24/05/2023	45	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Primeiro Brejo/Jacarezinho/Brejinho/Bom Descanso	25/05/2023	87	Quilombola
São João do Soter	Território Quilombola Jacarezinho/Com. Primeiro Brejo/Jacarezinho/Brejinho/Bom Descanso	31/05/2023	45	Quilombola
São José de Ribamar	Com. Tremembé do Engenho	15/06/2023	60	Indígenas
São Luís	Povoado Portinho/Ilha de Tauá-Mirim/Resex Tauá Mirim	22/07/2023	1	Pescador
São Luís	Rio dos Cachorros/Resex Tauá-Mirim	22/07/2023	47	Pescador
São Luís	Comunidade do Limoeiro	22/07/2023	5	Pescador
São Luís	Com. Porto Grande/Resex Tauá-Mirim	22/07/2023	630	Posseiro
São Luís	Com. Vila Maranhão/Vila São Luis	22/07/2023	50	Pequeno proprietário
São Luís	Comunidade Cajueiro	22/07/2023	500	Assentado
São Luís	Povoado Amapá/Ilha de Tauá-Mirim/Resex Tauá Mirim	22/07/2023	1	Pescador
São Luís	Povoado Tauá-Mirim /Ilha de Tauá-Mirim/Resex Tauá Mirim	22/07/2023	1	Pescador
São Luís	Povoado Embaubal/Ilha de Tauá-Mirim/Resex Tauá Mirim	22/07/2023	1	Pescador
São Luís	Povoado Jacamim/Ilha de Tauá-Mirim/Resex Tauá Mirim	22/07/2023	1	Pescador
São Luís	Com. Taim/Resex Tauá-Mirim	10/08/2023	120	Quilombola
São Luís	Comunidade Cajueiro	06/12/2023	1	Assentado
Serrano do Maranhão	Quilombo Vera Cruz	31/12/2023	68	Quilombola

Timbiras	Comunidade Macaquinhos/Território Campestre	16/09/2023	12	Posseiro
Timbiras	Comunidade Alegria/Território Campestre	22/09/2023	40	Posseiro
Timbiras	Comunidade Capoeira/Território Campestre	07/10/2023	20	Posseiro
Timbiras	Comunidade Capoeira/Território Campestre	30/10/2023	20	Posseiro
Tuntum	Povo Krenyê	20/03/2023	75	Índigenas
Turilândia	Com. Quilombola Pindobal de Fama	06/02/2023	39	Quilombola
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria	05/06/2023	200	Quilombola
Urbano Santos, Belágua	Juçaral	17/07/2023	8	Posseiro
Zé Doca	Faz. Catão/Acamp. Nova Esperança II/Antiga Área da Colone	30/04/2023	1	Pequeno proprietário
Zé Doca, Bom Jardim, Carutapeira, Grajaú, Turiaçu	Área Indígena Awá - Guajá	21/08/2023	90	Índigenas
Zé Doca, Bom Jardim, Carutapeira, Grajaú, Turiaçu	Área Indígena Awá - Guajá	22/08/2023	90	Índigenas
Zé Doca	Faz. Catão/Acamp. Nova Esperança II/Antiga Área da Colone	18/09/2023	1	Pequeno proprietário
Subtotal: 170			17.074	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Governador Edison Lobão	Fazenda Vila Rica	31/10/2023	150	Sem Terra
Subtotal: 1			150	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MARANHÃO: 171			17.074	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda Minas Gerais	08/07/2023	18	18	-	Carvão vegetal
Aldeias Altas	Fazenda Vontobel/Pov. Lagoa do Arroz	09/05/2023	8	8	-	Soja
Alto Parnaíba	Fazenda do Régis/Faz. Espírito Santo	01/11/2023	2	2	-	Mineração (extração de pedras e britamento)
Amarante do Maranhão	Fazenda Pasto Verde	22/09/2023	2	2	-	Pecuária (criação de bovinos)
Balsas	Granja Mergulhão/Km 384/BR-230	15/08/2023	23	23	-	Avicultura (produção de ovos)
Codó	Fazenda Sol Nascente	30/07/2023	4	4	-	Pecuária
Grajaú	Fazenda São Paulo	08/07/2023	1	1	-	Carvão vegetal
Loreto	Carvoaria Fazenda Teles	15/08/2023	3	3	-	Produção de carvão vegetal (carvoaria)
Nova Colinas	Faz. Morro Redondo/Pov. Riachão	01/11/2023	3	3	-	Extração de pedra e britamento (mineração)
Pastos Bons	Pedreira do Povoado Fortes	06/09/2023	5	5	-	Pedreira (mineração)
Riachão	Pedreira na Zona Rural de Riachão	08/07/2023	2	2	-	Extração de pedras e britamento (mineração)
São João do Paraíso	Fazenda Lajeado	15/02/2023	17	17	-	Carbonizadores, cozinheira, entre outros (carvoaria)
Timon	Povoados São José e Sítio Escuro	15/08/2023	16	16	-	Carnaúba
Subtotal: 13			104	104	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MARANHÃO: 13			104	104	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alto Alegre do Maranhão, Timbiras	Com. Quilombola Mamorana/Território Campestre	27/02/2023	34	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Bacabal	Com. Quilombola Mata Fome	30/12/2023	350	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cantanhede, Vargem Grande	Pov. Buriti/Território Quilombola Tambá/Livramento/Corrente/Cajueiro/Outeiro	12/03/2023	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Godofredo Viana, Cândido Mendes	Comunidade Aurizona	02/12/2023	70	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Rio do Curral	24/11/2023	56	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Aranha	24/11/2023	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Mata de Pantaleão	24/11/2023	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mirinzal	Com. Quilombola Maiabi	24/11/2023	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	T. I. Krikati	07/02/2023	254	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Parnarama	Com. Quilombola Guerreiro	30/05/2023	100	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	30/05/2023	178	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Pastos Bons	Localidade Jurema	08/08/2023	1	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã	25/12/2023	450	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Helena	Pau Pombo dos Pretos	14/06/2023	59	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Helena	Com. Quilombola São Roque	14/06/2023	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Helena	Chapadinha I	14/06/2023	90	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Helena	Comunidade Quilombola São Raimundo	14/06/2023	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Helena	Janubeira/Janaubeira/Bem Fica	14/06/2023	70	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
São Luís	Com. Camboa dos Frades/Resex Tauá-Mirim	10/08/2023	70	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
São Luís	Comunidade do Limoeiro	18/06/2023	5	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Brasília	14/06/2023	45	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Urbano Santos, Belágua	Juçaral	18/07/2023	8	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Subtotal: 22			1.962		

Total dos Conflitos no Campo - MARANHÃO: 206

PESSOAS: 76.248

MATO GROSSO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasnorte	T.I. Irantxe/Manoki	23/05/2023	94	Indígenas
Brasnorte	T. I. Menkü	23/05/2023	58	Indígenas
Brasnorte	T.I. Erikpatsá/Rikbaktsa	23/05/2023	169	Indígenas

Campinápolis, Nova Xavantina	T. I. Parabubure/Xavante	22/09/2023	18	Indígenas
Campo Novo do Parecis, Sapezal	T. I. Utiariti	23/05/2023	102	Indígenas
Cláudia	UHE de Sinop/Assent. 12 de Outubro/PAC	26/05/2023	140	Assentado
Colíder, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Vila Rica	T. I. Kapot Nhinore	19/09/2023	15	Indígenas
Colíder, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Vila Rica	T. I. Kapot Nhinore	02/10/2023	15	Indígenas
Colniza, Aripuanã	Reserva Extrativista (Resex) Guariba-Roosevelt	03/03/2023	109	Seringueiro
Colniza, Rondolândia	T. I. Piripkura	14/07/2023	4	Indígenas
Comodoro, Nova Lacerda	T. I. Vale do Guaporé/Nambyqwara	14/05/2023	121	Indígenas
Comodoro, Colniza	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	16/05/2023	17	Indígenas
Comodoro, Colniza	T. I. Kawahiva do Rio Pardo	15/09/2023	17	Indígenas
Gaúcha do Norte, Paranatinga	TI Batovi	26/04/2023	5	Indígenas
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	27/09/2023	198	Sem Terra
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	10/10/2023	198	Sem Terra
Juína, Vilhena	T. I. Parque do Aripuanã	11/04/2023	99	Indígenas
Juína	Vila de Fontanillas	14/04/2023	1	Indígenas
Juína	Gleba Rio do Ouro	03/05/2023	50	Posseiro
Juína, Comodoro, Sapezal	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	23/05/2023	184	Indígenas
Juína, Comodoro, Sapezal	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	25/06/2023	400	Indígenas
Juína, Aripuanã	T. I. Aripuanã/Cinta Larga	02/11/2023	88	Indígenas
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade Barreiro	04/12/2023	1	Quilombola
Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T. I. Sararé	02/05/2023	47	Indígenas
Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T. I. Sararé	18/09/2023	47	Indígenas
Novo Mundo	Gl. Nhandú/Faz. Recanto/5 Estrelas/PDS Nova Conquista II	28/02/2023	70	Sem Terra
Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade	T.I. Portal do Encantado	12/11/2023	262	Indígenas
Poxoréo	Assentamento Nova Maringá	24/01/2023	75	Assentado
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	15/02/2023	3	Sem Terra
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisioli/Faz. São Sebastião	25/07/2023	100	Sem Terra
Santo Antônio do Leverger	Comunidade Quilombola Abolição	12/04/2023	22	Quilombola
Santo Antônio do Leverger	T.I. Tereza Cristina	20/08/2023	127	Indígenas
São Félix do Araguaia	Comunidade Taboca	08/01/2023	100	Posseiro
São Félix do Araguaia	Comunidade Taboca	10/01/2023	100	Posseiro
São Félix do Araguaia	Comunidade Taboca	23/01/2023	1	Posseiro
São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia	T. I. Marãiwatsédé/Xavante	31/01/2023	195	Indígenas
São Félix do Araguaia	Comunidade Taboca	13/02/2023	11	Posseiro
Sapezal	T.I. Tírecatinga	23/05/2023	44	Indígenas
Tapurah, Itanhangá	Assent. Tapurah/Itanhangá	18/06/2023	246	Assentado
Subtotal: 39			2.977	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cotriguaçu	Fazenda Pau D'alho	08/01/2023	80	Sem Terra
Subtotal: 1			80	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MATO GROSSO: 40			3.057	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Cáceres	Sítio Vista Alegre	15/08/2023	1	1	-	PECUÁRIA DE CORTE
Nova Xavantina	Faz. Conquista/ Agropecuária Filadélfia	25/03/2023	4	1	-	Extração de Madeira
Nova Xavantina	Faz. Conquista/ Agropecuária Filadélfia	20/09/2023	3	3	-	Corte de Eucalipto
Subtotal: 3			8	5	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MATO GROSSO: 3			8	5	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Água Boa	T.I. Areões/Xavante	20/06/2023	336	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	20/06/2023	712	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brasnorte	T.I. Erikpatsá/Rikbaktsa	11/04/2023	169	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Canarana, Ribeirão Casca-lheira	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	20/06/2023	440	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Cuiabá	UHE Manso/Pescadores	30/01/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	28/09/2023	198	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade Cumbaru	30/05/2023	25	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Novo São Joaquim, General Carneiro, Poxoréo, Primavera do Leste	T. I. Sangradouro/Volta Grande/Xavante	20/06/2023	225	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 8			2.106		

Total dos Conflitos no Campo - MATO GROSSO: 51

PESSOAS: 20.660

MATO GROSSO DO SUL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambai	Terra Indígena Aldeia Limão Verde	17/03/2023	450	Indígenas
Amambai, Caarapó, Laguna Carapã	Terra Indígena Dourados-Amambaipaguá I	17/03/2023	1.450	Indígenas
Amambai, Caarapó, Laguna Carapã	Terra Indígena Dourados-Amambaipaguá I	30/03/2023	1.450	Indígenas
Amambai	T. I. Amambai	31/03/2023	2.000	Indígenas
Amambai	Com. Indígena Guapo'y	31/03/2023	2.000	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	31/03/2023	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	07/12/2023	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	08/12/2023	150	Indígenas
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	13/12/2023	150	Indígenas
Aquidauana	Território Indígena Agachi/Indígenas Kinikinau	09/03/2023	200	Indígenas
Aquidauana	T. I. Limão Verde	31/03/2023	316	Indígenas
Aquidauana, Caarapó	T.I. Jeroky Guasu	31/03/2023	20	Indígenas
Aquidauana	T. I. Taunay Ipegue	31/03/2023	1.022	Indígenas

Aquidauana	T. I. Taunay Ipegue	21/09/2023	1.022	Indígenas
Aral Moreira	Com. Indígena Guaiviry	31/03/2023	1	Indígenas
Aral Moreira	T. I. Guasuti	18/09/2023	167	Indígenas
Caarapó	Com. Tey'i Juçu/Tey'i Jusu	31/03/2023	30	Indígenas
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/Kununi Poty Vera/T. I. Dourados Amambai Peguá	31/03/2023	40	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	31/03/2023	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Pindo Roky/Itaguá/Retomada das Mães/ Faz. Novilho/Nhandeva/T. I. Dourados Amambai Peguá	31/03/2023	150	Indígenas
Caarapó	Nhamoi Guaviray/Faz. Água Branca	31/03/2023	30	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	10/05/2023	20	Indígenas
Caarapó	T. I. Guyraroká	06/07/2023	20	Indígenas
Campo Grande, Jaraguari	Assentamento Estrela	18/10/2023	250	Assentado
Coronel Sapucaia	T. I. Taquaperi	31/03/2023	834	Indígenas
Coronel Sapucaia, Amambai	Terra Indígena Kurussu Ambá/Iguatemipeguá II	31/03/2023	50	Indígenas
Douradina, Itaporã	T. I. Panambi Lagoa Rica	31/03/2023	254	Indígenas
Dourados	Retomada Indígena Yvu Verá/Yvo Vera	14/03/2023	5	Indígenas
Dourados	Terra Indígena Dourados-Amambaipeguá III/ Passo Piraju/Nu Porã	17/03/2023	1	Indígenas
Dourados	Faz. São José/Com. Pacurity/T. I. Dourados Peguá	17/03/2023	80	Indígenas
Dourados	Picadinha/Guarani Kaiowá	17/03/2023	19	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	17/03/2023	3.755	Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Curral de Arame	17/03/2023	5	Indígenas
Dourados	Pakurity	17/03/2023	10	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	29/03/2023	3.755	Indígenas
Dourados	Território Indígena Nu Porã/Amambai-peguá IV	31/03/2023	1	Indígenas
Dourados	Terra Indígena Boqueirão	31/03/2023	1	Indígenas
Dourados	Terra Indígena Apykai	31/03/2023	1	Indígenas
Dourados, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Japorã, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru	Terra Indígena Nhandeva-Pegua	31/03/2023	1	Indígenas
Dourados	Retomada Indígena Yvu Verá/Yvo Vera	08/04/2023	5	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	09/04/2023	3.755	Indígenas
Dourados	Retomada Indígena Yvu Verá/Yvo Vera	10/04/2023	5	Indígenas
Dourados	Acampamento Santa Felicidade	03/05/2023	1	Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Curral de Arame	05/05/2023	5	Indígenas
Dourados	Retomada Yvy Rovy Poty/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	07/08/2023	15	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	13/08/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	15/08/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	16/08/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	17/08/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	18/08/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	12/09/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	13/09/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	01/10/2023	135	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	06/10/2023	135	Indígenas
Dourados	T. I. Panambizinho	15/11/2023		Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	26/11/2023	3.755	Indígenas
Dourados	T. I. Panambizinho	12/12/2023	101	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	17/03/2023	20	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipegua/Com. Indígena Pyelito Kue	14/06/2023	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipegua/Com. Indígena Pyelito Kue	18/11/2023	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipegua/Com. Indígena Pyelito Kue	22/11/2023	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipegua/Com. Indígena Pyelito Kue	24/11/2023	20	Indígenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipegua/Com. Indígena Pyelito Kue	16/12/2023	20	Indígenas
Ivinhema	Gleba Azul	31/10/2023	2	Posseiro
Japorã	Fazenda Fernanda	20/02/2023	20	Sem Terra
Japorã	T. I. Ivy Katu	31/03/2023	1.007	Indígenas
Jateí	Aldeinha	31/03/2023	1	Indígenas
Juti	T. I. Taquara/Takuara	31/03/2023	73	Indígenas
Miranda	Terra Indígena Kinikinau	31/03/2023	1	Indígenas
Miranda	T. I. Pilad Rebuá	31/03/2023	100	Indígenas
Miranda, Aquidauana	T. I. Cachoeirinha	31/03/2023	1.230	Indígenas
Miranda	T. I. Lalima	31/03/2023	377	Indígenas
Mundo Novo	T.I. Vitoi Kuê	17/03/2023	1	Indígenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	16/03/2023	30	Indígenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	27/03/2023	30	Indígenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	31/03/2023	30	Indígenas
Naviraí	Faz. Concórdia/Acamp. São João Maria	09/10/2023	1	Sem Terra
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	03/11/2023	30	Indígenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	06/11/2023	30	Indígenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	16/12/2023	30	Indígenas
Nioaque	Terra Indígena Atikum	31/03/2023	1	Indígenas
Nioaque	T. I. Nioaque	31/03/2023	383	Indígenas
Paranhos	T. I. Y'poi/Ypoi/T. I. Ypoi-Triunfo	31/03/2023	217	Indígenas
Paranhos	Terra Indígena Potrero Guasu	31/03/2023	1	Indígenas
Paranhos	T. I. Pirajuí	31/03/2023	610	Indígenas
Paranhos	Terra Indígena Potrero Guasu	14/06/2023	1	Indígenas
Ponta Porã	T. I. Jata Yvary/Jatayvary/Lima Campo	31/03/2023	120	Indígenas
Ponta Porã, Antônio João, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim	TI Apapegua	31/03/2023	1	Indígenas
Porto Murtinho	T. I. Kadiweu	31/03/2023	424	Indígenas
Porto Murtinho	T. I. Kadiweu	23/11/2023	424	Indígenas
Porto Murtinho	T. I. Kadiweu	04/12/2023	424	Indígenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	03/03/2023	45	Indígenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	04/03/2023	45	Indígenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	07/03/2023	45	Indígenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	09/03/2023	45	Indígenas
Sete Quedas	T. I. Sombrerito	31/03/2023	52	Indígenas
Sidrolândia	TI Buritizinho	31/03/2023	167	Indígenas
Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti	T. I. Buriti/Terena	31/03/2023	616	Indígenas
Tacuru	Reserva Indígena Sassoró	31/03/2023	605	Indígenas
Tacuru	TI Iguatemipegua III	31/03/2023	1	Indígenas
Terenos	Assentamento Santa Mônica	16/02/2023	700	Assentado
Terenos	FAZENDA PATAGONIA/PARAISO/FUNDAO/MIMOSO	16/02/2023	1	Assentado
Terenos	Assentamento Paraíso	16/02/2023	1	Assentado
Terenos	Assentamento Canaã	16/02/2023	1	Assentado
Terenos	Assentamento Campo Verde	16/02/2023	1	Assentado

Subtotal: 105 20.375**OCUPAÇÕES/RETOMADAS**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Antônio João	T. I. Nhanderu Marangatu	30/09/2023	150	Índigenas
Dourados	Retomada Índigena Yvu Verá/Yvo Vera	07/04/2023	5	Índigenas
Dourados	Retomada Índigena Yvu Verá/Yvo Vera	27/06/2023	10	Índigenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Índigena Pyelito Kue	18/11/2023	10	Índigenas
Iguatemi, Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Índigena Pyelito Kue	16/12/2023	7	Índigenas
Japorã	Fazenda Fernanda	19/02/2023	20	Sem Terra
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	02/11/2023	30	Índigenas
Naviraí	Macro Território Dourados-Amambai Pegua II/T. I. Santiago Kue/Kurupi	16/12/2023	7	Índigenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	03/03/2023	45	Índigenas
Rio Brilhante	Com. Laranjeira Nhanderu	07/03/2023	45	Índigenas
Subtotal: 10			265	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Ponta Porã, Maracaju	Acampamento às Margens da Rodovia MS-164 na Entrada de Fazenda Produtora de Soja/Próximo ao Assentamento Itamarati	08/01/2023	350	Sem Terra
Subtotal: 1			350	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MATO GROSSO DO SUL: 116 20.730**TRABALHO****TRABALHO ESCRAVO RURAL**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Angélica	Fazenda São Joaquim	30/07/2023	64	34	-	Manejo de Soja
Aquidauana	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	16/03/2023	11	11	0	Pecuária
Bela Vista	Fazenda Fazendinha	25/09/2023	3	3	-	Criação de gado
Caarapó	Fazenda São Paulo	18/12/2023	2	-	-	Vigia de gado
Corumbá	Fazenda de Gado	21/03/2023	5	5	0	Pecuária
Corumbá	Fazenda Três Estrelas	21/03/2023	6	6	-	Criação de gado
Corumbá	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	19/10/2023	1	1	-	Criação de gado
Dourados	Fazenda Marreta	19/12/2023	7	7	2	Colheita de Milho
Laguna Carapã	Chácara Sossego	28/07/2023	6	6	-	Corte e transporte de eucalipto
Porto Murtinho	Fazenda Quatro Irmãos	08/08/2023	4	4	-	Criação de gado
Porto Murtinho	Trabalho Escravo em Fazenda de Gado de Porto Murtinho	12/12/2023	11	11	-	Instalação de cercas
Subtotal: 11			120	88	2	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MATO GROSSO DO SUL: 11 120 88 2**ÁGUA****CONFLITOS PELA ÁGUA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Caarapó	T. I. Guyraroká	01/07/2023	20	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Dourados	Reserva Índigena Dourados	20/09/2023	3.755	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Naviraí	Faz. Concórdia/Acamp. São João Maria	08/10/2023	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico

Subtotal: 3 3.776

Total dos Conflitos no Campo - MATO GROSSO DO SUL: 130

PESSOAS: 98.144

MINAS GERAIS

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Arinos, Buritis	PA Rancharia	16/11/2023	45	Assentado
Arinos, Buritis	PA Rancharia	16/12/2023	45	Assentado
Bertópolis, Santa Helena de Minas	T. I. Maxakali/Água Boa	24/11/2023	525	Indígenas
Betim, Belo Horizonte	Retomada Terra Mãe	27/09/2023	20	Indígenas
Bonfim	Comunidade de Aroucas	15/09/2023	30	Pequeno proprietário
Buritis, Arinos	PA Vanderli Ribeiro dos Santos	01/10/2023	88	Assentado
Buritizeiro	Com. Vazanteira do Córrego Canabrava/Faz. Canabrava	18/05/2023	75	Vazanteiro
Buritizeiro	Com. Vazanteira do Córrego Canabrava/Faz. Canabrava	17/06/2023	25	Vazanteiro
Buritizeiro	Com. Vazanteira do Córrego Canabrava/Faz. Canabrava	10/08/2023	25	Vazanteiro
Caldas	Retomada Kariri Wakonã	05/07/2023	5	Indígenas
Divinópolis	Comunidade do Quilombo	09/09/2023	1	Posseiro
Divinópolis	Comunidade do Quilombo	21/09/2023	1	Posseiro
Grão Mogol	Acampamento São Francisco	25/06/2023	1	Geraizeiro
Grão Mogol	Com. Geraizeiras Vale das Cancelas/Mine-roduto Vale do Rio Pardo/Mineradora SAM/Brookfeds	19/07/2023	2.230	Geraizeiro
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	31/05/2023	60	Quilombola
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco/Romp. da Barragem Mina do Feijão/Vale	07/12/2023	60	Quilombola
Jequitaiá	Ocup. Fazenda Buriti Santana	07/05/2023	75	Sem Terra
Miradouro	Comunidade Lambari	07/02/2023	60	Posseiro
Padre Carvalho	Territ. Geraizeiro Curral de Varas II/Rio Rancho Agrop. S/A	21/03/2023	1	Geraizeiro
Padre Carvalho	Territ. Geraizeiro Curral de Varas II/Rio Rancho Agrop. S/A	15/07/2023	1	Geraizeiro
Padre Carvalho	Territ. Geraizeiro Curral de Varas II/Rio Rancho Agrop. S/A	20/07/2023	1	Geraizeiro
Padre Carvalho	Territ. Geraizeiro Curral de Varas II/Rio Rancho Agrop. S/A	27/07/2023	1	Geraizeiro
Ponto Chique	Com. Vazanteira de Ponto Chique	15/03/2023	200	Vazanteiro
Rosário da Limeira, Muriaé	Com. Ancorado/Belisário/Estiva/Serra do Brigadeiro/Mineradora CBA	20/03/2023	1	Pequeno proprietário
Rosário da Limeira, Muriaé	Com. Ancorado/Belisário/Estiva/Serra do Brigadeiro/Mineradora CBA	26/09/2023	1	Pequeno proprietário
Rosário da Limeira, Muriaé	Com. Ancorado/Belisário/Estiva/Serra do Brigadeiro/Mineradora CBA	23/12/2023	1	Pequeno proprietário
São Gonçalo do Rio Abaixo	Com. Vargem da Lua	11/09/2023	50	Quilombola
São João das Missões, Itacarambí	T. I. Xakriabá	09/12/2023		Indígenas
São João das Missões, Itacarambí	T. I. Xakriabá	10/12/2023	2.000	Indígenas
São Joaquim de Bicas	Aldeia Naô Xohã/Povo Pataxó Hã Hã Hãe/Romp. Barragem Mina do Feijão/Vale	21/09/2023	1	Indígenas
Serro	Com. Quil. Queimadas/ Mineradora Anglo	16/04/2023	107	Quilombola
Varzelândia	Sítio Barreiro Azul	06/07/2023	1	Ambientalista

Varzelândia	Sítio Barreiro Azul	01/08/2023	1	Ambientalista
Varzelândia	Sítio Barreiro Azul	08/11/2023	1	Ambientalista
Verdelândia	Faz. Ipiranga/Vitória	11/04/2023	30	Sem Terra
Virgem da Lapa, Araçuaí, Coronel Murta	Chapada do Alagadiço/Pankararu/Aranã/Pataxó	11/10/2023	1	Indígenas
Subtotal: 36			5.607	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Betim, Belo Horizonte	Retomada Terra Mãe	01/09/2023	20	Indígenas
Buritis, Arinos	PA Vanderli Ribeiro dos Santos	01/11/2023	88	Assentado
Caldas	Retomada Kariri Wakonã	14/05/2023	5	Indígenas
Jequitaiá	Fazenda Chapadão	05/05/2023	15	Sem Terra
Jequitaiá	Ocup. Fazenda Buriti Santana	06/05/2023	75	Sem Terra
Manga, Jaíba	Projeto Jaíba/Faz. Serra Azul	07/10/2023	130	Pequeno proprietário
Matias Cardoso	Com. Quil. da Lapinha/Faz. Lagoa da Lapinha	30/09/2023	160	Quilombola
Subtotal: 7			493	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - MINAS GERAIS: 43 **5.912**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Aimorés	Fazenda Cabeceira do Capim	20/03/2023	9	7	-	Lavoura do Café
Alfenas	Sítio do Edvar	20/09/2023	1	1	-	Lavoura do Café
Araxá	Fazenda São Miguel	07/07/2023	15	15	-	Lavoura do Café
Bambuí	Fazenda Cajangá	04/07/2023	2	2	-	Comércio varejista de madeira e artefatos
Belo Horizonte	Fazenda Souza Lima	15/08/2023	2	1	1	criação animais estimação
Boa Esperança	Fazenda Córrego Fundo	04/07/2023	5	5	-	Lavoura de Café
Bom Jardim de Minas	Sítio Serra Verde	06/03/2023	3	3	-	Criação de bovinos para leite
Bueno Brandão	Fazenda Bela Vista	25/03/2023	2	1	-	Lavoura de Café
Buenópolis	Fazenda Carrancas	29/05/2023	9	9	-	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas
Cabo Verde	Fazenda Bocaina	08/08/2023	5	5	-	Cultivo de café
Campanha	Fazenda Real	28/02/2023	2	2	-	Lavoura de Laranja
Campestre	Sítio Planalto	15/08/2023	6	6	-	Cultivo de café
Campestre	Sítio Coqueiros	07/07/2023	5	5	-	Cultivo de café
Campina Verde	Fazenda Nova Esperança	16/11/2023	1	1	-	Cultivo de soja
Campo do Meio	Fazenda Pedra Branca	29/05/2023	1	1	-	Cultivo de café
Candeias	Fazenda São José-Usina Velha	20/09/2023	6	6	-	ATIVIDADES DE APOIO
Capelinha	Fazenda Braúnas	04/07/2023	2	2	-	Cultivo de Café
Carmo do Rio Claro	Fazenda Ouro Verde-Monte Sião	03/07/2023	14	14	-	Lavoura de Café
Claro dos Poções	Fazenda Chapada Dos Montes	20/09/2023	5	5	-	PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL
Conceição da Aparecida	Fazenda da Capoeira	21/06/2023	1	1	-	Criação de bovino
Conceição das Pedras	Fazenda São José	29/05/2023	5	5	-	Cultivo de Café
Coromandel	Fazenda Arcos Capão Grande	15/11/2023	1	1	-	Produção de Carvão
Estiva	Sítio Santos	20/03/2023	7	7	-	Lavoura de Morango
Felício dos Santos	Fazenda do Engenho	04/07/2023	2	2	-	Cultivo de café
Felício dos Santos	Fazenda Agrofelicio	16/05/2023	15	15	-	Cultivo de Café

CONFLITOS NO CAMPO

Francisco Dumont	Fazenda Alemanha	04/03/2023	13	11	-	Carvão
Ibiraci	Fazenda Alagoas	23/11/2023	27	27	-	Cultivo de Laranja
Itacambira	Fazenda Tamanduá	20/03/2023	11	1	-	Produção de carvão vegetal
Itamarandiba	Fazenda Bonanza	04/07/2023	5	5	-	Cultivo de café
Itamogi	Fazenda Santos Reis	07/07/2023	24	24	-	Cultivo de café
Januária	Fazenda Boa Vista	24/10/2023	1	1	-	Criação de bovinos
Lajinha	Fazenda Valmir Calazani	03/07/2023	29	29	-	Cultivo de café
Mar de Espanha	Sítio São José Coqueiros PT 55	22/09/2023	1	1	-	Criação de bovinos
Monte Alegre de Minas	Fazenda Santa Rita de Cassia	04/03/2023	13	13	-	Retirada de eucalipto
Montes Claros	Área em Montes Claros	07/07/2023	1	1	-	Serviços Domésticos
Montezuma	Carvoaria em Montezuma	20/03/2023	7	7	-	Produção de Carvão
Muzambinho	Sítio São João SN	07/07/2023	5	5	-	Cultivo de Café
Nova Era	Garimpo Capoeirana	25/03/2023	1	1	-	Garimpo
Orizânia	Fazenda Bicas de Indaia	10/10/2023	3	3	-	produção de carvão vegetal
Patrocínio	Fazenda Vista Alegre	07/07/2023	3	3	-	Cultivo de café
Patrocínio	Fazenda Vale do Ouro	07/07/2023	11	11	-	Cultivo de Café
Pratinha	Fazenda Máquina	15/08/2023	25	25	-	Cultivo de Café
Rio Casca	Sítio Rancho da Catira	12/02/2023	1	1	-	Criação de Gado
Rio Paranaíba	Área em Rio Paranaíba	15/08/2023	98	98	6	Limpeza de alho
Rio Pomba	Granja em Rio Pomba	10/03/2023	8	8	-	Criação de Aves
Sacramento	Fazenda Jaboticabeiras	06/03/2023	3	3	-	Carvão Vegetal
Santana do Garambéu	Fazenda Pedra Negra/Fazenda Santa Fé	17/10/2023	11	11	-	Cultivo de Café
Santa Rita do Itueto	Área em Santa Rita do Itueto	15/08/2023	3	3	-	Cultivo de café
Santa Rita do Sapucaí	Fazenda Santo Antônio I	22/07/2023	10	-	-	Lavoura Café
Santa Rita do Sapucaí	Fazenda em Santa Rita do Sapucaí	13/07/2023	2	2	-	Café
São Pedro da União	Sítio Douradinha	15/08/2023	7	7	-	Cultivo de Café
São Pedro da União	Sítio Douradinha	11/08/2023	11	11	-	Cultivo de Café
Silvianópolis	Fazenda Folheitas	15/08/2023	5	5	-	Cultivo de Café
Tapira	Fazenda em Tapira	28/02/2023	4	4	-	Plantação de eucalipto
Tapiraí	Zona Rural em Tapiraí	21/08/2023	1	1	-	Caravaoria
Tapiraí	Zona Rural em Tapiraí	21/08/2023	5	5	-	carvoaria
Teófilo Otoni	Fazenda D.Maria Cabrira	25/10/2023	17	17	-	Produção de Carvão
Três Pontas	Fazenda Invernadinha	29/05/2023	6	6	-	Cultivo de Café
Subtotal: 58			498	472	7	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - MINAS GERAIS: 58			498	472	7	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alfenas	Colônia de Pescadores de Alfenas	30/05/2023	400	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	Comunidade Tejuco/ Rompimento	24/04/2023	1	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Grão Mogol	Com. Gerazeiras Vale das Cancelas/Mine-roduto Vale do Rio Pardo/Mineradora SAM/ Brookfeds	28/11/2023	2.230	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ponto Chique	Com. Vazanteira de Ponto Chique	01/03/2023	200	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Serro	Com. Quil. Queimadas/ Mineradora Anglo	18/04/2023	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 5			2.832		

Total dos Conflitos no Campo - MINAS GERAIS: 106

PESSOAS: 35.474

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abaetetuba	Com. Santo Antônio/Ilha do Capim/Hydro Alunorte	31/07/2023	7.000	Ribeirinho
Acará	Comunidade Vila Formosa	08/02/2023	1	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/ Com. Quil. Balsas	12/04/2023	650	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/ Com. Quil. Balsas	31/07/2023	650	Quilombola
Acará	Com. Bucaia/Ramal São Lourenço/BBF/Bio-palma	31/07/2023	60	Posseiro
Acará	Retomada Quil. Nossa Sra. da Batalha	22/08/2023	15	Quilombola
Acará, Tailândia, Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/ Com. Quil. Balsas	25/10/2023	650	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Boa Vista	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Tracuateua	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Paraíso	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Igarapé Jacarequara	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola São Sebastião	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Fortaleza	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Filhos de Zumbi	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Santa Maria	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Itacoazinho	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Espirito Santo	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Centro Ouro	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Caranandura	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Traquateua	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Tapera	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Guaraja Miri	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Itacoa Miri	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Itacoazinho	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Itancoa Miri	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Maracuja	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Menino Jesus	30/11/2023	1	Quilombola
Acará	Comunidade Quilombola Outeiro	30/11/2023	1	Quilombola
Água Azul do Norte	Fazenda Cosme e Damião	25/11/2023	19	Assentado
Almeirim	Com. Repartimento dos Pilões/Jari Florestal	30/06/2023	35	Posseiro
Almeirim	Com. de Saracura/Região dos Arraiolos	30/06/2023	160	Posseiro
Almeirim	Comunidade Morada Nova	30/06/2023	30	Posseiro
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	31/01/2023	218	Indígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	30/05/2023	47	Indígenas
Altamira, Medicilândia, Rurópolis, Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte	12/06/2023	22	Indígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	31/07/2023	218	Indígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	11/09/2023	47	Quilombola
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Koatinemo	15/09/2023	26	Indígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	15/09/2023	218	Indígenas
Anapu	Área entre Terra para Paz e Rio Anapu	30/04/2023	420	Assentado
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	31/07/2023	50	Assentado
Anapu	Gleba Belo Monte/ Lote 109	31/07/2023	1	Posseiro

CONFLITOS NO CAMPO

Anapu	Gleba Bacaja/Rogerão	31/07/2023	42	Posseiro
Anapu	Gl. Bacajá/Lotes 96 e 97/Fazs. Bom Jesus e Berrante	31/07/2023	75	Sem Terra
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Vírola Jatobá/Dorothy	31/07/2023	160	Assentado
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	31/07/2023	80	Sem Terra
Anapu	Gl. Belo Monte/Lote 125/Rio Areia	31/07/2023	45	Posseiro
Anapu	G. Belo Monte/PDS Vírola Jatobá/L. 135 a 139/158-162	31/07/2023	26	Posseiro
Anapu	Gl. Bacajá/Lt. 68/Mata Preta	31/07/2023	50	Sem Terra
Aurora do Pará, Tomé-Açu	Assentamento Flor de Minas	31/07/2023	87	Assentado
Aveiro	Comunidade Piabanha/Gleba Arraia	31/01/2023	120	Posseiro
Barcarena	Com. Quilombola Sítio Conceição/Hydro Alunorte	31/12/2023	7	Quilombola
Belterra	Comunidade São Francisco da Volta Grande	06/03/2023	309	Pequeno proprietário
Brasil Novo, Altamira, Medicilândia, Uruará	T.I. Arara	06/09/2023	75	Indígenas
Bujaru	Comunidade Quilombola Engenhoca	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Providência	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Patateua	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Mocajuba	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Cravo	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Ipixuna	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Com. Quil. São Judas Tadeu	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Bom Sucesso	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Santana	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Sagrada Família	30/11/2023	1	Quilombola
Bujaru	Comunidade Quilombola Caitis	30/11/2023	1	Quilombola
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	06/10/2023	200	Quilombola
Cametá, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá	Quil. Macapazinho/Menino Jesus/Jacarequara/Tipitinga	24/06/2023	55	Quilombola
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	14/07/2023	100	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	15/07/2023	100	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	31/07/2023	100	Sem Terra
Chaves	Igarapé Nazaré Ilha Ciriaca	13/03/2023	1	Ribeirinho
Chaves	Igarapé Kaloal/ Ilha Caviana Grande	25/07/2023	20	Ribeirinho
Conceição do Araguaia	Faz. Jacutinga/Talismã	30/06/2023	200	Assentado
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	31/01/2023	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	19/07/2023	1.137	Indígenas
Cumaru do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	T. I. Kayapó	31/10/2023	1.137	Indígenas
Irituia, Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	16/09/2023	170	Sem Terra
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós	30/04/2023	42	Indígenas
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós	20/10/2023	42	Indígenas
Itaituba, Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós	08/11/2023	42	Indígenas
Itaituba	PAE Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	08/11/2023	101	Assentado
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	23/02/2023	1.630	Indígenas
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	01/05/2023	1.630	Indígenas
Marabá, Curionópolis, Parauapebas	Fazs. Bom Jesus e Santa Maria	20/11/2023	1.000	Sem Terra
Moju	Território Quilombola do Jambuacu	31/12/2023	788	Quilombola

Mojú dos Campos	Comunidade Jatobá	30/06/2023	43	Posseiro
Monte Alegre	PDS Serra Azul	30/06/2023	160	Assentado
Monte Alegre, Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	30/06/2023	5.000	Assentado
Monte Alegre	Comunidade Setor 13	27/07/2023	10	Pequeno proprietário
Monte Alegre, Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	31/07/2023	5.000	Assentado
Novo Progresso, Altamira	PDS Terra Nossa	15/09/2023	47	Assentado
Novo Repartimento, Itupiranga	T. I. Parakanã	15/03/2023	250	Indígenas
Novo Repartimento, Itupiranga	T. I. Parakanã	17/03/2023	250	Indígenas
Novo Repartimento, Itupiranga	T. I. Parakanã	31/03/2023	250	Indígenas
Óbidos	T. I. Zo'é	01/06/2023	75	Indígenas
Óbidos	T. I. Zo'é	16/10/2023	75	Indígenas
Óbidos	T. I. Zo'é	23/10/2023	75	Indígenas
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro	23/10/2023	144	Indígenas
Ourilândia do Norte	P.A. União	30/06/2023	89	Assentado
Ourilândia do Norte, Tucumã	Faz. Santa Clara/Assent. Maria Preta	30/06/2023	100	Assentado
Pacajá	Fazenda Anapuru	14/09/2023	1	Extrativista
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	24/01/2023	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	12/04/2023	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	03/05/2023	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	30/10/2023	500	Indígenas
Paragominas, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	15/11/2023	500	Indígenas
Pau D'Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	24/05/2023	200	Sem Terra
Portel, Baião	Ocupação Águas Boas e Encontro das Águas	04/07/2023	30	Sem Terra
Portel	PAE Jacaré Puru	19/07/2023	224	Assentado
Portel	PAE Deus é Fiel	19/07/2023	58	Assentado
Portel	PAE Dorothy Stang	19/07/2023	365	Assentado
Portel	Associação dos Moradores do Rio Piarim Para o Extrativismo/Assimpex	19/07/2023	51	Assentado
Portel	Assentamento Joana Peres II	19/07/2023	1.200	Quilombola
Portel	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatá	26/09/2023	500	Assentado
Prainha, Uruará	Região Chapadão/Ramal Bom Jesus/Cipó/Ramal da Lama	31/01/2023	120	Posseiro
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	31/01/2023	824	Extrativista
Prainha	Projeto de Assentamento Extrativista Nova Vila	30/06/2023	52	Assentado
Rurópolis	PAC Araipacupu	28/10/2023	361	Assentado
Santa Luzia do Pará	Comunidade Jacarequara	26/04/2023	55	Quilombola
Santa Luzia do Pará	Comunidade Pimenteira	26/04/2023	24	Quilombola
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lago Azul	09/03/2023	8	Posseiro
Santa Maria das Barreiras	Faz. Pontal/Acamp. Lago Azul	20/06/2023	8	Posseiro
Santarém, Prainha	Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II	31/01/2023	130	Assentado
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	4.168	Extrativista

CONFLITOS NO CAMPO

Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	22/05/2023	5	Extrativista
Santarém	Com. Terra Nova	30/06/2023	260	Posseiro
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno	30/06/2023	120	Indígenas
Santarém	Com. Terra Nova	31/07/2023	260	Posseiro
Santarém	T. I. Maró	05/09/2023	60	Indígenas
Santarém	Com. Quil. Pérola do Maicá	11/09/2023	15	Quilombola
Santarém	Com. Quilombola Saracura e Arapemã	11/09/2023	150	Quilombola
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno	11/09/2023	120	Indígenas
Santarém	Quilombo Bom Jardim	11/09/2023	70	Quilombola
Santarém	59 Comunidades Ribeirinhas/Cargill/TNC/Soja	11/09/2023	1	Posseiro
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	22/09/2023	5.000	Assentado
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	09/10/2023	4.168	Extrativista
Santarém	Comunidade Boa Vista do Tapará	20/11/2023	1	Posseiro
Santarém	Comunidade Costa do Tapará	20/11/2023	1	Posseiro
Santarém	P. A. Ituqui	30/11/2023	1	Quilombola
Santarém	Com. Quil. do Murumuru	31/12/2023	80	Quilombola
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	08/02/2023	150	Posseiro
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	26/02/2023	150	Posseiro
São Félix do Xingu	Comunidade Canãa	28/02/2023	1	Posseiro
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	10/04/2023	150	Posseiro
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	13/05/2023	182	Indígenas
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	24/05/2023	182	Indígenas
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	26/06/2023	150	Posseiro
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	30/06/2023	412	Assentado
São Félix do Xingu	Vila Novo Horizonte/Casa de Tábua	30/06/2023	100	Posseiro
São Félix do Xingu	Faz. Terra Roxa/Com. Terra Roxa/Faz. São Félix/São Miguel	30/06/2023	115	Assentado
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	19/07/2023	412	Assentado
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	14/11/2023	142	Indígenas
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	29/11/2023	150	Posseiro
São Félix do Xingu, Altamira	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	04/12/2023	182	Indígenas
São Geraldo do Araguaia, Marabá, São Domingos do Araguaia	T.I. Sororó	27/07/2023	96	Indígenas
Sapucaia	Fazenda Vale do Sonho	11/11/2023	1	Sem Terra
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	04/02/2023	1	Indígenas
Senador José Porfírio	T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	04/02/2023	36	Indígenas
Senador José Porfírio	Garimpos Grota Seca/Galo/Ouro Verde/Vila da Ressaca/T. I. Arara e Juruna	15/04/2023	244	Posseiro
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança	31/05/2023	10	Sem Terra
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	07/08/2023	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	26/08/2023	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	27/08/2023	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	15/09/2023	1	Indígenas
Senador José Porfírio, Altamira, Anapu	T. I. Ituna/Itatá	29/11/2023	1	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	14/05/2023	47	Indígenas
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	31/07/2023	50	Quilombola

Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	03/08/2023	47	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	04/08/2023	47	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	47	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	25/10/2023	47	Indígenas
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	25/10/2023	50	Quilombola
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	47	Indígenas
Tucuruí	Acampamento na BR 422/ Fazenda Araçagi	19/03/2023	38	Sem Terra
Tucuruí	Acampamento Fazenda Tigre	17/07/2023	170	Sem Terra
Tucuruí	Fazenda Três Poderes/Comunidade Brasil Verde	14/08/2023	63	Ribeirinho
Tucuruí	Fazenda São Pedro	24/10/2023	13	Sem Terra
Tucuruí	Fazenda Brasília	24/10/2023	14	Sem Terra
Subtotal: 178			37.597	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	14/07/2023	100	Sem Terra
Marabá, Curionópolis, Parauapebas	Faz. Bom Jesus e Santa Maria	20/11/2023	1.000	Sem Terra
Sapucaia	Fazenda Vale do Sonho	11/11/2023	1	Sem Terra
Subtotal: 3			1.101	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Parauapebas	Acampamento Terra e Liberdade	21/11/2023	1000	Sem Terra
Tucuruí	Acampamento na BR 422/ Fazenda Araçagi	18/03/2023	38	Sem Terra
Subtotal: 2			1.038	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PARÁ: 183 **38.597**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Altamira	Fazenda Choop e Dance	13/10/2023	100	-	-	Desmatamento
Baião	Fazenda Três Imãos	10/05/2023	8	8	-	Roçado
Canaã dos Carajás	Garimpo Nova Jersusalém	29/08/2023	9	-	-	Mineração
Ipixuna do Pará	Fazenda Arizona	29/05/2023	1	1	-	Lavoura Soja e Milho
Ipixuna do Pará	Fazenda Arizona	29/05/2023	4	4	-	Lavoura de Soja e Milho
Magalhães Barata	Fazenda Santa Paula	04/07/2023	2	2	-	Criação de Gado
Moju	Fazenda SIPASA	30/06/2023	17	16	-	Manejo Florestal
Moju	Fazenda CITAG	30/06/2023	17	17	-	Desmatamento para plantio da Soja
Ourilândia do Norte	Ocupação Fazenda 1200	21/09/2023	4	-	-	Garimpo
Ourilândia do Norte	Ocupação Fazenda 1200	21/09/2023	17	-	-	Garimpeiro
Ourilândia do Norte	Ocupação Fazenda 1200	21/09/2023	28	-	-	Garimpo
Rio Maria	Garimpo da Lagoa Seca	12/05/2023	6	-	-	Garimpo
São Félix do Xingu	Fazenda Maria Eduarda II	15/05/2023	10	7	-	Construção de cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Primavera	02/10/2023	5	2	-	Criação de gado
São Félix do Xingu	Fazenda Curral Preto/T.I Apyterewa	19/11/2023	1	1	-	Criação de gado
São Félix do Xingu	Fazenda Carga Pesada/ T.I Apyterewa	03/10/2023	1	1	-	Criação de Gado
São Félix do Xingu	Fazenda Sol Nascente/T.I Apyterewa	02/10/2023	1	1	-	Criação de gado
São Félix do Xingu	Vicinal Vitória/Vila Renascer	02/10/2023	3	1	-	Criação de Gado

CONFLITOS NO CAMPO

Senador José Porfírio	Fazenda Berra Boi	12/03/2023	5	5	1	Derrubada de juquirá e construção de cerca
Terra Alta	Antiga Colônia Burgo/Rod Km 21	31/05/2023	7	7	-	Cultivo de dendê
Tomé-Açu	Fazenda Harayashiki	23/10/2023	1	1	-	Cacau
Subtotal: 21			247	74	1	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PARÁ: 21			247	74	1	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	01/07/2023	218	Uso e preservação	Pesca predatória
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	17/08/2023	187	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	15/07/2023	218	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	12/08/2023	19	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	31/03/2023	45	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Canaã dos Carajás	Acamp. Eduardo Galeano/Retiro do Zequinha/Comp. São Luís/P. A. Carajás/Vale	09/10/2023	200	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Jacareacanga, Itaituba	T. I. Munduruku	30/04/2023	1630	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Marabá	PDS Porto Seguro	09/10/2023	1	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Mojuí dos Campos	Comunidade Riacho Verde	30/06/2023	39	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	28/02/2023	824	Uso e preservação	Pesca predatória
Santarém	Comunidade Guaraná	30/06/2023	120	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Santarém	P. A. Ituqui	17/11/2023	1	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	26/09/2023	4168	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	07/07/2023	2470	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém, Aveiro	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	06/11/2023	1	Uso e preservação	Pesca predatória
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno	31/07/2023	63	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
São Félix do Xingu	Faz. Terra Roxa/Com. Terra Roxa/Faz. São Félix/São Miguel	19/07/2023	112	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
São Geraldo do Araguaia, Marabá, São Domingos do Araguaia	T.I. Sororó	31/07/2023	96	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Senador José Porfírio	Acampamento Nova Aliança	22/09/2023	10	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Senador José Porfírio	Com. Vila da Ressaca/UHE Belo Monte/Belo Sum Mineradora/PAC	22/09/2023	330	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	30/08/2023	47	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Tucuruí, Baião	T.I. Trocará Assurini	04/10/2023	141	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 22			10.515		

Total dos Conflitos no Campo - PARÁ: 226

PESSOAS: 196.695

PARAÍBA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alhandra, Conde, Pitimbu	T.I. Tabajara/Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy	30/01/2023	250	Indígenas
Alhandra, Conde, Pitimbu	T.I. Tabajara/Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy	31/01/2023	250	Indígenas
Alhandra, Conde, Pitimbu	T.I. Tabajara/Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy	08/02/2023	250	Indígenas
Alhandra, Conde, Pitimbu	T.I. Tabajara/Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy	13/11/2023	250	Indígenas
Belém do Brejo do Cruz	Comunidade Manaus	31/12/2023	25	Posseiro
Boa Vista	Com. Quilombola Santa Rosa	19/03/2023	1	Quilombola
Caaporã, Pedras de Fogo	Faz. Tamanduá/Us. Maravilha/Acamp. Wanderley Caixe	27/02/2023	260	Sem Terra
Caaporã	Ocupação da Usina Maravilha	22/05/2023	80	Sem Terra
Caaporã	Acamp. Nova Esperança/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	18/12/2023	133	Sem Terra
Cacimbas	Com. Quilombolas Chã e Aracati	19/03/2023	30	Quilombola
Coremas	Com. Quilombola Mãe D'Água Barreiras	19/03/2023	1	Quilombola
Dona Inês	Com. Quilombola Cruz da Menina	19/03/2023	1	Quilombola
Nova Palmeira	Com. Quilombola Serra do Abreu	19/03/2023	70	Quilombola
Pedras de Fogo	Mamoaba Agro Pastoral S/A/Acamp. Arcanjo Belarmino	27/02/2023	200	Sem Terra
Princesa Isabel	Acamp. Quilombo do Livramento	11/11/2023	22	Sem Terra
Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação	T. I. Potiguara	15/08/2023	1	Indígenas
Santa Luzia	Com. Quil. da Serra do Talhado/Urbano	19/03/2023	300	Quilombola
Santa Rita, Rio Tinto	Fazenda Capitão	29/09/2023	4	Posseiro
São João do Tigre	Com. Quilombola Cacimba Nova	19/03/2023	80	Quilombola
Várzea	Com. Quil. Pitombeira	19/03/2023	1	Quilombola
Subtotal: 20			1.459	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alhandra, Conde, Pitimbu	T.I. Tabajara/Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy	06/02/2023		Indígenas
Subtotal: 1				

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PARAÍBA: 21

1.459

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Campina Grande	Sítio do Buraco	05/12/2023	8	8	-	Tijolo
Campina Grande	Sítio do Buraco	05/12/2023	8	8	-	Produção Tijolo
Campina Grande	Sítio Covão	05/12/2023	23	23	-	Extração de Granito
Campina Grande	Sítio do Buraco	05/12/2023	9	9	-	Produção de tijolos
Campina Grande	Sítio do Buraco	05/12/2023	1	1	-	Produção de Tijolo
Campina Grande	Sítio Gravatinho	05/12/2023	2	2	-	Extração granito
Campina Grande	Sítio Gravatinho	05/12/2023	5	5	-	Extração de Granito
Campina Grande	Sítio Gravatinho	05/12/2023	6	6	-	Extração de Granito

Subtotal: 8	62	62	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PARAÍBA: 8	62	62	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Santa Rita, Rio Tinto	Fazenda Capitão	09/10/2023	4	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal: 1			4		

Total dos Conflitos no Campo - PARAÍBA: 30

PESSOAS: 5.914

PARANÁ

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barracão	Aldeia Indígena ÍNMÁG	07/02/2023	1	Indígenas
Diamante D'Oeste	T. I. Ava Guarani/Aldeia Tekoha Itamarã	16/03/2023	200	Indígenas
Doutor Ulysses	Com. Quilombola Varzeão/Madeira Templo Florestal S/A	16/03/2023	20	Quilombola
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovy/Guasú Guavirá	14/01/2023	21	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Ara Porã/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	36	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Jevy/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	69	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Tatury/Mineradora Andreis/Itaipu	16/03/2023	8	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Mirim/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	10	Indígenas
Guairá	Tekohá Hité	16/03/2023	1	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovy/Guasú Guavirá	16/03/2023	21	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Marangatu/Guasú Guavirá	16/03/2023	61	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira/Itaipu	16/03/2023	15	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Karumbe'y/Guasú Guavirá/Itaipu	10/04/2023	21	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira/Itaipu	03/10/2023	15	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovy/Guasú Guavirá	23/12/2023	21	Indígenas
Guairá	T. I. Guarani Mbya/Tekoha Yhovy/Guasú Guavirá	24/12/2023	21	Indígenas
Guarapuava	P. A Nova Geração/Faz. da GVA	20/10/2023	31	Sem Terra
Guarapuava	P. A Nova Geração/Faz. da GVA	31/10/2023	7	Sem Terra
Guaraqueçaba	Quilombo Rio Verde	26/02/2023	1	Quilombola
Itaipulândia	Área do Estado/Tekoha Aty Mirim/Povo Guarani	16/03/2023	45	Indígenas
Itaipulândia	T. I. Avá Guarani/Tekohá Yva Renda/Itaipu Binacional	16/03/2023	15	Indígenas
Itaipulândia	Área do Estado/Tekoha Aty Mirim/Povo Guarani	06/06/2023	45	Indígenas
Itaipulândia	T. I. Avá-Guarani/Tekoha Itacora	06/06/2023	1	Indígenas
Itaipulândia	T. I. Avá Guarani/Tekohá Yva Renda/Itaipu Binacional	16/06/2023	15	Indígenas

Itaipulândia	T. I. Avá-Guarani/Tekoha Itacora	16/06/2023	1	Indígenas
Laranjeiras do Sul	T. I. Boa Vista/Kaingang	16/03/2023	40	Indígenas
Londrina	Faz. Guairacá/Assent.Eli Vive	21/03/2023	501	Assentado
Manoel Ribas, Pitanga	T.I. Ivai/Kaingang-Xokleng	24/03/2023	1	Indígenas
Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu	T.I. Rio das Cobras/Kaingang-Guarani	16/03/2023	826	Indígenas
Ponta Grossa	Área da Prolar/Ocupação Dandara dos Palmares	18/02/2023	70	Sem Terra
Pontal do Paraná	TI Sambaqui/Karaguatá Poty e Guaviraty	16/08/2023	31	Indígenas
Reserva do Iguaçu, Entre Rios do Oeste, Pinhão	Faz. Fundão/Quil. Invernada Paiol de Telha/PCHs Rio Capão Grande	31/03/2023	50	Quilombola
Santa Amélia, Abatiá	T. I. Yvyporã Laranjinha/ Guarani Nhandeva	16/03/2023	90	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	16/03/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekohá Vya Renda	16/03/2023	35	Indígenas
Santa Helena	T. I. Ava Guarani/Tekoha Mokoi Joegua - Dois Irmãos/Itaipu Binacional	16/03/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	26/05/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T. I. Avá Guarani/Tekoha Curva Guarani /Itaipu Binacional	06/06/2023	14	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekohá Vya Renda	16/06/2023	35	Indígenas
Santa Helena	T. I. Ava Guarani/Tekoha Mokoi Joegua - Dois Irmãos/Itaipu Binacional	16/06/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	16/06/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T. I. Avá Guarani/Tekoha Curva Guarani /Itaipu Binacional	16/06/2023	14	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	18/08/2023	20	Indígenas
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	31/08/2023	20	Indígenas
São Mateus do Sul	Faxinal Emboque	08/02/2023	57	Faxinalense
São Miguel do Iguaçu	T.I. Avá Guarani Mbya Ocoy/Res. Sta. Rosa do Ocuí/UHE Itaipu	16/03/2023	210	Indígenas
Tamarana	Fazenda Tamarana/TI Apucarantina	27/10/2023	75	Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Yvyraty Porã/Faz. São Paulo/Itaipu	16/03/2023	36	Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Araguaju/Pôr do Sol/Itaipu	16/03/2023	36	Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Tajy Poty/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	28	Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Nhemboete/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	6	Indígenas
Terra Roxa	T. I. Guarani Mbya/Tekohá Pohã Renda/Guasú Guavirá/Itaipu	16/03/2023	20	Indígenas
Umuarama, Ivaté	T. I. Hererekã Xetá	19/04/2023	39	Indígenas
Vitorino	Aldeamento Provisório da Etnia Kaingang	07/02/2023	19	Indígenas
Subtotal: 54			2.780	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Ponta Grossa	Área da Prolar/Ocupação Dandara dos Palmares	17/02/2023	70	Sem Terra
Tamarana	Fazenda Tamarana/TI Apucarantina	28/09/2023	75	Indígenas
Subtotal: 2			145	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PARANÁ: 56			2.780	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Adrianópolis	Fazenda Criciúmas/Fazenda Estrada do Rocha	15/08/2023	2	2	-	Pecuária

CONFLITOS NO CAMPO

Amaporã	PA Antônio Conselheiro/Lote 32	09/11/2023	1	1	-	Mandioca (lavoura)
Cruzeiro do Sul	Sítio 3 Irmãos	04/07/2023	25	25	-	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras
Londrina	Sítio Água do Pirá	04/07/2023	1	1	-	Pecuária
Marilândia do Sul	Criação de Porcos	15/08/2023	2	2	-	Criação de porcos (suinocultura)
Mauá da Serra	Estância Carolina/PR-445/Km 1/Sítio Santa Catarina/BR-376/Km 295	30/03/2023	14	14	-	Detonação de rochas (Mineração)
Nova Esperança	Rua Curitiba/Jardim Brasil	04/07/2023	8	8	-	Criação de bovinos para corte (pecuária)
Nova Santa Rosa	Transporte de Porcos	15/08/2023	4	4	-	Transporte de porcos (suinocultura)
Pinhal de São Bento	Linha XV de Novembro/Gleba 2015-A	19/10/2023	1	1	-	Criação de bovinos (pecuária)
Prudentópolis	Sítio São Venceslau/Linha Cachoeira Branca	04/07/2023	1	1	-	Criação de bovinos (pecuária) e fumo
Santa Tereza do Oeste	Linha São Martins	25/03/2023	1	1	-	Pecuária
Santo Inácio	Estância Três Corações	25/03/2023	1	1	-	Criação de Bovinos (pecuária)
Três Barras do Paraná	Localidade na Zona Rural de Três Barras do Paraná	08/07/2023	14	14	-	Criação de bovinos (pecuária)
Umuarama	Lavoura de Mandioca	29/05/2023	21	-	-	Cultivo de mandioca (lavoura)
Subtotal: 14			96	75	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PARANÁ: 14			96	75	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Guaraqueçaba, Antonina	TI Kuaray Haxa	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Guaraqueçaba	Kuaray Guata Porã/TI Cerco Grande	01/08/2023	25	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Guaraqueçaba	Vila das Peças/Ilha das Peças	01/08/2023	75	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Morretes	Tupã Nhe'é Kretã/Deuses da Montanha	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Ortigueira	T.I. Queimadas/ Kaingangue	12/04/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Europinha	01/08/2023	11	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Rio dos Almeidas	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Tabaquara	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Vila do Amparo	01/08/2023	75	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Cambaru	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Costeirinha	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Encantadas	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Cacoeiro	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha do Gererezinho	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Ponta da Tapera	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

Paranaguá	Piaçaguera	01/08/2023	27	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Imbocuí	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Nova Brasília	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha do Gererê	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha do Lamim	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha das Cobras	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Imboguauçu Mirim	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha dos Currais	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Ilha Guararema	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Ponta do Pasto	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Ponta Oeste	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Praia do Limoeiro	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Praia Grande	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Terminal Privado/Porto Guará	26/02/2023	1	Apropriação Particular	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Pesqueira de São Miguel	01/08/2023	85	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Com. de Pescadores da Ilha do Mel	01/08/2023	35	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Comunidade Eufrasina	01/08/2023	30	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaguá	Terra Indígena Ilha da Cotinga	01/08/2023	13	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Piraquara	TI Araçai/Karugúá	01/08/2023	17	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	Costeirinha dos Santos	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	Pontal do Sul	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	Barrancos	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	Ilha do Maciel	01/08/2023	59	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	TI Sambaqui/Karaguatá Poty e Guaviraty	01/08/2023	7	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Pontal do Paraná	Ponta do Poço	01/08/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Amélia, Abatiá	T. I. Yvyporã Laranjinha/ Guarani Nhandeva	12/04/2023	90	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
São Jerônimo da Serra	T.I. Barão de Antonina/Kaingang	12/04/2023	1	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Tamarana, Londrina	T.I. Apucarana/Apucarantina/Copel/Povo Kaingang	12/04/2023	150	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Tomazina	T. I. Pinhalzinho/Povo Guarani	12/04/2023	90	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 44			818		

Total dos Conflitos no Campo - PARANÁ: 114

PESSOAS: 14.488

PERNAMBUCO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Preta	Engenho Camurizinho	30/04/2023	10	Posseiro
Água Preta	Engenho Camurizinho	31/05/2023	10	Posseiro
Água Preta	Engenho Camurizinho	31/12/2023	10	Posseiro
Aliança, Itambé	Eng. São Bento/Dois Rios II/Us. Maravilha	03/01/2023	40	Posseiro
Aliança, Itambé	Eng. São Bento/Dois Rios II/Us. Maravilha	04/01/2023	40	Posseiro
Aliança, Itambé	Eng. São Bento/Dois Rios II/Us. Maravilha	10/01/2023	40	Posseiro
Arcoverde	Fazenda Malhada	31/07/2023	20	Sem Terra
Barreiros	Engenho Roncadorzinho	31/10/2023	2	Posseiro
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Rosário/Comp. Suape/PAC	27/04/2023	30	Posseiro
Caetés	Com. Pau Ferro/Energia Eólica	14/08/2023	120	Pequeno proprietário
Caetés	Com. Sobradinho/Energia Eólica	14/08/2023	120	Pequeno proprietário
Catende	Engenho Pau D'Óleo	31/08/2023	70	Posseiro
Floresta	Fazenda Balalaika/Pedra	20/01/2023	50	Sem Terra
Igarassu	T.I. Marato Kaetés/Povo Karaxuwanassu	09/01/2023	60	Indígenas
Ipojuca	Comunidade de Maracaípe	25/05/2023	1	Pescador
Itambé	Eng. Gongo/Terras da Usina Aliança	24/05/2023	50	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	27/02/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	28/02/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Fervedouro/Eng. Fervedouro	01/04/2023	75	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	31/05/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	30/06/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	21/08/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	23/08/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	26/08/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	01/09/2023	200	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	18/12/2023	200	Posseiro
Lagoa dos Gatos, Canhotinho	Faz. Riacho de Dentro/Riachão	16/11/2023	60	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	25/05/2023	1	Posseiro
Maraial	Engenho Batateira	30/11/2023	1	Posseiro
Petrolina	Fazenda Caraíbas	31/10/2023	200	Sem Terra
Petrolina	Fazenda em Petrolina	18/11/2023	200	Sem Terra
Quipapá	Engenho Proteção	25/08/2023	1	Posseiro
Recife, Jaboatão dos Guararapes	Usina Bulhões	28/04/2023	430	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	18/10/2023	70	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Cachoeira dos Guilhermes	30/05/2023	13	Sem Terra
Sirinhaém	Com. Pesqueiras/Rio Sirinhahém/Us. Trapiche	02/12/2023		Pescador
Tamandaré	Engenho Canoinha	30/06/2023	70	Posseiro
Vitória de Santo Antão	Engenho São Francisco	05/11/2023	1	Sem Terra
Vitória de Santo Antão	Engenho São Francisco	16/11/2023	1	Sem Terra
Subtotal: 39			1.894	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araçoiaba	Engenho Santo Antônio	19/08/2023		Sem Terra
Caruaru	Ocup. em Santa Terezinha/ Acamp. Jean Carlos	16/04/2023	350	Sem Terra
Caruaru	Acamp. Givanildo/ Fazenda Bonanza	24/07/2023	200	Sem Terra
Caruaru	Fazenda Granjas	16/10/2023	200	Sem Terra

Glória do Goitá	Fazenda Boa Esperança	16/04/2023	200	Sem Terra
Goiana, Igarassu	Áreas Jacaré/ Barreirinha/ Japemirim/ Burro Velho (NS)	16/04/2023	300	Sem Terra
Igarassu	T.I. Marato Kaetés/Povo Karaxuwanassu	01/01/2023	60	Indígenas
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	23/08/2023	80	Posseiro
Petrolina	Fazenda Embrapa	16/04/2023	600	Sem Terra
Petrolina	Fazenda Embrapa	30/07/2023	387	Sem Terra
Petrolina	Fazenda em Petrolina	18/11/2023	200	Sem Terra
Recife, Jaboatão dos Guararapes	Usina Bulhões	16/04/2023	400	Sem Terra
Sanharó	Fazenda Santa Maria	17/03/2023	350	Sem Terra
Tacaimbó	Ocup. Barra do Algodão	16/04/2023	80	Sem Terra
Timbaúba	Engenho Cumbre	03/04/2023	200	Sem Terra
Timbaúba	Engenho Juliãozinho	16/04/2023	150	Sem Terra
Subtotal: 16			3.370	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PERNAMBUCO: 55 4.524

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Paulista	Zona Rural de Paulista	07/02/2023	2	2	-	Criação de crapinos
Petrolina	Proj. Irrigação Nilo Coelho/Mª Tereza/Codevasf	02/08/2023	2	1	-	Cultivo de cítricos, exceto laranja
Trindade	Sítio Barro Branco	04/07/2023	1	1	-	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes.
Subtotal: 3			5	4	-	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PERNAMBUCO: 3 5 4 -

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aliança	Engenho Sirigi/Us. Aliança	15/07/2023	50	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 1			50		

Total dos Conflitos no Campo - PERNAMBUCO: 59

PESSOAS: 18.301

PIAUI

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cajueiro da Praia	Comunidade Morro Branco	13/11/2023	1	Assentado
Cajueiro da Praia	Comunidade Barra Grande	13/11/2023	1	Assentado
Canto do Buriti	Faz. Santa Clara/Brasil Ecodiesel	24/09/2023	1	Assentado
Gilbués, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais	Povo Gamela Barra do Correntim	27/01/2023	17	Indígenas
Gilbués, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais	Povo Gamela Barra do Correntim	04/03/2023	17	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Gilbués, Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	28/03/2023	38	Posseiro
Gilbués, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais	Povo Gamela Barra do Correntim	28/03/2023	17	Indígenas
Gilbués, Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	13/10/2023	42	Indígenas
Gilbués, Bom Jesus	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/Assent. Rio Preto	15/10/2023	42	Posseiro
Santa Filomena	Sete Lagoas/Lagoa do Junco/Vão do Vico	03/02/2023	8	Indígenas
Santa Filomena	Barra da Lagoa	28/03/2023	12	Ribeirinho
Santa Filomena	Barra da Lagoa	08/11/2023	12	Posseiro
São Miguel do Tapuío	Com. Quil. Macacos	08/03/2023	50	Quilombola
São Raimundo Nonato, Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, Várzea Branca	Território Quilombola Lagoas	07/02/2023	119	Quilombola
Uruçuí	Com. Bananeira/Baixa Funda/Vale do Uruçuí Preto/Povo Akroá Gamella	10/04/2023	1	Indígenas
Subtotal: 15			252	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - PIAUÍ: 15			252	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Batalha	Carnaubal Fazenda Boa Lembrança	15/08/2023	13	13	0	Palha de Carnaúba
Cajueiro da Praia	Fazenda Gargaio	15/08/2023	25	25	-	Extração da folha da carnaúba
Castelo do Piauí	Carnaubal - Distrito de Cajazeiras	30/09/2023	17	17	-	Extração da palha da carnaúba
Currais	Fazenda Palmeira	30/10/2023	5	5	-	Não especificado
Eliseu Martins	Pedreira na Zona Rural de Eliseu Martins	10/03/2023	4	4	-	Mineração
Gilbués, Gilbués	Faz Paulista	11/12/2023	13	13	0	Catação e queima de raízes e tocos para aração e preparação do solo para plantação de soja
Jerumenha	Pedreira Cafundó	29/05/2023	10	10	0	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
Jerumenha	Pedreira Cafundó	29/05/2023	2	2	0	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
Murici dos Portelas	Faz. Pedra Preta /em Nazaré do Piauí	30/07/2023	30	30	0	None
Piripiri	Área Rural de Piripiri /Pedreira no Pé do Morro	15/08/2023	4	4	0	Extração da Folha da Carnaúba
Regeneração	Pedreira da Cerquinha, Zona Rural, Regeneração -PI	29/05/2023	4	4	0	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas GM
Rio Grande do Piauí	Pedreira Marreca, Zona Rural, Rio Grande do Piauí	29/05/2023	8	8	0	None

Teresina	Área na Zona Rural de Terezina-PI	31/05/2023	8	8	0	Fabricação de estruturas premoldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
Uruçuí	Fazenda São Silvestre	24/07/2023	7	7	0	None
Subtotal: 14			150	150	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - PIAUÍ: 14			150	150	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cajueiro da Praia	Comunidade Morro Branco	14/11/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Filomena	Sete Lagoas/Lagoa do Junco/Vão do Vico	10/01/2023	10	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Filomena	Barra da Lagoa	30/05/2023	12	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Uruçuí	Com. Bananeira/Baixa Funda/Vale do Uruçuí Preto/Povo Akroá Gamella	11/04/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 4			24		

Total dos Conflitos no Campo - PIAUÍ: 33

PESSOAS: 1.254

RIO DE JANEIRO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Armação dos Búzios	Com. Quilombola Baía Formosa	19/06/2023	100	Quilombola
Armação dos Búzios	Quilombo da Rasa	06/07/2023	422	Quilombola
Maricá	FAZENDA MARICÁ	08/02/2023	17	Sem Terra
Paraty	Com. Tradicionais Caiçara/Baía de Paraty/Trindade/Cajaíba/Pq. Nac. da Serra de Bocaina	23/01/2023	23	Caiçara
Paraty	T. I. Tekoha Je'y/Povo Guarani Nhandeva e Mbya	23/01/2023	12	Indígenas
Subtotal: 5			574	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO DE JANEIRO: 5			574	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Nova Iguaçu	Rua Fidelis de Almeida/Carlos Sampaio	25/03/2023	1	1	-	Pecuária
Nova Iguaçu	Criação de Suínos	27/03/2023	1	-	-	Criação de porcos (suinocultura)
São José do Vale do Rio Preto	Sítio São José	30/09/2023	2	1	-	Pecuária
Subtotal: 3			4	2	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RIO DE JANEIRO: 3			4	2	-	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

São Pedro da Aldeia	Lagoa de Araruama	17/04/2023	4.000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
		Subtotal: 1	4.000		

Total dos Conflitos no Campo - RIO DE JANEIRO: 9**PESSOAS: 18.300****RIO GRANDE DO NORTE****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Apodi	Assen. Taboleiro Grande	31/10/2023	1	Assentado	
Apodi	Assent. Paulo Canapum	31/10/2023	1	Assentado	
Apodi	Faz. Caiçara/Assent. Caiçara	31/10/2023	50	Assentado	
Apodi	Assentamento Sítio Góes/Chapada do Apodi	31/10/2023	60	Assentado	
Cerro Corá	Vilarejo Recanto/Parq. Eólico Santa Rosa Mundo Novo	19/10/2023	2	Pequeno proprietário	
João Câmara, Jardim de Angicos	Comunidade Mendonça/Potiguara	15/10/2023	900	Indígenas	
Lagoa Nova	Com. Quilombola Macambira	02/08/2023	263	Quilombola	
Parazinho	Parque Eólico Ventos de São Miguel	05/12/2023	1	Pequeno proprietário	
Pedra Grande	Com. Pesqueira Enxu Queimado	16/10/2023	554	Posseiro	
Rio do Fogo	Ocupação Paraíso dos Carajás	12/01/2023	100	Sem Terra	
Rio do Fogo	Acam. Zumbi dos Palmares	23/04/2023	1	Sem Terra	
Santa Maria, Riachuelo	Acamp. Olga Benário	01/04/2023	16	Sem Terra	
Tibau	Com. Lagoa de Salsa	14/07/2023	200	Posseiro	
Tibau do Sul	Quilombo de Sibaúma	16/02/2023	275	Quilombola	
Touros	PA Chico Mendes	05/12/2023	64	Assentado	
		Subtotal: 15	2.488		

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Ceará-Mirim	Acampamento Margarida Alves	30/04/2023	60	Sem Terra	
Ielmo Marinho	Fazenda Terra Nova	29/04/2023	115	Sem Terra	
Mossoró	Ocupação em Mossoró	26/05/2023	500	Sem Terra	
Parazinho	Ocup. Jesus Proverá	20/08/2023	50	Sem Terra	
Riachuelo	Ocupação em Riachuelo	29/04/2023	230	Sem Terra	
		Subtotal: 5	955		

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO GRANDE DO NORTE: 20**3.443****ÁGUA****CONFLITOS PELA ÁGUA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Galinhos	Colônia de Pescadores Z-30	08/06/2023	1	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Galinhos	Pq. Eólico Reis dos Ventos I/Duna do Capim	08/06/2023	1	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Galinhos	Comunidade Galos	08/06/2023	1	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Macau, Guamaré	RDS Ponta do Tubarão/Pq. Eólico Miassaba I e II/Pq. Alegrial/Consórcio Brasventos/PAC	19/10/2023	1.200	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pedra Grande	Com. Pesqueira Enxu Queimado	08/06/2023	554	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
		Subtotal: 5	1.757		

Total dos Conflitos no Campo - RIO GRANDE DO NORTE: 25**PESSOAS: 20.800**

RIO GRANDE DO SUL

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cacique Doble	T.I. de Cacique Doble	04/12/2023	1	Indígenas
Candiota	Assent. Companheiros de João Antônio	22/03/2023	31	Assentado
Canela	Retomada Mbya Guarani/Área de Preservação Ambiental/Flona	08/05/2023	8	Indígenas
Maquiné, Osório	Quilombo de Morro Alto	08/05/2023	456	Quilombola
Porto Alegre	T. I. Kaingang/Morro Santana	14/03/2023	10	Indígenas
Porto Alegre	Quilombo Gonçalves de Lemos	26/05/2023	8	Quilombola
Porto Alegre	Quilombo da Vila Kédi	13/11/2023	7	Quilombola
Porto Alegre	Pindo Poty Lami/Mbya Guarani	20/11/2023	8	Indígenas
Porto Alegre	Quilombo da Vila Kédi	26/11/2023	7	Quilombola
Redentora, Erval Seco, Tenente Portela	T. I. Guarita	04/02/2023	1.444	Indígenas
Salto do Jacuí	Fazenda Santa Elmira	26/02/2023	1	Agente pastoral
São Francisco de Paula	T. I. do Povo Xokleng/Retomada Konglui	20/08/2023	12	Indígenas
Vicente Dutra	T. I. Rio dos Índios	14/11/2023	2	Pequeno proprietário
Subtotal: 13			1.988	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RIO GRANDE DO SUL: 13			1.988	

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Bento Gonçalves	Vinicula em Beto Gonçalves	22/02/2023	210	210	-	Colheita de Uva
Butiá	Estrada Passo da Estiva	15/08/2023	2	2	0	Caseiro
Cacequi	Área em Cacequi	13/11/2023	2	2	0	Atividades de apoio
Gramado	Estrada Professora Elvira Apolo Bnetti,	28/09/2023	4	2	0	Atividades de Apoio
Gravataí	Fazenda na zona rural de Gravataí	02/06/2023	1	1	-	Serviços Gerais na Pecuária
Lagoa Vermelha	Área em Lagoa Vermelha	06/09/2023	1	1	-	Serviços Gerais
Nova Petrópolis	Fazenda na zona rural de Nova Petrópolis	01/04/2023	4	4	1	Corte de lenha
Sant'Ana do Livramento	Extação Experimental	30/03/2023	1	1	0	Criação de Bovino e Ovino
São José do Herval	Sítio na zona rural de São José do Herval	12/03/2023	1	1		Serviços Domésticos
São José do Inhacorá	Linha Floresta, São Jose do Inhacorá	04/07/2023	5	5	0	Obras de urbanização- ruas , praças e calçadas
Triunfo	Fazenda na Vila da Ponte Seca e Vila do Limoeiro	04/07/2023	9	9	-	Desmatamento
Uruguaiana	Estância Santa Adelaide	10/03/2023	31	31	1	lavoura de arroz
Uruguaiana	Estância Santa Adelaide	10/03/2023	54	54	8	Produção de sementes
Subtotal: 13			325	323	10	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RIO GRANDE DO SUL: 13			325	323	10	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Maquiné, Osório	Quilombo de Morro Alto	30/04/2023	456	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 1			456		

Total dos Conflitos no Campo - RIO GRANDE DO SUL: 27**PESSOAS: 10.101****RONDÔNIA****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta D'Oeste	Faz. Castanhal/Acamp. Betinho	31/03/2023	52	Posseiro
Alto Alegre dos Parecis	Acamp. Che Guevara/Faz. Sol Nascente	31/03/2023	239	Posseiro
Alto Alegre dos Parecis	Acampamento Filhos do Che	31/03/2023	72	Sem Terra
Alto Alegre dos Parecis	Reserva dos Mequéns	09/08/2023	1	Indígenas
Ariquemes	Linhas C-50 e C-55/LT18/Gleba 9/Bura-reiro	25/01/2023	150	Sem Terra
Ariquemes	Ocupação de fazenda na RO 257 em Ariquemes	04/03/2023	8	Sem Terra
Ariquemes	Acampamento Serra dos Baianos	27/03/2023	1	Posseiro
Ariquemes	Acamp. Canaã/Faz. Arroba/Cruzeiro do Sul/Só Cacau	28/03/2023	160	Posseiro
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	04/09/2023	3	Sem Terra
Ariquemes, Theobroma	Assent. Jatuarana/Acamp. Serra da Onça	23/09/2023	50	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	18/11/2023	50	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	19/11/2023	50	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	20/11/2023	1	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	01/12/2023	2	Sem Terra
Buritis, Porto Velho	Floresta Nacional do Bom Futuro	02/06/2023	1	Extrativista
Buritis	Fazenda Retiro	15/08/2023		Trabalhador Rural
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	30/04/2023	345	Indígenas
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	13/07/2023	345	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	Área Indígena Zoró	27/07/2023	1	Indígenas
Cacoal, Espigão D'Oeste	Área Indígena Zoró	01/09/2023	1	Indígenas
Cacoal	T. I. Sete de Setembro	08/11/2023	345	Indígenas
Candeias do Jamari	Assentamento Rancho Alegre	07/03/2023	157	Assentado
Candeias do Jamari	PAF Jequitibá	21/03/2023	25	Sem Terra
Candeias do Jamari	Faz. Felicidade/Assent. Flor do Amazonas	29/06/2023	1	Posseiro
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas/Acamp. Boa Sorte	31/12/2023	80	Assentado
Chupinguaia	Gleba Corumbiara/Lote 52/Setor 07/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	31/03/2023	37	Posseiro
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Linha 85	31/03/2023	80	Posseiro
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello/Assoc. Igarapé Água Viva	31/03/2023	80	Posseiro
Chupinguaia	Ass. Canário Lote 52/Setor 10/Gleba Corumbiara	31/03/2023	30	Posseiro
Chupinguaia	Aspiav/Lote 40	31/03/2023	40	Posseiro
Corumbiara, Chupinguaia	Terra Indígena Rio Omerê	30/06/2023	6	Indígenas
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário	17/07/2023	150	Extrativista
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário	21/10/2023	150	Extrativista
Cujubim	Ameaça de Morte e Intimidação	04/03/2023	1	Religioso
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	28/03/2023	80	Posseiro

Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	14/07/2023	1	Sem Terra
Cujubim	PROJETO CUJUBIM	12/08/2023	1	Posseiro
Cujubim	Fazenda Pedra Preta	04/09/2023	4	Sem Terra
Espigão D'Oeste	Reserva Indígena Roosevelt	10/02/2023	240	Indígenas
Espigão D'Oeste	Reserva Indígena Roosevelt	02/11/2023	240	Indígenas
Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia	P. A. Nova Floresta/Gl. Rio Alto/Ocupação Nova Esperança	31/03/2023	380	Sem Terra
Guajará-Mirim	T.I. Pacaas Novos/Pakaa Novas	28/04/2023	1	Indígenas
Guajará-Mirim	Resex Rio Ouro Preto	14/06/2023	1	Extrativista
Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	23/08/2023	120	Indígenas
Guajará-Mirim	Acamp. Serra do Ouro/Faz. Ouro Verde/Assoc. de Produtores Rurais da Serra do Ouro/Aspluso	30/11/2023	40	Posseiro
Itapuã do Oeste	Acamp. Nova Jatuarana	20/11/2023	5	Sem Terra
Itapuã do Oeste	Acamp. Nova Jatuarana	04/12/2023	5	Sem Terra
Ji-Paraná	Ocupação Linha Itapirema/Gleba Pirineus	26/07/2023	7	Sem Terra
Ji-Paraná	T. I. Igarapé Lourdes	27/07/2023	246	Indígenas
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	03/03/2023	50	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Área Terra Nossa 2	28/03/2023	120	Posseiro
Machadinho D'Oeste	Fazenda Jatobá/Acamp. Valdiro Chagas	28/03/2023	90	Posseiro
Machadinho D'Oeste	Acamp. Beira Rio	28/03/2023	96	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Ocupação Tarifa	31/03/2023	10	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	11/04/2023	79	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Água Mansa	03/05/2023	3	Sem Terra
Machadinho D'Oeste, Cujubim	Reserva Extrativista Ipê	24/05/2023	50	Posseiro
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	29/07/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	04/08/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	01/09/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste, Cujubim	Resex Rio Preto Jacundá	05/09/2023	24	Extrativista
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	19/09/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	14/10/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	23/10/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	04/11/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	13/11/2023	150	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	13/12/2023	150	Sem Terra
Mirante da Serra	Faz. na Linha 70/Área Revolucionária Paulo Bento	31/03/2023	80	Posseiro
Mirante da Serra	Linha 76 a 81/Km 11/Km 06/Lote 62-A/Acamp. Fidel Castro 2/Faz. Boitenta/Área Revolucionária Paulo Bento	31/03/2023	170	Posseiro
Monte Negro	Acamp. Élcio Machado/Linha A2	26/07/2023	400	Sem Terra
Nova Brasilândia D'Oeste	Assentamento Nova Esperança/Fazenda Capão da Onça	31/03/2023	120	Posseiro
Nova Mamoré, Guajará-Mirim	Parque Estadual de Guajará-Mirim	13/03/2023	1	Indígenas
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	13/03/2023	15	Indígenas
Nova Mamoré	Acamp. Conquista/Faz. Primavera/Gleba Buriti/Distrito de Jacinópolis	31/03/2023	106	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Nova Mamoré	Acamp. Dois Irmãos/Dois Amigos/Faz. do Bispo/Linha 29 C	31/03/2023	200	Sem Terra
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	11/05/2023	15	Indígenas
Nova Mamoré	T. I. Igarapé Ribeirão/Aldeia Ribeirão	14/11/2023	50	Indígenas
Pimenta Bueno	Acamp. Escurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	31/03/2023	1	Sem Terra
Pimenta Bueno	Acamp. Escurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	21/04/2023	1	Sem Terra
Pimenta Bueno	Acamp. Escurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	25/04/2023	1	Sem Terra
Pimenta Bueno	Acamp. Escurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	04/05/2023	1	Sem Terra
Pimenta Bueno	Acamp. Escurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	24/07/2023	1	Sem Terra
Pimenteiras do Oeste, Costa Marques	Povo Indígena Guarasugwe	25/02/2023	150	Indígenas
Pimenteiras do Oeste	Com. Quilombola de Santa Cruz	31/03/2023	40	Quilombola
Pimenteiras do Oeste, Costa Marques	Povo Indígena Guarasugwe	12/05/2023	150	Indígenas
Pimenteiras do Oeste, Costa Marques	Povo Indígena Guarasugwe	14/07/2023	150	Indígenas
Pimenteiras do Oeste	Faz. Siriema/Lotes 1 e 2/Gleba Guaporé/Setor Santa Rosa	18/08/2023	20	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	05/01/2023	1400	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	28/01/2023	100	Sem Terra
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	31/01/2023	35	Seringueiro
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	31/01/2023	1	Ribeirinho
Porto Velho	Com. Cujubim Grande/UHE Jirau e Sto. Antônio	06/02/2023	1	Ribeirinho
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	28/02/2023	35	Seringueiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	13/03/2023	35	Seringueiro
Porto Velho	Rio das Garças/Faz. Alexandria/Acamp. São Cristovão	31/03/2023	616	Posseiro
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	30/04/2023	1	Ribeirinho
Porto Velho	Comunidade de Paulo Leal	03/05/2023	1	Posseiro
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	31/05/2023	1	Ribeirinho
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	30/06/2023	1	Ribeirinho
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro	10/07/2023	600	Posseiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	12/07/2023	35	Seringueiro
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	01/08/2023	2	Indígenas
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	16/08/2023	44	Posseiro
Porto Velho	T. I. Kaxarari	23/08/2023	70	Indígenas
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	06/09/2023	23	Posseiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	13/09/2023	35	Seringueiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	23/09/2023	35	Seringueiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	27/09/2023	35	Extrativista
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	11/10/2023	44	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	18/10/2023	44	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	19/10/2023	44	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	25/10/2023	44	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	17/11/2023	44	Posseiro
Porto Velho	Comunidade Seringal do Belmont	20/11/2023	44	Posseiro
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	11/12/2023	35	Seringueiro
São Francisco do Guaporé, Seringueiras	Território Indígena Miqueleno	30/01/2023	160	Indígenas
São Francisco do Guaporé, Seringueiras	Território Indígena Miqueleno	28/02/2023	160	Indígenas

Seringueiras, São Francisco do Guaporé	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	28/02/2023	34	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	07/05/2023	345	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	14/05/2023	345	Indígenas
Seringueiras, Alvorada D'Oeste, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	16/05/2023	345	Indígenas
Seringueiras, São Francisco do Guaporé	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	25/05/2023	34	Indígenas
Seringueiras, São Francisco do Guaporé	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	13/11/2023	34	Indígenas
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	25/01/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	26/01/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	26/05/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	05/06/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	27/06/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	05/09/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	31/10/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	04/12/2023	85	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	08/12/2023	85	Sem Terra
Vale do Anari, Machadinho D'Oeste	Resex Aquariquara	17/03/2023	41	Extrativista
Vilhena	P. A. Águas Claras	31/03/2023	18	Posseiro
Vilhena	Nova Vida/Lotes 76, 77 e 78/Linha 140/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. dos Peq. Chacareiros do St. Aeroporto	31/03/2023	250	Posseiro
Vilhena	Acamp. Associação Canaã/Lotes 74 e 75	31/03/2023	60	Posseiro
Vilhena	Asprovera/Lote 67/Setor 12/Gleba Corumbiara	31/03/2023	35	Posseiro
Vilhena	Lote 46/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. Aspamel	31/03/2023	46	Posseiro
Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 53/Linha 135/Setor 12/Faz. São José/Assoc. dos Produtores do Rio d' Ávila	31/03/2023	76	Posseiro
Vilhena	Lote 33 C/Assoc. dos Produtores Rurais Dois Corações	31/03/2023	25	Posseiro
Vilhena	Acamp. Flor da Serra/Gleba Corumbiara/Setor 12/Lote 84	31/03/2023	60	Posseiro
Vilhena	P. A. União da Vitória	31/03/2023	300	Posseiro
Vilhena	Assoc. União da Vitória/Lote 75/Setor 12	31/03/2023	62	Posseiro
Vilhena	Gl. Corumbiara/Setor 12/Lote 52/Faz. Duarte/Assoc. Canarinho	31/03/2023	80	Sem Terra
Vilhena	Lote 26/Setor 07/Gl. Corumbiara/Assoc. Aspergau/Faz. Facilândia	31/03/2023	40	Posseiro
Vilhena	Faz. do Bianco/Lote 47/Setor 12/Gl. Corumbiara	31/03/2023	50	Posseiro
Vilhena	Faz. Natal/Lote 86/Setor 12/Linha 145/Gleba Corumbiara	31/03/2023	35	Posseiro
Vilhena	Lotes 62, 63, 64/Sítio 90-A/Linha 85/Setor 08/Faz. Vilhena/Gl. Corumbiara	03/06/2023	84	Sem Terra

Vilhena, Chupinguaia	T. I. Tubarão Latundê	03/07/2023	1	Indígenas
Subtotal: 149		9.573		

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	04/09/2023	50	Sem Terra
Cujubim	Fazenda Pedra Preta	04/09/2023	4	Sem Terra
Itapuã do Oeste	Acamp. Nova Jatuarana	20/11/2023	5	Sem Terra
Ji-Paraná	Ocupação Linha Itapirema/Gleba Pirineus	24/07/2023	7	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	30/01/2023	50	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Água Mansa	03/05/2023	3	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	09/09/2023	150	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	21/01/2023	100	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	23/01/2023	82	Sem Terra
Subtotal: 9		401		

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cujubim	PROJETO CUJUBIM	12/08/2023		
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	01/07/2023	150	Sem Terra
Pimenteiras do Oeste	Faz. Siriema/Lotes 1 e 2/Gleba Guaporé/Setor Santa Rosa	31/01/2023	20	Sem Terra
Vilhena	Lotes 62, 63, 64/Sítio 90-A/Linha 85/Setor 08/Faz. Vilhena/Gl. Corumbiara	31/01/2023	30	Sem Terra
Subtotal: 4		200		

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RONDÔNIA: 162**9.573****TRABALHO****TRABALHO ESCRAVO RURAL**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Ariquemes	Fazenda Ouro Branco	15/08/2023	4	4	-	Pecuaría
Buritis	Fazenda Retiro	15/08/2023	7	7	-	Pecuaría
Buritis	Fazenda na Gleba 12	15/08/2023	1	1	-	Pecuaría
Porto Velho	Linha C-25	01/04/2023	4	4	-	Outros
Subtotal: 4		16	16	16	-	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RONDÔNIA: 4		16	16	16	-	

ÁGUA**CONFLITOS PELA ÁGUA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé	T. I Rio Branco/Aldeia Anderé	15/02/2023	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé	T. I Rio Branco/Aldeia Anderé	24/03/2023	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Candeias do Jamari	Exploração de Areia no Rio Candeias	31/03/2023	18	Uso e preservação	Desconstrução do histórico-cultural
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	21/03/2023	60	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Espigão D'Oeste	Distrito de Nova Esperança	24/10/2023	300	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água

Guajará-Mirim, Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	04/04/2023	120	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Machadinho D'Oeste	UHE Tabajara/28 Comunidades	17/03/2023	3.639	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Nova Mamoré, Guajará-Mirim, Porto Velho	T. I. Karipuna	22/03/2023	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Comunidade de Paulo Leal	14/06/2023	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho, Buritis, Nova Mamoré	Resex Jaci-Paraná	10/08/2023	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Comunidade do Distrito de Calama	27/07/2023	700	Cobrança	Diminuição do acesso à Água
Porto Velho	Comunidade Monte Sinai	23/06/2023	23	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho, Canutama, Humaitá, Lábrea	Parque Nacional Mapinguari/Indígenas Isolados	16/10/2023	1	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Acampamento Nova Aliança	09/10/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Com. Cujubim Grande/UHE Jirau e Sto. Antônio	17/03/2023	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Comunidade do Distrito de Nazaré	13/09/2023	1	None	None
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	02/08/2023	15	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Porto Velho	Ramal São Sebastião/UHE Jirau e Sto. Antônio	06/11/2023	1	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Nova Vila de Teotônio/UHE Sto. Antônio	14/09/2023	72	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Presidente Médici	Mortandade de Peixes no Rio Muqui	31/10/2023	135	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 20			5.438		

Total dos Conflitos no Campo - RONDÔNIA: 186

PESSOAS: 60.060

RORAIMA

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre	Terra Indígena Arapuá	28/11/2023	17	Indígenas
Amajari	T. I. Anaro/Maloca do Anaro	07/07/2023	11	Indígenas
Amajari	Terra Indígena Ponta da Serra- Macuxi/Wapichana	07/07/2023	79	Indígenas
Amajari	T.I. Araçá	07/07/2023	504	Indígenas
Boa Vista	T.I. Serra da Moça	31/05/2023	174	Indígenas
Boa Vista	T.I. Serra da Moça	07/07/2023	174	Indígenas
Bonfim	Maloca Jabuti / TI Jaboti / Macuxi-Wapichana	07/07/2023	102	Indígenas
Bonfim	T.I. Bom Jesus	07/07/2023	15	Indígenas
Bonfim	T.I. Wapixana/ Reserva Moskow	07/07/2023	178	Indígenas
Cantá	T.I. Malacacheta	07/07/2023	350	Indígenas
Caroebe, São João da Baliza	T.I. Trombetas-Mapuera/Wai Wai/Hixcariana	02/03/2023	131	Indígenas
Caroebe, São João da Baliza	T.I. Trombetas-Mapuera/Wai Wai/Hixcariana	07/07/2023	131	Indígenas
Caroebe, São João da Baliza	T.I. Trombetas-Mapuera/Wai Wai/Hixcariana	12/07/2023	131	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/02/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	05/02/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	10/02/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	22/02/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	23/02/2023	7.500	Indígenas

CONFLITOS NO CAMPO

Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	25/02/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	02/03/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí	Fazenda Tocantins/Acamp. Lula Livre	06/03/2023	80	Sem Terra
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	28/03/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	08/04/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	29/04/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	30/04/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	01/05/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	24/06/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	07/07/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	20/07/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	27/07/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	20/08/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	31/08/2023	7.500	Indígenas
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	19/09/2023	7.500	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	27/02/2023	750	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	03/03/2023	750	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	08/03/2023	125	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	22/03/2023	750	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	24/03/2023	1	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	29/03/2023	1	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	03/04/2023	750	Indígenas
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	07/07/2023	750	Indígenas
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	07/07/2023	1.460	Indígenas
Rorainópolis	T. I. Pirititi	01/05/2023	13	Indígenas
Rorainópolis	T. I. Pirititi	07/07/2023	13	Indígenas
Rorainópolis	Sítio JC/Lote 6/Vicinal 05	09/09/2023	5	Pequeno proprietário
São Luiz	Assentamento Luizão	27/02/2023	68	Sem Terra
São Luiz, São João da Baliza	T. I. Waimiri Atroari	07/07/2023	502	Indígenas
Subtotal: 48			11.939	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Pacaraima, Alto Alegre	T.I. Manoá-Pium/Wapixana/Macuxi	08/03/2023	125	Indígenas
Subtotal: 1			125	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - RORAIMA: 49 11.939

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Amajari	Fazenda Flores	21/03/2023	3	3	-	None
Amajari	Fazenda Flores	21/03/2023	21	21	-	Desmatamento
Boa Vista	Fazenda São Francisco	21/03/2023	5	5	-	Desmatamento
Boa Vista	Sítio Paraíso	22/09/2023	1	1	-	Trabalho Domestico
Boa Vista	Jockey Club Roraimense/ Trab. Escravo	22/09/2023	1	1	-	None
Cantá	Sítio em zona rural de Cantá	10/08/2023	5	-	2	Serviços Gerais
Caracará	Zona Rural de Caracará	21/03/2023	6	-	-	Desmatamento
Rorainópolis, Caracará, Rorainópolis	Zona rural entre Caracará e Rorainópolis	01/04/2023	4	4	-	Extração de madeira
Rorainópolis, Caracará	Zona rural entre Caracará e Rorainópolis 2	01/04/2023	2	2	-	Extração de madeira
Subtotal: 9			48	37	2	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - RORAIMA: 9**48****37****2****ÁGUA****CONFLITOS PELA ÁGUA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Caroebe, São João da Baliza	T.I. Trombetas-Mapuera/Wai Wai/Hixcariana	03/03/2023	131	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mucajaí, Alto Alegre, Caracará	T. I. Yanomami/Apiaiú/Papiu/Yawaripé	21/03/2023	43	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal: 2			174		

Total dos Conflitos no Campo - RORAIMA: 60**PESSOAS: 48.500****SANTA CATARINA****TERRA****CONFLITOS POR TERRA**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abelardo Luz	T. I. Toldo Imbu/Kaingang	29/03/2023	95	Indígenas
Abelardo Luz	T. I. Toldo Imbu/Kaingang	13/12/2023	95	Indígenas
Balneário Barra do Sul, Araquari	T. I. Pindoty	07/03/2023	175	Indígenas
Canoinhas	Terra Livre Canoinhas	21/10/2023	120	Sem Terra
Chapecó	T. I. Toldo Chimbangué/Kaingang	13/12/2023	132	Indígenas
Chapecó	T. I. Aldeia Kondá/Reserva Indígena Aldeia Kondá/Kaingang	13/12/2023	94	Indígenas
Chapecó	T. I. Toldo Chimbangué II	13/12/2023	21	Indígenas
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	01/08/2023	358	Indígenas
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	13/10/2023	75	Indígenas
Ipaçu, Abelardo Luz, Entre Rios	T. I. Xaçecó/Kaingang	14/03/2023	149	Indígenas
Ipaçu, Abelardo Luz, Entre Rios	T. I. Xaçecó/Kaingang	29/09/2023	1.334	Indígenas
Ipaçu, Abelardo Luz, Entre Rios	T. I. Xaçecó/Kaingang	13/12/2023	1.334	Indígenas
Major Gercino	T.I Tekoa Vy'a	29/05/2023	1	Indígenas
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	14/03/2023	2	Indígenas
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	13/04/2023	2	Indigenista
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	21/04/2023	2	Indígenas
Seara, Arvoredo, Paial	T. I. Toldo Pinhal/ Kaingang	13/12/2023	47	Indígenas
Subtotal: 17			2.379	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Canoinhas	Terra Livre Canoinhas	21/10/2023	120	Sem Terra
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	22/02/2023	2	Indígenas
Subtotal: 2			122	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SANTA CATARINA: 19**2.379****TRABALHO**

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Água Doce	Herciliópolis	21/06/2023	3	3	-	Cultivo de batata (lavoura)
Bom Retiro	Fazenda em Bom Retiro	28/02/2023	3	2	-	Cultivo de cebola (Lavoura)
Cunha Porã	Fazenda em Cunha Porã	14/02/2023	1	-	-	Plantio de mudas de eucalipto (Reflorestamento)
Ituporanga	Tifa Reitz/Vila Adamek	27/11/2023	17	17	1	Colheita de cebola (lavoura)
Rio do Sul	Madeira em Rio do Sul	14/02/2023	24	24	-	Comércio de Madeira
Urubici	Fazenda de Maçã	05/05/2023	15	15	-	Colheita de maçã (lavoura)
Subtotal: 6			63	61	1	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - SANTA CATARINA: 6			63	61	1	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	12/10/2023	75	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Doutor Pedrinho, Ibirama, Itaiópolis, José Boiteux, Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	08/10/2023	514	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal: 2			514		

Total dos Conflitos no Campo - SANTA CATARINA: 27

PESSOAS: 11.635

SÃO PAULO

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Americana	Faz. Salto Grande/Acamp. Milton Santos/Sítio Boa Vista/Acamp. Roseli Nunes	01/02/2023	150	Sem Terra
Capão Bonito	Ocupação no Capão Bonito	01/05/2023	300	Sem Terra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Guaná Mirim	14/08/2023	1	Assentado
Gália	Faz. Paraíso/Vitória/Santa Fé/Assent. Luiz Beltrame	28/09/2023	77	Assentado
Gália	Faz. Paraíso/Vitória/Santa Fé/Assent. Luiz Beltrame	04/12/2023	3	Assentado
Ilhabela	Com. Caiçara da Baía dos Castelhanos	16/08/2023	75	Caiçara
Iporanga	Com. Cabocla do Ribeirão dos Camargos/Pq. Est. Turístico do Alto Ribeira	02/06/2023	29	Quilombola
Iporanga	Com. Quil. Bombas/Vale do Ribeira	02/06/2023	23	Quilombola
Iporanga	Com. Quil. Bombas/Vale do Ribeira	04/08/2023	23	Quilombola
Martinópolis	P.A. Nova Vida	16/02/2023	37	Assentado
Martinópolis	Assentamento Chico Castro Alves	16/02/2023	87	Assentado
Nova Independência	Fazenda Santa Terezinha/Ocupação	04/03/2023	55	Sem Terra
Paulicéia	PA Fazenda Regência	17/03/2023	33	Assentado
Paulicéia	PA Fazenda Regência	19/03/2023	33	Assentado
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco/Ocupação Marielle Franco	18/02/2023	82	Sem Terra

Rancharia	Faz. São Pedro/Assentamento São Pedro	27/02/2023	2	Assentado
Rosana	Fazenda São Lourenço	18/02/2023	82	Sem Terra
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu/Acamp. Miriam Farias/Ocupação Nelson Mandela	18/02/2023	82	Sem Terra
Sandovalina	P.E. Dom Tomás Balduino	23/02/2023	65	Assentado
Santa Cruz do Rio Pardo	Fazenda Clarinea II	21/06/2023	13	Sem Terra
São Carlos	Chacaras do Recanto das Oliveiras	05/05/2023	40	Pequeno proprietário
São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	31/05/2023	200	Indígenas
São Paulo, Caieiras, Cajamar	Assentamento Comuna da Terra/Irmã Alberta	02/09/2023	1	Assentado
São Sebastião	Com. Caiçara/Ilha do Montão do Trigo	24/02/2023	2	Caiçara
São Sebastião	T.I. Ribeirão Silveira	09/03/2023	90	Indígenas
Sete Barras	Fazenda em Sete Barras	30/05/2023	1	Sem Terra
Ubatuba	Comunidade Yacã Porã/Povo M'Bya Guarani	17/04/2023	40	Indígenas
Subtotal: 27			1.567	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Capão Bonito	Ocupação no Capão Bonito	13/05/2023	60	Sem Terra
Marabá Paulista	Faz. Floresta/Assent. Dom Evaristo Arns/Ocupação	18/02/2023	82	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda São João/Ocupação	18/02/2023	82	Sem Terra
Monte Castelo	Fazenda Paz/Ocupação	01/02/2023	55	Sem Terra
Nova Independência	Fazenda Santa Terezinha/Ocupação	01/02/2023	55	Sem Terra
Presidente Venceslau	Fazenda São Francisco/Ocupação Marielle Franco	18/02/2023	82	Sem Terra
Rancharia	Fazenda Marambaia/Ocupação	01/02/2023	55	Sem Terra
Rosana	Fazenda São Lourenço	18/02/2023	82	Sem Terra
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu/Acamp. Miriam Farias/Ocupação Nelson Mandela	18/02/2023	82	Sem Terra
Santa Cruz do Rio Pardo	Fazenda Clarinea II	08/06/2023	8	Sem Terra
Sete Barras	Fazenda em Sete Barras	16/05/2023		Sem Terra
Subtotal: 11			643	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SÃO PAULO: 38 **1.841**

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Arujá	Chácaras Copaco	03/01/2023	10	10	-	comércio varejista de alimentos
Divinolândia	sítio Campo Redondo	06/09/2023	6	6	-	Cultivo Cana - de - açúcar
Iacanga	Sítio Nossa Senhora Aparecida	26/04/2023	55	55	-	Cultivo de Cana-de-Açúcar
Ilha Solteira	Canavial na Zona Rural de Ilha Solteira	12/05/2023	57	57	1	Cana-de-açúcar
Itapirapuã Paulista	Zona Rural de Itapirapuã Paulista	20/09/2023	1	1	-	Pecuária
Jardinópolis, Ribeirão Preto	Fazenda Goiaba/ Rodovia Anhaguera /Km 340	20/09/2023	17	17	1	Cultivo de Cana-de-açúcar
Mairiporã	Rod. Fernão Dias/Km54	08/09/2023	2	2	-	Doméstico
Morro Agudo	Sítio Santa Luzia - Zona Rural- Morro Agudo / SP	31/05/2023	28	28	0	Cultivo na Cana - de - açúcar
Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista	15/08/2023	17	17	-	Cultivo de laranjas
Piracicaba	Rua Raul Bertan, 492, Jardim Parque Jupia - Piracicaba/SP	07/11/2023	6	6	-	Recuperação de material plástico

CONFLITOS NO CAMPO

Pirangi	Canavial da R Pereira Coelho Serviços e Plantio para marca CARAVELAS [da COLOMBO]	26/01/2023	32	32	0	Cultivo na Cana - de - açúcar
Santa Rita d'Oeste	Sítio Nossa senhora aparecida- Zona Rural, Santa Rita do Oeste-SP	21/06/2023	11	11	0	Atividades de apoio a agricultura não especificadas anteriormente
Taubaté	Chácara Santo Antonio- Estrada José Francisco Figueira,120, Barreiro, Taubaté-SP	23/08/2023	1	1	0	Doméstico
Subtotal: 13			243	243	2	
TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - SÃO PAULO: 13			243	243	2	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Anhembi	Comun Pesqueira de Anhembi	12/09/2023	1	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Guarujá	Comunidade de Pescadores Sítio Conceição-zinha	17/02/2023	6.000	Apropriação Particular	Não cumprimento de procedimentos legais
Paulicéia	PA Fazenda Regência	18/03/2023	33	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Rancharia	Faz. São Pedro/Assentamento São Pedro	26/02/2023	2	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Rancharia	Usina Atena/Assentamento Nova Conquista/ Faz. São Matheus	16/02/2023	102	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Subtotal: 5			6.138		

Total dos Conflitos no Campo - SÃO PAULO: 56

PESSOAS: 32.159

SERGIPE

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra dos Coqueiros	Comunidade Recanto do Cajueiro I e II	27/07/2023	400	Posseiro
Brejo Grande, Pacatuba	Com. Quilombola Brejão dos Negros	19/04/2023	486	Quilombola
Brejo Grande, Pacatuba	Com. Quilombola Brejão dos Negros	20/11/2023	486	Quilombola
Brejo Grande, Pacatuba	Com. Quilombola Brejão dos Negros	27/11/2023	486	Quilombola
Gararu	Povo Kaxangó	20/03/2023	1	Índigenas
Subtotal: 5			887	
TOTAL CONFLITOS POR TERRA - SERGIPE: 5			887	

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Neópolis, Ilha das Flores	Ilha das Flores/Vazamento de Óleo/	31/08/2023	50	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Subtotal: 1			50		

Total dos Conflitos no Campo - SERGIPE: 6

PESSOAS: 3.748

TERRA

CONFLITOS POR TERRA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Almas	Comunidade Quilombola Poço D'Anta	06/11/2023	25	Quilombola
Almas	Comunidade Quilombola Baião	06/11/2023	25	Quilombola
Araguaína	Acampamento Levinha	08/02/2023	107	Posseiro
Araguaína	Fazenda Brejão	24/02/2023	1	Sem Terra
Araguaína, Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	02/10/2023	60	Posseiro
Araguaína, Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	10/11/2023	60	Posseiro
Araguaína, Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	18/12/2023	60	Posseiro
Araguatins	Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente	28/02/2023	40	Quilombola
Arraias, Paranã	Com. Quil. Kalunga do Mimoso	15/03/2023	250	Quilombola
Babaçulândia, Araguaína, Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	01/07/2023	86	Assentado
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/01/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	24/01/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/02/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	14/02/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	04/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	06/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	08/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	11/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	15/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	28/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	30/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	31/03/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	01/04/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	13/04/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	16/04/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/04/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	21/05/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/06/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	15/06/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	16/06/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	09/07/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/07/2023	1	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/09/2023	80	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	04/12/2023	80	Posseiro
Caseara, Marianópolis do Tocantins	Acampamento Beatriz Barbosa	16/10/2023	50	Sem Terra
Caseara, Marianópolis do Tocantins	Acampamento Beatriz Barbosa	18/10/2023	50	Sem Terra
Chapada da Natividade	Com. Quilombola Visão de Águia	06/11/2023	1	Quilombola
Couto Magalhães	Acampamento 17 de Abril	17/04/2023	30	Sem Terra
Couto Magalhães	Acampamento 17 de Abril	30/04/2023	30	Sem Terra
Dianópolis	Com. Quilombola Lajeado	06/11/2023	1	Quilombola
Formoso do Araguaia	T. I. Taego Áwa/Avá-Canoeiros	02/02/2023	7	Indígenas
Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium	Ilha do Bananal/Mata do Mamão/Indígenas isolados "Cara Preta"	19/09/2023	1	Indígenas
Ipueiras	Faz. Pântano do Papagaio/Acamp. Clodomir Santos de Morais	23/02/2023	80	Sem Terra

CONFLITOS NO CAMPO

Ipeúras	Faz. Pântano do Papagaio/Acamp. Clodomir Santos de Moraes	31/12/2023	100	Sem Terra
Lagoa da Confusão, Pium	T. I. Iñawébohona	01/09/2023	57	Índigenas
Lagoa do Tocantins	Com. Quil. Rio Preto	23/09/2023	50	Quilombola
Lagoa do Tocantins	Com. Quil. Rio Preto	08/10/2023	50	Quilombola
Lagoa do Tocantins	Com. Quil. Rio Preto	01/11/2023	50	Quilombola
Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuca	19/09/2023	80	Quilombola
Nova Olinda	Acampamento Chico Mendes	30/04/2023	30	Sem Terra
Nova Olinda	Acampamento Chico Mendes	01/05/2023	30	Sem Terra
Nova Olinda, Palmeirante	Fazenda Boa Esperança	06/10/2023	24	Posseiro
Palmas, Porto Nacional	Assentamento São João	21/09/2023	101	Assentado
Palmas	Assentamento Entre Rios	02/10/2023	105	Assentado
Palmeirante	Fazenda Santa Maria	16/10/2023	150	Sem Terra
Palmeirante	Fazenda Santa Maria	11/12/2023	150	Sem Terra
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	26/10/2023	876	Índigenas
Porto Alegre do Tocantins	Comunidade Quilombola Laginha	06/11/2023	40	Quilombola
Porto Alegre do Tocantins	Comunidade Quilombola São Joaquim	06/11/2023	68	Quilombola
Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo	Comunidade Quilombola Barra do Aroeira	27/07/2023	174	Quilombola
São Bento do Tocantins	Fazenda Estrela de Davi	03/10/2023	120	Sem Terra
Tocantínia	T.I. Xerente	12/12/2023	673	Índigenas
Subtotal: 62			3.412	

OCUPAÇÕES/RETOMADAS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Palmeirante	Fazenda Santa Maria	16/10/2023	150	Sem Terra
Sandolândia	Fazenda Patizal	13/03/2023	5	Sem Terra
Sandolândia	Fazenda Água Fria	13/04/2023		Sem Terra
Subtotal: 3			155	

ACAMPAMENTOS

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caseara, Marianópolis do Tocantins	Acampamento Beatriz Barbosa	15/10/2023	50	Sem Terra
Couto Magalhães	Acampamento 17 de Abril	17/04/2023	30	Sem Terra
Couto Magalhães	Acampamento 17 de Abril	18/04/2023	30	Sem Terra
Crixás do Tocantins	Fazenda Consolação	10/08/2023		Sem Terra
Nova Olinda	Acampamento Chico Mendes	30/04/2023	30	Sem Terra
Subtotal: 5			110	

TOTAL CONFLITOS POR TERRA - TOCANTINS: 70 3.417

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Araguaçu	Faz. Novo Lar	26/03/2023	23	23	-	Construção
Araguaína, Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	29/11/2023	1	1	-	Criação de gado para corte
Arraias	Fazenda Caraíbas	09/12/2023	6	-	2	Criação de gado para corte
Centenário	Fazenda Sagrada Família	15/08/2023	7	7	-	Produção de Carvão
Rio Sono	Fazenda Duas Marias	21/09/2023	7	7	-	Lavoura de soja
Subtotal: 5			44	38	2	

TOTAL CONFLITOS TRABALHISTAS - TOCANTINS: 5	44	38	2	
--	-----------	-----------	----------	--

ÁGUA

CONFLITOS PELA ÁGUA

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barra do Ouro	Gleba Tauá	16/02/2023	80	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	30/05/2023	40	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Itacajá	Aldeia Morro Grande	31/03/2023	1	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Palmeirante	Assentamento Deus é Grande	04/08/2023	18	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Pium, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão	Parque Indígena do Araguaia	25/10/2023	876	Uso e preservação	Pesca predatória
Tocantínia	T.I. Xerente	12/01/2023	673	Uso e preservação	Contaminação por agrotóxico
Subtotal: 6			1.688		

Total dos Conflitos no Campo - TOCANTINS: 81

PESSOAS: 20.464

BRASIL

	TERRA	TRABALHO	ÁGUA	OUTROS	TOTAL BRASIL
Conflitos	1.724	251	225	3	2.203
Pessoas	749.228	2.989	197.096	1.534	950.847



Foto: Júlia Barbosa

TERRA



Conflitos por terra e concentração de renda

Tales dos Santos Pinto¹

Introdução

O presente ensaio tem por objetivo analisar informações sobre os conflitos por terra em conjunto com dados que demonstram um aumento de concentração de renda no topo da elite brasileira, buscando um paralelo possível entre o aumento do número de violências registradas e essa mesma concentração. É resultado do trabalho de coleta, registro, sistematização e análise dos dados de conflitos no campo realizados coletivamente por documentalistas do Centro de Documentação (Cedoc) Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e por agentes pastorais em trabalho fraterno e solidário com as comunidades do campo em luta por uma vida melhor. Debates cotidianos realizados no trabalho no Cedoc, bem como da participação em diversos espaços proporcionados pela CPT, nos quais estão presentes trabalhadoras e trabalhadores do campo, professoras e professores universitários e agentes pastorais também contribuíram. Mas é, além disso, resultado individual de reflexão desse acompanhamento. Assim, é trabalho coletivo, mas é responsabilidade individual do autor as ideias aqui apresentadas.

Em sua metodologia de trabalho de registro de conflitos no campo, a CPT apresenta a existência de três eixos principais de conflitos – Terra e Água são co-

letivos, Trabalhista é individual – os quais são atravessados por uma série de violências sofridas individualmente pelas pessoas em luta por seus territórios e por seus direitos. Aqui serão tratadas as principais características dos conflitos do eixo Terra, após uma exposição rápida da totalidade dos conflitos no campo, com o intuito de articular o aumento do número de violências contra as comunidades em luta nos últimos anos com as informações sobre a concentração de renda pela elite do país em período semelhante. Não se configura o ensaio como decorrente de um estudo de longos anos sobre a realidade do campo brasileiro, sendo mais uma proposta de entendimento inicial, fruto do trabalho cotidiano no Cedoc, de como os conflitos no campo se relacionam com a expansão e fortalecimento dos capitalistas do campo – o autodenominado agronegócio – nos últimos anos.

Conflitos no Campo e Conflitos por Terra

A CPT, por meio dos agentes pastorais e dos documentalistas do Cedoc Dom Tomás Balduino, registrou, em 2023, 2.203 ocorrências de conflitos no campo, que envolveram 950.847 pessoas, disputando 59.442.784 hec-

1. Historiador e documentalista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra.

tares em todo o Brasil. É um número 7,5% maior que os 2.050 conflitos no campo ocorridos em 2022. O número é 2,8% maior que as 923.556 pessoas envolvidas em conflitos no campo daquele ano. Mas a área em disputa é 26,8% menor, já que em 2022 foram disputados 81.243.217 hectares.

É também o maior número de ocorrências de conflitos de toda a série histórica, superando as 2.130 ocorrências de conflitos no campo registradas em 2020, ano inicial da pandemia. Assim, a tendência de aumento dos conflitos que se verificou a partir de 2016, ano do Impeachment/Golpe, se manteve, mesmo que o novo governo eleito tenha aberto os canais de diálogo institucionais e criado, por exemplo, um Ministério dos Povos Indígenas.

De modo geral, após 2016, o número de ocorrências de conflitos no campo passou a ser registrado com números superiores a 1.500/ano – depois do período entre 2008 e 2015, em que em nenhum ano essa marca foi atingida. Na série histórica, apenas dois outros momentos foram semelhantes: 1) em 1998 e 1999, fim do primeiro e início do segundo governo FHC, os quais foram marcados por intensa ação dos movimentos de luta pela terra, notadamente o MST, e que teve como característica principal o avanço sobre o latifúndio com o objetivo de conquistar a terra. Nesses dois anos, em torno de 36% das ocorrências de registro de Conflitos no Campo, por exemplo, são de ocupações, com mais de 600 em cada ano. 2) Entre 2003 e 2007, período que compõe os quatro anos do primeiro governo Lula e o primeiro de seu segundo mandato, os números de acampamentos e ocupações continuaram percentualmente altos no total de ocorrências de Conflitos no Campo, em torno de 30% em cada ano. Nestes dois períodos o registro de ações de resistências – assim consideradas pela CPT – foi parte importante na composição dos números de ocorrências de conflitos, indicando que havia uma intensidade maior na luta pela conquista de novas áreas para a reforma agrária.

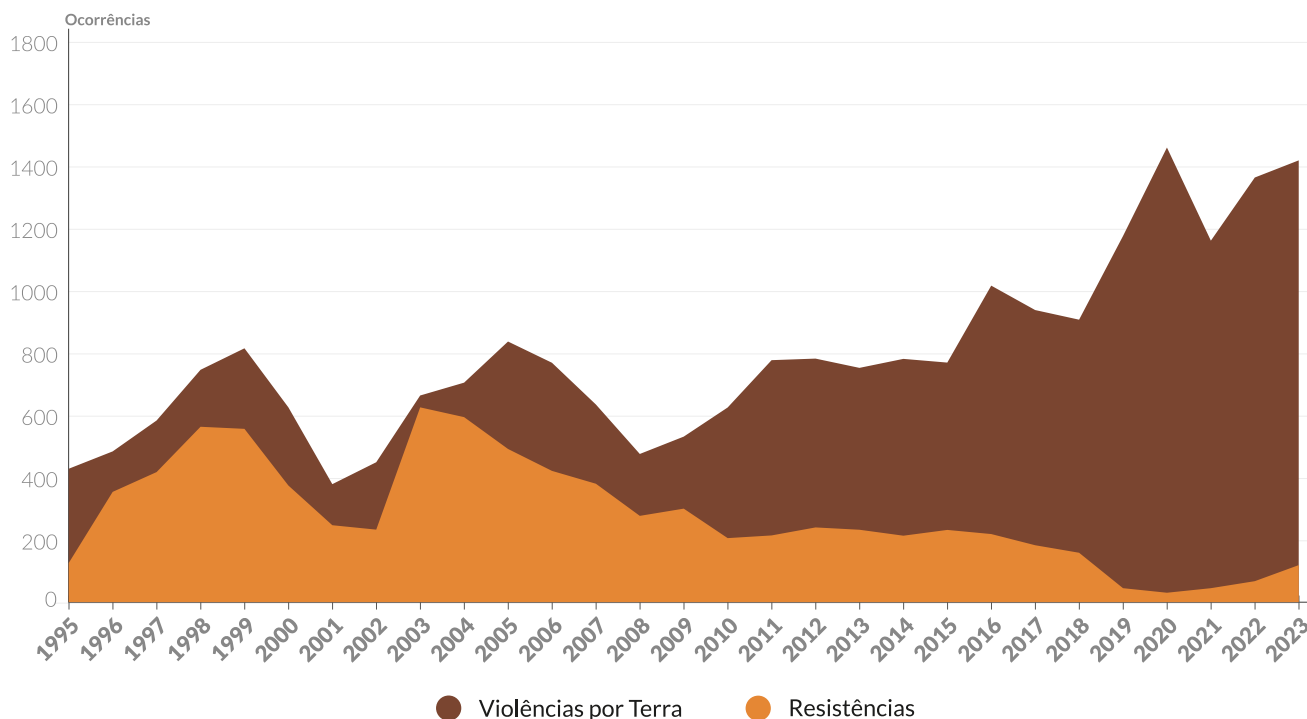
O mesmo não se deu no período posterior a 2016,

quando a composição das categorias de violências e resistências alterou-se no sentido de intensificação da violência, já que as ações de resistências constituídas em processos de luta nas décadas de 1980 e 1990 apresentam declínio. Em 2016, cerca de 15% das ocorrências de conflitos no campo são decorrentes destas ações de resistências, chegando ao percentual mínimo em 2020, perfazendo menos de 2% do total de ocorrências! A pandemia e a existência de um governo de extrema-direita, com fortes tendências fascistas em seu seio, podem ser entendidos como elementos da diminuição de realizações de ações de resistência como as consideradas pela CPT.

As ações de resistência (Ocupações/Retomadas e Acampamentos) estão presentes numa relação de disputa pelas áreas e territórios com as violências perpetradas contra os povos do campo, formando o que a CPT define como Conflitos por Terra. Nesse recorte metodológico dos conflitos no campo, percebe-se que das 1.724 ocorrências de Conflitos por Terra registradas em 2023, 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa, somando-se às 119 novas ocupações/retomadas e aos 17 novos acampamentos do ano. Assim, as ações de resistência representam 8,5% das ocorrências de conflitos por terra. Por outro lado, na comparação entre os dois últimos anos, percebe-se um crescimento de 7,6% no número das violências deste eixo de conflito, diante das 1.602 ocorrências de 2022. Como as ocorrências de conflitos por terra compõem a maior parte das ocorrências de conflitos no campo, o número total de conflitos neste eixo em 2023 também é o maior da série histórica iniciada pela CPT em 1985.

Os números de registros de violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa têm aumentado desde 2009 – após um período de queda entre 2005 e 2008 – e se intensificado desde 2016, com o registro acima de 1.000 ocorrências de violências em todos os anos. O ápice se deu em 2020, ano inicial da pandemia, não sendo ainda superados os 1.632 registros dessas violências desse ano fatídico.

GRÁFICO 1 Conflitos por Terra (1995-2023)



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado pelo autor.

Por outro lado, as ocorrências de ações de resistência diminuem paulatinamente nesse mesmo período, com uma queda abrupta em 2019 (52 ocorrências) e o menor número em 2020 (38), com uma lenta recuperação a partir de 2021 (56). Apesar de haver aumento das ações de resistência, os números de ocorrências não é ainda similar aos registrados entre 1996 e 2017, pois, nesses 21 anos, a CPT sempre registrou mais de duas centenas de novas ocupações/retomadas e acampamentos anualmente.

Esta composição de aumentos das violências e diminuição das ações de resistência retrata como o agronegócio avança sobre as comunidades do campo após a reconfiguração das forças econômicas e políticas ocorrida em 2016. O controle institucional ainda maior do Estado conseguido com o governo Temer pavimentou o caminho para que o agronegócio agisse sem freios durante o governo Bolsonaro, fortalecendo o discurso de que é a principal força econômica do

país, e que fora do Agro não há nada, pois – nessa visão totalitária – o Agro é Tudo. Por outro lado, os movimentos sociais e as comunidades do campo diminuíram as ações de resistência características das últimas décadas, que visavam sobretudo à conquista de novas terras para a reforma agrária. O motivo apontado foi o contexto sócio-político desfavorável após o impeachment/golpe. Um dos resultados dessa configuração dos conflitos no campo – para além do fortalecimento do fascismo e de mais uma tentativa de golpe em 2023 – foi a intensificação da concentração de renda por parte elite brasileira.

Concentração de renda e conflitos por terra

Feita a exposição dos dados gerais de conflitos no campo e dos específicos de conflito por terra, passa-se a outro conjunto de informações que pode ser utiliza-

do para entender outra dimensão do impacto dos registros da CPT, nesse caso relacionado à concentração de riqueza da elite brasileira. Em 16 de janeiro de 2024, Sérgio Wulff Gobetti apresentou um boletim no site do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), com estimativas que apontam para uma acentuação da concentração de renda entre 2017 e 2022 e um consequente aumento da desigualdade econômica no Brasil. Utilizando dados do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) divulgados pela Receita Federal, Gobetti afirma que o crescimento da renda dos muito ricos (0,01% e 0,1% da população) foi duas ou três vezes maiores que os restantes 95% da população e que a concentração de renda na elite pode ter alcançado um nível histórico, depois de uma década de relativa estabilidade, encerrada em 2017.

A partir de dados do IRPF e do IBGE, Sérgio Wulff Gobetti indica que entre 2017 e 2022 a renda do 0,1% da população cresceu 87%, sem descontar a inflação do período. A renda média mensal desse estrato populacional passou de 235.885 reais para 441.290 reais. Para estar entre este grupo da elite nacional é necessário ter ao menos 142 mil reais mensais de renda, situação vivenciada por cerca de, apenas, 153.666 pessoas. Entre o 1% mais rico da população, a renda média saltou de 52.599 reais mensais, em 2017, para 87.776 reais, em 2022, crescimento nominal (sem descontar a inflação) de 67% para uma um montante populacional que girou em torno de 1,5 milhão de pessoas. Na terceira segmentação populacional feita pelo economista, a dos 5% mais ricos, a renda média mensal passou de 19.559 reais para 29.500 reais mensais, com crescimento nominal de 51% para uma faixa populacional que oscilou de 7,3 milhões para 7,6 milhões de pessoas neste recorte temporal. A última faixa populacional indicada na tabela é

a dos demais 95% da população, cuja renda mensal passou de 1.748 reais para 2.332 reais mensais, crescimento nominal de 33% na renda de uma faixa populacional de 146,6 milhões no último ano do período.

O autor afirma que além da renda média da elite ter crescido mais que a das pessoas na base da pirâmide, o crescimento foi maior à medida que se parte da base da população para o restrito clube da elite. “Enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal [sem descontar a inflação] médio de 33% em sua renda no período de cinco anos, marcado pela pandemia, a variação registrada pelos mais ricos foi de 51%, 67% e 87% nos estratos mais seletos. Entre os 15 mil milionários que compõe o 0,01% mais rico, o crescimento foi ainda maior: 96%”. Ao descontar a inflação do período (31,4%) neste percentual de crescimento, a renda da maioria da população ficou estável, oscilando 1,5% positivamente. A reforma trabalhista, a perda de capacidade de negociação dos sindicatos, a restrição de políticas de aumentos salariais e outros fatores explicam essa estabilidade da renda dos 95% da população. Nos estratos mais ricos da população, o crescimento real de renda (descontada a inflação) foi de 49%.

O que traz a possibilidade de correlacionar essa estimativa de concentração de renda com o aumento de ocorrências de conflitos por terra é a variação dos componentes de renda que alavancaram a concentração estimada. Para Gobetti, a melhor performance dos rendimentos dos mais ricos proveio dos lucros e dividendos distribuídos, que são isentos de tributação, chamando ainda a atenção para um segundo componente na renda que cresceu intensamente e, em sua maior parte, também livre de tributação: a renda da atividade rural².

2. De acordo com a Lei Federal nº 8.023, de 12/04/1990, são seis as atividades consideradas como rurais sujeitas ao Imposto de Renda: I - a agricultura; II - a pecuária; III - a extração e a exploração vegetal e animal; IV - a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras culturas animais; V - a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como a pasteurização e o acondicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagem de apresentação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8023.htm> . Acessado em 18/03/2024.

“Em 2022, por exemplo, dos R\$ 147 bilhões de renda proveniente da atividade rural, mais de dois terços foi isenta de tributação (R\$ 101 bilhões) e nada menos do que 42% desse montante foram parar no bolso do milésimo mais rico da população. Índice de concentração muito parecido ao registrado por lucros e dividendos (44%).” A renda da atividade rural como componente do total dos rendimentos do 0,01% mais rico da população cresceu 248,2% entre 2017 e 2022, e, para o 0,1% mais rico, o crescimento foi de 222%.

O autor finaliza seu primeiro boletim com o seguinte questionamento: “Em resumo, ainda é cedo para avaliar se o aumento da concentração de renda no topo é fenômeno estrutural ou conjuntural, mas as evidências reunidas reforçam a necessidade de revisão das isenções tributárias atualmente concedidas pela legislação e que beneficiam especialmente os mais ricos.” É um questionamento importante sobre a questão da isenção de impostos aos mais ricos e como tal política fiscal contribui ainda mais para a concentração de renda no país.

Porém, o que interessa neste texto é a correlação entre a concentração de renda dos mais ricos a partir do aumento da renda proveniente da atividade rural e o crescimento do número de conflitos no campo, mais especificamente os conflitos por terra, a partir dos dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra. Como apresentado acima, é a partir do ano de 2016 – marcado pela reorganização das frações capitalistas para a derrubada da ex-presidente da República Dilma Rousseff – que o número de ocorrências de conflitos no campo volta a ser registrado nos patamares mais altos da série histórica de registros iniciada em 1985, inclusive ultrapassando os anteriores. Na composição dos conflitos por terra, o número de violências contra a ocupação e a posse e/

ou contra a pessoa compôs um percentual mínimo de 78% do total de conflitos em 2016 e máximo de 98% em 2020. Em 2023, esse percentual, mesmo com o aumento das ocorrências de ocupações/retomadas e acampamentos, permaneceu em 91%.

A partir daí é possível levantar outro questionamento que não o da isenção tributária, mas, sim, como o processo de concentração de renda da elite do país está correlacionado ao aumento das ações violentas de ataque aos direitos e à vida das diversas comunidades do campo brasileiro. O autodenominado agronegócio, que nada mais é que os capitalistas cuja atuação econômica e social se dá principalmente a partir das atividades rurais, foi uma das principais forças a atuar para derrubar Dilma Rousseff em 2016, apoiando e buscando as benesses dos dois governos federais posteriores para criar as condições de seu fortalecimento econômico.

Em 23 de janeiro de 2024³, Gobetti publicou nova nota técnica complementando a análise anterior, indicando que “além de ter crescido bem acima da média da população, a renda da elite subiu mais nos estados em que, em geral, a economia é dominada pelo agronegócio, chegando a uma alta nominal de 204% (ou 131% em valores reais) no Mato Grosso do Sul (MS) no estrato social constituído pelo 0,01% mais rico”. Abaixo do Mato Grosso do Sul, entre os estados em que o 0,01% mais rico mais teve elevação de renda maior estão o estado do Amazonas (122% em valores reais), o Mato Grosso (115%), Rondônia (106%) e Roraima (87%).

O autor ainda indica que “ao refazer as mesmas estimativas por unidade federada para o estrato constituído pelos 0,1% da população adulta com maiores rendas – o chamado ‘milésimo’ mais rico [...] em média, a renda desse grupo cresceu 42% em valores re-

3. O artigo está disponível no seguinte link: <<https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/concentracao-de-renda-no-topo-novas-revelacoes-pelos-dados-0>> . Acesso em 18/03/2024.

ais, um pouco abaixo do 0,01%, mas no Mato Grosso o crescimento real dos rendimentos dessa elite chegou a 117%, seguido por Mato Grosso do Sul (99%), Amazonas (84%) e Tocantins (78%)”. Para Gobetti, não é mera coincidência o fato das taxas altas de crescimento de renda ocorrer nesses estados do Norte e Centro-Oeste, pois, como havia indicado na nota de 16 de janeiro de 2024, no período entre 2017 e 2022, “houve um crescimento extraordinariamente alto da renda da atividade rural, principalmente nos estratos mais ri-

cos, em que esse tipo de rendimento (isento de tributação na sua maior parte) cresceu acima de 220% (ou 140% em termos reais)”. E finaliza a segunda parte do boletim apontando que há “fortes evidências de que a concentração de renda no topo cresceu significativamente no período recente, destoando do ocorrido na década anterior pelo menos. Mas ao mesmo tempo indica que o crescimento da renda no topo apresenta fortes diferenças regionais, tendo sido mais pronunciado em estados cuja economia, em geral, é domina-

TABELA 1 Comparação entre Conflitos por Terra e Concentração de Renda

UF	(P1) 2010-2016 Média de Conflitos	(P2) 2017-2023 Média de Conflitos	Variação P1-P2	Crescimento 0,01% mais rico - Var. real	Crescimento 0,1% mais rico - Var. real
MS	55,0	62,6	14%	131%	99%
AM	25,0	75,6	202%	122%	84%
MT	47,1	94,1	100%	115%	117%
RO	75,0	102,9	37%	106%	64%
RR	7,0	32,7	367%	87%	64%
RN	5,0	8,9	77%	85%	42%
SC	11,3	21,1	87%	76%	65%
AP	59,7	53,4	-11%	69%	30%
PR	21,9	40,3	84%	68%	57%
TO	39,0	57,7	48%	64%	78%
SE	5,4	4,3	-21%	63%	32%
RS	23,0	18,7	-19%	60%	44%
DF	6,9	2,7	-60%	58%	39%
BA	98,3	147,6	50%	55%	39%
GO	18,9	46,6	147%	53%	67%
PE	59,1	61,1	3%	50%	36%
MA	165,4	183,0	11%	48%	36%
SP	70,4	50,3	-29%	48%	40%
MG	57,3	51,7	-10%	47%	45%
ES	6,3	15,1	141%	45%	44%
AL	33,9	18,1	-46%	37%	40%
PI	24,1	18,3	-24%	30%	34%
AC	47,4	70,6	49%	17%	18%
PB	18,9	17,9	-5%	14%	21%
RJ	9,0	12,7	41%	12%	9%
PA	130,3	171,9	32%	4%	20%
CE	11,6	12,6	9%	-9%	3%

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino/CPT e Sérgio Gobetti. Elaborado pelo autor.

da pelo agronegócio”.

A leitura dos dados apresentados por Gobetti estimula tentar uma comparação entre o aumento de concentração de renda da elite nacional, com a forte variação das atividades rurais na composição dessa renda e os estados em que mais essa variação se verificou, com os dados crescentes de conflito por terra num período de tempo similar. Nesse exercício de comparação, há a possibilidade de verificar se nos estados em que a variação da média de conflitos entre dois períodos de tempo distintos encontra correlação com a variação da renda da elite neste mesmo estado. Para isso, foi estipulada a média de conflitos por terra entre 2010 e 2016 (P1) e 2017 e 2023 (P2) em cada estado para comparar com o ranqueamento do crescimento da renda da elite nestas mesmas unidades da Federação, feito por Sérgio Gobetti. A tabela encontra-se abaixo.

O maior crescimento da renda do 0,01% mais rico ocorreu no Mato Grosso do Sul, com variação real de 131%, e no qual a variação do número de conflitos entre P1 e P2 foi de 14%. Não há uma diferença nos números de conflitos por terra tão intensa quanto a variação da renda, porém, há a necessidade de se considerar que há uma característica de consolidação do agronegócio no estado, estando fora das áreas de expansão da fronteira agrícola. Entretanto, no Mato Grosso do Sul existe um longo processo de intensos conflitos envolvendo os capitalistas do campo e, por exemplo, os indígenas Guarani-Kaiowá, com um número médio de conflitos acima de 50 ocorrências após 2016, e chegando a 105 em 2023.

Em segundo lugar de maior crescimento de renda da elite mais restrita está o Amazonas, com variação real de renda de 122%, e crescimento no número de conflitos por terra de 202%, passando de uma média de 25 conflitos em P1 para 75,6 em P2. O maior número de conflitos por terra no estado se deu nas Mesorregiões Sul (em que parte dos municípios fazem parte da Amacro) e Centro Amazonense (municípios próximos a Manaus), áreas de expansão do agronegócio.

Segue ao Amazonas o Mato Grosso, cuja elite mais restrita teve sua renda aumentada em 115% e verificou um aumento de 100% no número de ocorrências de conflitos por terra entre 2017 e 2023, sendo que a maior parte das ocorrências de conflitos estão localizadas no Norte Matogrossense, também na área de expansão de fronteira agrícola.

No quarto lugar está a elite de Rondônia, com um crescimento de renda real de 106% e crescimento no número de conflitos por terra de 37%. Os conflitos estão presentes em todas as duas mesorregiões do estado e, parte de seus municípios, compõe a Amacro e faz divisa com o Norte Matogrossense.

Destaca-se ainda o estado de Roraima, no qual a renda da elite cresceu 87% e o número de ocorrências de conflitos por terra 367%, a maior variação do número de conflitos dentre todas as unidades da federação.

Dos cinco estados acima apresentados como os que maior variação de renda teve os 0,01% da população, quatro fazem parte da Amazônia Legal, a região que concentra mais da metade das ocorrências de conflitos por terra desde 2015 e que, em 2023, contabilizou 883 dos 1.724 conflitos deste eixo. Dois dos estados estão em uma zona ainda menor dentro da Amazônia Legal, a Amacro (acrônimo dado à Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira), composta por 32 municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Em 2023, a Amacro concentrou 10% (179) de todos os conflitos por terra registrados no país, e 26% (!) de todos os assassinatos ocorridos em contexto de conflitos no campo.

Na região do Matopiba estão dois dos estados com os maiores números de conflitos por terra. Do total de 172 registros na Bahia, 36 ocorreram nesta zona de desenvolvimento e 118 dos 170 registros do Maranhão também estão nesta localidade. As ditas regiões de desenvolvimento, estimuladas pelo Estado para a expansão das fronteiras agrícolas, continuam a ser as áreas de maior concentração de violência contra as

comunidades do campo.

Após a apresentação da correlação entre o aumento da concentração e o aumento das violências, no Brasil e nos estados, é importante entender algumas de suas características e como elas contribuem para o enriquecimento da elite nacional. O agronegócio, que fornece as bases para parte dessa acumulação, necessita de uma expansão geográfica contínua para que possa aumentar a área de cultivo e pastagens e, assim, criar as condições para a exploração do trabalho assalariado nesse setor da economia nacional. No processo de expansão geográfica e de intensificação da exploração, as violências cometidas visam retirar as famílias que ocupam as áreas em disputa e, com isso, desagregar os diversos laços comunitários que constituem as relações essenciais da sociabilidade nestes territórios. O leitor poderá verificar, na sequência, algumas violências que são utilizadas como ferramentas para a constituição das condições necessárias para que o agronegócio se viabilize como uma das principais atividades econômicas brasileira.

Avanço sobre os territórios

A voracidade do agronegócio sobre novas terras para serem por ele controladas pode ser encontrada, por exemplo, nos dados da CPT por meio do que é registrado como invasão e grilagem, consideradas como categorias da Violência contra a Ocupação e a Posse. São ações praticadas em sua maior parte por agentes privados e visam ocupar territórios cuja posse é realizada pelas comunidades do campo, garantindo a utilização dos territórios e a expropriação dos diversos recursos neles existentes, seja para a expansão das pastagens e das lavouras de monocultivo, sejam para retirada de madeira e outros recursos que compõe as atividades rurais e minerárias.

Em 2023, houve o registro de 152 ocorrências de grilagem nos territórios, que afetaram 29.797 famílias, uma queda de 8,4% em relação às 166 ocorrências registra-

das em 2022 e que afetaram 33.644 famílias, número 11,4% menor. As ocorrências desse tipo de violência têm mantido certa estabilidade entre 2017 e 2023, excetuando o ano de 2019, que registrou 210 ocorrências. Porém, são superiores aos registrados entre 2014 e 2016. Mas ao se tratar de famílias impactadas a situação é diferente, pois desde 2019 o número de famílias ultrapassa as duas dezenas de milhares, o que não se verificou no período anterior. Um dos motivos do aumento do número das famílias, para além da estabilidade das ocorrências, é o fato de que a partir de 2019 mais territórios indígenas passam a ser alvos dessa violência, localidades em que geralmente os números de famílias envolvidas em cada conflito é maior que nos territórios não indígenas. O Código Florestal, aprovado em 2012, e a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dão pistas para o crescimento dessa categoria de violência que está fortalecendo cada vez mais a burla de capitalistas do campo para se apossar de territórios que não os pertencem.

De outro lado, as ocorrências de invasão seguem uma lógica semelhante, porém inversa no último ano. Em 2023, foram registradas 359 ocorrências de invasões, que afetaram 74.858 famílias, contra 349 casos em 2022, que envolveram 98.896 famílias. Mais casos, menos famílias. Em 2023, o que há é uma diminuição do número de ocorrências de invasão em territórios indígenas (130 em 2022, 116 em 2023) e aumento de ocorrências de invasão em territórios não-indígenas (219 em 2022 e 249 em 2023) e uma subsequente queda no número de famílias indígenas afetadas por essa violência, 71.795 em 2022 frente 53.716 registradas em 2023. Tais registros em 2023 não são os maiores do último decênio, porém reforçam a tendência de crescimento que se verifica desde 2016, alcançando seu ápice em 2020, com o registro de 374 ocorrências deste tipo de violência.

Nos últimos dez anos, invasão é o tipo de violência contra a ocupação e a posse com o maior número de registros, 2.256 ocorrências no total do período, e a grilagem é o quinto maior, com 1.424 ocorrências re-

gistradas. Tal posicionamento é o mesmo em 2023, o que indica a continuidade dessa prática de tomada de territórios de comunidades tradicionais e originárias com o intuito de expansão da agropecuária e da extração vegetal empresariais.

Os casos de invasão trazem ainda elementos que permitem aprofundar o entendimento dos contextos de violências nos territórios que são invadidos e que, não raramente, resulta na violência extrema contra as pessoas: o assassinato. Em 2023, foram registrados 31 assassinatos decorrentes de conflitos no campo, número 34% menor que os 47 registrados em 2022. Nos últimos dez anos, foi o terceiro ano em que menos se registrou assassinatos. Dos territórios em que houve assassinatos em 2023, em 33,3% deles houve também ocorrência de pistolagem e, em 28,6%, ocorrências de invasão, destruição de casa e destruição de pertences.

O fato das invasões se intensificarem a partir de 2016 e desde 2018 incidirem em patamares maiores nos territórios indígenas permite lançar luz sobre os motivos que fazem com que os indígenas se tornem as principais vítimas dos assassinatos decorrentes de conflitos no campo. É a partir de 2016 que o número de indígenas assassinados passa a aumentar, e é após 2019 que se tornam as maiores vítimas desse tipo de violência. Tomando como parâmetro temporal os governos federais que iniciaram seus mandatos neste século, vê-se que no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), em 10,2% dos territórios com assassinatos foi registrada alguma ocorrência de invasão. Esse percentual passa para 13,2% no segundo governo Lula (2007-2010); para 15,4% nos seis anos de governo Dilma (2011-2015); e para 38,1% durante os governos de extrema-direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022). Não é, em nenhum dos períodos acima mencionados, o tipo de violência que mais incide sobre os territórios com pessoas assassinadas, pois não superou a pistolagem, que esteve sempre presente em mais de 41% dos territórios, mas foi o tipo de violência que mais cresceu proporcionalmente neste tipo de associação comparativa tendo por base a

temporalidade dos governos federais. O fato de haver mais invasões em territórios com registros de assassinatos e de serem ultimamente os indígenas a sofrerem mais essa violência extrema dá a dimensão violenta desse processo de expropriação dos territórios.

Ações Armadas

A ação de intimidação armada e que em tantas vezes resulta em assassinatos, a pistolagem, foi o segundo tipo de violência contra a ocupação e a posse que mais teve registros de ocorrência em 2023, 264, crescimento de 45% em relação ao ano de 2022, sendo o maior número registrado pela CPT nas ocorrências deste tipo de violência contra a coletividade das famílias. Nos últimos dez anos a Pistolagem é o quarto tipo de violência do Eixo Terra mais registrado, com 1.513 ocorrências. Empresários, fazendeiros e grileiros – três dos quatro maiores causadores dos conflitos por terra – foram os responsáveis por 204 das ocorrências; e, das 264 ocorrências, 113 contaram com alguma participação de forças policiais. Já em relação aos que sofrem as ações de Pistolagem foram os sem-terra os principais alvos, com o registro de 130 ocorrências, seguidos pelos posseiros, com 49, os indígenas com 47 e os quilombolas com 19. São esses os sujeitos sociais que mais sofreram a totalidade das violências nos conflitos por terra.

O estímulo ao armamento da população do campo e da cidade verificado durante o governo Bolsonaro está por trás do aumento dos números de ocorrências de pistolagem, que se somam à atuação conjunta com as forças policiais num processo crescente de fortalecimento de grupos paramilitares, constituídos pelo agronegócio para garantir as condições e a intensificação da concentração de renda. Neste contexto é que surge, em 2023, o autodenominado “Movimento Invasão Zero” que, a partir de ações no Sul da Bahia, pretende se tornar um movimento nacional que já tem, inclusive, uma frente parlamentar liderada pelo presidente da CPI contra o MST. Não tardou muito para

que o movimento fosse responsável direto por um assassinato. O caso ocorreu em 21 de janeiro de 2024, em Potiraguá, na Bahia, quando um grupo de fazendeiros e pistoleiros, com o apoio da Polícia Militar do estado, assassinaram Maria de Fátima Muniz de Andrade, a Nega Pataxó, ao realizar a expulsão – candidamente nomeada de reintegração de posse – de fazenda retomada por indígenas.

O adjetivo de movimento dado ao grupo não consegue esconder as profundas semelhanças com a antiga União Democrática Ruralista (UDR), que desde meados de 1980 tem por objetivo atacar as comunidades e movimentos de luta pela terra para fortalecer o avanço do capital no campo. A aproximação entre os dois grupos – ou mesmo grupo com nomes diferentes – fica ainda mais evidente quando o fundador da UDR e atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado, publicamente apoia o dito movimento e coloca a polícia militar do estado de Goiás para atacar os movimentos de luta pela terra, fazendo com que o estado figure como o quinto que mais registrou violências por terra (137), e cuja renda do 0,1% mais rico cresceu 67% entre 2017 e 2022.

Apoio do Estado

Entretanto, o apoio de instituições estatais ocorre de variadas formas, e não apenas por meio da violência policial. O controle e influência nas ações dessas instituições permitem aos capitalistas do campo impedir que as comunidades do campo tenham seus direitos assegurados, facilitando também o processo de avanço sobre novos territórios. A não demarcação de territórios indígenas e quilombolas, a interrupção de desapropriação de áreas para a reforma agrária e o não cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que garante às comunidades originárias e tradicionais o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) nos casos de empreendimentos que afetem seus territórios – são também violências que atingem diretamente os direi-

tos das diversas comunidades que lutam para permanecer em suas terras e lá desenvolverem suas formas de vida comunitárias.

A CPT categoriza essas ações de violações de direitos principalmente como Omissão/Conivência. Sendo uma categoria de recente registro, não há possibilidade de avançar no passado para poder avaliar seu impacto no longo prazo. Entretanto, desde 2021 a CPT registra mais de 156 ocorrências em cada ano, sendo o pico em 2022, com 310 ocorrências, e 261 em 2023. São números altos, que expressam a forma de atuação dos governos executivos das três esferas a favor da expansão do agronegócio por meio de projetos de infraestrutura, de não garantia de demarcação dos territórios e da não realização da reforma agrária. Assim, contribuem para a criação das condições necessárias à expropriação de novas áreas para a agricultura, pecuária e mineração que constituirão o terreno para a exploração dos trabalhadores. Em suma, contribuem para a concentração da riqueza no topo da elite capitalista nacional.

O poder institucional do agronegócio se manifesta – para além dos poderes Executivo e Legislativo – também no Poder Judiciário. Os números de despejos judiciais passaram de 17 em 2022 para 50 em 2023, desalojando 5.065 famílias. As ameaças de despejo judicial passaram de 138 para 183 de um ano para outro, deixando 21.894 famílias sob a expectativa aterrorizante de não ter um local para viver. Após 2020, com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 e seu objetivo de suspender a retirada das famílias para evitar os impactos maiores da pandemia junto às populações vulneráveis, tanto as ameaças quanto os despejos diminuíram drasticamente, voltando a crescer a partir de 2022. A determinação de instalação e funcionamento de comissões de conflitos fundiários em todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, após outubro de 2022, criou instâncias de mediação para que as decisões sejam tomadas sem que os direitos fundamentais das famílias sejam violados. É um passo importante, mas não ga-

rante que as reintegrações de posse a favor dos capitalistas do campo – grileiros, fazendeiros, empresários – venha realmente a diminuir. Essa situação indica a necessidade de uma análise mais detalhada ao longo dos anos para saber se haverá mesmo a diminuição da violência contra os que lutam pelos territórios. Porém, como quem tem o poder de decisão nesses casos são pessoas que fazem parte da elite nacional, magistrados que estão entre o 0,1% e 0,01% dos mais ricos, não há muita esperança de que as decisões não sejam a favor do agronegócio.

Concentração Fundiária e crescimento econômico

Os dados da concentração de renda por meio de informações de IRPF permite apenas identificar um processo de concentração familiar de renda, já que não há, no boletim citado, um levantamento feito a partir das empresas do agronegócio. Entretanto, a partir de informações coletadas no Censo Agropecuário 2017, Marcos Mitidiero Júnior aponta outro processo constante de concentração, o fundiário, que está intrinsecamente ligado à concentração de renda, contribuindo ambas as concentrações para o reforço da desigualdade no país.

Mitidiero Júnior ao trabalhar com os dados do IBGE informa que a concentração fundiária no campo brasileiro se acentuou entre 2006 e 2017. Utilizando metodologia do IBGE que divide os estabelecimentos rurais em cinco categorias – menos de 10 hectares; entre 10 e menos de 100 hectares; entre 100 e menos de 1.000 hectares; mais de 1.000 hectares; e, produtor sem área – o autor indica que apenas 51 mil estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares ocupavam, em 2017, 167.227.511 da mesma unidade de medida. Em 2006, eram 47 mil estabelecimentos da mesma

categoria ocupando cerca de 150.143.096 de hectares. Para Mitidiero, “se levar em consideração as áreas com menos de 100 ha (englobando o estrato de até 10 ha) chegamos a 4.524.365 estabelecimentos com uma área de 71.804.615 ha, sendo que, ainda assim, o estrato acima de 1.000 ha continua com a maior área ocupada, ou seja, apenas 51 mil estabelecimentos possuem em área mais que o dobro do que compreendem 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários”⁴. Assim, em dez anos o processo de concentração fundiária se intensificou ainda mais no país, fortalecendo os grandes estabelecimentos rurais e as grandes extensões de pastagens e lavouras de monocultura. Considerando que os dados do Censo 2017 são anteriores ao período analisado por Sérgio Gobetti sobre o processo de concentração de renda (2017-2022), há fortes elementos que possibilitam entender que a concentração fundiária intensificada ao menos entre 2006 e 2017 constitui parte do processo de criação das condições para a concentração de renda dos estratos mais restritos da sociedade brasileira.

A concentração da propriedade fundiária pode explicar em parte esse ganho de renda da elite brasileira. Porém, o poder no capitalismo não proveem unicamente da riqueza individual nem do patrimônio, mas do controle do capital e, por meio dele, da organização e exploração do tempo de trabalho da classe trabalhadora, constituindo a partir daí instituições sociais que garantam a permanência dessa exploração. Os números de concentração fundiária até 2017 e de concentração da renda a partir deste ano demonstram o fortalecimento econômico dos capitalistas do campo e, com as informações coletadas pela CPT, percebe-se que esse processo é baseado também na prática de inúmeras violências contra as comunidades do campo que têm resultado no aumento do número de conflitos.

Aumento de violências, concentração de renda e con-

4. MITIDERO JÚNIOR, Marco Antônio. Censo Agropecuário 2017. O que revela o Censo do golpe? Marília: Lutas Anticapital, 2022, p. 121.

centração fundiária são indicadores de como a elite capitalista do país conduz um processo cada vez mais intenso de expropriação dos recursos naturais e territoriais, e também como, com isso, proporciona a criação das condições para intensificar ainda mais a exploração da força de trabalho. Nesta última dimensão, relatórios do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), apontam que o agronegócio compunha, em 2017, cerca de 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 2022, as atividades econômicas controladas pelos capitalistas do campo compuseram 25,2% do PIB. Entretanto, nos cinco setores que o agronegócio considera como componente de sua atividade econômica (Insumos, Agropecuária, Autoconsumo Agrícola, Indústria e Serviços) o emprego da força de trabalho assalariada diminuiu de 28,2% do total de trabalhadores do país, em 2017, para cerca de 26% informados de 2022⁵. Os ganhos de produtividade da força de trabalho, em termos de valor, lançam uma intensa luz sobre esse aumento expressivo na composição do PIB brasileiro, já que ao mesmo tempo em que há uma diminuição do contingente de trabalhadores nos setores do agronegócio, o mesmo consegue ampliar sua participação no total da riqueza produzida no país. O avanço tecnológico aliado à maior qualificação da força de trabalho proporciona os ganhos de produtividade – sobre a base da expropriação dos territórios e das violências contra as comunidades – e permitem ao agronegócio construir o discurso de que tais níveis de produtividade tenham sustentado o pequeno crescimento da economia nacional ao menos desde 2017. Como informado no boletim de Sérgio Gobetti, e também verifi-

cável em várias normas legislativas, tal crescimento e concentração de propriedades e renda se dá por meio de uma infraestrutura institucional fortemente influenciada por essa fração de capitalistas. A criação de condições para a exploração da força de trabalho no campo (expropriações e violências) e realização dessa mesma exploração são momentos distintos de uma mesma ação econômica do agronegócio.

Assim, a partir dos dados de conflitos no campo coletados e apresentados pela CPT é possível entender como algumas ferramentas utilizadas pelo agronegócio conseguiu fazer com que as atividades rurais passassem a ter uma das maiores variações na renda da elite brasileira nos últimos anos. Para além da intensificação da exploração da classe trabalhadora assalariada pelo agronegócio – que, levando em consideração os mecanismos da mais-valia e a integração das cadeias produtivas das atividades rurais atuais, é a principal fonte do aumento desse rendimento⁶ – a perpetuação e crescimento das formas de violências cometidas contra as comunidades do campo se apresentam como instrumentos de construção das condições para expropriá-las de seus territórios e, subsequentemente, para a exploração da classe trabalhadora. A expropriação leva ao controle do uso dos territórios e à concentração de renda, mas, para além, leva à desagregação dos laços comunitários desenvolvidos pelas famílias que nele habitam e vivem, resultando, em muitos casos, no assalariamento dos membros dessas famílias nas atividades rurais do agronegócio. De expropriados passam a ser explorados pelo agronegócio.

Outros apontamentos

5. As planilhas com as informações podem ser obtidas aqui <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>> e aqui <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>.

6. Está claro que não é apenas por meio do trabalho assalariado que se compõe a renda da elite brasileira. A CPT tem desde sua fundação lutado contra uma das formas mais nefastas e criminosas de exploração da força de trabalho: a escravidão. Como mostram as tabelas e textos publicados nos últimos anos, o resgate de trabalhos tem crescido fortemente, muito em decorrência das ações de fiscalização, e que apresentam um quadro de extrema violência e sujeição dos trabalhadores que também compõem esse processo de concentração de riqueza.

Seria ainda importante debater, a partir desses conjuntos de dados, se há ou não uma acumulação por espoliação, ou qual sua intensidade, ou se há um processo de primarização da economia do país, pois este não foi o objetivo deste ensaio. Tal debate demandaria uma revisão de bibliografia extensa e profunda, cortejada com outras bases de dados, que extrapola a proposta aqui feita, pois passaria por uma análise de variadas dimensões – desde a invasão dos territórios até à indústria cultural do agronegócio, passando pela produção de maquinaria, da biotecnologia, dos sistemas informacionais e tantos outros elementos que compõe a propaganda do Agro é Tudo. O que se pretendeu com este texto foi analisar a possibilidade de trabalhar os dados de conflitos no campo registrados pela CPT e entender como as violências no campo têm sido um dos caminhos para o fortalecimento e consolidação de uma elite extremamente restrita que, apesar de se renovar e haver algumas mudanças conjunturais, continua a concentrar a renda e manter um nível alto de desigualdade sócio-econômica às custas dos trabalhadores e comunidades do campo. Assim, a profusão de dados e informações apresentadas dão a dimensão da violência que ainda recai sobre as multifacetadas populações do campo brasileiro. Comparadas com as informações do processo de concentração de renda entre a elite mais restrita da população, é possível perceber que as Violências contra a Ocupação e a Posse, como a CPT as nomeia, constituem condições para o avanço e fortalecimento do agronegócio que aprofundam a desigualdade vivenciada pelos pobres desde tempos coloniais.

Por outro lado, o avanço dos movimentos de luta para a conquista de terras gera um número alto de conflitos, mas ao mesmo tempo indica uma disposição e força de luta que obriga as instituições estatais e privadas a se moverem para evitar essa avanço. Os movimentos das forças capitalistas se dão na forma de violências, mas são também combinadas com ações que visavam dar respostas a algumas das reivindicações e problemas apontados pelos movimentos sociais. Uma delas pode

ser encontrada em medidas institucionais que visavam a diminuição da concentração de renda e da desigualdade social, e que caíram, pouco, até o fim do governo de Dilma Roussef. Por outro lado, a resposta do agronegócio, para além da violência do último período, foi tanto o avanço sobre novos territórios quanto pela consolidação de uma estrutura produtiva integrada nacional e internacionalmente, que permitiu construir um discurso de que não haveria mais terra improdutiva no Brasil, e que esta dinâmica produtiva empresarial e industrial é tudo.

Como apresentado, a especificidade do último período político e social do país mostra que o avanço do agronegócio e de fortalecimento de seu discurso se deu em contexto de retraimento de ações de resistência desenvolvidas entre as décadas de 1980 e 2000, numa manifestação intensa de violência contra as populações do campo brasileiro, que resulta no escandaloso crescimento da concentração de renda do país. Medidas para evitar a escalada da violência e da concentração de renda passa por ações institucionais de reconhecimento de direitos territoriais e de direito à vida e sobrevivência nestes mesmos territórios. Passa, ainda, por ações institucionais de controle da ação policial e dos grupos paramilitares armados pelo agronegócio. Mas, o mais importante, é que passa também por ações que visem reconstruir laços de luta que propiciem a permanência nos territórios e possibilite um novo avanço sobre as terras que estão nas mãos e em disputa com o agronegócio. Como lutam hoje os movimentos sociais e as comunidades do campo? E como irão lutar no futuro diante do fortalecimento dos capitalistas do campo?

TABELA 3 Violência Contra a Ocupação e a Posse (2023)

UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruídas	Roças Destruídas	Bens Destruídos	Pistolagem	Invasão
CENTRO-OESTE												
DF	4	384	-	-	-	-	-	-	-	3	-	150
GO	140	3.887	372.063	60	-	1.451	2.039	234	1.337	1.029	11.270	3.420
MS	116	20.730	802.642	75	-	180	57	116	22	56	5.250	7.253
MT	40	3.057	4.535.650	-	100	275	-	29	177	18	301	589
Subtotal	300	28.058	5.710.355	135	100	1.906	2.096	379	1.536	1.106	16.821	11.412
NORDESTE												
AL	28	3.635	12.451	3	-	24	130	3	16	76	146	494
BA	202	19.033	835.892	923	2.931	3.422	1.593	1.283	371	3.005	4.063	4.203
CE	13	734	7.400	-	30	48	400	30	-	30	88	130
MA	171	17.074	1.783.617	316	102	539	514	75	146	356	1.550	11.018
PB	21	1.459	26.487	25	4	209	4	5	4	4	633	383
PE	55	4.524	16.883	-	81	844	60	80	871	102	681	1.260
PI	15	252	7.262	-	-	-	59	1	2	1	17	174
RN	20	3.443	10.440	-	-	770	-	101	-	-	-	1
SE	5	887	8.325	-	-	-	-	-	-	-	400	400
Subtotal	530	51.041	2.708.757	1.267	3.148	5.856	2.760	1.578	1.410	3.574	7.578	18.063
NORTE												
AC	84	8.656	4.833.160	-	134	1.030	1.241	66	40	2	64	737
AM	86	16.805	11.645.248	200	803	2.293	1.039	1	-	1	7.316	12.446
AP	66	2.934	205.761	-	212	1.295	222	3	-	-	207	718
PA	183	38.597	16.995.976	39	127	255	1.617	236	172	361	1.150	8.569
RO	162	9.573	4.102.136	139	243	7.169	285	204	123	116	719	2.280
RR	49	11.939	10.891.746	-	-	750	125	-	5	5	1.098	15.962
TO	70	3.417	2.086.746	110	90	354	224	172	534	91	436	1.213
Subtotal	700	91.921	50.760.773	488	1.609	13.146	4.753	682	874	576	10.990	41.925
SUDESTE												
ES	20	813	22.468	-	1	401	-	2	-	-	1	51
MG	43	5.912	68.277	-	-	81	30	-	26	85	105	2.434
RJ	5	574	2.370	-	17	-	-	23	-	-	-	12
SP	38	1.841	19.358	83	190	393	1	40	33	34	446	292
Subtotal	106	9.140	112.473	83	208	875	31	65	59	119	552	2.789
SUL												
PR	56	2.780	43.863	70	-	76	42	-	-	-	127	74
RS	13	1.988	39.512	-	-	33	7	7	-	-	12	475
SC	19	2.379	67.051	120	-	2	-	30	-	30	120	120
Subtotal	88	7.147	150.426	190	-	111	49	37	-	30	259	669
BRASIL	1.724	187.307	59.442.784	2.163	5.065	21.894	9.689	2.741	3.879	5.405	36.200	74.858

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Ocorrências de Conflitos por Terra.

O mercado de carbono e os impactos negativos sobre as comunidades do campo

Carlos Augusto Pantoja Ramos¹

Mudanças do clima, Acordo de Paris e conceito atual para mercados de carbono

A compreensão da sociedade planetária em relação à conservação e preservação dos recursos naturais, agora aprofundada pelo aquecimento global e seus efeitos sobre a biodiversidade, passou por desafiador e conflitante percurso até o presente momento. As instituições multilaterais por sua vez, examinaram o papel essencial do tema meio ambiente na sustentação da vida como um todo, transcendendo quaisquer limites territoriais, questões políticas ou conflitos para a concentração de esforços em estabelecer acordos e tratados que pudessem se unir com um mesmo propósito: reduzir os impactos das mudanças climáticas que agora ameaçam a vida humana².

Estudos recentes conduzidos pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), indicam que a temperatura média global atingida nos últimos cinco anos é a mais

quente já registrada. O Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus que apoia a ONU em informações relacionadas ao clima, apontou que a temporada junho-julho-agosto (JJA) de 2023 foi a mais quente já registrada, com uma temperatura média no mundo de 16,77°C, 0,66°C acima da média³.

Os efeitos deste aumento de temperatura já são sentidos diariamente pela população em todo o mundo e os estragos são cada vez mais graves por meio do aumento das queimadas na floresta, períodos de seca mais prolongados e tempestades em larga escala. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas em relatório de 2021, aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis às mudanças climáticas⁴. O relatório enfatiza que a vulnerabilidade às mudanças climáticas é mais grave pela desigualdade e marginalização ligada a gênero, a etnia, a baixa renda, aos povos indígenas e as comunidades locais.

1. Engenheiro Florestal. Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Estudante do curso de doutorado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Membro do grupo de estudos Coletivo Campesino Amazônico. Colaborador voluntário da Comissão Pastoral da Terra no Marajó e Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares no Estado do Pará - FETAGRI. E-mail: pantojaramos@gmail.com

2. BALDUINO, Maria Clara de Jesus Maniçoba. **Mudanças climáticas: análise da implementação das contribuições nacionalmente determinadas do Brasil no Acordo de Paris.** 2020. 213f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.s. 2020. 213. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31716> . Acesso: 15/07/2023.

3. COPERNICUS. **Summer 2023: the hottest on record.** Climate Change Services. Publicado em 5 de setembro de 2023. Disponível em <https://climate.copernicus.eu/summer-2023-hottest-record#:~:text=1940%20to%202023,-,Data%3A%20ERA5,Credit%3A%20C3S%20FECMWF.&text=August%202023%20was%20the%20warmest,previous%20warmest%20August%20in%202016> . Acesso: 11/09/2023.

4. PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). **Sexto Relatório de Avaliação (AR6): Mudanças Climáticas 2021: A Base Científica.** Genebra, Suíça, 2021.

Moçambique, por exemplo, um país altamente vulnerável às mudanças climáticas em função de sua localização e geografia, tem atualmente grandes áreas do país expostas a ciclones tropicais, secas e cheias⁵. Em 2019, os ciclones Idai e Kenneth causaram a destruição de 223 mil casas, com 161 mil pessoas deslocadas, 1.641 feridos e 603 óbitos. Apesar das emissões de Moçambique serem de apenas 0,3 tons/pessoa/ano de dióxido de carbono, quando a média global per capita das emissões está em torno de 5 tons/pessoa/ano de CO₂-equivalente (portanto, 17 vezes maior que Moçambique) e dos EUA de 16,5 tons/pessoa/ano⁶, o país africano é um dos mais afetados atualmente pelas atividades poluidoras dos países mais ricos.

Para PROLO et. al (2021)⁷ é essencial compreender que a emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE e a mudança do clima são um problema de escala global em que qualquer solução envolve a ação conjunta e coordenada dos países. Também é preciso entender que a emergência climática é um subproduto das atividades econômicas e que afetam toda a população global, cujos custos totais são repartidos com a sociedade, já que não são internalizados pelo emissor; e que são impactos cumulativos, de longo prazo e de difícil mensuração. Segundo o cientista Jason Moore, um dos principais teóricos do conceito sobre o Capitaloceno e seus impactos na biosfera,

tais eventos têm crescido principalmente no mundo pós-revolução industrial, onde a natureza vem sendo extremamente pressionada pelo sistema hegemônico capitalista, inclusive se precificando os elementos da natureza, barateando-a, degradando-a e inferiorizando-a num sentido ético-político⁸.

O Acordo de Paris, tratado internacional assinado na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, realizada em 2015, é um dos principais documentos em diretrizes para o enfrentamento dos efeitos das mudanças do clima. Neste acordo, estabeleceu-se em seu artigo 6º que no âmbito do incentivo de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação ambiental, de sigla REDD⁹, a sociedade e países poderiam cooperar de maneira voluntária na implementação de medidas de mitigação, adaptação e promoção de ações sustentáveis e de integridade ambiental¹⁰.

Esta orientação impulsionou que o setor privado criasse mercados que gerenciassem ou compensassem a emissão de GEE por Estados e/ou empresas, apresentando uma categoria própria no mundo corporativo denominado mercado voluntário de carbono, que nada mais é que o mercado privado do que estes tratam: ativos da natureza. Mesmo com o avanço dessas discus-

5. INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES – INEAF. **Mudanças climáticas: quem paga a conta? A própria natureza?** Publicado em e, 13 de junho de 2023. Texto de Carlos Ramos e Raimara Reis. Disponível em <https://ppgaa.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/480-mudancas-climaticas-quem-paga-a-conta-a-propria-natureza>. Acesso: 03/08/2023.

6. COSTA, ALEXANDRE. **Moçambique e o preço pago pelos mais pobres pelo aquecimento global.** Publicado em Brasil de Fato, em 24 de março de 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/24/artigo-or-o-nome-disso-e-divida-climatica-nao-ajuda-humanitaria>. Acesso: 03/08/2023.

7. PROLO, C.D.; PENIDO, G.; SANTOS, I.T.; e LA HOZ THEUER, S. **Explicando os mercados de carbono na era do Acordo de Paris.** Rio de Janeiro: Instituto Clima e Sociedade., 2021.

8. MOORE, JASON W. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

9. Segundo a pesquisadora Ana Euler, o REDD é uma sigla em inglês que traduzindo significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal adotado dentro das estratégias do Protocolo de Kioto de 2005. As discussões inicialmente limitavam-se apenas a desmatamento (RED), passando depois a considerar a degradação das florestas (REDD) e por fim avaliar a conservação da biodiversidade, o manejo sustentável de florestas e o fortalecimento dos estoques de carbono florestal (REDD+). EULER, A.M.C. **O acordo de Paris e o futuro do REDD+ no Brasil.** In: VICENTE, M. C. P. (Org.). **Mudanças climáticas: desafio do século.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. p. 85-104, 2016.

10. BRASIL. **Acordo de Paris.** 2015. Disponível em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf. Acesso: 14/04/2023.

sões no espaço empresarial, persiste um impasse que incomoda todos os atores envolvidos: a falta de regras definidas e oficiais para o Artigo 6 do Acordo de Paris. Divergências sobre integridade, metodologias, autorizações e revogações de transferências das toneladas de carbono são os maiores obstáculos para a regulação do artigo sexto¹¹, com novas negociações a serem realizadas nas COP29, de Baku, no Azerbaijão e COP30, em Belém, no estado do Pará, Brasil. Desta maneira, no campo das realidades, o mercado voluntário de carbono é algo não regulado tanto nacionalmente quanto internacionalmente até o momento, mas que se move em contratos apresentados a povos tribais e comunidades em todo mundo.

Podemos então conceituar nesta contemporaneidade da indefinição do artigo 6º do Acordo de Paris que os mercados voluntários de carbono são negociações da iniciativa privada industrial e/ou rentista — em métodos e métricas não regulados em instituições oficiais — com organizações e indivíduos que exerçam ações que possam compensar o impacto das atividades empresariais de poluição ou de degradação do meio ambiente. Para isso, as partes têm feito transações de créditos de carbono emitidas por agências certificadoras, cuja unidade utilizada, o crédito de carbono, seria equivalente a cada tonelada de carbono evitado de acumular-se aos gases de efeito estufa presentes na atmosfera.

Mercados de carbono: controvérsia de solução baseada na natureza como fábula e perversidade

Milton Santos em sua magnífica obra *Por uma outra globalização*¹², apresenta-nos as três faces da Globalização

e expansão capitalista no mundo nos anos 1990 e 2000, bases para o que vivenciamos nos tempos atuais: a fábula, a perversidade e a possibilidade. Destes mundos analisados pelo histórico geógrafo, podemos tecer comentários comparativos sobre os mercados voluntários de carbono promovidos por empresas e agências do mundo todo.

Na Fábula apresentada pelo mercado de carbono, soluções baseadas na natureza são apresentadas como um dos principais meios de proteção das florestas, mangues e mares em todo o planeta, destacadas com as constatações acerca das mudanças do clima, com envio de recursos para as comunidades de territórios e maretórios após as transações entre empresas que intermediam o processo, agências certificadoras, conglomerados internacionais da indústria e dos mercados especulativos. Assim proteger-se-ia ecossistemas, problemas sociais seriam reduzidos pelos valores alocados e seriam compensadas as ações poluidoras empresariais.

Por suas características, é justo um exercício de entendimento à luz da teoria de Milton Santos sobre globalização para compreender a comercialização de créditos de carbono como um mercado globalizado. Seria, portanto, um mercado “avassalador dito global, apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”. Assim, são investidos recursos em propaganda, criam-se do dia para a noite empresas de carbono para intermédio de transações, tecnologias novas representadas por drones, softwares, métodos que lembram o uso de criptomoedas e cursos online multiplicados em redes sociais seduzem os jovens profissionais como o “novo futuro”. Há poucas menções para elementos básicos de um estado democrático de direito e obtido pela luta e

11. TEIXEIRA JR, S. **COP não entrega o ‘mercado global’ de créditos de carbono**. Publicado em Capital Reset em 14 de dezembro de 2023. Disponível em <https://capitalreset.uol.com.br/empresas/cop-nao-entrega-o-mercado-global-de-creditos-de-carbono/>. Acesso: 03/03/2024.

12. SANTOS, MILTON. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

resistência dos povos da floresta, como a função social da terra e respeito ao processo de consulta prévia, livre e informada de comunidades tradicionais.

Em comum a tais projetos, além do ganho pelas vendas de créditos de carbono, são apresentados planos de monitoramento e manejo das florestas para protegê-las a serem feitos pelas comunidades agroextrativistas que já vivem nas áreas onde os projetos estão localizados. A ideia divulgada nestes projetos é que, sendo possível manter no solo estoques de biomassa, evitando-se sua liberação à atmosfera desmatamentos e queima das florestas, pode-se vender créditos de carbono às empresas que desejarem compensar suas emissões de poluentes e repassar parte do ganho às comunidades locais.

Como fábula. Para iludir.

Na perversidade, os mercados de carbono movimentam-se para novas formas de expropriação e exploração. Propõem contratos de décadas entre empresas de carbono e comunidades que vivem da e na floresta. São contratos que variam de 30 a 40 anos de duração, num contexto de muitas incertezas. Técnicos que comercializam créditos de carbono defendem que é preciso haver contratos de longo prazo para vender hoje e amanhã e garantir governança; o problema é que tais contratos ficam de posse das empresas intermediárias que podem fazer uma série de jogos com tais documentos, utilizando o nome dos territórios comunitários. Tal estratégia indiretamente transfere terras públicas (bem como os recursos e serviços ecossistêmicos sobre elas) para ini-

ciativa privada em nome da proteção das florestas¹³.

Para exemplificar iniciativas de REDD+ que não consideram a opinião de povos originários sobre a implantação de projetos de carbono, um estudo da Human Rights Watch no Camboja descobriu que um projeto REDD+ realizou atividades durante 31 meses antes de consultar os povos indígenas Chong que vivem na área, violando o seu direito ao consentimento livre, prévio e informado para o projeto. As atividades do projeto durante esses 31 meses incluíram decisões cruciais sobre a gestão de mais de meio milhão de hectares de terra, como a incorporação de oito aldeias indígenas Chong num parque nacional¹⁴. Famílias indígenas Chong descreveram terem sido expulsas à força por guardas florestais ligados ao projeto REDD+ de suas terras, das quais dependiam para sobreviver. Em outros relatos, membros da comunidade foram presos e detidos durante meses sem julgamento após o despejo.

Em outro exemplo, comunidades indígenas Kichwa do Peru reivindicam a recuperação de seu território ancestral que lhes foi tomado por um modelo de conservação excludente com a criação do Parque Nacional Cordilheira Azul. O Parque Nacional foi criado em 2001 e uma empresa chamada The National Park assinou um acordo com o governo para gerir o parque e comercializar créditos de carbono deste território a partir de 2008¹⁵. Desde então, o projeto vendeu quase 36 milhões de créditos de carbono, cujos principais compradores são a TotalEnergies e a Shell, duas das maiores empresas petrolíferas do planeta. As comunidades denunciam que todo esse processo foi feito sem o consentimento livre, prévio e informado envolvendo os povos da floresta da região.

13. BARROS JÚNIOR, O. A. O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. In: MORENO, Camila et. al. **O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar**. Brasília: Grupo Carta de Belém, Dezembro 2021. Carta de Belém.

14. Human Rights Watch. **Carbon Offsetting's Casualties: Violations of Chong Indigenous People's Rights in Cambodia's Southern Cardamom REDD+ Project**. February, 2024. <https://www.hrw.org/report/2024/02/28/carbon-offsettings-casualties/violations-chong-indigenous-peoples-rights>. Acesso: 04/03/2024.

15. LANG, CHRIS. **Weaving the defence of the Kichwa territory in the face of the conservation of the Cordillera Azul National Park**. January, 2024. <https://reddmonitor.substack.com/p/weaving-the-defence-of-the-kichwa?> Acesso: 04/03/2024.

Outra face perversa dos mercados de carbono é a massiva digitalização de informações dos territórios e da implementação de tecnologias de “transparência”, cujos dados, na maioria das vezes, com empresas intermediadoras e agências de certificação para negociações futuras, não necessariamente passam pela aprovação do controle social¹⁶. Em outra problemática, o comércio de créditos de carbono está sob governança privada liderada por empresas e agências internacionais que operam em “transnacionalização do direito”. Esta condição pode muito dificultar a judicialização e execução de potenciais decisões judiciais¹⁷ e nos faz pensar como uma comunidade pode processar judicialmente autores de algum dano ao seu direito consuetudinário com outras regras em outros países?

Esta nova modalidade de captura dos bens públicos e comuns pode promover concentração de dinheiro ainda maior nas mãos de poucas corporações e investidores institucionais que traçam relações desproporcionais de ganho entre as partes envolvendo comunidades que, muitas vezes, não possuem a estrutura e o conhecimento do negócio para fazer valer seus direitos. Além disso, sem regulamentação tanto em relação ao Acordo de Paris quanto em leis nacionais, como no caso do Brasil, as empresas que negociam créditos de carbono podem continuar a emitir gases de efeito estufa e outras formas de degradação da natureza em outras regiões utilizando de um lastro que movimenta dinheiro e sabedor das dificuldades de órgãos governamentais locais em judicializá-las em caso de prejuízos às comunidades.

O conceito adotado pelo sistema econômico hegemônico de *business as usual* – BAU (algo como negócios,

como sempre) influencia fortemente a sociedade, principalmente na construção de políticas públicas¹⁸ e entre elas, as relacionadas ao enfrentamento dos efeitos das mudanças do clima. A nova onda surgida com a comercialização de créditos de carbono dos últimos anos mostra que o modelo BAU continua ditando as regras, com possibilidade de o plano climático mundial estar sendo liderado exatamente por aqueles que mais teriam a perder com o abandono do atual modelo econômico que nos trouxe aos atuais níveis de aquecimento global e sofrimento de muitas pessoas em todo o mundo a partir das enchentes, secas, perdas de plantios, fome e perda de dignidade enquanto bilionários ficam ainda mais ricos com suas negociatas.

É a perversidade.

Projetos de carbono identificados no país e conflitos no campo

Segundo a cientista Ima Vieira, o estoque de carbono florestal é a quantidade de carbono que foi capturado da atmosfera e que está armazenado no ecossistema florestal sobretudo na forma de tronco, galhos, folhas (biomassa viva), no solo e em menor grau também na madeira e na liteira morta¹⁹. Na Amazônia, 73 bilhões de toneladas de carbono estão armazenados em suas florestas, sendo que 58% encontram-se nos territórios indígenas e nas unidades de conservação; e outros 20% estão em terras públicas não destinadas.

Os números anteriormente mencionados colocam o Brasil e principalmente a Amazônia, como uma região em

16. BARROS JÚNIOR, O. A. O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. In: MORENO, Camila et. al. **O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar**. Brasília: Grupo Carta de Belém, Dezembro 2021. Carta de Belém.

17. JUNQUEIRA, G. de O. Os títulos verdes e a financeirização da transição verde no Brasil. 2021. In: MORENO, Camila et. al. **O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar**. Brasília: Grupo Carta de Belém, dezembro de 2021. Carta de Belém.

18. UNMÜBIG, BARBARA; FUHR, LILI FUHR, FATHEUER. THOMAS. **Crítica à economia verde**. Barbara Unmübig, Lili Fuhr, Thomas Fatheuer. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. 180 p. Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/critica_a_economia_verde_-_boll_brasil_-_out_2016_web.pdf. Acesso: 20/09/2023.

19. VIEIRA, IMA. Mercado de carbono na Amazônia é solução para a crise climática? *Jornal Resistência*. Março de 2023. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC Regional Pará). Ano 46. Página 6.

TABELA 1 Comunidades envolvidas em conflitos relacionados aos mercados de carbono

ESTADO	NÚMERO DE LOCALIDADES ENVOLVIDAS	ÁREA ENVOLVIDA (HECTARES)
Acre	5	46.000
Maranhão	1	531.000
Pará	12	6.929.362
Rondônia	4	2.210.417
São Paulo	1	1.578
TOTAL	23	9.718.357

Fonte dos dados: CPT Nacional. Sistematização: Carlos Ramos.

que os mercados de carbono estão ávidos para implantarem seus projetos, haja vista: a) a riqueza em biomassa e por sua vez, carbono estocado; b) a pressão que a floresta sofre pelo desmatamento. As empresas que poluem o planeta tentam compensar suas milhões de toneladas de GEE ao garantir a “proteção” da floresta amazônica e assim evitar que os estoques de carbono cheguem à atmosfera. Ao filtrar-se os dados projeto científico *Berkeley Carbon Trading Project* que tem realizado levantamento de todos os projetos de REDD+ no mundo²⁰, verificamos que existem 263 projetos de carbono em território brasileiro desde 2002, que movimentaram até 2023 cerca de 223,6 milhões de créditos de carbono.

As pesquisas realizadas em 2023 pela Comissão Pastoral da Terra verificaram que 22 comunidades no Brasil estiveram envolvidas em conflitos relacionados a projetos de carbono, distribuídas segundo a tabela acima.

As terras indígenas possuem 88,4% do total das áreas no país com denúncias de conflitos envolvendo mer-

cados de carbono, seguidos das unidades de conservação (7,6%) e assentamentos (3,4%). No relatório da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) sobre contratos de carbono apresentados a diversos povos indígenas no Brasil, aponta-se que estes impedem os povos indígenas de executarem suas práticas tradicionais como a plantação de roças e corte de árvores para subsistência sem prévia autorização da empresa²¹. Além disso, são contratos que perpassam por mais de uma geração e aí temos um problema intergeracional: a cogestão de territórios por 30 ou 40 anos, com o capital de empresas intermediadoras e multinacionais movimentando milhões de dólares em moedas ou criptomoedas não é justo com quem ainda não tem condições de opinar sobre seu futuro e que, pelo palco hoje montado e com os atores que se movimentam, receberão o ônus dessa decisão²².

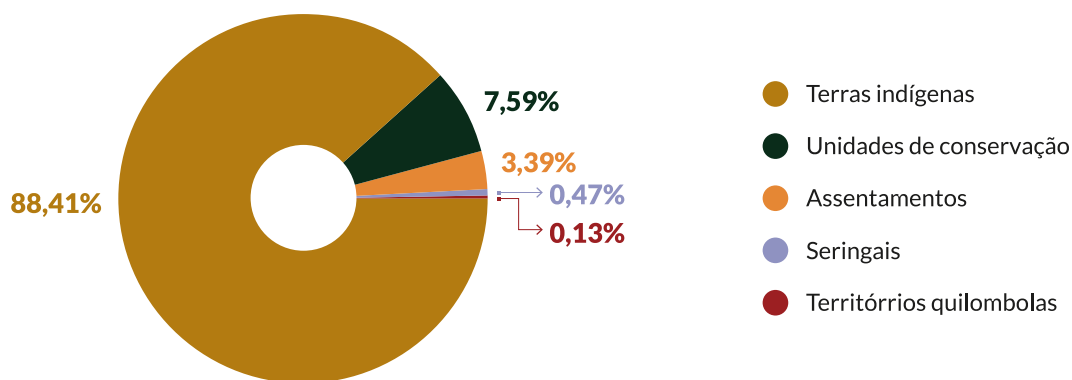
O Pará lidera tanto em número de comunidades envolvidas nesta forma de conflito agrário, quanto em área total (cerca de 6,9 milhões de hectares). Neste estado,

20. Verificável em <https://gspp.berkeley.edu/research-and-impact/centers/cepp/projects/berkeley-carbon-trading-project>.

21. LERNER & MIRANDA. **Olhar para o céu com os pés fincados na terra: áreas de uso coletivo e mercado voluntário de carbono na Amazônia brasileira: uma abordagem baseada em direitos**. Relatório Técnico. 2023. Disponível em <https://hlma.adv.br/olhar-para-o-ceu-com-os-pes-fincados-na-terra-areas-de-uso-coletivo-e-mercado-voluntario-de-carbono-na-amazonia-brasileira-uma-abordagem-baseada-em-direitos/>. Acesso: 04/03/2024.

22. RAMOS, C.A.P. Sobre los proyectos de carbono en la Amazonia: ¿por qué hay contratos que duran una generación? In: **La estafa verde: opresión, conflictos y resistencias**. Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales. Boletín WRM 268. Diciembre 2023. Disponible: <https://www.wrm.org.uy/es/boletines/nro-268>. Acesso: 04/03/2024.

GRÁFICO 1 Distribuição por modalidade fundiária das áreas envolvidas em conflitos gerados por projetos de carbono.



Fonte dos dados: CPT Nacional. Sistematização: Carlos Ramos.

das 12 localidades levantadas pela Comissão Pastoral da Terra, 7 encontram-se no Marajó, a mesorregião do país mais citadas nas pesquisas, seguido do Vale do Acre (3 localidades citadas), do Sudeste Paraense (2) e do Leste Rondoniense (2).

Marajó: um dos epicentros dos projetos de carbono no Brasil em 2023

No Pará, mais especificamente na mesorregião do Marajó, as negociações de créditos de carbono tiveram seus primeiros casos conhecidos em 2018 a partir das movimentações da empresa Ecomapuá no município de Breves, bastante detalhadas em reportagem da Agência Pública²³. Contudo, foi durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19 (2020-2021) que se intensificaram a procura por áreas florestais para serem negociadas em seu estoque de carbono, caracterizadas principalmente

por sua relação entre empresas intermediadoras de créditos e comunidades agroextrativistas, com Portel sendo o município marajoara mais procurado por este mercado.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) em parceria com o STTR de Portel iniciou em 2022 vários estudos sobre a comercialização de créditos de carbono em Portel a partir de denúncias de famílias moradoras de áreas rurais do município. O WRM alerta em seu relatório *Neocolonialismo na Amazônia: Projetos REDD em Portel, Brasil*, que desde 2008, diversos projetos de carbono na floresta, também chamados de projetos REDD tem usado de grandes áreas do território portelense para a negociação de tais créditos, sob um discurso de salvar a floresta da destruição²⁴.

No caso Portel, verificou-se que existem projetos de carbono articulados há pelo menos 15 anos e que somam 714.085 hectares abrangendo florestas em terras públicas. Tais contratos cobrem 28% de Portel e equiva-

23. ANJOS, ANNA BEATRIZ. Em Marajó, comunidades questionam venda de créditos de carbono sobre seu território. Agência Pública, publicado em 17 de dezembro de 2021. Disponível em <https://apublica.org/2021/12/em-marajo-comunidades-questionamvenda-de-creditos-de-carbono-sobre-seu-territorio/>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.

24. WRM. Neocolonialismo esverdeado na Amazônia: os projetos REDD em Portel. 2022. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). Disponível em <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/neocolonialismo-na-amazonia-projetos-redd-em-portel-brasil>. Acesso: 05/01/2023.

TABELA 2 Proponentes, áreas, duração dos projetos e valores contratados dos projetos de carbono implantados em Portel

Nome do projeto	Proponente	Área do projeto (hectares)	Duração do projeto	Valor estimado do contrato (dólares)
REDD RMDLT Portel-Pará	RMDLT Property Group LTD	194.403	2008-2047	US\$ 35 milhões
Pacajai REDD+ Project	ADPML	148.975	2009-2048	US\$ 50 milhões
Rio AnapuPacajá REDD	Brazil AgFor LLC	165.707	2016-2055	US\$ 30 milhões
Ribeirinho REDD+	Amigos dos Ribeirinhos; 1252 famílias ribeirinhas	205.000	2017-2047	Sem informações

Fonte: WRM (2022).

lem a uma área maior que Melgaço, município vizinho de 677 mil hectares. Os estudos mostram que os projetos são liderados por um empresário norte-americano com histórico de atuação em outras áreas da economia que não a agrária.

A soma dos valores destes contratos aponta para 115 milhões de dólares, o equivalente a 569,2 milhões de reais²⁵, o que contrasta substancialmente com a contrapartida para as comunidades envolvidas. Entre os produtos entregues às comunidades nestes projetos estão pequenos fogões, na justificativa de serem mais eficientes nas cozinhas ao emitir menos emissões de dióxido de carbono. Relatos de mulheres e homens de comunidades locais apontam para a inutilidade dos fogões entregues pelos projetos e espantam pelo tratamento similar ao dos “espelinhos” da chegada dos primeiros europeus nas Américas e do entendimento sofrível sobre as reais e atuais necessidades amazônicas²⁶.

A articulação controversa entre as empresas de carbono e a administração pública do município de Portel foi denunciada durante a audiência pública organizada pela Promotoria Agrária de Castanhal em janeiro de 2023²⁷. Na audiência, participantes questionaram a transferência de responsabilidade da prefeitura de Portel como construções de escolas e hospitais para as ONGs (empresas) do carbono. Tais denúncias levaram o Ministério Público do Estado do Pará e a Defensoria Pública do estado do Pará a investigar as ações do poder público municipal de Portel. Em julho de 2023, a Defensoria Pública Agrária de Castanhal notificou a prefeitura de Portel e empresas nacionais e estrangeiras exigindo-se a nulidade dos contratos de carbono e a nulidade de três decretos do prefeito de Portel, que conferiu às empresas de carbono o poder de construir estruturas dentro dos assentamentos agroextrativistas de Portel e até de deter poderes próprios da gestão municipal²⁸.

25. Segundo cotação do dólar de 04/03/2024 de R\$4,95.

26. RAMOS, C.A.P.; PASSOS, T. A. F. dos; MIRANDA, I. C. R. F. de. **O caso da comercialização de créditos de carbono em Portel, Marajó, Pará**. Publicado na página Combate ao Racismo Ambiental. 26 de outubro de 2023. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2023/10/26/o-caso-da-comercializacao-de-creditos-de-carbono-em-portel-marajo-para/>. Acesso: 02/03/2024.

27. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Crédito de carbono, REDD e pagamento por serviços ambientais em Portel**. Ata de audiência pública elaborada em 24 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www2.mppa.mp.br/data/files/OA/FO/99/E2/3B65681088FOAD18180808FF/ATA%20AUDIENCIA%20PUBLICA%20SOBRE%20CREDITO%20DE%20CARBONO-24.01.2023%20PORTEL.pdf>. Acesso: 20/04/2023.

28. ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ. **Defensoria do Pará ajuíza cinco ações para suspender construção de projetos de crédito de carbono em Portel**. Publicado em 31 de julho de 2023. Disponível em https://esdpa.defensoria.pa.def.br/esdpa/noticia.aspx?NOT_ID=5969. Acesso: 22/09/2023.

Mercados de carbono: novos mecanismos de expropriação de territórios e clandestinidade nas discussões públicas?

A filósofa Nancy Fraser, uma das maiores especialistas de nosso tempo das obras de Karl Marx sobre o capital, oferece distinções entre exploração e expropriação, elementos dados para que possamos exercitar como os mercados de créditos de carbono agem nos territórios comunitários. Sobre expropriação, Fraser explica que o capital atua no confisco bruto de ativos de terceiros, pelos quais paga pouco ou nada. Canaliza-se, portanto, a mão de obra, a terra, os minerais e/ou a energia confiscados para as operações das empresas, onde reduz-se os custos de produção e aumentam-se os lucros²⁹. Em outras palavras, a vida no planeta possui mecanismos para o equilíbrio da captação de dióxido de carbono e liberação de oxigênio há bilhões de anos, mas a caminhada do sistema capitalista nos últimos dois séculos promoveu uma ruptura metabólica que devora a natureza e suas espécies, toma territórios de povos e comunidades tradicionais, produz desigualdades e sofrimento entre a humanidade e nega que a verdadeira mudança é a superação do próprio sistema econômico hegemônico que sufoca a Terra com seus poluentes.

Da reflexão feita por Nancy Fraser, aqui exercitamos o que poderia explicar os mercados atuais de carbono, com alerta para a possibilidade de expropriação de territórios de povos da floresta por empresas de carbono, por indústrias ou por empresas de capital responsáveis ou corresponsáveis pela emissão de GEE que pagam pelos “ativos” que comercializam de maneira injusta, em jogo especulativo de créditos em bolsas de

valores e que propõe contratos com duração de décadas, confiscando toda biomassa das florestas envolvidas e os costumes tradicionais de comunidades em benefício de negociações futuras.

No caso amazônico, somente as áreas em conflito identificadas pela CPT mostram que milhões de hectares em terras indígenas estão sob risco expropriatório no jogo dos mercados de carbono, sem regulamentação no Acordo de Paris e em leis brasileiras. Para agravar, nas discussões do marco legal para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), o projeto de lei 412, aquele que mais avançou na câmara de deputados e senado federal em 2023, propõe em seu artigo 47, que “o processo de consulta de que trata o inciso I do caput será custeado pela /parte interessada, não cabendo tal ônus aos povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais”.

Isto significa que o processo de consentimento resultante de consulta livre, prévia e informada, nos termos da Convenção nº 169 da Convenção Internacional do Trabalho – OIT, seja pago em suas despesas pelas empresas interessadas em virtude do contrato para assim obter futuramente o aceite da comunidade para a venda dos créditos de carbono³⁰. É importante considerar que isso fere o próprio conceito de “livre” no dia a dia das relações, estabelecendo-se conflito de interesse entre as partes. Para exemplificar, imaginemos a petrolífera Shell³¹ interessada nos créditos de carbono de uma comunidade tradicional e que precise que haja consentimento por parte das famílias. Tal empresa e suas intermediárias possuem recursos suficientes para cobrir os custos da construção de um protocolo comunitário e assim fica a indagação: a quem pertencerá o protocolo?

29. FRASER, NANCY. *Capitalismo Canibal*. / Nancy Fraser. – 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2023. Libro Digital, EPUB.

30. RAMOS, C. A. P.; MIRANDA, I.C.R. de. Sobre o texto final do projeto de lei 412 / Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). 2023. Nota técnica. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/7909564>. Acesso: 04/03/2024.

31. SHELL BRASIL. Líder em geração de créditos de carbono, Carbonext capta recursos da Shell para proteger, reflorestar e desenvolver bioeconomia na Amazônia. 2022. Disponível em <https://www.shell.com.br/imprensa/comunicados-para-a-imprensa-2022/lider-em-geracao-decreditos-de-carbono-carbonext-capta-recursos-da-shell-para-protetger-reflorestar-e-desenvolverbioeconomia-na-amazonia.html>. Acesso em 11/08/2023.

Os avanços gerados pela Convenção 169 da OIT podem ser enfraquecidos se tal dispositivo for aprovado em lei.

O capitalismo em seu estado contemporâneo tem aproveitado a movimentação global sobre os efeitos das mudanças do clima para mais uma vez lucrar sobre a derrota das pessoas. Aproveitando o sucesso do rentismo empresarial em vencer as tentativas de normatização e regulação de suas atividades concentradoras de renda, os mercados de carbono tornam-se a cada dia mais especulativos e esquivos às tributações e impostos requeridos pelos governos, buscando países de menores exigências quanto à movimentação de dinheiro como os paraísos fiscais³² e fortalecendo suas estratégias de domínio de terras e mentes.

É necessário viver e esperançar nas possibilidades de um outro mundo

Assim como o capital se reorganizou para aprofundar sua capacidade de acumulação e geração de despossuídos, a sociedade precisa estar à altura desta nova escalada daqueles que estão acima da linha da cobiça, num confronto em que os participantes entendem que estamos em risco de permanência enquanto espécie. Esse

estado de coisas nos força a buscar novas maneiras de organização que levem em conta a ajuda mútua entre as gerações. Em terras amazônicas, por exemplo, talvez precisemos de outros formatos de gestão associativa para comunidades tradicionais, mais consistente na participação de mulheres e jovens nas tomadas de decisão de modo a aprimorar a proteção de lideranças comunitárias do assédio e de intimidações vindas dos atores capitalistas diretos e indiretos. Entendo que quanto maior a escuta intergeracional e de gênero, mais preparada é a comunidade para não aceitar propostas aventureiras.

É preciso incentivar que as comunidades construam projetos de futuro, um novo protocolo, um novo olhar sobre a cidadania que devemos desde já praticar, mostrando os diversos cenários possíveis a partir do autoconhecimento sobre a história, sobre o trabalho, sobre a dignidade, sobre a cultura e memória face às batalhas que virão pela frente diante dos impactos das mudanças climáticas e da derrocada de um sistema ocidentalizado que tende a ser violento em sua expiação.

Era uma vez um mundo feliz, quase morreu por culpa de alguns, mas o amor dos bons me deu a chance de dizer: era uma vez.

32. SEUFERT, P.; HERRE, R.; MONSALVE, S.; GUTTAL, S. *O Capitalismo clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza*. Tradução: Fian Internacional, Transnacional Institute.. Focus on the Global South. – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2023. 144 p.

TABELA 4 Conflitos por Terra (2023)

UF	CONFLITOS POR TERRA*		OCUPAÇÕES/RETOMADAS		ACAMPAMENTOS		TOTAL UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
CENTRO-OESTE								
DF	3	184	1	200	-	-	4	384
GO	137	3.887	3	660	-	-	140	3.887
MS	105	20.375	10	265	1	350	116	20.730
MT	39	2.977	1	80	-	-	40	3.057
Subtotal	284	27.423	15	1.205	1	350	300	28.058
NORDESTE								
AL	24	3.274	4	361	-	-	28	3.635
BA	172	18.330	26	4.956	4	365	202	19.033
CE	10	649	3	515	-	-	13	734
MA	170	17.074	1	150	-	-	171	17.074
PB	20	1.459	1	-	-	-	21	1.459
PE	39	1.894	16	3.370	-	-	55	4.524
PI	15	252	-	-	-	-	15	252
RN	15	2.488	5	955	-	-	20	3.443
SE	5	887	-	-	-	-	5	887
Subtotal	470	46.307	56	10.307	4	365	530	51.041
NORTE								
AC	82	8.656	1	64	1	64	84	8.656
AM	82	16.805	4	450	-	-	86	16.805
AP	65	2.934	1	20	-	-	66	2.934
PA	178	37.597	3	1.101	2	1.038	183	38.597
RO	149	9.573	9	401	4	200	162	9.573
RR	48	11.939	1	125	-	-	49	11.939
TO	62	3.412	3	155	5	110	70	3.417
Subtotal	666	90.916	22	2.316	12	1.412	700	91.921
SUDESTE								
ES	16	813	4	550	-	-	20	813
MG	36	5.607	7	493	-	-	43	5.912
RJ	5	574	-	-	-	-	5	574
SP	27	1.567	11	643	-	-	38	1.841
Subtotal	84	8.561	22	1.686	-	-	106	9.140
SUL								
PR	54	2.780	2	145	-	-	56	2.780
RS	13	1.988	-	-	-	-	13	1.988
SC	17	2.379	2	122	-	-	19	2.379
Subtotal	84	7.147	4	267	-	-	88	7.147
BRASIL	1.588	180.354	119	15.781	17	2.127	1.724	187.307

* Os dados da primeira coluna, denominada conflitos por terra, referem-se à soma das ocorrências em que as famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou foram vítimas de invasões, ações de pistolagem etc.



Foto: Cruupyhre Akroá Gamella



ÁGUA

Povos e comunidades do campo: entre as águas que fluem para a Vida e as águas capturadas e contaminadas

Raquel Maria Rigotto¹ e Aline do Monte Gurgel²

Chegando perto das famílias afetadas: o racismo estrutural e ambiental

Somam-se aos 2.378 conflitos relacionados à disputa pela água no Brasil, registrados pelo Cedoc desde 2014, os 225 novos casos identificados em 2023. Nestes estão envolvidas 49.274 famílias. Se considerarmos a média de 4 pessoas por família em zona rural, estaríamos falando em 197.096 pessoas³.

Quem são essas pessoas? Como a água participa de suas vidas? O que significa para elas a vivência do conflito por água?

A convivência com estes povos nos ensina que para

eles a água tem um valor imenso; não um valor econômico, mas um valor fundante: na diversidade das culturas, água é fonte de vida, água faz parte do corpo, água é saúde, água é alimento, água é soberania, água é direito, água é bem comum, água é sagrada:

Acho que a água é tudo. É como se fosse o nosso sangue correndo nas veias, né? Você cortar a água é você cortar o seu fluxo sanguíneo do corpo... Não tem como viver. (Camponês entrevistado em Maia, 20164).

A água para nós é sagrada. A água não é só um direito, a água para nós é um dom que o nosso criador deixou e que temos que manter. [...] é um bem para todos (Mulher indígena entrevistada em Montezuma, 2021)⁵.

1. Núcleo Tramas/UFC

2. Fiocruz/PE

3. A análise dos dados do Cedoc, assim como o acompanhamento junto a territórios atingidos e às redes sociais de organizações atentas a suas realidades, sugere que boa parte dos conflitos registrados nos anos anteriores provavelmente continua em curso e segue afetando as famílias. Como reverter a morte de uma nascente, relacionada ao rebaixamento do nível de água de um aquífero, por sua vez causado pela sobre-exploração realizada pelo agronegócio? Como despoluir um rio contaminado por agrotóxicos ou pelos metais pesados efluentes da mineração? E ainda sob a natureza violadora de direitos do modelo de desenvolvimento em curso, a fragilidade de nossa democracia e os muitos limites do Estado na proteção destes povos...

4. MAIA, Renata Catarina Costa. "Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias": a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). 287f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMA), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

5. MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado. Sentidos emergentes na defesa das águas face ao regime extrativista e suas contribuições para uma abordagem relacional e antimerchantil dos comuns. 506f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília). Brasília, 2021.

Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais co-evoluíram seus modos de vida em sintonia com os ecossistemas que habitam numa “trama entre tantas espécies”⁶, constituindo a socio-bio-diversidade. Sabem que a água é que sustenta as matas, os animais, os rios e as lagoas – assim como o sangue faz em nossos corpos: corpos-territórios. Conhecem o ciclo da chuva na região em que vivem e por ele orientam os tempos de suas plantações, trazendo a fartura. Precisam de água boa pra beber, cozinhar, banhar, limpar, festejar e celebrar.

Essa compreensão da água, integrada ao território e a cosmovisões ancestrais, entra em conflito com a perspectiva das grandes corporações econômicas que chegam a seus territórios, para quem a água é um recurso, um insumo para os processos produtivos, valorado pelo dinheiro. Como propõe a argentina Maristela Svampa, os conflitos ambientais “expressam diferentes concepções sobre a Natureza e, em última instância, manifestam uma disputa sobre o que se entende por ‘desenvolvimento’, [...] em um contexto de assimetria de poder”⁷.

Para os povos indígenas e comunidades tradicionais, a restrição ou a perda do acesso à água de qualidade inviabiliza ou desarticula modos de viver e produzir, de curar e relacionar, estrangulando a própria possibilidade de vida. E é por isso que eles e elas reagem, se organizam, denunciam e lutam por seus direitos ecoterritoriais. Entre as graves consequências destes conflitos estão a ameaça ou perda da soberania alimentar, construída nos territórios a partir de saberes e práticas ancestrais, e

da segurança alimentar, nutricional e hídrica, nas quais as mulheres têm papel central para o cuidado na produção social da Vida.

A privação de água desencadeia, assim, uma série de impactos sobre a saúde: a fome, crescente no campo e nas cidades, impactando de forma tão aguda o povo Yanomami, como vimos em 2023. A fome implica em subnutrição e desnutrição, compromete o desenvolvimento das crianças, e torna toda a população mais vulnerável ao adoecimento, inclusive por doenças infectocontagiosas. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional⁸ mostra que 116,7 milhões de pessoas – mais da metade da população brasileira – conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Dessas, 43,4 milhões não contavam com alimentos suficientes para atender às suas necessidades nutricionais e, dentre elas, 19 milhões estavam passando fome. O esforço de buscar água em longas distâncias, realizado especialmente pelas mulheres, ocupa parte de seu tempo e pode expô-las a diversos riscos.

Também a contaminação das águas, por metais pesados e agrotóxicos, principalmente, causa diferentes quadros de intoxicação aguda e efeitos crônicos, como veremos mais adiante. “O que pensar quando a água de beber é perigosa demais? Ou quando os peixes do rio, fontes de alimento, estão mortos antes da pesca? O que pensar quando as pragas das lavouras de soja são deslocadas para as plantações e árvores frutíferas comunitárias?”⁹ Por isso, observa-se tam-

6. LOPES, H. R.; GURGEL, ALINE MONTE ; Melo, L. C. . Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas de Cerrado. 1. ed. Palmas: APATO, 2023. v. 1. 68p.

7. SVAMPA, Maristela. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo: 2016, p. 143

8. PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: 2022.

9. Lopes et al, 2023, op. Cit, p. 9

bém nesses contextos de conflitos ambientais um sofrimento psíquico coletivo, que tem origem nas transformações ambientais e sociais impostas ao grupo social, repercutindo em ameaça ou inviabilização da continuidade do modo de vida tradicional, a partir da alteração do ecossistema, da convivialidade na comunidade e de suas relações com outros grupos, associada ou não a doenças orgânicas, que se manifesta de maneiras diversificadas entre as pessoas, podendo incluir tristeza, indignação, revolta, insegurança, medo, desânimo e apatia, ideação suicida etc, e podendo também estimular a construção de narrativas críticas às violências sofridas, reforçar identidades coletivas e impulsionar ações de resistência e luta em defesa de direitos¹⁰.

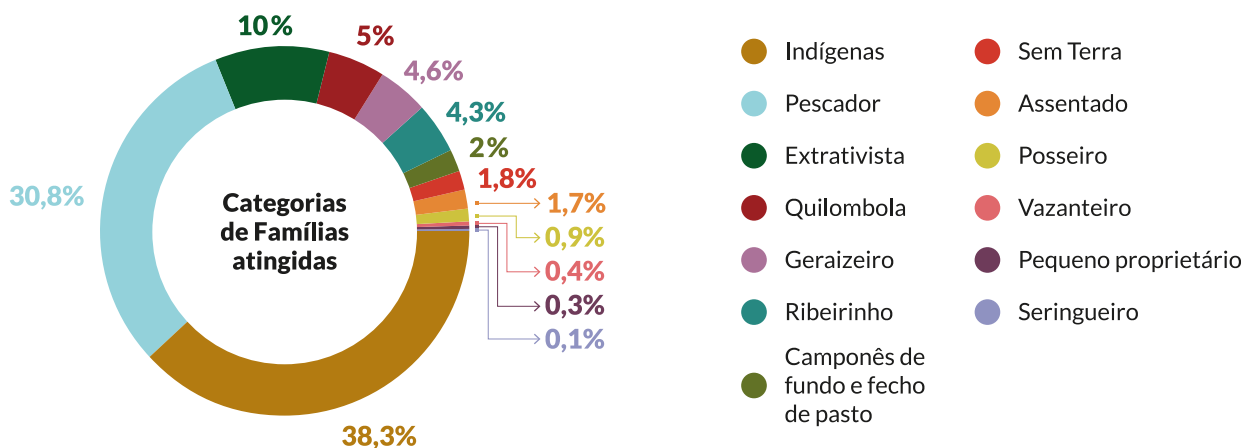
Em 2023, os conflitos registrados atingiram majoritariamente (38,3%) os povos indígenas – em luta contra o marco temporal, impactando 19.797

famílias. Seguem-se os pescadores, que sofreram com 30,8% dos conflitos, envolvendo 15.921 famílias, e um diversificado leque de comunidades tradicionais – extrativistas (5.192 famílias), quilombolas (2.569 famílias), geraizeiros (2.371 famílias), ribeirinhos (2.199 famílias), fundo e fecho de pasto (1.031 famílias), além de camponeses sem terra ou assentados, vazanteiros, posseiros e pequenos proprietários (Gráfico 1).

A maioria dessas famílias vive na região Norte do Brasil (22.720), seguida do Sudeste (14.304), Centro-Oeste (6.570), Nordeste (6.278) e Sul (1.863).

A caracterização destes grupos sociais atingidos, do ponto de vista étnico-racial e cultural, revela de forma aguda o profundo racismo que norteia a necropolítica do desenvolvimento no Brasil, desde sua colonização: é sobre seus territórios de vida

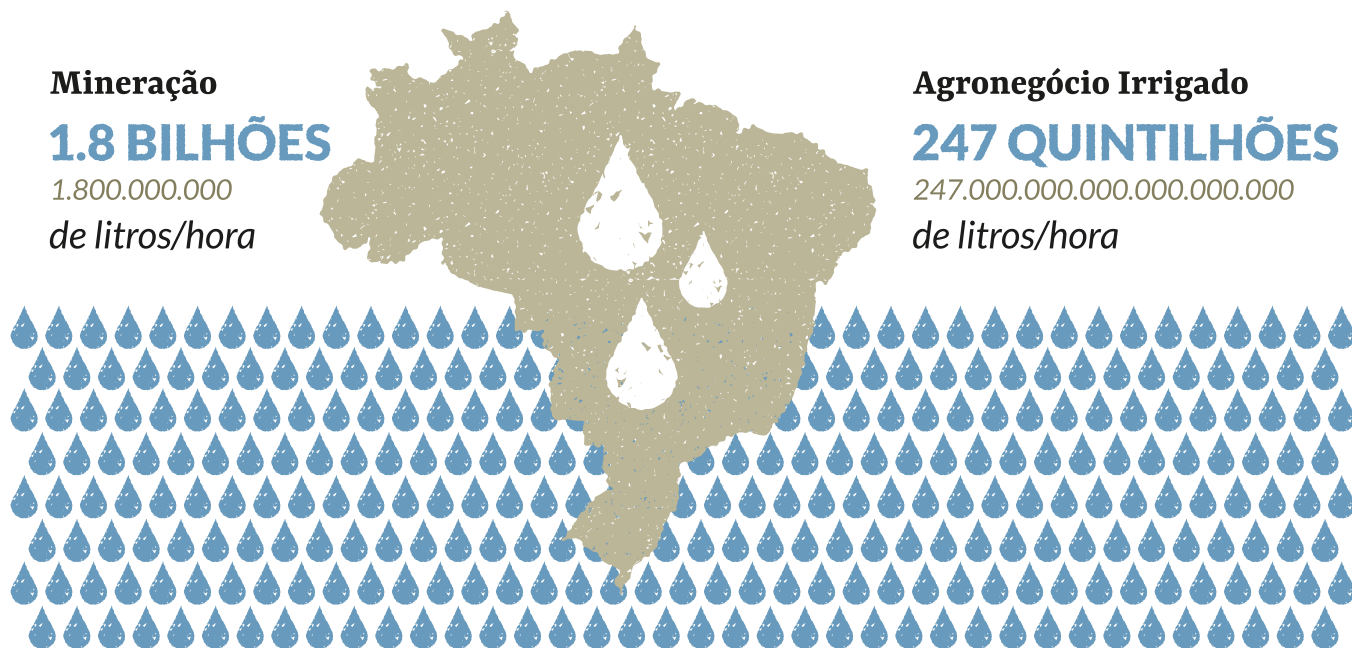
GRÁFICO 1 Porcentagem de Famílias atingidas, segundo a categoria



Fonte: Elaborado pelas autoras e colaboradores¹¹, a partir de dados do Cedoc, 2023.

10. Conferência sobre o tema “Sofrimentos Psicossociais de Trabalhadores(as) no Contexto de Conflitos Ambientais com Grandes Empreendimentos proferida por Raquel Rigotto, no II Congresso Internacional e V Congresso das Américas sobre Fatores Psicossociais, Saúde Mental e Stress no Trabalho. Fortaleza, 19.11.2023

11. As autoras agradecem a colaboração de Luís Henrique Lopes Rigotto e Alberto Luiz Rigotto Teixeira na elaboração dos gráficos.



Fonte: Rede Brasileira de Justiça Ambiental/Fase, 2023.

que a supremacia branca permite e estimula a expansão das empresas de agricultura e pecuária industrial, assim como da mineração, espoliando terra, água e biodiversidade. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que se implanta e se alimenta de verdadeiras zonas de sacrifício impostas a esses povos.

Neoextrativismo e água

A partir das segunda metade do século XX, a economia do Brasil vem sendo progressivamente mais sustentada pelas atividades ligadas ao neo-extrativismo, reativando o modelo imposto desde os tempos coloniais, quando a economia girava em torno de ciclos de extração de ouro, prata, borracha, madeira, cana de açúcar, café e cacau. A colonialidade se desdobra ao longo dos séculos, impondo a acumulação por espoliação que interessa, na contemporaneidade, às grandes corporações

transnacionais. Elas impõem ao Sul Global a exploração intensiva e em grande escala do trabalho humano e do trabalho da natureza, para produzir commodities – especialmente agrícolas, pecuárias e minerárias – e comercializá-las no mercado internacional. Assim, o neoextrativismo pode ser compreendido como...

...ofensiva capitalista na América Latina, de racialização da divisão do trabalho no mundo, contra os sujeitos comunitários, pelo controle e gestão de seus territórios, radicalizada pelo neoliberalismo, realizando-se pela ampliação e especialização da produção de bens primários, extrativos, minerais, combustíveis e bens oriundos de monocultivos agrícolas voltados à exportação, transformando bens naturais em commodities, ativos financeiros objeto de especulação rentista, e que se expressa sob múltiplas formas de violência, despojando-os não apenas de “recursos”, mas de seus modos de vida¹².

12. NAVARRO, Mina L. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: Impactos y resistencias socioambientales. Revista Textual, 73. 2019; Montezuma, 2021 (op. Cit.).

Nesse contexto, que associa neoliberalismo e neo-desenvolvimentismo, os Estados nacionais, em governos populares ou não, via de regra são subordinados a essa inserção na divisão internacional do trabalho e têm oferecido a infraestrutura necessária à expansão das fronteiras agropecuárias e minerárias. Nessa lógica se inserem os projetos de geração de energia – hidrelétrica, térmica, nuclear, eólica, solar e de hidrogênio “verde” –, as estradas, hidrovias, portos e aeroportos, entre outros.

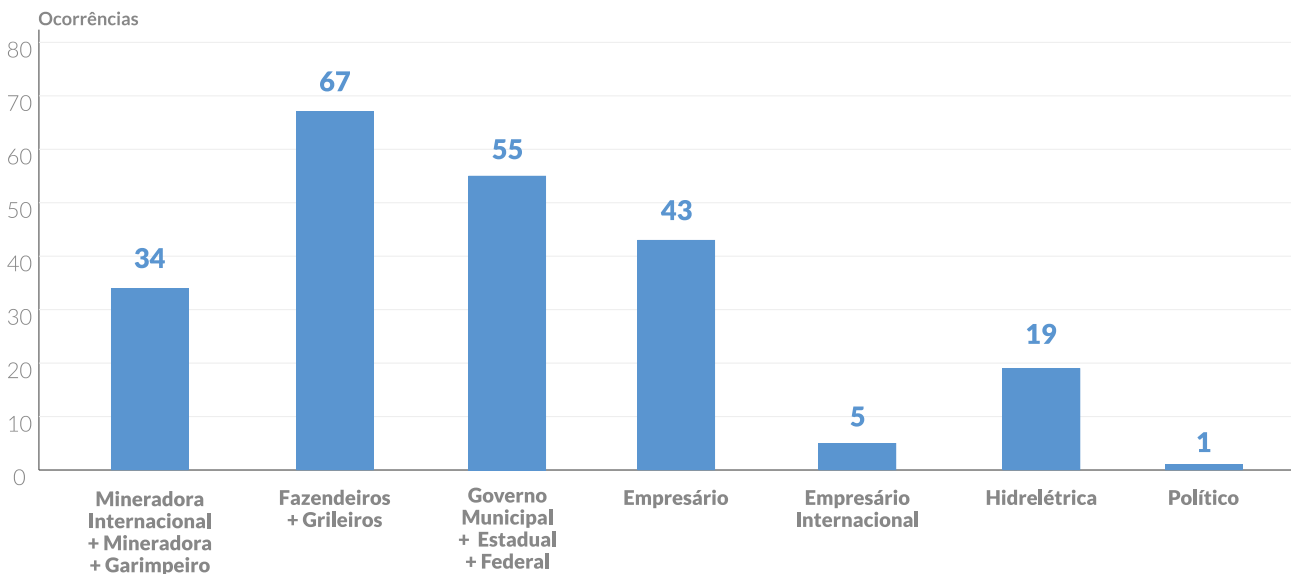
Essa é, certamente, a questão central que determina os conflitos e a violência no campo: em 2023, cinco pessoas sofreram ameaça de morte e quatro sofreram tentativa de assassinato nesses conflitos por água. É um contexto de disputa assimétrica entre os povos do campo e os agentes político-econômicos, afetando a terra, o território e os bens

comuns. E o Estado, em seus diferentes níveis de governo – municipal, estadual ou federal –, não tem garantido os direitos conquistados em lei, assim como não tem demonstrado e exercido o necessário controle na gestão de nossas águas¹³.

Assim, podemos compreender que fazendeiros e grileiros sejam responsáveis por 30% dos conflitos (67) registrados em 2023, seguidos dos governos 25% (55 conflitos), empresários nacionais e internacionais 21% (48), mineradoras e garimpeiros 15% (34) e hidrelétricas 9% (19), como nos mostra o Gráfico 2.

As regiões Nordeste e Norte sediam a maior parte dos conflitos registrados, somando 61,8% deles. Seguem as regiões Sul (20,9%), Centro-Oeste (9,35) e Sudeste (8,0%).

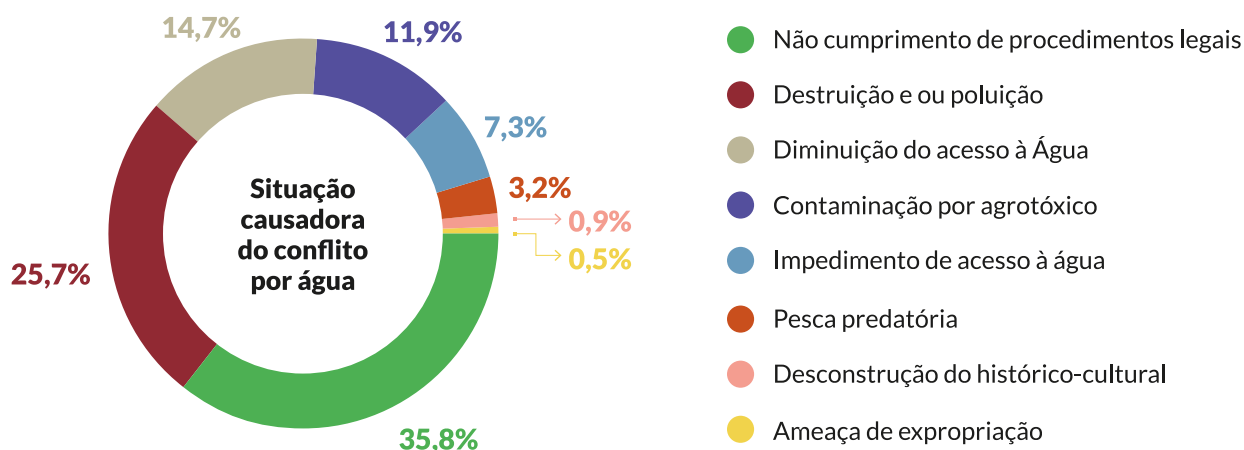
GRÁFICO 2 Distribuição dos conflitos segundo o agente causador



Fonte: Elaborado pelas autoras e colaboradores, a partir de dados do Cedoc, 2023.

13. Uma demonstração disso está em uma das conclusões do estudo sobre as outorgas de água no Brasil: “Nossa preocupante hipótese é a de que o Estado não possui sistema técnico e informacional capaz de aferir com precisão o real patamar do consumo de águas em território nacional. Sem essa informação, tampouco há capacidade na atual gestão pública para concluir de forma segura sobre a real disponibilidade hídrica que oriente critérios de responsabilidade socioambiental nos procedimentos de outorgas de água a empreendimentos hidroativos” (Costa, 2023, p. 25).

GRÁFICO 3 Situação Causadora do conflito por água



Fonte: Elaborado pelas autoras e colaboradores, a partir de dados do Cedoc, 2023.

Como situação causadora do conflito (Gráfico 3), a diminuição ou impedimento do acesso à água e a destruição e contaminação de fontes somam 59,6%, refletindo a privação de água de qualidade imposta às famílias. A simples presença de substâncias como agrotóxicos ou metais em corpos hídricos representa perigo para as populações expostas, pois existe uma multiplicidade de condições que pode desencadear danos graves e potencialmente irreversíveis, especialmente para grupos populacionais em maior situação de vulnerabilidade.

Aparecem em seguida as situações de não cumprimento de procedimentos legais, em que estão incluídas violações de direitos relacionados a indenizações, reassentamentos e até mesmo ao reconhecimento das famílias como atingidas. A isso se somam situações muito frequentes nos conflitos ambientais, como a falta de acesso a informações e às instâncias de participação na tomada de decisões.

Tanto a mineração quanto o agronegócio são intensivos no consumo de água. Está no Brasil 13% da disponibilidade mundial de água doce na vazão dos rios (179.000 m³/s, o que corresponde a 5.660 km³/ano). O Sistema Aquífero Grande Amazônia, conectando Colômbia, Peru e o estado do Pará,

no Brasil, é o maior do mundo, com um volume de 162.520 km³. No Cerrado, temos outros grandes sistemas aquíferos: o Guarani e o Urucuiá-Bambuí. Além da maior área alagada do mundo, o Pantanal e a ilha do Bananal, considerada zona úmida de importância internacional pela convenção Ramsar de 1971. Assim, esses setores encontram no Brasil uma abundância desse recurso, que certamente é fator de atração dos empreendimentos, entre outros. Com isso, impõem o impedimento ou a precarização do acesso à água aos povos do campo.

Vale lembrar as perspectivas de agravamento deste cenário, tendo em vista os impactos das mudanças climáticas sobre o ciclo das águas, para as quais este modelo de desenvolvimento contribui enormemente, ao modificar o uso do solo e gerar gases de efeito estufa a partir das queimadas, da pecuária, dos fertilizantes nitrogenados e da queima de combustíveis fósseis; ou ao reduzir a absorção de gás carbônico pelas florestas, ao promover crescentemente o desmatamento. Conforme registra o 6º Relatório do IPCC:

O aumento dos eventos extremos meteorológicos e climáticos expôs 28 milhões de pessoas à insegurança alimentar aguda e reduziu a

segurança hídrica, com os maiores impactos adversos observados em muitos locais e/ou comunidades em África, Ásia, América Central e do Sul. [...] Aproximadamente metade da população mundial enfrenta atualmente uma grave escassez de água durante pelo menos parte do ano¹⁴.

[...] Prevê-se que o aquecimento global contínuo intensifique ainda mais o ciclo global da água, incluindo a sua variabilidade, a precipitação global das monções e o tempo muito húmido e muito seco nas estações climáticas.

Mineração: a perversidade dos impactos sobre a água no âmbito dos territórios

A mineração no Brasil tem produzido “tragédias que não cessam”, seja pela persistência prolongada de seus impactos sobre os territórios e suas populações, seja pela perversidade das estratégias de gestão da conflitualidade desenvolvidas pelas corporações e pelo Estado, que perpetuam violações em acordos coercitivos, seja pelas medidas ineficazes de reparação e compensação (Corujo, 2020, p.15¹⁵), produção de controvérsias, as quais am-

pliam a insegurança das comunidades e produzem múltiplas formas de sofrimento social¹⁶.

O Brasil está entre os maiores produtores de minérios da América Latina e do mundo, especialmente de ferro, mas também de cobre, ouro, alumínio e níquel, sendo que a maior parte do extraído é destinado a abastecer o mercado mundial, reforçando sua dependência¹⁷. Como nos alertam Milanez e Felipe¹⁸, “o aumento da exportação de água virtual via commodities também altera a governança da água (de uma esfera local para uma esfera nacional, em que os atores das cadeias de produção global possuem papel preponderante)”, ampliando a assimetria de poder entre os grupos sociais em disputa. Agravando a conflitualidade, os mesmos autores apontam que, como nos últimos anos os ganhos das atividades extrativistas vêm sendo reduzidos, elas têm diminuído ainda mais os investimentos em gestão ambiental, segurança e manutenção. Entre as consequências, estão o esgotamento de mananciais e a contaminação.

Os dados produzidos pelo Cedoc para 2023 registram 34 conflitos pela água envolvendo mineradoras e garimpo, além de outros 5 conflitos causados por “empresários” identificáveis como relacionados ao setor de mineração, totalizando 17,3% dos

14. IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf>

15. CORUJO, MTVF (Teca). Apresentação. In: SANT’ANA, HA; RIGOTTO, RM (orgs.). Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020, p. 15-18.

16. Estudando o longo desdobrar do desastre-crime em Mariana Zhouri et al desenvolveram o conceito de sofrimento social: “A noção de sofrimento social permite-nos sair dessa perspectiva biomédica estrita, para compreender “os aspectos socioculturais que engendram o sofrimento dos atingidos”. Tais aspectos se relacionam à intersecção entre os eventos físicos e o modo como os grupos afetados reagem a eles, às formas de interlocução que lhes são exigidas, por um lado; e, por outro, ao modo como as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas (ZHOURI, A; VALENCIO, N; OLIVEIRA, R; ZUCARELLI, M; LASCHEFSKI, K; SANTOS, AFM). O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E. (orgs). Mineração na América do Sul – Neoextrativismo e Lutas Territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. P. 45-66.

17. MILANEZ, B; FELIPPE, MF. Quando soa o rio: água, recursos hídricos e extrativismo mineral no contexto brasileiro. In: Sant’Ana Júnior, HA; Rigotto, RM (orgs). Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020, p. 47-73.

18. MILANEZ e FELIPPE, 2020 (op. cit)

conflitos registrados. Esses conflitos impactaram 9.512 famílias, principalmente nos estados de Goiás, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São vários povos indígenas, além de ribeirinhos, quilombolas, pescadores, extrativistas, sem terra e assentados, pescadores, posseiros e pequenos proprietários.

Em estudo coordenado por Maiana Teixeira e publicado pela Fase, voltado para a concessão de outorgas¹⁹ para uso da água no Brasil, verificou-se que 1,54% (7.980 outorgas) foram concedidas às mineradoras, representando um volume de vazão outorgada de 1,8 bilhão de litros por hora ou 15,77 trilhões de litros por ano, retirados majoritariamente (89,4%) dos corpos hídricos superficiais: nascentes, córregos, açudes e rios estaduais. Os estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Pará e Santa Catarina respondem por 94% de toda a vazão do setor no país. Esse volume poderia abastecer 284,05 milhões de brasileiros por ano (ou seja, mais do que a população total do país), considerando um consumo médio de 55.516,5 l/hab/ano. Esse é um importante argumento para fazer a crítica à narrativa de escassez de água.

Se comparados ao volume de água consumido pelo agronegócio, esses números podem parecer reduzidos – e frequentemente o setor mineral adota esta retórica para minimizar seu consumo de água. Entretanto, mais que analisar médias ou dados nacionais, é importante levar em conta que estes impactos da mineração incidem principalmente em escala local, ou seja, os territórios, “pois é nesse nível que os impactos são percebidos e, consequentemente, onde ocorrem os conflitos”, cujos impac-

tos podem perdurar por décadas ou séculos²⁰. Os estados de Minas Gerais (2.009) e São Paulo (1.562), seguidos por Paraná (358), Pará (356) e Mato Grosso do Sul (266) concentram 78,2% de todas as outorgas do setor minerário no país. Já em termos de vazão de água concedida pelas outorgas, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Pará e Santa Catarina respondem por 94% de todo o volume concedido ao setor de mineração no Brasil.

Em seu processo de produção, a mineração consome água para o beneficiamento dos minérios extraídos e também para o seu transporte, quando é adotada a estratégia dos minerodutos (três da Samarco e um da Anglo American, com 525 km). Some-se a isso o fato de que a retirada de vegetação e da camada superficial de solo permeável (a canga), compromete a recarga dos aquíferos, e que, algumas vezes, as cavas da mineração alcançam águas subterrâneas e drenam essas águas. Além disso, a cadeia mine-ro-metalúrgica é um grande consumidor de energia elétrica, chegando a 33% do consumo industrial do Brasil. Daí que “cerca 50 Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas são nominalmente propriedade de empresas do setor mine-ro-metalúrgico”, associando-o “aos diferentes impactos ambientais e sociais que as barragens hidrelétricas têm sobre os recursos hídricos”²¹. De fato, é possível considerar que os 19 conflitos envolvendo hidrelétricas registrados pelo Cedoc em 2023 estejam relacionados também ao fornecimento de energia a empreendimentos minerários.

Outro impacto muito importante da mineração sobre as águas, também mencionado nos conflitos

19. Os autores destacam que “Todo o processo de inserção das informações exigidas nos requerimentos de outorgas são auto declaratórias. O Estado brasileiro (governo federal e governos estaduais) não possui estrutura de fiscalização capaz de aferir a veracidade dos termos declarados e contidos nos termos de outorga. Só há fiscalização se houver denúncia” (COSTA, 2023, p.25, op. cit).

20. Milanez e Felipe, 2020 (op. Cit.), p.53.

21. EPE, 2018 apud Milanez e Felipe, 2020 (op. Cit.)

registrados pelo Cedoc, é a contaminação, originada i) da própria água drenada do interior das minas; ii) da dragagem nas minas de aluvião, como as de ouro; iii) da lixiviação, processo utilizado para a extração de alguns minérios que gera efluentes contaminados por produtos químicos como o cianeto (muito tóxico) e o arsênio (cancerígeno); iv) do material removido da mina e tido como estéril, por não possuir um teor de minério que compense beneficiar, e que é então depositado na superfície, podendo, com a chuva e os ventos, dispersar contaminantes para as águas e para o ar. Provoca assim a Drenagem Ácida de Mina (DAM), que acidifica os corpos hídricos e os contamina com metais pesados; v) das barragens de rejeitos, comumente construídas em leitos de rios, ricas em substâncias tóxicas, e que podem se romper²².

As características físicas e químicas dos metais oriundos das atividades de mineração, aliadas às características e condições ambientais e edafoclimáticas, podem tornar a presença desses elementos no ambiente um problema ambiental persistente. Com isso, áreas muito distantes da fonte original podem ser contaminadas, pois as águas e as chuvas podem carrear esses contaminantes por longas distâncias, contaminando o ambiente e expondo, além das espécies aquáticas, organismos presentes no solo, bem como animais e humanos que consomem os animais contaminados, em todos os níveis da cadeia trófica. Nos casos de exposições repetidas a baixas doses, os contaminantes com capacidade de se bioacumular podem, ao longo do tempo, atingir no organismo níveis suficien-

tes para desencadear efeitos tóxicos²³.

O conflito em curso na Terra Indígena Munduruku, em Jacareacanga (PA), ilustra de forma trágica as consequências da contaminação da água causada pelo garimpo ilegal de ouro, que utiliza o mercúrio no beneficiamento do minério. Ao ser irresponsavelmente descartado nas águas dos rios, os resíduos de mercúrio se transformam em metilmercúrio, composto ainda mais tóxico, que entra na cadeia alimentar e nela se acumula. A população indígena, composta por 1.630 famílias, se contamina ao tomar a água e ao comer os peixes. Estudo realizado pela Fiocruz encontrou níveis de mercúrio acima dos limites considerados seguros no cabelo de seis em cada dez pessoas, causando quadros de intoxicação com sintomas principalmente neurológicos, alterações cognitivas e de reflexos e da capacidade motora. Em algumas áreas mais impactadas pelo garimpo ilegal, essa porcentagem sobe para nove entre cada dez indígenas participantes do estudo, sendo que os peixes também estavam contaminados²⁴. Reportagem realizada na Terra indígena registra:

“Isaías, de 11 anos, não anda, não fala e é carregado no colo pelo pai, que esculpiu em madeira uma poltrona para suprir a falta de cadeira de rodas. Os irmãos Hélio, 12, Vandir, 8, e Juliana, 5, também não andam, nem falam. Seus braços e pernas são atrofiados, e os joelhos estão inchados e com arranhões de tanto se arrastarem no chão. [...] Segundo a profissional de saúde, o Distrito Sanitário Especial Indígena

22. Milanez e Felipe, 2020 (op. Cit.)

23. GURGEL, A. M.; et al.; DIAS, A. P.; ROSA, A. C. S.; BÚRIGO, A. C.; OLIVEIRA, A. C.; NIEMEYER, C. B.; SANTOS, E. H. A.; ALMEIDA, F. S.; CARNEIRO, F. F.; NETTO, G. F.; GURGEL, I. G. D.; VILLARDI, J. W. R.; Rosa, J. C. S.; FRIEDRICH, K.; AUGUSTO, L. G. S.; BASTOS, L. H. P.; MEIRELLES, L. C.; CARDOSO, M. H. W.; COSTA, R. N.; BOCHNER, R. Políticas Públicas relacionadas ao enfrentamento da problemática de agrotóxicos. In: Aline do Monte Gurgel; André Campos Búrigo; Karen Friedrich; Lia Giraldo da Silva Augusto. (Org.). Agrotóxicos e Saúde. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2018, v. 1, p. 111-120.

24. <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/54585>

(DSEI) Rio Tapajós, no qual se incluem as terras Munduruku, é recordista em solicitação de cadeiras de rodas, sendo a maioria delas destinadas a crianças nascidas com malformação cerebral. ‘Em 2012 nós solicitamos cerca de 80 cadeiras de rodas. Mas várias daquelas crianças já vieram a óbito’, afirma. No ano passado, foram outras 63.”²⁵

Agronegócio: consumindo e contaminando as águas de muito brasis

A expansão da fronteira agropecuária no Brasil vem sendo incentivada por políticas públicas desde a ditadura empresarial-militar, nos anos 1970, marcadas por forte investimento estatal para a modernização da produção agrícola a partir do paradigma da “revolução verde” e da formação de complexos agroindustriais. Tais políticas conformam a denominada modernização conservadora, porque desarticula a produção de base local e subordina os territórios aos interesses de acumulação das corporações monopolistas do²⁶.

O modelo de produção do agronegócio espolia terra e território, destrói a biodiversidade com o desmatamento e as queimadas para implementar grandes extensões de monocultivos, intensivos no consumo de água. Sob o discurso do desenvolvimento e da geração de emprego, oferece condições de trabalho precarizadas e insalubres. Sendo dependente de fertilizantes químicos e de agrotóxi-

cos, expõe os trabalhadores a intoxicações agudas e efeitos crônicos, contaminando ainda as águas, o ar, o solo e os alimentos, e atingindo assim também as comunidades do entorno e mesmo remotas. Constitui, assim, perversas e violentas zonas de sacrifício, voltadas à produção de commodities agrícolas – como a soja, algodão, eucalipto, milho, cana de açúcar. Também a pecuária e a agroindústria compõem o agronegócio – carne bovina, suína e avícola, com seus frigoríficos, associadas a elevado consumo de água: são necessários 15.500 litros de água para a produção de um boi ou 200 kg de carne bovina²⁷.

Dos 225 conflitos por água identificados pelo Cedoc em 2023, 67 (30%) têm como agentes causadores fazendeiros e grileiros, e pelo menos outros 12 (5,3%) conflitos registrados na categoria “empresários”, em que é possível identificar tratar-se de propriedades agrícolas (soja, cana, eucalipto, arroz e dendê), sendo que em 6 destes últimos está explicitamente mencionada a contaminação da água por agrotóxicos.

Ribeirinhos (19%), assentados (18%) e indígenas (16%) foram os grupos mais afetados por estes conflitos, seguindo-se os quilombolas, posseiros, fundo e fecho de pasto, sem terra e geraizeiros (Gráfico 4). A região Nordeste concentrou 54% desses conflitos (com forte concentração na Bahia, seguida do Maranhão), no Norte, 30% (Pará, Tocantins, Roraima), Centro-Oeste, 13% e no Sudeste, 3%.

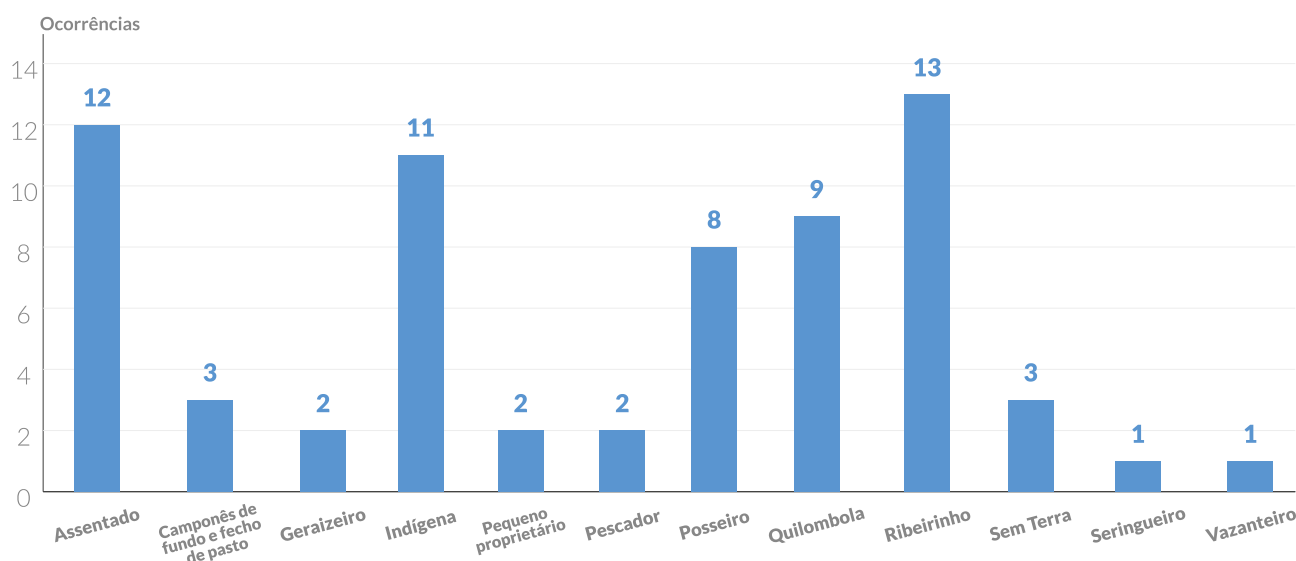
De acordo com o estudo publicado pela Fase, cerca

25. <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/a-floresta-doente-as-criancas-munduruku-que-nao-brincam-e-podem-estar-contaminadas-por-mercúrio/>

26. PIGNATI, SOARES e LEÃO. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. In: PIGNATI, WA; CORRÊA, MLM; LEÃO LHC; PIGNATTI, MG; MACHADO, JMH (orgs). Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2021, p. 95-114

27. COSTA, 2023 (op. Cit.)

GRÁFICO 4 Distribuição de Povos Atingidos por Fazendeiros + Grileiros



Fonte: Elaborado pelas autoras e colaboradores, a partir de dados do Cedoc, 2023.

de 25% do total das outorgas no país estão reservados ao agronegócio irrigado, somando uma demanda de 247 quintilhões de litros por hora, extraídos principalmente de águas subterrâneas de domínio estadual:

A título de comparação, essa vazão em apenas uma hora é equivalente a 35,3 quatrilhões de caminhões pipa (de 7.000 litros), ou 16,5 quatrilhões de cisternas de placa (de 15 mil litros) ou 99 trilhões de piscinas olímpicas. [...] O consumo de água do agronegócio irrigado poderia abastecer 36,02 quintilhões de brasileiros²⁸.

O conflito vivido pelas 198 famílias do Acampamento Renascer, em Jaciara (MT), mostra claramente as perversas articulações entre o longo percurso para

o acesso à terra – prolongado pelos órgãos do Estado, a restrição do acesso à água, a contaminação dela por agrotóxicos e a violência da polícia, associada aos grileiros (como aconteceu mais uma vez em 10 de outubro de 2023): um cenário frequente nos conflitos relacionados ao agronegócio. Apesar da criação do assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2004, até o momento as famílias estão sob a lona preta, em função da grilagem pela Usina Porto Seguro e Pantanal/Grupo Naoum, espremidas numa estreita faixa de terra entre plantações de soja²⁹.

Eles tentam plantar: “Eu tenho maracujá, feijão, tenho café, tenho galinha, tenho porco, tenho mandioca. Tem o milho, a banana”. Mas a produção de alimentos é constantemente ameaçada: “No ano

28. COSTA, 2023, (op. Cit.)

29. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6565-violenciapolicial-acampamentorenascermt>

passado judiaram muito da gente aqui. Dissecava a soja com avião e arrebentava com a gente aqui. A nossa produção ficou praticamente zerada. Teve que começar do zero. Fizemos a denúncia, mas não surtiu efeito.” E a água também sofre as consequências da contiguidade com o agronegócio: “Você vê o quanto prejudicou essas nascentes. Aqui é um lugar de muita nascente, onde vai ter que reflorescer tudo porque tem que preservar essa nascente para essa água voltar”³⁰.

Documento elaborado pela CPT/MT expõe violações de direitos humanos como a utilização de agrotóxicos como arma química; contaminação da água, do solo e ar por meio de produtos químicos descartados em nascentes de rios e pulverização aérea de venenos sobre as famílias e suas plantações, privando as famílias de uma alimentação saudável e de sua fonte de renda, além de levar ao adoecimento das pessoas³¹.

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, condição estimulada também pela isenção fiscal concedida aos agrotóxicos pelos governos federal e estaduais³². Esse quadro certamente se agrava com a aprovação, em 2023, do PL do Veneno, que passa a vigorar como Lei 14.785/2023. Resultado de um acordo político entre o governo federal e a Frente Parlamentar da Agropecuária, a nova lei concentra poderes nas mãos do Ministério da Agricultura e enfraquece o papel do Ibama e da Anvisa no processo de registro e autorização de novos produtos. Apesar das numerosas e incisivas manifestações em contrário da comunidade

científica e dos movimentos sociais, o novo texto considera aceitável até o registro de produtos que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas.

Os agrotóxicos podem ser inalados do ar contaminado com as pulverizações, ingeridos através da água e dos alimentos em cujo cultivo foram utilizados ou mesmo penetrar através da pele. Seus impactos sobre a saúde humana são muito diversificados, incluindo intoxicações agudas ou subagudas leves, moderadas ou graves, com sintomas gastrointestinais, dérmicos, neurológicos, pulmonares, imunológicos, hepáticos e renais. As regiões que mais notificam intoxicações agudas por agrotóxicos são áreas onde predomina o modelo produtivo do agronegócio, nas quais houve um aumento de notificações por intoxicações causadas por herbicidas (Roundup, Furadan, 2,4-D, Regent, Aldrin e Furazin). No estado do Mato Grosso, Silva et al. encontraram correlações positivas entre moradores cujas residências estão localizadas próximas às lavouras de milho e algodão e uma maior incidência de intoxicações agudas, quase duas vezes superior a moradores de outras regiões³³.

Há também um amplo leque de efeitos crônicos, em que muitas vezes a sua relação com a exposição aos agrotóxicos fica ocultada. São eles:

- Cânceres: leucemias e linfomas não-Hodjkin; cânceres de mama, ovário, próstata, testículo, esôfago e outros;

30. Depoimentos de acampados colhidos na reportagem <https://ojoioeotriago.com.br/2022/05/no-mato-grosso-sem-terra-completam-oito-anos-de-baixo-de-lona/>

31. <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6566-nota-violenciapolicial-renascermt>

32. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5553) sobre estas isenções está em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

33. EGGER, Daniela da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; LIMA, Francco Antonio Neri de Souza e; COSTA, André Monteiro; AGUIAR, Ada Cristina Pontes. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, espoliação das águas e contaminação por agrotóxicos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 57, p. 16-54, jun. 2021.

- Alterações do sistema reprodutor: infertilidade, abortos, baixo peso ao nascer, parto prematuro, anencefalia, malformações congênitas;
- Desregulação endócrina: diabetes e hipotireoidismo; puberdade precoce;
- Neuropatias: surdez, diminuição da força muscular, paralisias e doença de Parkinson;
- Transtornos psiquiátricos: depressão, distúrbios cognitivos, autismo, suicídio;
- Depressão do sistema imunológico (Pignati et al 2021³⁴).

Embora ainda escassos, estudos têm detectado agrotóxicos como a atrazina em águas superficiais, subterrâneas e em água de chuva no Brasil (Araújo; Caldas; Oliveira-Filho, 2022³⁵). Devido ao elevado custo para analisar os dois agrotóxicos mais comercializados no Brasil – glifosato e 2,4-D – a maioria dos estudos não inclui entre os parâmetros pesquisados³⁶.

Pesquisa publicada em 2023 e realizada na região do Cerrado, nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, detectou agrotóxicos nas águas de 100% dos territórios analisados, totalizando 13 parâmetros, que incluíram glifosato, 2,4-D e atrazina, com registro de até 9 ingredientes ativos em uma única

amostra³⁷.

Nas regiões Norte e Nordeste, estudo realizado em 2023 identificou, entre os municípios maiores produtores de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco, 19 agrotóxicos em 61,14% (129/211) das amostras de águas subterrâneas e superficiais analisadas, sendo os mais frequentemente detectados o glifosato, o paraquate, a atrazina e a ametrina, além de outros agentes, incluindo organoclorados (Guedes, 2023³⁸).

No Centro-Oeste e Sudeste, em particular nos territórios dominados pelos monocultivos de soja e cana-de-açúcar, são detectados predominantemente nas águas a atrazina e a ametrina, glifosato e 2,4-D, além de organoclorados, que, embora sejam proibidos no Brasil, ainda são encontrados por sua elevada persistência ambiental. No Sul do país, o padrão de detecção é semelhante.

O Ministério da Saúde é responsável por regulamentar os procedimentos para o controle e a vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e a portaria nº 888/2020 lista um conjunto de parâmetros de agrotóxicos, de metais pesados, microrganismos e propriedades organolépticas a serem monitorados periodicamente. Para os agrotóxicos, por exemplo, são listados apenas 40 parâmetros - número bastante reduzido frente aos quase 500 ingredientes ativos de agrotóxicos com uso autorizado no país.

34. Lopes; Gurgel; Melo; 2023, op. Cit

35. de Araújo EP, Caldas ED, Oliveira-Filho EC. Relationship between Pesticide Standards for Classification of Water Bodies and Ecotoxicity: A Case Study of the Brazilian Directive. *Toxics*. 2022 Dec 8;10(12):767. doi: 10.3390/toxics10120767. Erratum in: *Toxics*. 2023 Jul 11;11(7): PMID: 36548600; PMCID: PMC9783844.

36. GURGEL, A. M. O sistema agroalimentar hegemônico e a pandemia: o caso brasileiro. In: Narciso Barrera Bassols; Astrid Ximena Cortés Lozano; Olga Isela Morales Villeda; Claudia Sandoval Felix; Sílvia Colmenero; Isabel Lourenço da Silva. (Org.). *Tejiendo agroecologías en tiempos de pandemia: horizontes alimentarios alternativos en América Latina*. 1ed. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios? UNIMINUTO, 2023, p. 291-312.

37. LOPES et al, op. Cit.

38. Guedes, CA. Contaminação de águas superficiais e subterrâneas por agrotóxicos em territórios de cultivo de cana-de-açúcar em Pernambuco, Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. 2023.

E ainda, os valores máximos permitidos (VMP) para eles são extremamente elevados. É preciso considerar, por exemplo, as substâncias cuja exposição a qualquer dose diferente de zero pode desencadear um dano, como são os casos de substâncias desreguladoras endócrinas, carcinógenas ou genotóxicas.

Outra crítica a essa regulamentação da qualidade das águas é que são considerados apenas individualmente os valores de resíduos em cada amostra de água, e não o somatório das substâncias identificadas. Isso é especialmente perigoso porque algumas substâncias podem interagir entre si, e seus efeitos tóxicos podem se somar, por haver ação sinérgica, ou então um agente pode potencializar o efeito tóxico do outro. Na União Europeia, cuja legislação para agrotóxicos é mais protetiva para o ambiente e para as pessoas expostas, foi definido um VMP único para qualquer agrotóxico, e o somatório dos resíduos encontrados é considerado na definição dos níveis máximos em uma mesma amostra. Como exemplo, ao comparar o VMP para o glifosato, que é o agrotóxico mais comercializado no Brasil, observa-se que o nível máximo em água permitido no país é cinco mil vezes superior ao padrão europeu.

A exposição em períodos críticos para o desenvolvimento, como o período gestacional e a infância/adolescência, é particularmente grave, pois pode comprometer o neurodesenvolvimento e maturação neurocomportamental, provocando o surgimento de transtornos de aprendizado e atrasos de crescimento³⁹. Da mesma forma, substâncias que têm o potencial de bioacumular em organismos vivos podem causar danos, particularmente nos casos de exposições repetidas, que podem acontecer com trabalhadores ou comunidades ribeirinhas,

por exemplo, que fazem uso cotidiano das águas contaminadas ou então consomem alimentos retirados dessas fontes.

Assim, o modelo químico-dependente de agrotóxicos, imposto pelo agronegócio inclusive a médios e pequenos produtores, é marcado por profunda insustentabilidade, pois promove vulnerabilidades sanitárias, ambientais e sociais, que induzem nocividades que se externalizam em acidentes de trabalho, intoxicações e contaminação ambiental, com repercussões toxicológicas e ecotoxicológicas de curto, médio e longo prazo.

Fluam as águas para a Vida

Os conflitos por água registrados pelo Cedoc em 2023 expressam muita privação e sofrimento, mas são ao mesmo tempo resultado da força e da resistência das comunidades atingidas, que cultivam profundos e às vezes longos processos para identificar e denunciar as agressões sofridas, entender suas origens e se organizar para visibilizar e pautar esse problema na esfera pública, buscando a defesa de seus direitos e a preservação de seus modos de vida: r-existência.

Na agenda política, como propõe a Fase, “é necessária a instituição de mecanismos legais e institucionais que delimitem e resguardem ‘territórios livres’ da exploração privada por projetos de amplo impacto socioambiental e climático em áreas onde devem prevalecer o interesse público da proteção das águas, da sociobiodiversidade, do fortalecimento das economias locais, da produção de alimentos pela agricultura familiar e agroecológica, entre outros parâmetros socioambientais.”⁴⁰.

39. GURGEL et al., 2018, op. cit

40. Costa, 2023, op. cit

Esses povos e comunidades do campo sentipensam que a água é, para a Mãe Terra, o que o sangue é em nossos corpos; vivenciam as conexões que a água faz fluir, unindo a todos os seres vivos. Em suas ações, estão nos ensinando isso: não são apenas sobre lutas territorializadas, locais; são processos de defesa da Vida, que repercutem sobre todos nós, seja pelos comuns que conseguem proteger, seja pela luz que seus saberes ancestrais lançam para nos tocar a consciência e adiar o fim do mundo, como propõe Ailton Krenak. São um convite à gratidão e ao envolvimento. Que a água umedeça potentes sementes em nós!

TABELA 5 Conflitos pela Água (2023)

UF	Ocorrências	Famílias
CENTRO-OESTE		
Distrito Federal	-	-
Goiás	10	688
Mato Grosso do Sul	3	3.776
Mato Grosso	8	2.106
Subtotal	21	6.570
NORDESTE		
Alagoas	2	61
Bahia	34	2.264
Ceará	1	105
Maranhão	22	1.962
Paraíba	1	4
Pernambuco	1	50
Piauí	4	24
Rio Grande do Norte	5	1.757
Sergipe	1	50
Subtotal	71	6.277
NORTE		
Acre	-	-
Amapá	8	561
Amazonas	10	1.959
Pará	22	10.515
Rondônia	20	5.438
Roraima	2	174
Tocantins	6	1.688
Subtotal	68	20.335
SUDESTE		
Espírito Santo	16	813
Minas Gerais	36	5.607
Rio de Janeiro	1	4.000
São Paulo	5	6.138
Subtotal	18	14.304
SUL		
Paraná	44	818
Rio Grande do Sul	1	456
Santa Catarina	2	514
Subtotal	47	1.788
BRASIL	225	49.274

O ESTADO E ATORES PRIVADOS NOS CONFLITOS NO CAMPO 2023

Estado

QUANTIDADE DE VIOLÊNCIAS

Atores Privados

Ocorrências causados por cada esfera de governo:

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
175	132	51

Representam **22,54%** de todas as violências por terra no ano

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
6	44	5

Representam **24,45%** de todas as violências por água no ano

Ocorrências causados pelos 3 principais atores privados:

TERRA



Representam **59,94%** de todas as violências por terra no ano

Outros atores privados que causaram violências por terra: **17,52%**

ÁGUA



Representam **59,10%** de todas as violências por água no ano

Outros atores privados que causaram violências por água: **16,45%**

*Neste infográfico, as categorias "Empresário" e "Mineradora" compreendem, também, as internacionais, que geralmente são categorizados separadamente nos dados da CPT.

PRINCIPAIS VIOLÊNCIAS CONTRA AS FAMÍLIAS

OMISSÃO/ CONIVÊNCIA

261 territórios estiveram em "condição de omissão/conivência" pelo Estado

NÃO CUMPRIMENTO DE PROCEDIMENTOS LEGAIS

46 casos cometidos pelo Estado (federal, municipal e estadual)

TERRA

INVASÃO

250 ocorrências

ÁGUA

DESTRUIÇÃO E/OU POLUIÇÃO

32 ocorrências



PRINCIPAIS VÍTIMAS DAS VIOLÊNCIAS

As principais vítimas do Estado e de atores privados são os povos indígenas



OMISSÃO/ CONIVÊNCIA

169 ocorrências

NÃO CUMPRIMENTO DE PROCEDIMENTOS LEGAIS

27 ocorrências

TERRA

INVASÃO

116 ocorrências

DESTRUIÇÃO E/OU POLUIÇÃO

16 ocorrências

ÁGUA



Foto: Thomas Bauer

TRABALHO

TRABALHO ESCRAVO RURAL EM 2023

Principais atividades produtivas e número de resgatados por Unidades da Federação

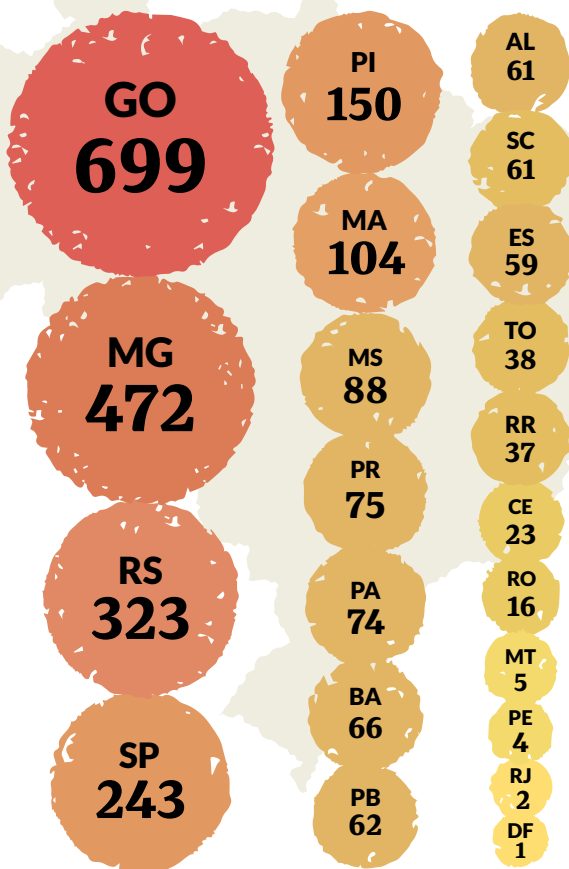
TOTAL DE PESSOAS RESGATADAS:

2.663



É o maior número de resgatados nos últimos 10 anos

NÚMERO DE PESSOAS RESGATADAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO:



NÚMERO DE PESSOAS RESGATADAS POR ATIVIDADES PRODUTIVAS:



CANA DE AÇÚCAR

618

23,2%



LAVOURAS PERMANENTES

598

22,45%



LAVOURAS TEMPORÁRIAS¹

477

17,94%



DEMAIS ATIVIDADES RURAIS

273

10,25%



MINERAÇÃO

176

6,6%



PECUÁRIA

156

5,85%



CARVÃO VEGETAL

129

4,85%



EXTRATIVISMO VEGETAL

98

3,67%



DESMATAMENTO

84

3,15%



MONOCULTIVO DE ÁRVORES

54

2,04%

1. Refere-se às lavouras temporárias, exceto a cana de açúcar.

As cadeias produtivas do trabalho escravo em 2023

André Campos¹ e Carlos J. Barros²

O “trabalho análogo ao de escravo”, como definido pela legislação brasileira, ganhou a atenção da opinião pública logo no início de 2023. Em fevereiro, 210 pessoas arregrimentadas na Bahia para a colheita de uva na Serra Gaúcha foram encontradas em condições degradantes. A serviço de terceirizadas contratadas por vinícolas de renome, como Aurora, Salton e Garibaldi, as vítimas denunciaram agressões por cassetete, spray de pimenta e choque elétrico.

Amplamente repercutido na mídia e nas redes sociais, o episódio foi o mais emblemático de um ano movimentado, em que o combate ao trabalho escravo atingiu marcas históricas. O número de casos flagrados e autuados pelas autoridades competentes atingiu o maior nível em uma década. Só no campo, cerca de 2,7 mil trabalhadores foram resgatados em fiscalizações do governo federal, conforme mostram os dados contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). No total, 251 estabelecimentos inspecionados foram palco do crime em 2023.

A chamada “Lista Suja”, cadastro oficial com os dados de empregadores responsabilizados pela exploração de mão de obra análoga ao de escravo, também bateu recordes. Com a inclusão de mais de duas centenas de novos nomes na atualização de outubro, a base de dados chegou a 473

pessoas físicas e jurídicas – o maior número já registrado desde a criação da lista, em 2003, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Geograficamente falando, não há região imune ao problema. O mapa de flagrantes oficiais inclui 207 municípios espalhados por 23 estados e por todas as macrorregiões do país. Estabelecimentos no Centro-Oeste lideraram o ranking de trabalhadores resgatados (793 pessoas) em 2023. Na sequência aparecem as regiões Sudeste (776), Nordeste (470), Sul (459) e Norte (165).

Seguindo uma tendência histórica, os dados compilados pela CPT revelam forte presença de migrantes internos no contingente de pessoas submetidas à escravização contemporânea. E os trabalhadores oriundos do Nordeste — tradicional região exportadora de mão de obra rural — permanecem como uma categoria de destaque nesse contexto.

Outra realidade recorrente é a presença de indígenas entre as vítimas. Em 2023, mais uma vez, moradores de aldeias do Mato Grosso do Sul e da etnia Guarani-Kaiowá aparecem na lista de resgatados. São grupos para os quais o trabalho rural assalariado apresenta-se como um dos únicos caminhos possíveis de subsistência num cenário histórico de restrição

1. André Campos é jornalista formado pela Universidade de São Paulo (USP) e especializado em investigações sobre cadeias produtivas. Desde 2006, é membro da Repórter Brasil, uma das principais fontes de informação sobre questões ambientais e de direitos humanos no país. Atualmente coordena os projetos investigativos publicados pela área de pesquisa da organização por meio de relatórios, reportagens, documentários e outros formatos especiais. Já foi indicado diversas vezes para prêmios de mídia internacionais, como o British Journalism Awards, o German Media Development Awards e o Prêmio Gabriel García Márquez. Nos últimos três anos também ministrou aulas sobre jornalismo de dados ambientais na Escola de Dados, o programa educacional da Open Knowledge Brasil.

2. Carlos Juliano Barros é jornalista e mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Há anos vem se dedicando à cobertura de temas relacionados ao mundo do trabalho. Nessa área, já dirigiu quatro documentários de longa e média-metragem, selecionados para importantes festivais dentro e fora do país. O mais recente deles, “GIG - A Uberização do Trabalho” (2019), produzido pela Repórter Brasil e exibido pela Globo News e pelo Canal Brasil, foi finalista na categoria imagem do Prêmio Gabriel García Márquez. Também é criador, roteirista e apresentador do podcast “Trabalheira/Rádio Batente”, eleito pelo Spotify um dos destaques de 2020. Já colaborou para diversas publicações, como BBC Brasil, Folha de S. Paulo, Rolling Stone e The Guardian. Um dos fundadores da Repórter Brasil, recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em duas oportunidades e foi finalista do Prêmio Esso de Jornalismo.

do acesso à terra e da escassez de alternativas econômicas.

Além dos indígenas e dos migrantes internos, trabalhadores estrangeiros também foram resgatados em atividades diversas, como o cultivo de mandioca, o corte de lenha e o transporte de porcos. Durante muitos anos, relatos sobre casos de trabalho escravo envolvendo esse tipo de mão de obra ocorriam quase que exclusivamente em oficinas de costura de regiões metropolitanas. No entanto, dados recentes mostram que a exploração de imigrantes latino-americanos hoje ultrapassa os limites do território urbano.

Ao mesmo tempo que refletem tendências históricas, os dados de 2023 também consolidam importantes novidades. Uma das principais é a consolidação da cana-de-açúcar no mapa dos setores afetados pelo trabalho escravo. O ano passado viu uma explosão de casos no setor, dando seguimento a uma tendência de crescimento iniciada em 2021. Em 2023, 618 trabalhadores foram resgatados em canaviais de 10 municípios distintos. É o maior número desde 2009, quando os resgates atingiram 1,8 mil cortadores de cana no país.

Ao longo dos 15 anos seguintes à criação dos primeiros grupos de fiscalização e combate ao trabalho escravo, em 1995, foram resgatados aproximadamente 10 mil trabalhadores em lavouras de cana. O número é superado apenas pelo contingente de resgatados na pecuária. Porém, houve uma queda abrupta nos resgates em canaviais a partir dos anos 2010 – período marcado pela crescente mecanização da colheita e pela intensa crise econômica das usinas de açúcar e etanol.

Se antes predominavam os casos envolvendo cortadores de cana pagos por produção e submetidos a jornadas exaustivas, agora os resgates mostram uma outra face da exploração laboral. Diversos flagrantes têm ocorrido durante o plantio das mudas, atividade que, apesar de também passar

por crescente processo de mecanização, segue demandando grandes contingentes de trabalhadores sazonais, frequentemente submetidos a condições degradantes em alojamentos e nas próprias fazendas.

As denúncias e fiscalizações recentes conectam o trabalho escravo na cana a grandes nomes das indústrias de alimentos e etanol. Em março de 2023, uma operação do governo federal resgatou 212 pessoas que plantavam cana-de-açúcar em fazendas da BP Bunge Bioenergia³, joint-venture formada pela trading norte-americana Bunge e a BP, gigante britânica do setor de energia. Também em 2023 foi constatado o uso de mão de obra escrava em uma fazenda paulista fornecedora da usina produtora do Açúcar Caravelas, uma das mais conhecidas marcas do país⁴. No ano anterior, outro caso fiscalizado pelas autoridades, desta vez em Minas Gerais, envolveu uma usina fornecedora da Coca-Cola e dos Postos Ipiranga⁵.

Logo atrás da cana-de-açúcar, o cultivo de café aparece na segunda posição entre as atividades com maior número de resgatados em 2023 – 313 pessoas. Assim como na cana, o trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura também está ligado à rede de fornecedores de grandes multinacionais. O relatório “Por trás do café da Starbucks”⁶, publicado pela Repórter Brasil em novembro do ano passado, mostra como a mais famosa rede de cafeterias do mundo, presente em 83 países, mantinha em seu programa de “aquisição ética” produtores flagrados com trabalho escravo e infantil. Entre os fornecedores também havia cafeicultores autuados por descontos ilegais nos salários, falta de fornecimento de água potável e de equipamentos de proteção básicos para a colheita do grão.

O ano de 2023 foi também aquele em que, pela primeira vez, foram registrados números expressivos de resgatados da

3. <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/03/18/maior-operacao-de-2023-resgata-212-escravizados-na-producao-de-cana-em-go.htm>

4. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/03/trabalho-analogo-a-escravidao-acucar-caravelas-fazenda-terceirizada-mpt.htm>

5. <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/fazenda-de-fornecedora-da-coca-cola-e-dos-postos-ipiranga-e-palco-de-morte-e-trabalho-escravo/>

6. https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/11/monitor_starbucks_cafe_trabalho_escravo_PT.pdf

escravidão na colheita de uva. Como dito anteriormente, as irregularidades atingiram 210 trabalhadores em áreas que abasteciam as empresas gaúchas Salton, Aurora e Garibaldi, algumas das mais famosas marcas de vinhos e sucos do país. As péssimas condições encontradas pelos fiscais, incluindo relatos de ameaças e espancamentos dos funcionários resgatados, contrastam com o selo privado “Great Place to Work” — em tradução livre, um “ótimo lugar para trabalhar” — ostentado por uma das empresas beneficiadas pela exploração da mão de obra⁷.

Outra novidade de 2023 foi a até então inédita associação do trabalho escravo com os cada vez mais populares projetos de geração de créditos de carbono na região amazônica. Uma investigação da Repórter Brasil mostrou que Audi, Uber e outras 20 empresas compensaram emissões de gases de efeito estufa usando créditos de uma fazenda em Moju (PA) onde 16 trabalhadores foram resgatados em junho daquele ano⁸. Eles haviam sido contratados para realizar a derrubada de 477 hectares de vegetação nativa dentro de uma área da fazenda, remunerada com os créditos para justamente manter a floresta em pé.

Historicamente, a pecuária é a atividade campeã em número de pessoas afetadas pelo trabalho escravo rural no país. Desde 1995, mais de 17 mil trabalhadores foram resgatados em fazendas de gado — 156 somente em 2023. No ano passado, mais uma vez, gigantes do mercado de proteína animal — incluindo a JBS, a maior do país — viram seus nomes associados ao problema, com a entrada de seus fornecedores na “lista suja” do trabalho escravo⁹, o cadastro do governo federal que arrola os empregadores responsabilizados pela prática.

Para além da responsabilização dos produtores diretos de commodities, iniciativas judiciais pioneiras tiveram início nos últimos anos para combater o trabalho escravo em cadeias produtivas. Em 2021, o grupo Casino (dono dos super-

mercados Assaí e Pão de Açúcar) tornou-se alvo, na França, de uma ação judicial — movida por uma coalização de entidades da qual a CPT é parte — pela venda de carnes bovinas associadas ao desmatamento e ao trabalho escravo no Brasil. O caso remete justamente a violações de direitos humanos e leis ambientais em abatedouros da JBS que abasteciam os supermercados brasileiros do grupo.

Ainda pendente de decisão final, o caso é o primeiro exemplo concreto de aplicação das chamadas “leis de devida diligência” para o enfrentamento do trabalho escravo no país. A lei francesa de “dever de vigilância”, de 2017, estabelece que as empresas sediadas na França com mais de 5 mil funcionários devem adotar medidas concretas para prevenir violações dos direitos humanos e crimes ambientais em suas redes de abastecimento global.

Desde então, outros países como a Holanda (2019) e a Alemanha (2021) também adotaram legislações semelhantes. A própria União Europeia discute atualmente sua própria versão desse tipo de regramento, cujos efeitos práticos sobre a realidade no campo permanecem ainda pouco perceptíveis ante o pequeno número de ações judiciais em curso.

Para além das atividades já mencionadas, muitos outros setores também contribuíram para o recorde de resgates registrado no ano passado. Houve trabalhadores resgatados de condições desumanas em setores como o de mineração e garimpo, o de produção de carvão vegetal, o de extração de madeiras nativas e de monocultivos de eucalipto, além das culturas agrícolas diversas, incluindo soja, alho, cebola, cacau, dendê e laranja.

Como se vê, o trabalho escravo ainda está impregnado nos mais diversos segmentos da economia brasileira. Reforçar a fiscalização por parte do Estado, criar políticas públicas consistentes e estimular a pressão por parte da sociedade civil são medidas urgentes para tentar erradicar o problema.

7. <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/vinicola-flagrada-com-trabalho-escravo-no-rs-ostentava-o-selo-great-place-to-work/>

8. <https://reporterbrasil.org.br/2024/02/uber-audi-creditos-de-carbono-trabalho-Nescravo/>

9. <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/nova-lista-suja-do-trabalho-escravo-traz-5-fornecedores-da-jbs-e-13-garimpos/>

TABELA 6 Conflitos Trabalhistas (2023)

UF	TRABALHO ESCRAVO RURAL				SUPEREXPLORAÇÃO				TOTAL UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
CENTRO-OESTE										
DF	1	1	1		-	-	-	-	1	1
GO	17	709	699		-	-	-	-	17	709
MS	11	120	88	2	-	-	-	-	11	120
MT	3	8	5		-	-	-	-	3	8
Subtotal	32	838	793	2	-	-	-	-	32	838
NORDESTE										
AL	6	59	61	-	-	-	-	-	6	59
BA	13	77	66	3	-	-	-	-	13	77
CE	6	23	23	-	-	-	-	-	6	23
MA	13	104	104	-	-	-	-	-	13	104
PB	8	62	62	-	-	-	-	-	8	62
PE	3	5	4	-	-	-	-	-	3	5
PI	14	150	150	-	-	-	-	-	14	150
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	63	480	470	3	-	-	-	-	63	480
NORTE										
AC	1	7	-	3	-	-	-	-	1	7
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	21	247	74	1	-	-	-	-	21	247
RO	4	16	16	-	-	-	-	-	4	16
RR	9	48	37	2	-	-	-	-	9	48
TO	5	44	38	2	-	-	-	-	5	44
Subtotal	40	362	165	8	-	-	-	-	40	362
SUDESTE										
ES	9	80	59	2	-	-	-	-	9	80
MG	58	498	472	7	-	-	-	-	58	498
RJ	3	4	2	-	-	-	-	-	3	4
SP	13	243	243	2	-	-	-	-	13	243
Subtotal	83	825	776	11	-	-	-	-	83	825
SUL										
PR	14	96	75	-	-	-	-	-	14	96
RS	13	325	323	10	-	-	-	-	13	325
SC	6	63	61	1	-	-	-	-	6	63
Subtotal	33	484	459	11	-	-	-	-	33	484
BRASIL	251	2.989	2.663	35	-	-	-	-	251	2.989

Além destes casos de trabalho escravo rural, houve 90 denúncias de trabalho escravo em atividades realizadas fora do campo, envolvendo 566 trabalhadores(as) na denúncia. Entre estes(as), 545 foram resgatados(as).



Foto: Coletiva Acampamento
Renascer (MT)

VIOLÊNCIA CONTRA A PESADA

O paradoxo da (geo)grafia da violência e da r-existência no campo brasileiro: o caso da mãe Bernadete

Rafaela Pinheiro de Almeida Neves¹

“— ..., foi verdade, infelizmente! Eu tô com o corpo de minha vó aqui no sofá. Minha avó foi executada. Gente, pelo amor de Deus, quem puder vir pra cá dar um apoio, ficar aqui, por favor, venham, entendeu? Minha vó tá aqui, executada, em cima do sofá [suspiro]. Nesse momento eu só pensei na vida da minha irmã e do primo dela que tava aqui, que são crianças, entendeu [suspiro]. Por favor, venham pra cá, quem puder vir, liguem para a polícia!”

Descrição do áudio do neto de Mãe Bernadete no momento que sua avó foi executada.

Considerações iniciais

Não é novidade o entendimento sobre a formação socioespacial brasileira ter sido baseada na concentração de terra para monocultura-latifúndio-trabalho escravo. Esse formato, acrescentado às estruturas patriarcais e racistas, formou uma sociedade cujas principais características são a violência, a desigualdade e a desumanidade. Entre os desdobramentos desse cenário está a marginalização dos de baixo, considerando-os como atrasados e retrógrados, sem espaço no sistema-mundo capitalista moderno. O que os dados da CPT revelam é que o campo brasileiro parece potencializar o nível de truculência

dos de cima, que agem como se não houvesse justiça. O áudio do neto da mãe Bernadete, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, na Bahia, pedindo ajuda porque estava com o corpo da avó no sofá do terreiro, onde foi executada por 22 tiros, na frente dos netos, na noite de uma quinta-feira, 17 de agosto de 2023, seis anos depois de seu filho, conhecido como Binho do Quilombo, ser também executado, é estarrecedor.

Essa discussão é pano de fundo da questão agrária brasileira, entendida enquanto um conjunto de problemas do campo imbricado à estrutura social, tendo impactos nos espaços rural e urbano. A perduração

1. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

da questão agrária redonda em imbróglis para todos que não sejam da elite² (do atraso) que se apropria das terras concentradas e da riqueza e do poder que dela emanam, ou seja, das terras e das formas de reprodução metabólica da vida. Os quilombolas, portanto, são apenas uma fração dos povos atingidos pela questão agrária. A manutenção da concentração da terra, riqueza e poder no campo que ocasionou — e ainda ocasiona — a expulsão da mulher e do homem do campo, de forma descompassada com a oferta de trabalho nas cidades, se apresenta como o aspecto mais estrutural e prejudicial da questão agrária no país. O descompasso entre esses processos provoca ainda mais pobreza e desigualdade social, que são causa e consequência do caos social que é o Brasil³.

A atual estrutura agrária brasileira tem sua origem no colonialismo. A lógica da colonização é perversa para a colônia e seus impactos se desdobram em práticas contemporâneas (colonialidade), o que nos faz dialogar com a urgência do pensamento decolonial. A racialidade é um elemento estruturante da colonialidade⁴. Pensar a formação socioespacial brasileira é desenvolver uma reflexão sobre o modo como a colonialidade atravessa a sua estrutura e encarar aspectos basilares deste processo, por meio dos quais certos sujeitos passaram a ser invisibilizados pela sombra da modernidade. Essa prerrogativa conclama o binômio modernidade-colonialidade, visto dentro do pensamento decolonial como faces de uma mesma moeda, sendo a colonialidade o lado obscuro da

modernidade. O atual cenário de lutas se encontra pautado naqueles que foram marcados como subalternos no processo civilizatório. Estamos falando de indígenas, negros, quilombolas, assentados etc, reflexos da sociedade brasileira moderna, que expõem as vísceras do Brasil de quinhentos anos. Podemos perceber fortes traços dessa colonialidade em seu caráter invisibilizador do “outro”. Nesse processo, aquilo que não se encaixa no padrão dominante é transformado no “outro”.

Essa é a conjuntura que permite a construção no imaginário popular do negro em um lugar de inferioridade, de falta de capacidade se comparada ao branco, o que explica a discriminação sofrida. Nesse contexto, o que Abdias Nascimento (2016) chamou de genocídio do negro brasileiro e o que Mbemb (2018) chamou de necropolítica, reforçam a banalização da vida do negro. A desumanização do negro serviu e serve de base à normalização da exclusão, que influencia o senso comum e naturaliza esse lugar de desigualdade. Esse racismo (estrutural) se manifesta na forma como se organizou a regulamentação da posse e apropriação das terras brasileiras, cujo reflexo está na distribuição de terras por raça/cor. Isso se mantém a partir da manutenção das relações (sociais e de poder) baseadas no aspecto racial, apesar de o censo demográfico (2010) apresentar que a maioria dos brasileiros são negros (43,3% de pardos e 7,61% de pretos). O IBGE afirma que os negros controlam apenas 28,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários e os brancos controlam 59,4%. A área

2. O termo “elite” refere-se ao que há de melhor em um determinado grupo ou segmento. Neste texto, entende-se que este significado, embora comumente usado para este fim, não faz jus às classes dominantes do país. A não ser se considerarmos o atraso social, político, cultural, ambiental, epistemológico, econômico que elas trazem. Por isso, ao fazer uso do termo, optamos por trazer a expressão de Jessé de Souza de “elite do atraso”, ao analisar as raízes de desigualdades sociais brasileiras. Nesse sentido, concordamos que se trata do que há de melhor para o atraso brasileiro, sobretudo, para se entender a questão agrária.

3. GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro**. VER. NERA Presidente Prudent. V. 22, n. 50, pp. 116-134. Set. - Dez./2019. ISSN: 1806-6755

4. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

média dos estabelecimentos dos brancos é mais que o dobro, 91,5 hectares. A desvantagem dos negros demonstra um padrão de diminuição constante da participação dos negros na área dos estabelecimentos conforme as classes de área aumentam⁵.

O contexto de retomada do crescimento econômico, a partir da década de 2000, marcada pela exportação de commodities agrícolas robusteceu ainda mais as elites (do atraso) agrárias brasileiras, que não tiveram o contrapeso de políticas fundiárias distributivas para favorecer o campesinato. Como resultado, tivemos no Brasil uma modernização conservadora, que favoreceu o revigoramento político desses grupos e de seus aliados na mídia e no grande capital, aumentando os obstáculos para o aprofundamento da democracia brasileira⁶. Na expansão da fronteira agrícola, os incentivos maiores partiram da iniciativa do Estado, detentor das terras devolutas e de poderes para tomar tais decisões. Optou-se por incrementar o desenvolvimento através da facilitação para aquisição de terras no Cerrado, sobretudo na região de Matopiba, a partir da década de 1980, processo que teve continuidade nas décadas seguintes.

Somado a isso há os entraves no andamento da emissão de títulos de terras quilombolas e a ausência de justiça ambiental⁷ nesses processos que encontram explicação na colonialidade que atravessa o Estado brasileiro. O que leva a reflexão sobre como as variáveis colonialidade e raça, conformam o território brasileiro de maneira desigual e excludente, ao

ponto de impactar diretamente na questão da terra no país. Portanto, fazer uma análise das violências contra os quilombolas nos últimos 10 anos no Brasil é também compreender os contextos econômicos e políticos desse período.

A violência como método: análise dos números da CPT sobre a violência contra pessoa entre 2014 e 2023 no campo brasileiro

Buscaremos aqui discutir os dados sobre a violência sofrida pelas comunidades tradicionais nos conflitos no campo brasileiro nos últimos 10 anos, tendo como foco principal os povos quilombolas. De 1998 a 2003, 110 comunidades foram certificadas. De 2004 a 2024, esse número saltou para 3.009 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 5.972 reconhecidas pelo IBGE, no Censo de 2020. A evolução desses números por si só já expressa a visibilidade das comunidades quilombolas nos últimos anos.

A análise dos conflitos no campo brasileiro permite aproveitar o momento privilegiado de expressão da contradição social que constitui o conflito, entendendo que ele apresenta ao menos dois ângulos de uma mesma questão. Porto-Gonçalves e Chagas (2019)⁸ oferecem uma compreensão da práxis do conflito, que permite entender que em uma sociedade como a brasileira, em que a elite (do atraso) agrária

5. GIRARDI, Eduardo Paulon. A questão agrária e a questão racial no Brasil. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA135_ID290417112021095237.pdf>. Acesso em 08 de março de 2023, às 16h e 21min.

6. LERRER, D.; CARTER, M. "Consenso de commodities": semeando o conservadorismo político e desdemocratizando o Brasil? Anais...Caxambu: ANPOCS, 2017.

7. Refere-se ao que Acselelrad et.al (2004) chama de "princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo".

8. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Britto das. Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva. Ceas/CPT, Salvador, 2019.

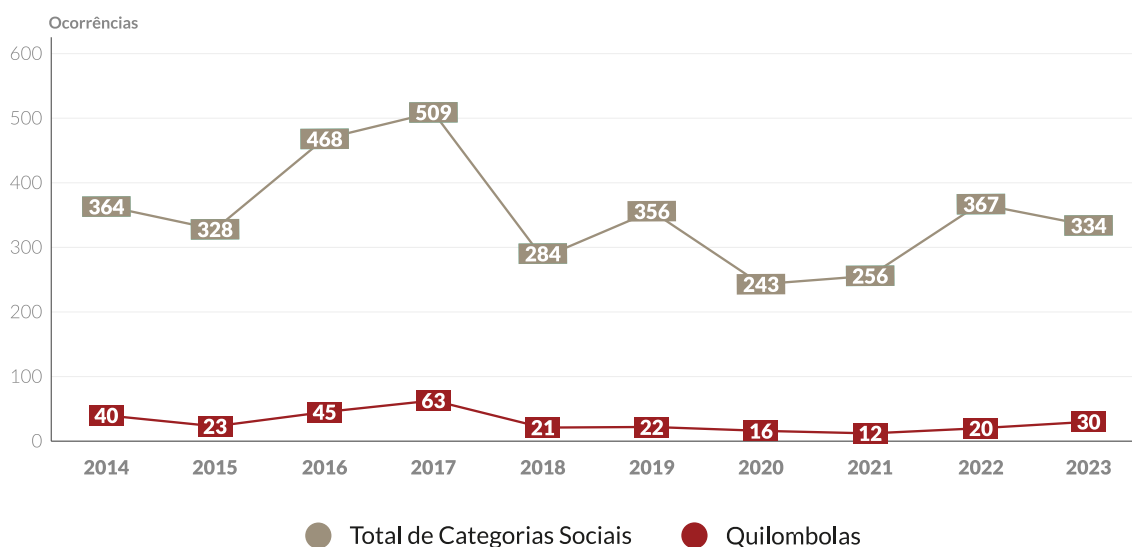
tem sido forte o suficiente para inscrever um lema positivista na própria bandeira do país (de ordem e progresso), o conflito é a própria desordem. O conflito, portanto, seria a dor da doença agrária brasileira, causada pela concentração e desigualdade histórica no acesso a terras e por oligarquias conservadoras fortes, com proeminência nos cenários social, político, econômico e cultural. Nesse sentido, ignorar o conflito é ignorar as dores sociais dos de baixo. Os conflitos revelam os gritos daqueles que expõem as suas dores.

O conflito é inerente ao (des)envolvimento. É o resultado do enfrentamento entre os territórios dos quilombolas, do latifúndio e do Estado. O conflito surge da diferença de interesses sobre esses territórios e a sua solução vem da mediação do que esses territórios consideram problema. As ações de resistência e enfrentamento que acontecem em contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra e suas condições metabólicas da vida, revelam as diferenças de classe e a ausência de gestão pública de fato. As situações conflitivas, portanto, que as comunida-

des quilombolas enfrentam e sobrevivem, permitem identificar os alçozes da luta quilombola.

Não podemos nos esquecer que há uma historiografia que foi sempre marcada pelo viés econômico (latifúndio, escravidão e monocultura), mas que, em contrapartida, sempre teve que conviver com a emergência dos quilombos. A visibilidade pública e de conflitos das comunidades quilombolas revela o próprio avanço do movimento quilombola enquanto territórios de liberdade em meio ao território de opressão. Essa historiografia do passado, portanto, é atualizada com a historiografia dos conflitos. O número apresentado pelo IBGE mostra o território de resistência no território nacional, enquanto os dados da CPT nos apresentam o território da r-existência. Isso enriquece a compreensão histórico-geográfica da formação territorial brasileira. O espaço brasileiro não foi apenas formado pelos territórios de opressão. A (geo)grafia da r-existência das comunidades camponesas como resposta a (geo)grafia da violência imposta pelas elites (do atraso) atualiza essa compreensão.

GRÁFICO 1 Total de Violência contra a Pessoa em Conflito no Campo Brasil (2014-2023)



Fonte: CEDOC – Dom Tomás Balduino / Elaboração LEMTO-UFF

O Gráfico 1º (Total de violência contra pessoa em conflito no campo no Brasil – 2014-2023) nos mostra na linha superior mais escura o número total de violências contra todas as categorias sociais do campo e, na linha inferior, mais clara, o número total apenas das violências sofridas por quilombolas nos últimos 10 anos. Segundo a CPT, a violência contra pessoa é aquela que agrupa o quantitativo de ocorrências registradas em terra, água, trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas: os assassinatos, as tentativas de assassinatos, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

Como se pode notar no gráfico acima, a média de violências anual é de aproximadamente 350,9 para todas as categorias sociais e de 29,2 para os quilombolas. Podemos dizer, portanto, que a média de violências contra quilombolas representa quase 10% da média de todas as categorias sociais. A incidência de conflitos aos quais as comunidades quilombolas estão submetidas corroboram para a visibilidade pública que elas têm experimentado nos últimos anos.

No que tange aos dados dos quilombolas, podemos observar que em seis anos os números se mantiveram abaixo da média (29,2), enquanto os anos de 2014, 2016 e 2017 apresentaram os maiores registros, 40, 45 e 63, respectivamente. Em 2017, vimos que o marco foi mais que o dobro da média. Por sua vez, os anos de 2016 e 2017 apresentaram os maiores números de violência contra pessoa em conflito no campo, 468 e 509 ocorrências totais, respectivamente. O Brasil enfrentou uma instabilidade política, que levou ao golpe de 2016. Segundo os dados da CPT, nesse ano houve um aumento de 26% dos conflitos no campo em comparação com o ano de 2015.

Em 2017, a CPT registrou o maior número de mortes

desde 2003, alcançando o marco de 72 ocorrências, sendo que 40% correspondem a mortes por massacres. Um aumento de 15% nos mortos em relação a 2016, sendo o estado do Pará o líder do ranking dos estados onde mais se matam por conflitos de terra. Foi no sul do Pará, em maio de 2017, que aconteceu o massacre de Pau D'Arco, com 10 mortes. De 1985 a 2017, o Pará liderou o ranking com 26 massacres, totalizando 125 vítimas do campo.

Em 2018, o Brasil experimentou a eleição de um governo de extrema direita, com um discurso explícito contra as comunidades tradicionais, entendidas como atraso para o desenvolvimento econômico. Segundo a CPT, no ano de 2018 foram registrados 1.567 conflitos, sendo que a maioria estava concentrada na região amazônica, e somou um total de cerca de 1 milhão de pessoas envolvidas, um aumento de 23% em relação a 2017 (817.062 pessoas). Quando se faz um recorte das ocorrências de conflito de 2018, considerando apenas as violências contra pessoa, 38,8% das ocorrências se deram na região Norte, concentradas no estado do Pará, com proeminência de casos de assassinato e de ameaça de morte de quilombolas.

Em 2022, o país viveu pela terceira vez a eleição do governo Lula. Embora com ideologias políticas distintas, não há um enfrentamento da questão agrária brasileira por parte dos governos progressistas. Os números das violências contra pessoas nos governos progressistas estiveram bem próximos a variação média do período dos últimos 10 anos. Os dados da CPT sobre conflitos por terra, água e trabalhistas revelam que o Brasil viveu 17.648 ocorrências nesse ínterim. Se escalonarmos esse número pelos diferentes governos, temos a seguinte situação: a) Governo Dilma (2014-2016) – uma média de 1.471 conflitos; b) Governo Temer (2017-2018) – uma média de 1.545 conflitos; c) Governo Bolsonaro (2019-2022) – uma

9. Os dados apresentados no textos referem-se aos seguintes tipos de Violência contra a Pessoa: Agressão, Ameaça de Morte, Assassinato, Morte em consequência, Prisão, Tentativa de Assassinato, Tortura. A CPT registra um total de 30 tipos. **Nota dos Editores.**

média de 1.995 conflitos e d) Governo Lula (2023) – um total de 2.203 conflitos.

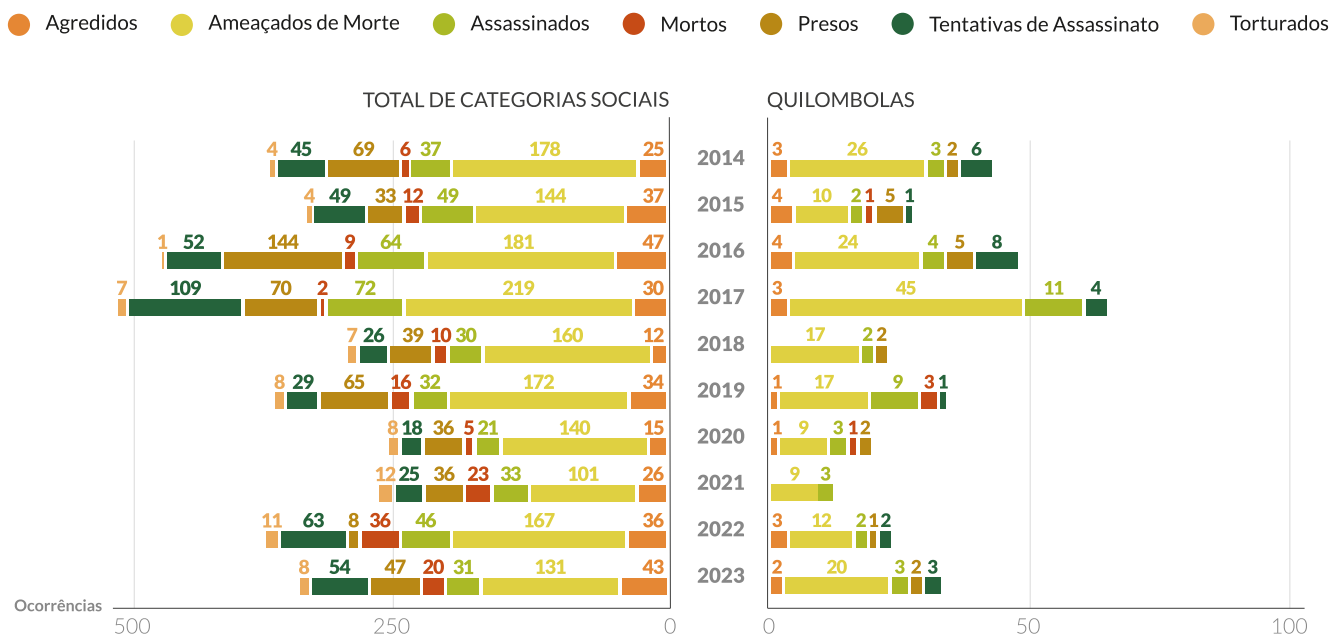
No Gráfico 2 (Violências contra Pessoa em Conflito – Brasil 2014-2023) tem-se um paralelo da evolução anual do comportamento dos sete tipos de violência contra pessoa, diferenciando o quantitativo total de categorias sociais envolvidas e o de quilombolas nesse período. Numa leitura da parte inferior para a superior das barras, tem-se: a) em laranja claro, o quantitativo de sujeitos agredidos; b) em amarelo claro, o de ameaçados de morte; c) em verde claro, o de assassinados; d) em laranja escuro, o de mortos; e) em amarelo escuro, o de presos; f) em verde escuro, o dos que sofreram tentativas de assassinato; g) em laranja mais claro, o de torturados.

Em relação às agressões, a média do total de categorias sociais é de 30,5 ocorrências por ano e alcança

o maior marco no ano de 2016 com 46 casos. Quando fazemos o recorte dos quilombolas, a média é de 2,1 e nos anos de 2015 e 2026, apresentaram o maior número: 4. As ameaças de morte dominam perceptivelmente o cenário das violências contra pessoas com uma média de 159,3 casos anual no total das categorias sociais e 18,9 casos em quilombolas. No ano de 2017, o gráfico mostra que os quilombolas enfrentaram 45 casos de ameaças de morte, mais que o dobro da média anual do período estudado.

A média anual de assassinatos é de 41,5 e dentre quilombolas, é de 4,2. Já a média anual de mortos em consequência de conflitos é 13,9 no total e de 0,5 entre quilombolas. Isso significa que 554 vidas foram perdidas nos últimos 10 anos por conflitos no campo. A CPT é considerada a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional¹⁰, possuindo um dos mais importantes

GRÁFICO 2 Violências contra Pessoa em Conflito Brasil (2014-2023)



Fonte: CEDOC – Dom Tomás Balduino / Elaboração LEMTO-UFF

10. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. Conflitos no Campo: Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

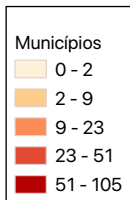
acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, quilombolas e povos originários, bem como sobre a defesa e conquista de direitos. Ainda assim, acredita-se que apenas 10% dos conflitos no campo são registrados pela instituição, o que indica que o problema no campo brasileiro pode ser ainda muito pior do que as estatísticas já mostram.

O número de presos apresenta uma média anual de 51,7 casos e de quilombolas, é de 1,9. O ano de 2016 apresenta o maior desvio padrão, com um total de 114 casos e 2017, 70. Os dois maiores marcos registrados, bem acima da média. Trata-se de 517 homens e mulheres presos. Dois processos em curso merecem destaque nesse contexto: a escalada violenta do agro-minero-carbono-negócio para defender seus interesses e a persistência de criminalização contra os movimentos sociais. O domínio da elite (do atra-

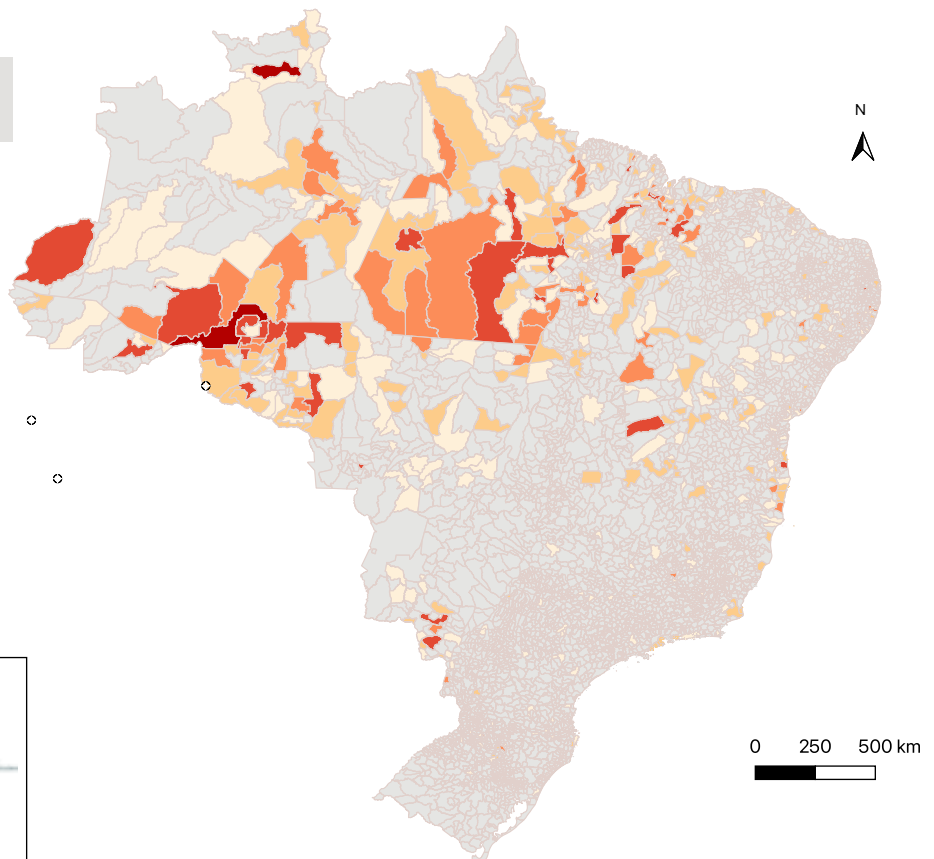
so) sobre espaços do aparelho do Estado brasileiro permite que diferentes mecanismos sejam usados de modo seletivo e simultâneo contra os movimentos sociais. Além das prisões, estamos falando de inquéritos policiais, ações criminais, ameaças, Comissões Parlamentares de Inquérito, tomadas de contas, fiscalização “dirigidas” por órgãos de fiscalização e controle como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União. Além disso, é importante mencionar o papel dos meios de comunicação no processo de desmoralização dos movimentos sociais, ao priorizar as falas criminalizatórias e manipular informações e fatos referentes às manifestações sociais, sem garantir-lhes um espaço de fala, ou mesmo reconhecer-lhes como interlocutores da questão reportada.

A evolução das tentativas de assassinato se dá de uma maneira bem desproporcional. O ano de 2017

Violência contra pessoa no Brasil (2014-2023)



Autor: LEMTO
 Fonte dos dados: IBGE, 2020; CPT, 2024.
 Datum: SIRGAS 2000
 Elaboração Técnica: NEVES, 2024.

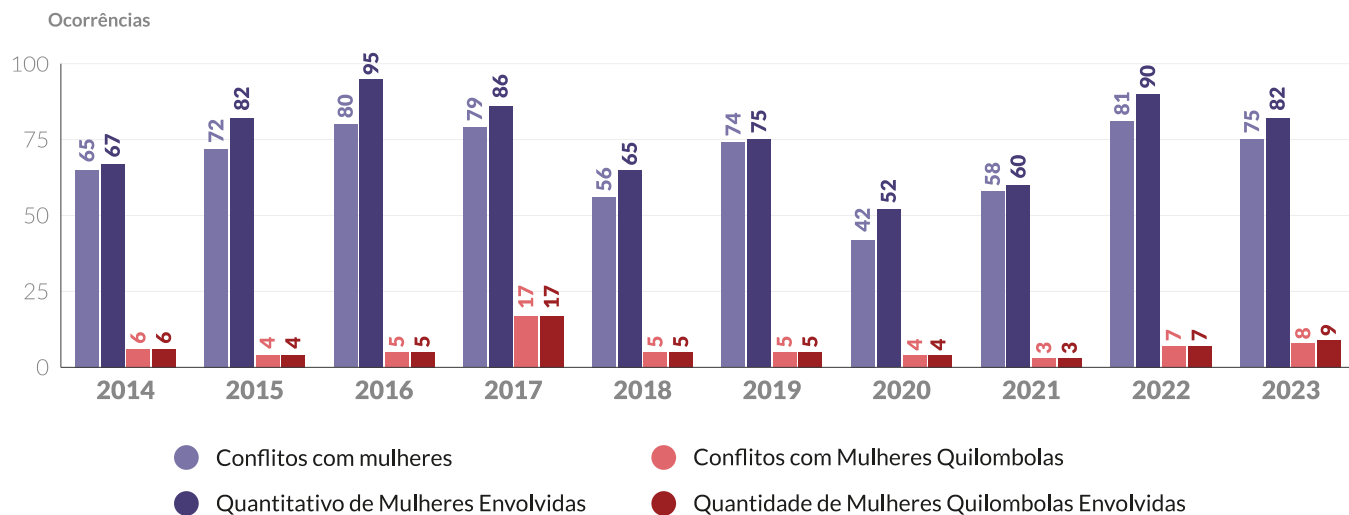


apresenta um marco de 114 casos totais e em 2021, de 25, embora a média anual seja de 47 casos totais e de 2,5 entre os quilombolas. Esse dado potencializa a insegurança e vulnerabilidade dos povos do campo e ainda permite uma projeção de quanto o número de assassinatos subiria se essas tentativas dessem certo. Ao todo estaríamos falando de cerca de 1.024 homens e mulheres mortos nos últimos 10 anos por r-existirem em seus territórios.

No mapa podemos observar como a concentração de violências contra pessoas está distribuída pelos municípios brasileiros. Em busca de uma compreensão geográfica dos conflitos no campo brasileiro, é possível localizar os principais pontos de tensão. A região norte é a que mais chama a atenção no mapa não apenas em virtude da concentração de violências, mas também pela extensão territorial dos municípios que a compõe. Identificamos uma concentração de ocorrências sobre áreas de expansão/invasão do agro-minero-hidro-carbono negócio, que está diretamente relacionada ao desmatamento do Cerrado e da Amazônia Legal.

Dos 5.568 municípios brasileiros, a CPT registrou violência contra pessoa em conflito no campo em 492 deles nos últimos 10 anos. A região nordeste é a que mais apresenta ocorrências de conflito, com um total de 1.146. Os municípios que apresentam a maior concentração de casos são Amarante do Maranhão (44), Bom Jardim (47) e Viana no Maranhão (45) e, em Pernambuco, Jaqueira com 46 casos. A região norte fica em segundo lugar, com um total de 931. Destacam-se os municípios de Porto Velho (105) em Rondônia, Mucajaí (102) em Roraima e Anapu (51) e São Félix do Xingu (51), no Pará. Em terceiro lugar no ranking está a região Centro-Oeste, que apresenta um total de 315 casos, sendo o Mato Grosso do Sul o estado com maior concentração de ocorrências, com destaque para o município de Dourados (49). Em quarto lugar está o sudeste com 139 ocorrências. Os municípios sudestinos que mais concentram ocorrências são Brumadinho/MG (16), Mangaratiba/RJ (8), Paraty/RJ (8) e Conceição da Barra/ES (6). Em último lugar está a região Sul, com 81 ocorrências, sendo os municípios que mais concentram casos Santa Helena-PR (16), Faxinalzinho-RS (10) e Sananduva-RS (10).

GRÁFICO 3 Conflitos no campo Brasil: mulheres em foco (2014-2023)



Fonte: CEDOC - Dom Tomás Balduino / Elaboração LEMTO-UFF

O Gráfico 3 (Conflitos no campo: mulheres em foco – Brasil 2014–2023) nos mostra o comportamento de quatro variáveis ao longo dos últimos 10 anos. Para cada ano, há quatro barras. A primeira barra, em lilás, representa o quantitativo de conflitos envolvendo mulheres. A segunda, em roxo, representa o quantitativo de mulheres envolvidas em conflito. A terceira, em rosa, representa o quantitativo de conflitos envolvendo apenas mulheres quilombolas. Por fim, a quarta, em vermelho tem-se o quantitativo de mulheres quilombolas envolvidas.

A práxis cotidiana das r-existências, que dá forma e conteúdo às lutas quilombolas e das demais comunidades camponesas no Brasil, é feita pelas mulheres. Por essa razão, é importante salientar a participação feminina nos conflitos no campo brasileiro. São as mulheres que constroem, noite e dia, espaços coletivos onde depositam força, conhecimento, sabedoria e tecnologias diversas que rompem em momento oportuno, na forma de luta comunitária e coletiva. Sem essas mulheres, sequer poderíamos esperar um modo de vida que rompesse o lugar que foi reservado a nós, negras/os, indígenas e trabalhadores, em um projeto colonial e dependente de país¹¹.

O ano de 2017 foi o que mais apresentou conflitos envolvendo mulheres, com um total de 86 casos, seguido de 2021, com 81. No entanto, o ano com maior quantitativo de mulheres envolvidas em conflitos foi o de 2016, com um total de 95 mulheres, seguido de 2022, com 90. O ano com maior registro de conflitos envolvendo mulheres quilombolas foi o de 2017, com 17 casos, seguido de 2023, com 8 casos.

Essas r-existências têm a nos ensinar a aprender a valorizá-las, sobretudo em um atual cenário cujo capital se lança de modo cada vez mais violento aos territórios, recursos, lugares de uso comuns e formas de existências de populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Como indica Federici (2017, p. 382), é urgente que repensemos a maneira como “os conquistadores se esforçaram para dominar aqueles a quem colonizavam, e repensar também o que permitiu aos povos originários subverter este plano e, contra a destruição de seu universo social e físico, criar uma nova realidade histórica”. No Brasil, precisamos olhar e aprender com a história e a memória dos quilombos¹² e também das demais comunidades camponesas.

Considerações finais

A questão agrária brasileira expressa um paradoxo. De um lado, a escalada violenta de conflitos no campo ao longo da nossa história, que se estende de Canudos ao Massacre de Eldorado de Carajás, por parte das elites (do atraso) agrárias. Por outro, a insistente r-existência das comunidades camponesas (quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, fundos e fechados de pasto etc) na luta por seus territórios e territorialidades, tendo as mulheres um papel proeminente na tecitura¹³ cultural, memorial e das tradições dessas comunidades. Tal paradoxo se materializa na (geo)grafia da violência/r-existência no campo brasileiro em conflito.

A compreensão das (geo)grafias dos conflitos envolve

11. SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021.

12. SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021

13. A autora adota a forma ortográfica utilizada no trabalho anteriormente citado. Segundo Maria Raimunda Penha Soares, “A opção em usar tecitura (com c) – que advém de tecer e tem o significado de reunir os fios que se atravessam no tear, e não tessitura (som ss, mais comum e usual) deu-se como forma de reafirmar a particularidade da construção das lutas pelas mãos das mulheres quilombolas que em analogia ao que se faz no tear, juntam os fios soltos, tecem relações cotidianas e de resistência na comunidade até que se constitua/componham a trama das lutas coletivas”. **Nota dos editores.**

diferentes camadas: a) a compreensão da materialização das ações dos grupos hegemônicos pelo espaço; b) lançar luz sobre o papel central da raça para se entender a colonialidade que é central e fundamental para a compreensão da (geo)grafia da violência; c) a branquitude e o abismo social entre classe e raça se estabeleceram enquanto molde do que é ser brasileiro no imaginário social e em ato de desespero reagem criminosamente os seus representantes para conter as tímidas mudanças sociais, culturais, éticas, epistêmicas, políticas, de gênero que vêm sendo ventiladas com a força dos movimentos sociais que logram conquistas legais ao terem suas demandas impetradas na agenda pública; d) a elite (do atraso) brasileira é excessivamente mimada e violenta, não aceitam perder territórios para pretos quilombolas

e, assim, desrespeitam ordens judiciais, equipamentos legais etc, sempre com o apoio de alguma instância do poder (que deveria ser) público.

O ano de 2023 foi um ano de grandes perdas para o povo preto quilombola brasileiro. Vimos pelos dados da CPT que foram 31 assassinatos por conflito no campo, dentre esses, a de Mãe Bernadete brutalmente assassinada em agosto. Quatro meses depois, em dezembro, a notícia da morte de Nego Bispo. Finalizamos com o entendimento de que as palavras de Nego Bispo parecem transcreever a força da r-existência dos povos do campo. Num contexto de tanta violência, a força da ancestralidade faz e fará nascer tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem matando.

TABELA 7 Violência Contra a Pessoa (2023)

UF	Conflitos*	Pessoas envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
CENTRO-OESTE									
DF	5	1.537	-	-	-	-	-	-	1
GO	167	19.009	1	-	2	10	-	-	1
MS	130	98.144	2	6	4	4	3	15	21
MT	51	20.660	-	-	1	6	-	1	30
Subtotal	353	139.350	3	6	7	20	3	16	53
NORDESTE									
AL	36	14.843	-	-	-	-	-	-	-
BA	249	85.265	4	8	-	12	-	3	7
CE	20	3.379	-	-	-	20	-	-	-
MA	206	76.248	4	7	-	24	-	8	20
PB	30	5.914	2	-	-	-	-	-	-
PE	59	18.301	1	-	-	2	-	-	-
PI	34	1.255	-	1	-	5	-	10	-
RN	25	20.800	-	-	-	-	-	-	-
SE	6	3.748	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	665	229.753	11	16	-	63	-	21	27
NORTE									
AC	85	34.631	-	1	-	4	1	-	2
AM	96	75.056	4	4	-	18	-	-	2
AP	75	15.480	-	-	-	1	-	-	-
PA	227	196.728	2	16	-	39	-	4	19
RO	186	60.060	5	8	-	55	2	31	43
RR	60	48.500	4	13	49	-	3	-	7
TO	81	20.464	-	-	-	6	-	4	1
Subtotal	810	450.919	15	42	49	123	6	39	74
SUDESTE									
ES	36	8.668	-	-	-	-	-	-	7
MG	106	35.474	1	-	1	2	-	4	11
RJ	9	18.300	-	-	-	1	-	-	-
SP	56	32.159	-	-	2	-	-	3	-
Subtotal	207	94.601	1	-	3	3	-	7	18
SUL									
PR	114	14.488	-	-	1	3	1	4	-
RS	27	10.101	1	-	6	-	-	-	-
SC	27	11.635	-	2	-	6	-	3	-
Subtotal	168	36.224	1	2	7	9	1	7	-
BRASIL	2.203	950.847	31	66	66	218	10	90	172

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho

Mercantilização da natureza, Espiritualidades e Práticas de enfrentamento

Flávio Lazzarin¹

Foi na Conferência das Partes (COP28) de 2023, em Dubai, que a indústria petrolífera e as grandes potências insistiram, com escandalosa prepotência, no argumento do CCS (carbon capture and storage), captura e armazenamento do carbono, como remédio suficiente para enfrentarmos a crise climática, continuando com a energia produzida pelos combustíveis fósseis, pelo menos até 2050.

Vivemos em tempos em que a própria Vida do Planeta é ameaçada de morte, mas os donos do dinheiro e do poder não querem mudar o sistema financeiro, econômico e político que governa o mundo.

A insistência no processo de mercantilização da natureza é algo constitutivo da racionalidade capitalista, que, após a mercantilização das terras e das águas, procede a transformar em mercadoria outros elementos naturais ou bens comuns, como o sol e o vento. Bem como a apropriação das florestas nativas para o controle do carbono, plantios de eucalipto em associação com florestas nativas, etanol e agrocombustíveis, definidos sustentáveis e tudo acompanhado pela multiplicação de selos que propagandeiam produtos da alimentação, e até da moda e da cosmética, que garantiriam propriedades ecológicas.

Finge-se o enfrentamento das consequências impostas pela crise ambiental e, fiéis à lógica monetária do capitalismo, temos o mercado de carbono e a legislação que libera mecanismos financeiros de compensação ambiental para contrabalançar os impactos ambientais dos investimentos capitalistas. A destruição causada pela exploração desenfreada das terras, das bacias hidrográficas e do subsolo, que provoca a crise mortal do clima e do meio ambiente, é enfrentada com mesma lógica que causou a devastação: se estabelecem valores monetários que indenizam os estragos da atividade econômica, insistindo na ruína dos biomas e dos territórios indígenas e camponeses.

Esta lógica de mercado já produziu danos irreparáveis aos direitos, antigamente garantidos, à saúde e à educação, direitos básicos que foram transformados em mercadorias disponíveis somente para setores minoritários e privilegiados da sociedade. O que nos desafia politicamente está, porém, oculto nas subjetividades dos homens e das mulheres da atualidade: sem dúvida, a ditadura capitalista é naturalizada e aceita pela opinião pública. Assim, em falta de oposições eficazes, o desenvolvimento, aliado ao Estado, se revela cada vez mais violento, mas, ao mesmo tempo, mimetizado por narrativas que defendem a sua suposta sustentabilidade.

1. Flávio Lazzarin é padre italiano fidei donum, atua na Diocese de Coroatá (MA) e é agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional Maranhão

Trata-se do esquecimento da figura do valor, que é substituído pelo preço, pela troca monetária em função do lucro. O que hoje poderia surpreender e escandalizar os desavisados, é a investida da mídia, ligada aos interesses empresariais do campo, que chega a contrabandear essa renovada edição da exploração e opressão colonial como um antídoto ‘limpo’ ao veneno das ameaças à vida da Terra implementado pela civilização ocidental. Assistimos à farsa da ‘mercadoria verde’, enquanto as grandes corporações e os Estados continuam insistindo despididamente nos combustíveis fósseis, hidrocarbonetos e carvão como fontes de energia.

Além disso, não podemos ignorar os graves conflitos que a mercantilização do carbono vai provocar entre os povos originários e as comunidades camponesas envolvidas. Valha como exemplo o que está acontecendo no Maranhão: denunciemos² a presença da empresa Wildlife Works e da ONG Forest Trends, ambas norte-americanas, junto ao povo Ka’apor para implementar um projeto de crédito de carbono na TI Alto Turiaçu. A Terra Indígena tem mais de 530 mil hectares de mata nativa, é a sobra da floresta amazônica no estado. Outras empresas já estão discutindo a implementação do REDD+ com os Guajajaras da TI Araribóia. O resultado destas negociações são graves tensões e conflitos entre os indígenas que aceitaram a conversa e uma maioria deles, liderada pelos Guardiões da Floresta, que são motivadamente contrários ao projeto. Se esta proposta já cria divisão na fase de discussão, somos obrigados a levantar a hipótese de graves conflitos intra-étnicos na hora da implementação, com a chegada das primeiras polpudas remessas mensais prometidas.

Também neste caso, a cumplicidade do Estado, dos

governos e até dos partidos que se autodefinem de esquerda, é de uma evidência escandalosa.

A partir do Protocolo de Kyoto (1997-2005), que decreta metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, o Senado, em 2022, aprovou o PL 412, que ainda não foi apreciado pela Câmara dos Deputados e que Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. No Maranhão, em novembro de 2021, Flávio Dino, quando era Governador, se antecipou ao Governo Federal e assinou a lei 11.578, que instituiu a política de redução das emissões de gases de efeito estufa, a gestão de ativos ambientais e o pagamento por serviços ambientais, incluindo a venda de créditos de carbono. E, em dezembro, Dino, assinou a lei 11.638, instituindo o Estatuto dos Povos Indígenas: no artigo 34, foi estabelecido o Fundo Estadual de Apoio aos Povos Indígenas, o Feapi, cujo montante de dinheiro pode ser constituído por “recursos decorrentes do pagamento de serviços ambientais prestados em terras indígenas”.³

O relatório Conflitos no Campo Brasil 2023 nos apresenta dados, mais uma vez assustadores, desta guerra do mercado que se apropria dos bens comuns e do Estado contra os pequenos e as pequenas da terra e das águas, guerra que tem como objetivo irrenunciável a desterritorialização dos pobres e dos pequenos. Em 2023, foram registradas 2.203 ocorrências de conflitos no campo, o maior número já registrado pela CPT em quase 40 anos de monitoramento da luta dos povos.

Subsiste, com efeito, na modernidade capitalista um processo produtivo prioritário, constitutivo e essencial à manutenção do sistema: é a produção dos pobres, dos abandonados nas margens da sociedade, de onde eles, com a sua miserável existência, continuam, porém, incluídos no sistema como atores indis-

2. SABRINA, Felipe. Empresa americana alimenta conflito indígena para lucrar com reparação ambiental. The Intercept Brasil. 27/11/2023. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2023/11/27/empresa-americana-alimenta-conflito-indigena-para-lucrar-com-reparacao-ambiental/>>. Acesso em: 11/03/2024.3. Intercept Brasil

3. Idem. Ibidem.

pensáveis, que proclamam para todos uma mensagem inequívoca e convincente, mais poderosa de qualquer sistema de propaganda e manipulação: evitem cuidadosamente o risco de chegar à nossa condição e aceitem, obedientes e fieis, as condições de escravidão impostas pelo mercado do trabalho e a alienação que acompanha inevitavelmente este destino.

Poderíamos insistir na descrição dos estragos provocados pela ideologia e práticas predatórias dos fatores da mercantilização da natureza, mas não podemos deixar que o terrorismo capitalista nos faça reféns da negatividade e nos prive de discernir possibilidades de esperança e enfrentamento. Na verdade, insistir na mera denúncia e reduzir povos originários, quilombolas e ribeirinhos, camponeses das inúmeras ‘vias campesinas’ à mera condição de vítimas seria uma traição da missão da CPT.

Existe, porém, entre nós uma sensação muito envolvente, que, há muitos anos, aparece no nosso pensamento e que, talvez, atualmente tenha se transformado numa convicção acompanhada por vários e válidos argumentos. Trata-se do enfraquecimento e desaparecimento de organizações e movimentos populares com a capacidade de lutar contra o capitalismo. Lembramos da obsolescência da consciência de classe, conceito que deixou de inspirar as lutas revolucionárias junto com as lutas sindicais e reformistas. Assistimos, em suma, à paralisia da práxis e do pensamento, que não sabem mais lidar com o futuro. Evidente é a fragmentação das reivindicações e mobilizações, normalmente inspiradas por consciências identitárias marcadas pelo gênero, pela etnia, pela geografia. Trata-se, enfim, como exemplo mor, da fragmentação das insurgências indígenas e quilombolas, em que a

especificidade cultural, associada às pressões da alienação sistêmica, obstaculiza processos de organização, articulação e mobilização.

Diante deste quadro, que poderia nos confinar em atitudes pessimistas e cínicas, o nosso irmão Pedro Casaldàliga, décadas atrás, já nos alertava: “somos soldados derrotados de uma causa invencível”. A derrota faz parte do Evangelho de Jesus, o Deus crucificado que, na cruz, na extrema debilidade e impotência, derrota a morte, junto com o poder de todos os impérios e de todos os templos. A fraqueza de Deus não nos afasta da história, mas, pelo contrário, nos chama a sermos os atores principais da construção de um mundo justo e fraterno. Em saída, sem autorreferencialidade eclesial, nos diz o papa Francisco. Recentemente, fui também interpelado por Emmanuel Mounier, que, nos anos 30 do século passado, na vigília de grandes desgraças e sofrimentos, sugeria, num livrinho sobre apocalipse, que, em tempos difíceis, a atitude exigida para os discípulos e as discípulas de Jesus devia ser “um otimismo trágico”. Bela exegese da virtude da Esperança, que nunca pode ser confundida com o “pensamento positivo”, atitude ilusória, que não ousa se abrir para uma leitura radical, sem censuras, dos horrores da história da humanidade e, enfim, se resolve numa vida superficial e descompromissada.

Apesar destas péssimas conjunturas, acreditamos, porém, que, a despeito de tanta dor e sangue derramado ao longo da história da colonização, a resistência e a luta nunca pararam. Acreditamos que somente a partir da profecia existencial de setores minoritários e significativos dos povos originários e das comunidades tradicionais, encontramos esperanças e estratégias realistas para o futuro da Abya Yala⁴ e da humanidade.

4. Abya Yala é o termo que as organizações e instituições de povos indígenas adotaram para se referir ao continente americano, de acordo com o documento Povos Indígenas nas Américas (Abya Yala), publicado em 2017 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). De acordo com o documento, “Abya Yala” é o nome dado ao continente pelo povo kuna (também conhecido como guna ou cuna), originário do Panamá e da Colômbia, antes da chegada de Cristóvão Colombo e dos europeus no século 15. Na língua kuna, Abya Yala significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra que floresce”, e é sinônimo de América. (National Geographic Brasil. O que é Abya Yala, o nome dado ao continente americano? 09 de agosto. De 2023. Disponível em <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/o-que-e-abya-yala-o-nome-dado-ao-continente-americano>>. Acesso em 11/03/2024.

Junto com Helder Câmara, apostamos em minorias resistentes e lutadoras, “minorias abraâmicas”, que, animadas pelo Espírito, enfrentam sem ódio e sem medo o sistema de morte. As lutas que têm futuro e sucesso, apesar das derrotas e dos martírios, são sempre e somente as lutas travadas em companhia dos ancestrais, encantados e encantadas, orixás, santos e santas, Nossa Senhora de Guadalupe e Jesus de Nazaré.

Enfim, acolhamos a profecia de Francisco e Clara: a fraternidade e a sororidade de todos os seres vivos, que nos chama a nos relacionarmos com a natureza como um “tu” e nunca como um “isto”.

Essas insurgências, que, a partir de territórios originários e tradicionais, retoma e afirma profeticamente novas relações entre seres humanos e natureza podem parecer insignificante, limitada geograficamente, inconsistente em números e visibilidade, mas é a única possibilidade que resta para construir uma nova universalidade, que não seja Babel, mas Pentecostes. Universalidade que constrói a harmonia da comunicação sem acabar com as diferenças de línguas e culturas. E, apesar de ser profecia dos empobrecidos e dos pequenos, não se deixa reduzir à classe, porque indígenas, quilombolas e camponeses das inúmeras vias campesinas lutam também para a libertação dos seus adversários e inimigos. E pacificamente enfrentam a universalidade mortífera do capitalismo globalizado e também a universalidade católica que, aliada ao império, impôs – e, em amplos setores da Igreja, continua impondo – a colonização etnocida na Abya Yala.

Esta nossa aliança com os povos do campo e da cidade deve ser acompanhada pelo mergulho nas suas danças e no seu jeito de rezar, mas também por um constante discernimento, porque podemos correr o risco da mitificação do protagonismo indígena, quilombola e camponês. Em suma, quando falta espiritualidade, deveríamos suspeitar que outras atitudes, interesses e oportunismos poderiam influenciar lideranças e comunidades. A nossa presença deveria sempre ser

aberta à escuta, ao diálogo, a processos pedagógicos de troca, às inquietações e sugestões do Evangelho e da pessoa de Jesus. Ele foi um ser humano do seu tempo, marcado profundamente pela pertença a um povo, os hebreus com sua religião e cultura, o que não impediu que enfrentasse com radicalidade revolucionária todos os dogmas religiosos e culturais, que se tinham voltado contra os pobres.

Também a assunção acrítica dos processos de retomada religiosa e cultural poderia impactar na qualidade do nosso acompanhamento das comunidades em lutas, porque, se, obviamente, concordamos sobre a inimizade constitutiva da cultura ocidental, eurocêntrica, colonizadora, genocida, patriarcal e autoritária, não podemos, porém, esquecer o patriarcado dos povos indígenas e afrodescendentes. Por isso, fundamental no nosso acompanhamento é a escuta da profecia das mulheres. E se a atenção à espiritualidade chegar a ser mais importante dos desafios sociológicos e políticos, deveremos privilegiar a escuta das profecias de pajés e curandeiras, pais e mães de santo, benzedoras e benzedores, anciãos/as cuidadores da ancestralidade. E ouvir menos os representantes da academia e prestar mais atenção aos poetas e pensadores dos povos, como Davi Kopenava Yanomami e Nego Bispo, que se tornou ancestral no dia 3 de dezembro de 2023.

TABELA 8 Assassinatos (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
AMAZONAS						
Canutama	Faz. Jaó/Km 32/BR-319	25/03/2023	José Francisco Almeida da Conceição, Zé Pretinho	1	40	Sem Terra
Humaitá	Comunidade Ipixun	03/08/2023	Cleide Silva Dalla Libera	1	30	Posseiro
Humaitá	Comunidade Ipixun	03/08/2023	Abalau Lacheski da Cruz	1	40	Posseiro
Humaitá	Ramal dos Buritis	12/03/2023	Gilson Silva da Rosa	1	41	Posseiro
Subtotal				4		
BAHIA						
Itabela	T. I. Barra Velha/ Aldeia Boca da Mata e Outras	17/01/2023	Samuel Cristiano do Amor Divino	1	25	Indígenas
Itabela	T. I. Barra Velha/ Aldeia Boca da Mata e Outras	17/01/2023	Nauí Brito de Jesus	1	16	Indígenas
Itaju do Colônia	Fazenda Santo Antônio	21/12/2023	Lucas Santos de Oliveira	1	31	Indígenas
Simões Filho	Com. Quilombola Pitanga dos Palmares	17/08/2023	Maria Bernadete Pacífico	1	72	Quilombola
Subtotal				4		
GOIÁS						
Santa Cruz de Goiás	Comunidade Quilombola Mucambo	18/02/2023	Luis Fernando de Jesus Santana	1	-	Quilombola
Subtotal				1		
MARANHÃO						
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	28/01/2023	Valdemar Marciano Guajajara	1		Indígenas
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	31/01/2023	Raimundo Ribeiro da Silva	1	57	Funcionário Público
Grajaú	T. I. Cana Brava/Guajajara/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro/Silvino/Musun/Nova Vitoriano	24/01/2023	José Inácio Guajajara	1	-	Indígenas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Jaibara	27/10/2023	José Alberto Moreno Mendes, Doka	1	47	Quilombola
Subtotal				4		
MATO GROSSO DO SUL						
Aral Moreira	T. I. Guasuti	18/09/2023	Sebastiana Galton	1	92	Indígenas
Aral Moreira	T. I. Guasuti	18/09/2023	Rufino Velasque	1	-	Indígenas
Subtotal				2		
MINAS GERAIS						
São João das Missões	T. I. Xakriabá	09/12/2023	Alisson Lacerda Abreu Xakriabá	1	25	Indígenas
Subtotal				1		
PARÁ						
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	10/04/2023	Lindomar Dias de Souza	1	-	Posseiro
Tomé-Açu	T. I. Tembé/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	Agnaldo da Silva Paz	1	-	Indígenas
Subtotal				2		
PARAÍBA						
Princesa Isabel	Acamp. Quilombo do Livramento	11/11/2023	Aldecy Vitunno Barros	1	44	Sem Terra

Princesa Isabel	Acamp. Quilombo do Livramento	11/11/2023	Ana Paula Costa Silva	1	29	Sem Terra
Subtotal				2		
PERNAMBUCO						
Vitória de Santo Antão	Engenho São Francisco	05/11/2023	Josimar da Silva Pereira	1	30	Sem Terra
Subtotal				1		
RIO GRANDE DO SUL						
Cacique Doble	T.I. de Cacique Doble	04/12/2023	Paola Rodrigues	1	-	Indígenas
Subtotal				1		
RONDÔNIA						
Pimenta Bueno	Acamp. Ecurão/Lote 32/ Gleba Corumbiara	21/04/2023	Adelmo Umbelino	1	-	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	05/01/2023	Patrick Gasparini Cardoso, Cacheado	1	26	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	28/01/2023	Rodrigo Hawerroth	1	34	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	28/01/2023	Raniel Barbosa Laurindo	1	24	Sem Terra
Theobroma	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/ Ass. Chacareiros Theobroma	14/10/2023	José Carlos dos Santos, Cascavel	1	54	Sem Terra
Subtotal				5		
RORAIMA						
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	05/02/2023	Sem Informação	1	-	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	29/04/2023	Ilson Xiriana	1	36	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	Sem Informação	1	7	Indígenas
São José da Boa Vista	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	01/05/2023	Angelita Prororita Yanomami	1	35	Indígenas
Subtotal				4		
TOTAL				31		

TABELA 9 Tentativas de Assassinato (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
ACRE					
Feijó	Terra Indígena Kampa	25/02/2023	1	-	Indígenas
Subtotal			1		
AMAZONAS					
Autazes	Aldeia Taquara	09/01/2023	1	-	Indígenas
Autazes	Aldeia Taquara	09/01/2023	1	-	Indígenas
Humaitá	Ramal dos Buritís	12/03/2023	1	15	Posseiro
Humaitá	Ramal dos Buritís	12/03/2023	1	-	Posseiro
Subtotal			4		
BAHIA					
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	02/09/2023	2	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	11/04/2023	1	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	11/04/2023	1	58	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	11/04/2023	1	43	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	11/04/2023	1	68	Camponês de fundo e fecho de pasto
Correntina	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garrotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	11/04/2023	1	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Porto Seguro	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	30/05/2023	1	-	Indígenas
Subtotal			8		
MARANHÃO					
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	09/01/2023	1	-	Indígenas
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	09/01/2023	1	-	Indígenas
Arari	Com. Flexeiras/Búfalos	10/12/2023	1	51	Quilombola
Açailândia	Faz. São Bento	06/06/2023	3	-	Sem Terra
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Jaibara	27/10/2023	1	-	Quilombola
Subtotal			7		
MATO GROSSO DO SUL					
Dourados	Reserva Indígena Dourados	26/11/2023	1	-	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	15/08/2023	1	-	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	15/08/2023	1	-	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	16/08/2023	1	-	Indígenas
Dourados	Retomada Avaete e Aratikuty	01/10/2023	2	-	Indígenas
Subtotal			6		
PARÁ					
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Com. Quil. Balsas	12/04/2023	3	-	Quilombola
Breu Branco	Acampamento Fazenda Tigre	17/07/2023	1	-	Sem Terra
Portel	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatá	26/09/2023	1	-	Assentado

São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	14/11/2023	4	-	Funcionário Público
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	10/11/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	14/05/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	04/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	-	Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita I e II	07/08/2023	1	23	Indígenas
Subtotal			16		

PIAUI

Gilbués	Povo Gamela Barra do Correntim	28/03/2023	1		Indígenas
Subtotal			1		

RONDÔNIA

Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	28/01/2023	1	24	Sem Terra
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	02/08/2023	1	-	Ribeirinho
Porto Velho	Comunidade do Distrito de Nazaré	13/09/2023	1	18	Ribeirinho
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	05/09/2023	1	27	Sem Terra
Theobroma	Acampamento Terra Prometida	26/05/2023	2	-	Sem Terra
Theobroma	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	14/10/2023	1	-	Sem Terra
Theobroma	Assent. Jatuarana/Acamp. Serra da Onça	23/09/2023	1	-	Sem Terra
Subtotal			8		

RORAIMA

Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	05/02/2023	1	-	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	20/07/2023	2	-	Funcionário Público
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	28/03/2023	1	-	Funcionário Público
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	23/02/2023	2	-	Funcionário Público
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	29/04/2023	1	24	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	29/04/2023	1	31	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	1	48	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	1	24	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	1	12	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	1	15	Indígenas
Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiuí/Papiu/Yawaripé	03/07/2023	1	9	Indígenas
Subtotal			13		

SANTA CATARINA

José Boiteux	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	08/10/2023	1	37	Indígenas
José Boiteux	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/Ibirama-La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	08/10/2023	1	29	Indígenas
Subtotal			2		
TOTAL			66		

TABELA 10 Ameaças de Morte (2023)

Municípios	Nome do Conflito	Data	Vítimas	Idade	Categoria
ACRE					
Rio Branco	Seringal São Bernardo	03/01/2023	2	-	Seringueiro
Rio Branco	Seringal São Bernardo	03/01/2023	2	-	Seringueiro
Subtotal			4		
AMAPÁ					
Pracuúba	PA Cujubim/Lado Pernambuco	04/12/2023	1	-	Assentado
Subtotal			1		
AMAZONAS					
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	16/02/2023	2	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	16/04/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indigenista
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indigenista
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Advogado/a
Atalaia do Norte	T. I. Vale do Javari	10/05/2023	1	-	Indígenas
Carauari	Resex do Médio Juruá	10/03/2023	1	-	Extrativista
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	11/08/2023	1	-	Agente pastoral
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	11/08/2023	1	-	Agente pastoral
Nova Olinda do Norte	PAE Abacaxis 1 e 2/Terra Preta e Outras	11/08/2023	1	-	Advogado/a
Silves	Terra Indígena Gavião Real/Complexo do Azulão	01/06/2023	1	-	Indígenas
Subtotal			18		
BAHIA					
Barra	Com. Quilombola Igarité	01/03/2023	2	-	Quilombola
Barra	Com. Quilombola Igarité	01/03/2023	1	-	Quilombola
Cachoeira	Com. Quilombola Tabuleiro da Vitória	30/11/2023	1	-	Quilombola
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	02/09/2023	1	-	Agente pastoral
Correntina	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garrotos/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	11/04/2023	1	-	Camponês de fundo e fecho de pasto
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	-	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	-	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	18	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	13	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	16	Quilombola
Ilhéus	Quilombo Morro do Miriqui	15/06/2023	1	5	Quilombola
Subtotal			12		
CEARÁ					
Fortim	União Faz a Força/Otizeiro 1/Otizeiro 2	14/12/2023	20	-	Sem Terra
Subtotal			20		

GOIÁS

Baliza	Assent. Oziel Alves Pereira	10/07/2023	1	-	Assentado
Caiapônia	PA Lagoa da Serra/Lote 32	07/10/2023	1	-	Assentado
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/05/2023	1	-	Pequeno proprietário
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/10/2023	2	-	Trabalhador Rural
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/03/2023	1	-	Quilombola
Cavalcante	Comunidade Rio Carmo/Carmo de São Félix	24/03/2023	1	-	Quilombola
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	30/11/2023	1	-	Sem Terra
Formosa	Acamp. Dom Tomás Balduino/Áreas 1, 2 e 3	23/03/2023	1	-	Sem Terra
Niquelândia	Assentamento Acaba Vida	11/12/2023	1	-	Presidente de STR
Subtotal			10		

MARANHÃO

Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora/Campestre	24/12/2023	1	-	Assentado
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora/Campestre	24/12/2023	1	-	Assentado
Chapadinha	PA Veredão	01/07/2023	1	-	Assentado
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	25/10/2023	1	33	Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	25/10/2023	1	47	Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	31/03/2023	1	-	Quilombola
Magalhães de Almeida	Fazenda Situada no Povoado do Sapo	10/10/2023	1	-	Pescador
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	1	-	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	1	-	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	1	-	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	1	-	Posseiro
Matões do Norte	Comunidade Cachoeira II	30/08/2023	3	-	Posseiro
Mirador	T. I. Porquinhos	17/08/2023	1	-	Jornalista
Montes Altos	T. I. Krikati	01/02/2023	1	-	Indígenas
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	22/10/2023	2	-	Quilombola
Pinheiro	Território Quilombola Sudário/Com. Pacuã	24/12/2023	1	-	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça	29/10/2023	1	-	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola no Povoado Onça	29/10/2023	1	-	Quilombola
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre/Comunidade Quilombola	12/09/2023	1	-	Quilombola
Timbiras	Comunidade Alegria/Território Campestre	22/09/2023	1	-	Posseiro
Turilândia	Com. Quilombola Pindobal de Fama	06/02/2023	1	38	Quilombola
Subtotal			24		

MATO GROSSO

Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	27/09/2023	1	41	Sem Terra
Jaciara	Gl. Mestre I/Usina Pantanal/Acamp. Renascer	27/09/2023	1	43	Sem Terra
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisoli/Faz. São Sebastião	15/02/2023	1	-	Sem Terra
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisoli/Faz. São Sebastião	15/02/2023	1	-	Sem Terra
Santa Terezinha	Gl. Carlos Pelisoli/Faz. São Sebastião	15/02/2023	1	12	Sem Terra
São Félix do Araguaia	Comunidade Taboca	23/01/2023	1	-	Posseiro
Subtotal			6		

MATO GROSSO DO SUL

Caarapó	T. I. Guyraroká	06/07/2023	1	-	Indígenas
Dourados	Reserva Indígena Dourados	26/11/2023	1	-	Indígenas
Tacuru	T. I. Iguatemipeguá/Com. Indígena Pyelito Kue	22/11/2023	1	25	Indígenas

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tacuru	T. I. Iguatemepegua/Com. Indígena Pyelito Kue	22/11/2023	1	23	Indígenas
Subtotal			4		
MINAS GERAIS					
Varzelândia	Sítio Barreiro Azul	06/07/2023	1	-	Ambientalista
Varzelândia	Sítio Barreiro Azul	06/07/2023	1	-	Ambientalista
Subtotal			2		
PARÁ					
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	31/07/2023	4	-	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Ocupação em Canaã dos Carajás	31/07/2023	2	-	Sem Informação
Jacareacanga	T. I. Munduruku	23/02/2023	1	-	Indígenas
Monte Alegre	PDS Serra Azul	30/06/2023	1	-	Assentado
Portel	Ocupação Águas Boas e Encontro das Águas	04/07/2023	1	-	Sem Terra
Prainha	Projeto de Assentamento Extrativista Nova Vila	30/06/2023	1	-	Assentado
Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	16/09/2023	2	-	Sem Terra
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	07/07/2023	2	-	Pescador
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Indígenas
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Indígenas
Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós	03/03/2023	1	-	Extrativista
Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	31/07/2023	6	-	Assentado
Santarém	PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e outras	31/07/2023	5	-	Assentado
Santarém	Com. Terra Nova	30/06/2023	1	-	Posseiro
Santarém	T. I. Maró	05/09/2023	1	-	Indígenas
Santarém	PAE Lago Grande/144 Comunidades	22/09/2023	1	22	Assentado
São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	04/12/2023	8	-	Funcionário Público
Subtotal			39		
PARANÁ					
Ponta Grossa	Área da Prolar/Ocupação Dandara dos Palmares	18/02/2023	1	-	Sem Terra
Santa Helena	T.I. Avá Guarani/Tekoha Pyahu/Itaipu binacional	18/08/2023	2	-	Indígenas
Subtotal			3		
PERNAMBUCO					
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	01/09/2023	1	-	Posseiro
Jaqueira	Com. Barro Branco/Eng. Colônia I	01/09/2023	1	-	Posseiro
Subtotal			2		
PIAUI					
Baixa Grande do Ribeiro	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/ Assent. Rio Preto	13/10/2023	1	-	Indígenas
Cajueiro da Praia	Comunidade Barra Grande	13/11/2023	1	23	Assentado
Gilbués	Povo Gamela Barra do Correntim	28/03/2023	1	-	Indígenas
Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/ Assent. Rio Preto	15/10/2023	1	66	Posseiro
Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Riacho dos Cavalos/Brejo das Éguas/Serra Partida/ Assent. Rio Preto	28/03/2023	1	23	Posseiro
Subtotal			5		

RIO DE JANEIRO					
Paraty	T. I. Tekoha Je'y/Povo Guarani Nhandeva e Mbya	23/01/2023	1	-	Indígenas
Subtotal			1		
RONDÔNIA					
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	20/11/2023	1	-	Sem Terra
Ariquemes	Acamp. São Francisco/RO-257	01/12/2023	1	-	Sem Terra
Campo Novo de Rondônia	Resex Jaci-Paraná	13/09/2023	1	45	Extrativista
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	14/07/2023	1	-	Professor
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	14/07/2023	1	-	Sem Terra
Cujubim	Ameaça de Morte e Intimidação	04/03/2023	1	-	Religioso
Guajará-Mirim	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	25/05/2023	1	-	Indígenas
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	01/09/2023	3	-	Sem Terra
Machadinho D'Oeste	Faz. Maruins/Acamp. Ipê/Ass. Chacareiros Theobroma	04/11/2023	1	36	Sem Terra
Pimenta Bueno	Acamp. Ecurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	24/07/2023	1	-	Posseiro
Pimenta Bueno	Acamp. Ecurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	24/07/2023	1	-	Posseiro
Pimenta Bueno	Acamp. Ecurão/Lote 32/Gleba Corumbiara	24/07/2023	30	-	Posseiro
Pimenteiras do Oeste	Povo Indígena Guarasugwe	25/02/2023	1	-	Indígenas
Porto Velho	Acampamento Tiago Santos	28/01/2023	2	-	Sem Terra
Porto Velho	Distrito de Demarcação/Gleba Rio Preto	31/01/2023	1	63	Ribeirinho
Porto Velho	Resex Jaci-Paraná	27/09/2023	1	-	Extrativista
Seringueiras	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	13/11/2023	1	-	Agente pastoral
Seringueiras	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	13/11/2023	1	-	Professor
Seringueiras	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	13/11/2023	1	-	Indígenas
Seringueiras	Povo Puruborá e Miqueleno/Zona do Limoeiro	13/11/2023	1	-	Agente pastoral
São Francisco do Guaporé	Território Indígena Miqueleno	30/01/2023	1	-	Indígenas
Vilhena	Lotes 62, 63, 64/Sítio 90-A/Linha 85/Setor 08/Faz. Vilhena/Gl. Corumbiara	03/06/2023	2	-	Sem Terra
Subtotal			55		
SANTA CATARINA					
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	21/04/2023	5	-	Indígenas
Rio do Oeste	Retomada Kuzum Lavan	13/04/2023	1	-	Indígenas
Subtotal			6		
TOCANTINS					
Barra do Ouro	Gleba Tauá	17/04/2023	1	-	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	01/04/2023	1	68	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	13/04/2023	1	68	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	21/05/2023	1	35	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	15/06/2023	1	35	Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/06/2023	1	33	Posseiro
Subtotal			6		
TOTAL			218		



Foto: Ludmila Pereira

MANIFESTAÇÕES

Manifestações: as ações de resistência ao Marco Temporal e o avanço das ações de retomada e das teias de organizações dos territórios indígenas e tradicionais

Kum'tum Gamela¹

Há dez anos, durante as “jornadas de junho”, nós, povos da terra, fomos surpreendidos pelo jargão pintado em faixas e transformado em músicas: o gigante acordou. Inicialmente ele fora proclamado e dançado nas ruas e, posteriormente, nos editoriais e horários nobres dos veículos de comunicação, quando parte significativa do sentido daquelas manifestações foi compreendida e captada pelos “barões” dos meios de comunicação.

O movimento nasceu da insatisfação com o aumento de tarifas do transporte público em várias cidades, que incidiria de forma perversa sobre moradores e moradoras distanciados dos seus locais de trabalho e/ou de acesso a serviços públicos de saúde, educação, lazer, cultura etc. Em seguida, foi transformado em espaço de contestação difusa e com múltiplas direções.

Ao debruçarmos sobre os registros de manifestações feitos pela Comissão Pastoral da Terra entre os anos de 2014 a 2023, perguntamo-nos: Qual gigante despertou do sono? Aquele que esteve “deitado eternamente em berço esplêndido” e autoproclamado “gigante pela própria natureza”

porque seria ele o portador do destino universal? Não à toa, em muitos cartazes estava escrito: “desculpe o trans-torno, estamos consertando o Brasil” e outras coisas do gênero. Ora, a luta desse “gigante” sempre foi para se manter sentado sobre os ombros dos povos ou, como contam os mais velhos, andando sobre os corpos escravizados.

Os registros de manifestações dos povos da terra desde 2014 somam 9.970 ocorrências, envolvendo 2.978.282 pessoas. Isso significa uma média de 997 ocorrências por ano, ou seja, 2,73 por dia.

O que vemos nos registros feitos pela CPT é uma radical e intensa movimentação pelo direito de continuar existindo. Trata-se de movimentação não pelo direito de professar esta ou aquela ideologia, mas pelo direito mesmo de ser e de existir. Essas manifestações são um verdadeiro ato de “nadar contra a corrente” formada por aqueles e aquelas que, desde tempos longínquos, sustentam o privilégio de desumanizar e escravizar e, por essa razão, invisibilizam ou, em última análise, negam a existência dessas mobilizações dos povos pelo direito de viver e conviver.

1. Kum'tum Akroá-Gamella é do território indígena Taquaritia (Viana/MA), agente da CPT e integrante da coordenação da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

TABELA 1 Manifestações de Luta (2019-2023)

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS	Nº DE PESSOAS
2019	1.302	243.712
2020	1.349	408.176
2021	1.925	419.523
2022	779	203.766
2023	658	110.832

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino/CPT. Elaboração do autor

Do lado de cá, quando nos reencontramos, saudamo-nos assim: **“como tá a caminhada”?** Dessa forma expressamos a consciência que nós nos fazemos e refazemos em movimento, enquanto caminhamos. Sempre estivemos em movimento como pressuposto da nossa existência.

Em 2023, a Comissão Pastoral da Terra registrou 658 ocorrências de manifestações de lutas em todo o Brasil, sendo o menor número de registro dos últimos cinco anos, conforme se pode observar a seguir:

Os números de ocorrências e pessoas crescentes nos três primeiros anos do quinquênio podem ser resultado do fechamento dos canais de diálogo do poder público federal com os movimentos sociais e, para além disso, do desmonte das próprias políticas públicas. Naquele cenário de terra arrasada, a realização de manifestações durante o ano de maior impacto da pandemia causada pelo coronavírus pode ser lida como sinal de que a corda estava mesmo apertando o nó no pescoço dos povos da terra. Durante manifestações de povos indígenas ouvi repetidas vezes algo mais ou menos semelhante: “ou enfrentamos o coronavírus ou o vírus do governo nos matará”.

Certamente a reabertura dos canais de diálogos e negociações fechados pelo governo passado e, ao mesmo tempo, o aceno do novo governo com a construção e reconstrução de políticas públicas voltadas para os povos da terra influenciaram na tomada de decisão

quanto a esse tipo de ação na luta por conquistas e garantias de direitos.

No início do atual governo, em 2023, foi recriado o Ministério do Desenvolvimento e Agricultura Familiar, que se encontra vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, antes vinculado à Secretaria de Assuntos Fundiários, chefiada por um integrante da ex (?) União Democrática Ruralista.

Conforme compromisso assumido com o movimento indígena, o governo criou o Ministério dos Povos Indígenas, nomeando Sônia Guajajara, liderança reconhecida nacional e internacionalmente por sua defesa ao direito dos povos originários, titular da pasta.

Quem são os sujeitos que se movimentam?

Ao longo de 2023, foram registradas 657 manifestações, das quais aproximadamente 77% foram protagonizadas por sem terra (322), povos indígenas (150) e quilombolas (36). No governo anterior esses grupos foram declarados inimigos internos. Lembremos que aquele foi o governo que menos assentou famílias, contando apenas com 9.228, além de ter zerado o número de decretos de desapropriação; de igual modo, houve paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas, o aumento das violações de direitos e a criminalização de lideranças.

Para além da paralisação das políticas fundiárias, as atitudes hostis e violentas do poder executivo federal tornaram-se um salvo conduto a todo tipo de agressores que destemidamente nos escolheram como alvo de suas balas de borracha ou letais e das invasões aos nossos territórios para a pilhagem e o roubo das riquezas.

Os ataques, entretanto, não cessaram em 2023. A bancada ruralista no Congresso Nacional seguiu atacando. Destaco que o projeto de lei 490/2007 foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 30 de maio, e seguiu para o Senado Federal onde foi aprovado em setembro, sob forte mobilização e protesto dos povos indígenas. Ainda no primeiro semestre, a bancada ruralista presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Movimento Sem Terra (MST), numa tentativa vergonhosa de criminalização do movimento e suas lideranças.

Num contexto de violação de direitos fundamentais, as manifestações se impõem como um grito necessário para contestar a desumanização e reafirmar as suas existências.

Outros grupos sociais também se mobilizaram em menor quantidade, mas não menos importante, sen-

do: assentados (30), posseiros (21), atingidos por barragens (19), pescadores (18), camponeses de fundo de pasto (8), ribeirinhos (6), pequenos proprietários (5), seringueiros (4), marisqueiras (3), trabalhadores rurais (2); vazanteiros (2) e ambientalistas (1).

O que nos movimenta

Observando as pautas, verificamos que em uma mesma manifestação foram apresentadas várias pautas. Por isso, fizemos uma tentativa de agrupamento das que são correlatas. (Ver Tabela 2, abaixo.)

As reivindicações da primeira coluna somam 319, o que representa 48,55%, demonstrando que a violência toca todos os dias os corpos de homens e mulheres do campo. É o prato nosso de cada dia. A violência parece ser a única língua falada pelo Estado na relação com camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e outros.

A violência estatal/privada tem claramente a finalidade de aniquilação de qualquer forma de resistência ao sistema de poder dominante ao interditar os meios de produção e reprodução da vida, causar o rompimento das relações afetivas e, por último, matar os corpos física ou socialmente.

TABELA 2 Tipos de Reivindicações (2023)

Contra a injustiça e a violência	Questão indígena	Reforma agrária	Direitos humanos	Questão ambiental	Cumprimento de acordos	Política pública	Titulação quilombola	Contra o modelo energético
Contra a criminalização	Demarcação de terra indígena	Assentamento	Água + defesa da água	Desmatamento		Regularização fundiária	Regularização de território	Contra barragem
Contra a impunidade			Soberania Alimentar			Incentivo à pequena produção		Contra a privatização
Contra a grilagem			Saúde			Infraestrutura		
Contra agrotóxicos			Educação					

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino/CPT. Elaboração do autor

O uso de agrotóxicos para a pulverização dos campos de soja, milho, arroz e outras commodities têm sido intensificado cada vez mais, causando envenenamento das fontes de água, alimentos, matando as roças dos camponeses, quilombolas, extrativistas, além de causar graves danos à saúde dos animais e das pessoas. Assim, pode-se classificá-los como armas químicas usadas para causar a expulsão das comunidades dos seus territórios do bem conviver.

Ao menos em 177 manifestações, a reforma agrária esteve na pauta de reivindicação. E em 132 a questão indígena / demarcação de terra / território.

O atual governo herdou um orçamento de apenas R\$ 2,4 milhões para aquisição de propriedades. No mês de maio fez uma suplementação de R\$ 500 milhões mas, segundo lideranças do MST, até o mês de dezembro havia conseguido executar apenas 51% do orçamento. Em relação à demarcação de terras indígenas o ano começou com a celebração do cacique Raoni subindo a rampa do Palácio do Planalto juntamente com o presidente Lula, mas logo fomos para o campo de batalha contra o Marco Temporal e terminamos o ano de 2023 denunciando o fato de o presidente não ter homologado as 14 terras indígenas como havia prometido.

A faísca de esperança acendida com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a criação do Ministério dos Povos Indígenas não ofuscou a dura realidade que nos cerca e cada vez mais avançam sobre nós e nossos territórios do bem conviver. Por isso, a gente canta Edson Gomes:

“...Vamos amigo, lute!

Vamos amigo, ajude!

Senão

A gente acaba perdendo o que já conquistou...

Vamos, levante e lute!

Vamos, levante e ajude!

Vamos, levante e grite!

Vamos, levante agora!

*Que a vida não parou
A vida não para aqui...”*

Como se luta

Há alguns anos ouvi o relato de uma manifestação de indígenas no estado do Acre. O representante do Ministério Público Federal (MPF) teria pedido calma e que os indígenas não poderiam colocar a faca no pescoço dos representantes do governo. Em seguida, uma liderança teria respondido: quem está com a faca enfiada no pescoço somos nós há mais de quinhentos anos.

Sempre penso nessa história quando somos acusados de radicais em nossas lutas por Justiça e Direitos. Nós o somos porque não agimos por conveniência, mas por convicções que vêm desde as nossas raízes ancestrais. Como sempre dizemos: não lutamos por nós, lutamos pelos nossos ancestrais e para as futuras gerações.

Os movimentos sociais do campo e seus aliados fizeram ecoar suas lutas em todos os estados e no Distrito Federal. Em 275 municípios e na capital federal os povos marcharam, ocuparam prédios públicos e privados, realizaram atos públicos, celebraram suas conquistas, levantaram acampamentos, bloquearam rodovias estaduais e federais.

Como já destaquei em outros momentos, com o início do ano de 2023, respiramos um pouco mais aliviados com a mudança de governo — sem esquecer ou negar as suas contradições. Afinal de contas, foram quatro anos não somente da paralisia das políticas de interesse dos povos campo, mas também da destruição das estruturas e seus mecanismos de efetivação dessas políticas. Entretanto, no dia 8 de janeiro, ficamos perplexos diante da possibilidade de um retrocesso político com maiores e mais graves consequências.

Esse grave acidente no percurso da democracia impactou em tomadas de decisão com respeito ao que

foi realizado. Ao Jornal Brasil de Fato², Ceres Hadich, da Coordenação Nacional do MST afirmou: “a nossa caminhada em 2023 se dedicou fundamentalmente a garantir que se estabelecesse novamente esse governo democrático, mas também de combater o avanço da extrema direita não só no nosso país, mas na América Latina e no mundo. Um terceiro aspecto de prioridades foi o de retomar a luta pela reforma agrária popular e pelo fortalecimento dos nossos territórios já conquistados”.

Isso está, de certo modo, refletido no número de ações identificadas como “atos públicos e protestos”. De fato, o MST foi o movimento social que mais promoveu manifestações, sendo 322.

No período de 2020 a 2022, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, 21,1 milhões de brasileiros e brasileiras estavam vivendo em situação de insegurança alimentar grave e outros 70,3 milhões enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, isto é, não sabiam se teriam comida para a próxima refeição.

Essa brutal realidade trouxe de volta às mentes e corações a memória do sociólogo Herbet de Sousa, o Betinho, com sua bandeira “quem tem fome, tem pressa”. Em 2023, continuamos mobilizando os movimentos sociais na organização e distribuição de alimentos, com um caráter muito peculiar: com alimentos frutos da luta por território, sem veneno, sem exploração de pessoas, antirracista e com o propósito de equidade de gênero. Além de alimentos, houve distribuição de sementes e árvores nativas.

Para além de saciar a fome, essas ações querem construir e reconstruir laços, afinal em nossas casas o lugar mais importante é onde a gente faz a comida, pois ao redor da mesa onde se partilha o alimento, fazemos aliança.

Também foram realizadas manifestações menos amigáveis como os bloqueios de rodovias. Esses são sempre momentos de tensão. Em 2023, foram 101, sendo 68 realizados por povos indígenas reivindicando a demarcação territorial e outros direitos constitucionais.

Ainda sobre os tipos de manifestações, por último, mas não menos importante, ressaltamos que somos “gente do caminho”. Fizemos marchas, caminhadas, vigílias e romarias 92 vezes. Por isso, nos saudamos: “como vai a caminhada?”. Sabendo que peregrinamos “nas estradas de um mundo desigual” nos resta o “mutirão” para lutar por direito, para denunciar violências e violações e para professar a fé de que:

*“Pela força do amor o
universo tem carinho
E o clarão de suas estrelas
ilumina o meu caminho
Nas torrentes da justiça meu
trabalho é comunhão
Arrozaís florescerão
E em seus frutos, liberdade
colherei”.*

Ante-Considerações Finais

À medida que avançamos nos meses do ano de 2023, ficamos mais convencidos da palavra de Domingos Sales quando preparávamos o 14º Encontro da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, no Território Quilombola Aldeia Velha, em Pirapemas-MA: “ocupar cargos no governo não significa ter poder”. Ele sabe que governos são resultados de negociações. Ao longo do ano, infelizmente, vimos que nós, os povos da terra, das águas e das florestas continuamos pagando a conta dessas negociatas palacianas. Nós e nossos territórios continuamos sendo considerados “zonas de sacrifício”.

2. <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/27/para-mst-2023-foi-de-retomada-de-governo-democratico-mas-de-descompasso-na-reforma-agraria>

O Brasil segue sendo o país mais perigoso para defensores dos direitos da natureza. Se for negro ou indígena aumenta exponencialmente o risco de ser assassinado. Esse alto grau de vulnerabilidade requer de nós, povos da terra, e de nossos aliados uma confluência não apenas nos objetivos, mas nas metodologias.

Por derradeiro, quero recordar um aspecto muito peculiar das manifestações realizadas por povos e comunidades tradicionais do Maranhão, que tenho acompanhado nos últimos anos, como indígena e agente da CPT.

Os sons, os ritmos e as cores das nossas ancestralidades não são folclore. São, sim, narrativas políticas afetivas e não meramente racionais. Faço memória de Tapioca, um ancião quilombola cantador de Tambor de Criola — que inúmeras vezes sustentou as comunidades quilombolas em suas lutas pela titulação de seus territórios. Deixo registrado o refrão de uma das muitas toadas de tambor cantadas por ele: “eu trepei numa mangueira pra botar manga no chão”. Para uma racionalidade colonialista o que tem na letra de político? Nada, diriam. Mas exatamente essa toada carrega uma força ancestral que torna possível “ajuntar nosso povo pra continuar lutando pra viver”. Porque “com uma canção também se luta, irmão”.

TABELA 11 Manifestações (2023)

UF	Ocorrências	Pessoas
CENTRO-OESTE		
Distrito Federal	25	7.340
Goiás	13	588
Mato Grosso do Sul	19	-
Mato Grosso	18	2.254
Subtotal	75	10.182
NORDESTE		
Alagoas	54	8.500
Bahia	63	19.991
Ceará	19	910
Maranhão	50	3.321
Paraíba	36	6.030
Pernambuco	33	5.202
Piauí	9	2.520
Rio Grande do Norte	13	3.050
Sergipe	5	62
Subtotal	282	49.586
NORTE		
Acre	10	200
Amapá	4	-
Amazonas	10	480
Pará	25	3.290
Rondônia	10	160
Roraima	8	11.000
Tocantins	6	400
Subtotal	73	15.530
SUDESTE		
Espírito Santo	17	180
Minas Gerais	37	6.939
Rio de Janeiro	13	252
São Paulo	39	1.610
Subtotal	106	8.981
SUL		
Paraná	68	9.903
Rio Grande do Sul	39	12.430
Santa Catarina	15	4.220
Subtotal	122	26.553
BRASIL	658	110.832



Foto: Ludmila Pereira

NOTAS DA CPT

Sem anistia para os atos fascistas de 08 de janeiro de 2023

A Comissão Pastoral da Terra manifesta seu repúdio aos atos fascistas praticados ontem, dia 08 de janeiro de 2023, por bolsonaristas irredimidos com o legítimo resultado das urnas eletrônicas nas eleições de 2022 que levaram ao centro do Poder Executivo do Brasil o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, para exercício de seu terceiro mandato. As ações criminosas de cunho golpista e terrorista levadas a cabo nesse domingo atacaram diretamente a democracia e as instituições republicanas brasileiras, demonstrando a mais absoluta execração ao estado democrático de direito, devendo serem punidas com veemência frente à gravidade do que representam.

Mais uma vez o Brasil é exposto à vergonha internacional, graças às ações dos asseclas apoiadores do ex-presidente que contam sempre com a impunidade e a permissividade que lhes é favorável. A complacência de autoridades policiais, do executivo e das forças armadas garantiram a continuidade das manifestações antidemocráticas que vem ocorrendo desde novembro de 2022, ou bem antes disso. Basta lembrar 2018 quando as mobilizações de apoio ao governo anterior, contou com faixas de alusão à ditadura, à intervenção militar, à violência, ao uso de armas, além de sucessivos ataques às instituições públicas.

Após serem retirados das rodovias esses grupos fascistas foram gentilmente recepcionados em frente a Quartéis Gerais do Exército de diversas cidades do País, permitindo que chegassem a esse estágio deplorável de manifestação da mais pura incivilidade. Mercadores do caos, ontem os bolsonaristas demonstraram ao Brasil e ao mundo o que para eles é ser patriota.

Mesmo cientes da impossibilidade de reversão do resultado das urnas nas eleições de 2022, os fascistas insistem com suas ameaças antidemocráticas, praticando atos classificados como terroristas.

Sabemos que o objetivo é desestabilizar a atual ordem civil, jurídica, econômica e política, na tentativa de impedir o pleno exercício do mandato pelo atual Presidente. Estejamos alertas, pois, o principal prejuízo dessas ações será sentido pelo povo, não pelos governantes. Os ataques à democracia se traduzem em ataques à Constituição Federal e aos nossos direitos, como saúde, educação, segurança, alimentação, que estão ali estabelecidos.

A resposta do Estado brasileiro frente aos atos terroristas praticados contra a democracia, os poderes que sustentam a República e o patrimônio nacional deve ser firme, com a imediata investigação, identificação e responsabilização, no aspecto civil e criminal, de todos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos na mobilização, organização e execução dos mesmos.

Nessa linha, devem ser adotadas pelo Ministério da Justiça, todas as medidas urgentes ao restabelecimento e manutenção da ordem democrática, até que cessem qualquer tipo de ameaça ou risco fascista contra o estado democrático de direito brasileiro.

A CPT desde seu nascimento, em consonância com a ação da Igreja Católica do Brasil, se coloca na defesa dos povos da terra, das águas e das florestas, está junta às várias organizações da sociedade brasileira nesse propósito vigilante. Assim, nos posicionamos veementemente contra qualquer tipo de anistia aos criminosos que participaram dos atos fascistas deflagrados ontem em Brasília.

Nosso compromisso irrestrito é com a democracia, duramente construída pelo povo brasileiro, e com a garantia de manutenção das decisões tomadas a partir da legítima participação popular.

09 de janeiro de 2023.

Nota de solidariedade das CPT's da Amazônia, contra o genocídio do Povo Yanomami

Diante da grave situação humanitária vivida pelo povo Yanomami no estado de Roraima, evidenciada nas últimas semanas, a Articulação das CPT's da Amazônia se solidariza com as dores desse povo, causadas principalmente pela invasão garimpeira nos seus territórios. Em 2022, a CPT denunciou o genocídio em curso contra os Yanomami, que decorreu da atuação deliberada do Governo Federal, ao lhes negar amparo emergencial de saúde e incentivar a exploração garimpeira em territórios indígenas.

Profunda tristeza nos embarga ao ver as imagens de crianças e idosos yanomami afetados pela fome e desnutrição, como pode ser acompanhado pelos meios sociais. Quantas pessoas caladas e envergonhadas não terão virado os olhos, sem suportar verem que aqui, em nossa Amazônia, morre à míngua um povo inteiro, num lugar tão rico em fartura e riqueza, ao lado do garimpo de ouro, que destrói a terra e mata o povo da floresta.

A invasão garimpeira como geradora das violências vivenciadas pelos yanomami acentuou-se nos últimos quatro anos. Diante desse cenário, foram repetidas as denúncias realizadas por nossos companheiros e companheiras da CPT, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), de organizações e movimentos sociais diversos, da comprometida Diocese e das organizações indígenas do estado de Roraima.

Em abril de 2022, por ocasião do lançamento da publicação *Conflitos no Campo Brasil 2021*, a Comissão Pastoral da Terra já denunciava o genocídio do Povo Indígena Yanomami, que havia culminado na morte, por consequência de conflitos, de 101 indígenas Yanomami, no ano de 2021, perfazendo um aumento de 1.110% em relação a 2020. Essas mortes estão relacio-

nadas à omissão do Governo Federal em relação à absoluta precarização do atendimento de saúde indígena, inclusive durante a pandemia, e à inatividade em promover a desintração e responsabilização de garimpeiros ilegais nesse território.

Além das mortes por consequência de conflitos, a CPT também registrou o assassinato de 10 indígenas yanomami entre os anos de 2020 e 2022. Dentre eles, lembramos com profunda tristeza a morte de uma menina indígena de 12 anos, violentada sexualmente e assassinada por garimpeiros numa comunidade na região de Waikás, uma das mais atingidas pela invasão de mineiros ilegais na Terra Indígena Yanomami. Mais um exemplo cruel da violência praticada contra os povos originários no Brasil.

O quadro de violações de direitos humanos praticada contra o povo Yanomami retrata a realidade enfrentada pelos povos indígenas no País, que seguem privados do acesso a direitos fundamentais, sobretudo, do usufruto das terras por eles ocupadas. A superação dessa condição histórica de violência estrutural passa pela atuação do estado brasileiro atacando as causas geradoras dos conflitos, assim como, assegurando a defesa e permanência desses povos em seus territórios.

Desta forma, além da solidariedade para com o povo Yanomami, e com nossos companheiros e companheiras da causa indígena Brasil afora, a Articulação das CPT's da Amazônia faz coro às exigências de responsabilização referentes a todos os crimes praticados contra a humanidade do povo Yanomami, que de longa data têm enfrentado uma triste realidade, por terem suas vidas violentadas por ações criminosas provocadas por projetos ditos desenvolvimentistas e pela omissão do estado brasileiro.

CONTRA O GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS. JUSTIÇA, VIDA DIGNA E PAZ AO POVO YANOMAMI!

Articulação das CPTs da Amazônia

Amazônia, 25 de janeiro de 2023.

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

“Ai daquele que constrói o seu palácio usando de corrupção e meios ilícitos; que força seu próximo a trabalhar sem qualquer retribuição, tampouco lhe paga o salário”

Jeremias 22,13.

28 de janeiro faz-se memória no Brasil como o dia “D” de combate ao trabalho escravo. A data lembra os assassinatos de três auditores fiscais do trabalho e o motorista, ocorridos em janeiro de 2004, durante a fiscalização de propriedades rurais da região de Unai (MG). De 1995 até hoje, cerca de 60 mil pessoas foram resgatadas da escravidão no Brasil. Segundo os últimos dados publicados pelo Ministério do Trabalho, o ano de 2022 encerrou com o número de 2.575 pessoas resgatadas. Esse número representa um recorde absoluto em relação aos números de resgate contabilizados nos últimos nove anos.

Nos dias de hoje, a escravidão se apresenta de várias formas, seja pela imposição de jornada exaustiva, ou condições degradantes, ou pela servidão por dívidas ou pelo trabalho forçado. A sociedade tem a responsabilidade de exigir uma economia que preze pela dignidade humana acima da ganância e isto implica, entre outras coisas, acabar com a prática do trabalho escravo ainda persistente em vários ramos de atividade, tais como a agropecuária, grandes lavouras, construção civil, confecções, carvoarias, mineração, os serviços hoteleiros ou o trabalho doméstico.

A exploração do ser humano através do trabalho escravo é uma gravíssima violação dos direitos da pessoa humana, negando sua dignidade e especialmente o direito a um trabalho decente, muitas vezes em contexto de grave discriminação e abuso de vulnera-

bilidade. Na dimensão constitutiva do ser humano, o trabalho nunca deveria se tornar no oposto: uma oportunidade para violar a dignidade da pessoa.

Mais uma vez, como Igreja comprometida com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, levantamos nossa voz dizendo não ao trabalho escravo contemporâneo, reafirmando o direito inviolável do trabalho digno para todos e todas. E interpelamos a todos os cristãos e pessoas de boa vontade a fazerem deste dia um marco de luta contra esta forma de escravidão contemporânea.

Reivindicamos que o Estado brasileiro intensifique seu compromisso histórico com políticas efetivas que possam inibir o crime de trabalho escravo. Reiteramos o apelo para que se esmere na proteção e apoio aos que lutam pelo fim do trabalho escravo, sejam agentes públicos ou membros da sociedade civil. Um fator a ser especialmente considerado é o gravíssimo declínio dos orçamentos e do quadro da auditoria fiscal do trabalho (faltando mais de 45% do efetivo autorizado em lei), em consequência da ausência de concurso público desde 2013. A garantia de vida digna às pessoas libertadas deve também requerer toda a atenção necessária, e resultar na implementação de políticas adequadas.

O Papa Francisco apela para que cada um de nós “abra os seus olhos, veja a miséria daqueles e daquelas que foram completamente privados de sua dignidade e de sua liberdade, e escute o seu clamor por ajuda”. Se 60 mil pessoas já foram resgatadas, quantas ainda não foram? Abramos o olho!

Que Nossa Senhora Aparecida e Santa Josefina Bakhita, padroeira das pessoas que vivem ainda hoje escravidões, possam continuar animando nossa luta contra todas as formas de escravidão.

Comissão Episcopal Especial Pastoral para o Enfrentamento ao Tráfico Humano, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Campanha De olho aberto para não virar escravo, da Comissão Pastoral da Terra-CPT

6ª Semana Social Brasileira

Subscrevem:

1. Associação brasileira de defesa da mulher da infância e da juventude (Asbrad)
2. Associação dos Moradores dos Bairros Verônica Rosimeire
3. Associação Real Brasil
4. Brigadas Populares
5. Centro de Apoio e Pastoral do Migrante /CAMI
6. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado
7. Cáritas Brasileira
8. Caritas Articulação Norte 1
9. CEBS – Pastoral Social Círculos Bíblicos e Pastoral Afro
10. Centro da Juventude Santa Cabrini
11. Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Jaime Collins
12. Comissão de Justiça e Paz – Norte 2
13. Comissão de Justiça e Paz – Norte 3
14. Conselho Nacional do Laicato do Brasil Regional Norte 1
15. Coletivo de Mulheres Anas e Outras
16. Coletivo Diáconos pela Vida
17. Coletivo Resistência Diaconal
18. Coletivo Terra
19. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Belo Horizonte

20. Comissão da 6ª Semana Social Brasileira na Prelazia de Itacoatiara / AM
21. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luiz / MA
22. Comissão de Justiça e Paz e Integridade da Criação (CJPIC) dos Missionários do Sagrado Coração (MSC) Província Rio de Janeiro
23. Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração (CEEM) da CNBB
24. Comissão Pastoral da Terra (CPT)
25. Comissão Pastoral da Terra e Direitos Humanos
26. Comissão Pastoral da Terra Regional Pará
27. Comissão Pastoral da Terra – CPT/MG
28. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH)
29. Comitê de Energia Renovável do Semiárido – CER-SA
30. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
31. Comunidade Formativa Gaspar Stanggassinger
32. Comunidade quilombola da terra
33. Conferência da Família Franciscana do Brasil – CFFB
34. Conferência dos Religiosos Pará e Amapá
35. Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas
36. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs de Minas Gerais CONIC-MG
37. Conselho Nacional do Laicato /Regional Norte 3
38. Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Estado de Alagoas
39. Conselho Pastoral do Migrante
40. Comissão Pastoral da Terra – Regional MA
41. Criola
42. Diocese de Jales – SP

43. Escola da Fé e Política Dom Joaquim Justino Carreira
44. Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG
45. Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba-FETAG/PB
46. Fórum Grita Baixada
47. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – FMCJS
48. Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS
49. Fórum Político Inter-religioso/BH
50. Fraternidade Secular Charles de Foucauld do Brasil
51. Grito dos Excluídos Continental
52. Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (TRAPPUS/PUC-Rio)
53. Grupo Vítimas Unidas
54. Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial
55. Instituto de DH D. José Luís Azcona
56. Irmãos de São Jose de Rochester
57. Irmãos de São José de São Jacinto
58. Irmãos do Imaculado Coração de Maria, Província Nossa Senhora de Guadalupe,
59. Ivanilde Salomé da Silva
60. Justiça, Paz e Integridade da Criação – JPIC – OFS/ MG
61. Justiça Global
62. Juventude Operária Católica Brasileira
63. Maria da Conceição Andrade Lopes
64. Maria Sirlei Debiassi
65. Michele da Silva
66. Missionária na Bolívia
67. Missionárias de Jesus Crucificado
68. MOBON – Movimento Boa Nova
69. Movimento Mineiro de Fé e Política MMFP
70. Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil
71. MTC – Movimento de Trabalhadores Cristãos
72. Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas
73. Ordem franciscana Secular/ OFS, Regional sudeste I – MG
74. Ordem Franciscana Secular JPIC
75. Paróquia São Calabria Infância de Adolescentes e Crianças Missionária
76. Pastora Social - Arquidiocese de Ribeirão Preto SP
77. Pastoral Catequética e Conselho Nacional Laicato do Brasil – Reg. Leste II
78. Pastoral da Aids
79. Pastoral da Criança
80. Pastoral da Mulher Marginalizada-PMM Várzea Grande/MT
81. Pastoral da Pessoa Idosa Diocese de Tianguá
82. Pastoral da Saúde CNBB Sul1
83. Pastoral Operária do Espírito Santo
84. Pastoral Operária estadual São Paulo
85. Pastoral Operária Leste 1 (RJ)
86. Pastoral Operaria Nacional
87. Pastoral operária Região Brasilândia SP
88. Pastoral Social Regional Sul 4
89. Pastoral da Mulher Marginalizada
90. Programa Latinoamericano de Tierras, hacia una fraternidad posible
91. Projeto Guardiões Ambientais Ribeirinhos-Diocese

de Macapá-AP

92. Prelazia de Itacoatiara – AM

93. Prelazia de Marajó – PA

94. Rede Eclesial Pan Amazônica/REPAM-Brasil

95. Rede Um Grito Pela Vida

96. Rede um Grito pela vida, BH/MG

97. Secretaria de Estado e de Educação SEDUC

98. Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba

99. Serviço de Justiça Paz e Integridade da Criação – OFS/MG

100. Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM

101. Setor da Mobilidade Humana/CNBB

102. Terra de Direitos

103. Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região

28 de janeiro de 2023.

Nota de Repúdio à escalada da violência no campo em Rondônia

A Campanha Nacional Contra a Violência no Campo – em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas – vem, por meio desta nota, alertar para as violações de Direitos Humanos e a escalada da violência no estado de Rondônia, que são praticadas por parte do Estado (especialmente polícias) e de “milícias rurais”.

No último sábado o Acampamento Tiago dos Santos, localizado em Nova Mutum (RO), sofreu uma ação da Polícia Militar, em conjunto com pistoleiros, tendo como resultado dois camponeses mortos e um baleado, além de diversos feridos (conforme relatos dos acampados a seus advogados).

A escalada da violência na região nos preocupa, pois, apenas no Acampamento Tiago dos Santos, o Cen-

tro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) registrou um número de 11 assassinatos de trabalhadores rurais entre o ano de 2021 e início de 2023.

Como denunciado em matéria no Brasil de Fato de novembro de 2022, a origem dos conflitos no local está relacionada com a concentração fundiária e a grilagem de terras no estado, e aumentou após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. Tamanha violência resultou em operação da Polícia Federal, que desmantelou provisoriamente a milícia e identificou um dos responsáveis (conhecido como Galo Velho, cujos “jangunços” participaram ativamente da ação ocorrida no último sábado, de acordo com os acampados).

Entretanto, a ação do dia 28/01 demonstra uma rearticulação dos envolvidos nos casos de violência no estado de Rondônia. Em diversos vídeos e imagens que circulam a partir das 2 mil famílias acampadas que demandam a área, é possível ver que mulheres e crianças são atingidas pela ação do dia 28, impactados com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. As narrativas na imprensa e justificativa da ação divergem. Alguns meios de comunicação informam que era cumprimento de reintegração de posse (contrário à decisão do STF na ADPF 828, que determina que os despejos sejam dialogados e organizados), outros que houve troca de tiros, entretanto sem qualquer policial ferido e do outro lado, dois mortos e um sobrevivente baleado.

Pelas informações contraditórias, assim como pelo histórico de violência da região (já denunciado nos relatórios do CIMI e da CPT como sendo a Amazônia Legal a região que mais concentra conflitos no campo – demonstrado também pela situação dos Yanomami em RR), nos preocupa a nova escalada de violência em Rondônia.

Todo esse histórico de violência e ilegalidades supostamente praticadas por milicianos e autoridades públicas do estado de Rondônia caracteriza situação de

grave violação de direitos humanos ensejando atuação da Polícia Federal nas investigações sobre os assassinatos ocorridos em 28 de janeiro de 2023, bem como, nas investigações dos crimes praticados em datas anteriores.

Por essa razão solicitamos aos Ministérios da Justiça, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Agrário, que sejam apurados os fatos narrados pelas famílias acampadas do Acampamento Tiago dos Santos, também por meio de uma atuação mais direta do Governo Federal no estado, devido ao envolvimento dos entes estatais locais e sua responsabilidade nos conflitos agrários, conforme apresentado pela Polícia Federal.

Chega de violência no campo! Em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas!

Coordenação da Campanha Nacional contra a violência no campo:

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA

Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Cáritas Brasileira

Movimento Quilombola do Maranhão – MOQUIBOM

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG

6ª Semana Social Brasileira – CNBB

Por uma economia da vida, que liberta e não escraviza

A Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul manifesta a sua solidariedade e o seu compromisso com os mais de 200 trabalhadores que, na cidade de Bento Gonçalves (RS), foram resgatados da situação de trabalho análoga à escravidão pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, junto ao Ministério Público do Trabalho, à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, na noite do dia 22 de fevereiro passado.

Os trabalhadores que encontramos confirmaram as denúncias que vinham sendo divulgadas na imprensa local, desde o primeiro momento, e que estão sendo apuradas pelos órgãos competentes. Quase todos eles, e entre eles muitos jovens, foram aliciados, em vários municípios da Bahia, para prestar serviços na vindima da uva e em serviços juntos a um frigorífico, com a promessa de um bom salário, hospedagem digna e alimentação adequada. Os contratos teriam duração de 45 dias.

A realidade não correspondeu às garantias prometidas. Os trabalhadores foram submetidos a uma exaustiva jornada de trabalho que chegava, às vezes, a quinze horas; a comida nem sempre era adequada e houve até casos de comida estragada; o alojamento, numa pousada, próxima do centro da cidade, era precário, insalubre e sem as necessárias condições higiênicas. Eram instruídos a fazer suas compras só num mercadinho indicado pela empresa, gerando, assim, uma dívida que os obrigava a permanecer no trabalho. Alguém que protestou foi duramente reprimido pelos seguranças da empresa que ameaçavam retaliações contra os familiares e até chegaram a usar gás de pimenta e armas de choque, configurando possíveis situações de tortura e de lesão corporal.

Foram imediatamente abrigados no ginásio municipal, onde foram atendidos pelos serviços sociais da prefeitura e pelos órgãos investigativos e trabalhistas,

em vista de receber a devida indenização e poder voltar para suas residências.

A Comissão Pastoral da Terra, diante dos fatos, se une ao clamor da sociedade que exige a apuração de todas as irregularidades e ilegalidades que foram eventualmente cometidas.

1. A respeito da empresa contratante e que prestava serviço terceirizado para as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton e a um frigorífico: de qual empresa se trata, visto que no mesmo endereço (rua Passo Fundo, 127) têm dois CNPJ entre si interligados. É a Oliveira e Santana ou é a Fênix? A Oliveira e Santana tem como sua atividade principal e única informada a de “carga e descarga”. A Fênix, por sua vez, declara poder exercer cerca de trinta atividades e mais uma “outros serviços”. Entre estas atividades constam “atividade de apoio à agricultura” e “seleção e agenciamento de mão de obra”. É importante e necessário saber se estas empresas fizeram contratos de serviço terceirizado, também, para órgãos públicos.

2. A respeito da pousada que hospedou os trabalhadores e do mercadinho que vendeu as mercadorias: têm os devidos alvarás de funcionamento? Tem documentação do corpo de bombeiros acerca do PPCI? Têm eventuais dívidas municipais

3. A respeito dos seguranças: como foram feitos os contratos de prestação de serviço? Houve o devido treinamento para o exercício da função?

4. A respeito das pessoas jurídicas ou físicas que usufruíram dos trabalhadores fornecidos pela empresa terceirizada: como foi feito o contrato de prestação de serviços? Têm comprovantes dos pagamentos efetuados?

É preciso combater com firmeza todo tipo de exploração do trabalho humano. Não podemos aceitar que o progresso de uma cidade aconteça às custas da violência e da opressão.

A Comissão Pastoral da Terra cobra, também, uma atitude pública, coerente e profética por parte da Igreja Católica e das demais igrejas cristãs, para que testemunhemos, em nome de Jesus, que nosso primeiro objetivo é a justiça do reino de Deus (Mt 6,33), para que todos e todas tenham vida e a tenham ao máximo (Jo 10,10).

Comissão Pastoral da Terra Rio Grande do Sul

27 de fevereiro de 2023

Na noite da Páscoa, nova tragédia no Complexo Divino Pai Eterno: omissão do Estado em resolver conflito provoca mais uma morte em São Félix do Xingu

A Comissão Pastoral da Terra, por meio desta Nota Pública, denuncia o assassinato de Lindomar Dias de Souza, que foi alvejado na estrada conhecida como Vicinal do Toinzinho, em decorrência da ação de pistoleiros e da omissão do Estado em solucionar o conflito da Ocupação Divino Pai Eterno, em São Félix do Xingu.

O crime ocorreu na madrugada do domingo (10), por volta de 00h30, após uma tentativa dos moradores da ocupação de retomada de duas casas que haviam sido tomadas pelos pistoleiros há alguns meses. Uma delas era de Lindomar.

Quando os moradores organizados se direcionaram para uma das casas que seria reocupada, os pistoleiros que ali se encontravam fugiram. Deixaram para trás duas motos. Após a reocupação da casa ter ocorrido sem grandes dificuldades, Lindomar, entendendo estar seguro, saiu de moto em direção à vila da Lindoeste, mas não voltou com vida. Os companheiros que estavam em uma das casas ouviram disparos de arma de fogo a cerca de 400 metros de distância. Após

aguardar um tempo, alguns dos companheiros se deslocaram até o local dos disparos e encontraram Lindomar morto. Outros dois trabalhadores que estavam em um córrego próximo à casa estavam desaparecidos, uma vez que haviam se escondido na mata após terem ouvido os disparos. Os dois trabalhadores seguem bem.

Desde o mês de novembro de 2022, os moradores da ocupação Divino Pai Eterno convivem com a ação de pistoleiros fortemente armados e com logística de deslocamento (caminhonetes e motocicletas) e pontos de apoio (residência de dois moradores expulsos de casa). Nestes cinco meses, importunaram e ameaçaram a comunidade. Arrombaram casas e destruíram bens dos moradores. Expulsaram famílias de suas casas e incendiaram uma delas como demonstração de força.

Como resultado deste cenário composto por negligência dos órgãos públicos frente as inúmeras denúncias feitas e à inoperância do Incra diante de um conflito crônico, registra-se a sétima morte confirmada neste conflito: Lindomar foi alvejado enquanto passava de motocicleta pela estrada rumo à reocupação, e foi abandonado na beira da estrada vicinal.

Em momentos anteriores ao crime, inúmeras denúncias haviam sido feitas para o Ministério Público e Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (Deca), ambos de Redenção (PA). Várias operações da Deca ocorreram na área, mas não foram capazes de minimizar o conflito. Após a saída da polícia da região, as investidas contra a comunidade retornavam.

Frisa-se que o conflito se acirrou após a confirmação da liminar de reintegração de posse na Ação Civil Pública nº 0004480-53.2015.4.01.3905, que tramita na Justiça Federal, contra Edson Coelho e outros em favor do Incra. Edson Coelho, vulgo “Cupim”, juntamente com Bruno Peres de Lima, se dizem donos da área do Complexo Divino Pai Eterno. No entanto, apresenta como título, documentos sabidamente fraudulentos, e

por este motivo, teve a titulação da área por meio do Programa Terra Legal negada.

Lindomar é mais uma vítima deste conflito que já dura pelo menos 15 anos. Antes dele, outras seis lideranças já haviam perdido a vida por causa da terra que sonhavam ver produzindo. A última vítima antes de Lindomar foi Ronair, presidente da associação da comunidade. Até o presente momento os crimes contra a vida destes trabalhadores não foram solucionados pela polícia.

Assim, diante da gravidade do evento noticiado, a CPT exige das autoridades públicas um tratamento urgente e efetivo para garantir a segurança das famílias do Complexo Divino Pai Eterno e apurar, com prioridade, os fatos ocorridos e punir os responsáveis por estes crimes.

Exige-se, ainda, providências do Incra para que agilize a criação do assentamento na área, uma vez que já foi imitado na posse por meio de liminar proferida na Ação Civil Pública nº 0004480-53.2015.4.01.3905.

A CPT alerta que a situação pode se agravar, pois as famílias continuam na casa reocupada próxima ao noticiado crime e estão vulneráveis à qualquer ação dos pistoleiros.

Comissão Pastoral da Terra – Regional Pará

São Felix do Xingu, 10 de abril de 2023.

O Massacre de Pau D’arco e a Sede por Justiça

No dia 24 de maio de 2017, 10 trabalhadores rurais foram brutalmente torturados e assassinados por policiais civis e militares do Estado do Pará, no interior da

Fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'arco. O triste episódio ficou conhecido como Massacre de Pau D'arco que hoje completa seis anos.

A polícia alega que naquele dia teria ido até o local para dar cumprimento a 14 mandados de prisão temporária, porém, os relatos das testemunhas sobreviventes e a investigação revelaram que o que aconteceu de fato foi um verdadeiro ataque aos trabalhadores.

Os mandantes do massacre não foram identificados, mesmo tendo sido objeto de investigação pela Polícia Federal. Os 17 policiais, entre civis e militares, acusados de serem os autores dos crimes, respondem em liberdade exercendo suas funções normalmente na região, enquanto se aguarda a realização do Tribunal do Júri.

Os sobreviventes e testemunhas do Massacre, convivem constantemente com as tristes lembranças daquele dia e com o medo constante de novas ameaças. Os trabalhadores que naquela terra permanecem lutando pelo direito de produzir (200 famílias atualmente) estão ameaçados de despejo por decisão da Vara Agrária de Redenção.

Fernando dos Santos Araújo, sobrevivente e principal testemunha do massacre, teve de conviver a partir daquele dia. Fernando teve que se afastar de seu lote na Fazenda Santa Lúcia por mais de uma vez, e o motivo principal era o risco de ser assassinado, o que tristemente ocorreu na noite de 26 de janeiro de 2021. Onze meses de investigação revelou somente o executor do homicídio.

A violência no campo fez dez vítimas fatais naquele 24 de maio de 2017 e continua a fazer vítimas todos os dias àqueles que têm seu direito à terra e pão negado. Segundo os dados da CPT, em 2022 foram registrados no Brasil 2.018 ocorrências de conflitos no campo, envolvendo 909.450 pessoas, o que aponta que o país teve em média um conflito no campo a cada 04 horas.

Neste 24 de maio de 2023, a certeza que temos é que a nossa sede de justiça ainda não pode ser saciada. Somos violentados e temos sede de justiça quando nos deparamos com a impunidade após seis anos do Massacre de Pau D'arco, impunidade que gera medo às testemunhas e familiares das vítimas. Somos violentados e temos sede de justiça quando 200 famílias, que atualmente são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos naquele município e região, têm seus direitos de plantar e produzir ameaçados por um despejo forçado. Somos, mais uma vez, violentados e temos sede de justiça quando os movimentos sociais, os trabalhadores/as rurais sem-terra, os defensores/as e entidades de direitos humanos são vítimas da criminalização pelo Estado. Somos violentados e temos sede de justiça a cada árvore derrubada ilegalmente na Amazônia, a cada vez que o garimpo invade terras indígenas, e ainda, a cada vez que a voz de um de nossos companheiros ou companheiras de luta é covardemente interrompida.

Por isso é que neste dia, em memória às vítimas do Massacre de Pau D'arco, pelo fim da impunidade e pelo direito à terra e a reforma agrária é que acreditamos que a nossa sede de justiça ainda é uma forma de devolver a esperança aos que dela necessitam e de fortalecer o grito de basta a violência no campo!

“Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.”

Mt 5,6

Comissão Pastoral da Terra – Regional Pará

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Nova Vitória

Comissão de Direitos Humanos da subseção da OAB Xinguara/PA

Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos – SDDH

Instituto Zé Claudio e Maria – IZM

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento Sem-Terra Regional Pará

Nota Pública da Contra o Marco Temporal do PL 490/2007

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) se une aos povos indígenas do Brasil e às suas organizações para repudiar veementemente a decisão da Câmara Federal pela aprovação do texto final do PL 490/2007, no último dia 30/05, e lamenta o fato de, mais uma vez, o Brasil perder a oportunidade de reconhecer sua dívida histórica e impagável com os povos indígenas ao decidir pela manutenção de políticas de extermínio.

A aprovação do PL 490 representa a maior ameaça aos direitos dos povos indígenas e de seus territórios ancestrais nas últimas décadas, e repete os equívocos do passado que resultaram na vulnerabilidade desses povos no presente e inseguranças quanto ao seu futuro. Além de impedir o direito constitucional, o projeto de lei abre terras indígenas (TIs) já demarcadas à exploração econômica predatória, como o garimpo, as hidrelétricas e o agronegócio, deixando as comunidades ainda mais vulneráveis às ações violentas e criminosas, características desses empreendimentos.

Esse Projeto de Lei acelera o processo histórico de genocídio que essas populações enfrentam. Vale lembrar que o Brasil segue sendo um dos lugares mais perigosos do mundo para os povos do campo, das águas e das florestas. Na última década, foram registradas 661 ocorrências de invasões de terras indígenas, segundo dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT.

Em 2022, do total de ocorrências de conflitos registradas, 28% envolveram povos indígenas. No mesmo ano, a CPT registrou 47 assassinatos por conflitos no

campo. Desse total, 38% eram indígenas. Nos últimos anos, pelo menos 570 crianças, de 0 a 12 anos, morreram na Terra Indígena Yanomami em decorrência da omissão e conivência do Governo Federal na contenção da invasão garimpeira e também na diminuição de oferta de serviços de saúde aos indígenas. O PL 490, portanto, nega a realidade brasileira de conflitos, violação de direitos, usurpação e expropriação de territórios indígenas.

Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) terá a oportunidade de barrar a aceleração desse genocídio. Amanhã, 7 de junho, será retomado o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, que discute o Marco Temporal. Por isso, a CPT se junta às demais Pastorais Sociais, às organizações indígenas e camponesas e àqueles(as) que defendem a vida e o direito de existir desses povos.

A exemplo de Jesus Cristo e do Papa Francisco, a CPT defende a vida. Assim, conclamamos aos Ministros e Ministras do STF que corrijam esse grave erro cometido pelos deputados e deputadas que aprovaram o PL490. Conclamamos, também, ao povo de Deus, que se una à causa indígena neste momento e exija o cumprimento da Constituição, que, no artigo 231, garante os direitos dos povos indígenas, bem como seja cumprida a Convenção nº 169 da Organização do Trabalho Internacional (OIT) que garante, sem qualquer limite temporal, o direito à autodeterminação dos povos originários e de populações tradicionais.

Inspirados(as) na memória subversiva do Evangelho, seguimos firmes no compromisso por uma Terra Sem Males, denunciando toda e qualquer lei que afronte a vida e promova o martírio dos povos do campo, das águas e das florestas, guardiões da nossa Casa Comum.

“Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.”

Mt 5,6

Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional

06 de junho de 2023

Nota Pública sobre Atentado a Lideranças Tembé, em 07/08

Lideranças indígenas do povo Tembé são baleadas na manhã de hoje, 07/08, durante preparativos para recebimento da visita do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em Tomé-Açu/PA. Segundo relatos, três lideranças foram baleadas por seguranças privados da empresa Brasil Bio Fulls – BBF, sendo duas mulheres e um homem. Uma das vítimas afirma em áudio que pegou dois tiros, sendo um no ombro e outro na coxa.

Em razão de estar filmando a ação, Daiane Tembé foi o principal alvo, atingida no pescoço e no maxilar. Neste momento está sendo levada para Belém/PA por meio da UTI aérea. Todos os demais estão recebendo atendimento médico. Ainda há dois indígenas desaparecidos.

Este é mais um dos atentados cometidos contra o povo Tembé, que denuncia a violação de direitos humanos e a falta de consulta prévia, livre e informada no empreendimento de plantação de dendê da BBF. Durante a abertura dos Diálogos Amazônicos, na última sexta-feira, 04/08, Kauã Tembé, 19 anos, também foi baleado e o principal suspeito da ação é um segurança da empresa.

A cerca 200 km de Belém/PA, sede do epicentro global de debates sobre mudanças climáticas e alternativas para a proteção de povos e comunidades tradicionais na Amazônia — e que nos dias 08 e 09 de agosto é palco da Cúpula da Amazônia, que reunirá os presidentes e autoridades da Panamazônia —, Tomé-Açu testemunhou, em menos de uma semana, atentados contra quatro lideranças indígenas, que foram alvejadas com tiros e sangram na luta pela defesa de seus territórios.

Então, nesse momento, fica o questionamento: quantos indígenas precisam ser baleados ou morrer para chamar a atenção dos órgãos públicos para a responsabilização dos culpados pelos atentados e para garantir a proteção das comunidades indígenas do Alto Acará.

Diante da gravidade da situação e destes recorrentes ataques, exigimos que sejam tomadas providências urgentes no sentido de investigar e apurar rigorosamente estes crimes, com a devida responsabilização dos culpados. Também, exigimos que o governo estadual e federal adote as providências para a solução do conflito territorial existente, garantindo e resguardando os direitos das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. É necessária a intervenção da Polícia Federal.

Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu – AITVA
Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu – AITTA

Associação Indígena Turiwara do Braço Grande – AITBG

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST

Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB

Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA

Coletivo de Direitos Humanos na Amazônia Maparajuba

Instituto Zé Claudio e Maria – IZM

Comitê Dorothy

Rede Liberdade Instituto Dom Azcona

Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos

Cimi Regional Norte 2

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais – WRM

Coordenação das Associações das Comunidades Re-

manescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU

Gesterra (Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia)/Icsa/UFGA (Marcel Hazeu e Solange Gayoso)

Tomé Açu/PA, 07 de agosto de 2023.

Nota pública: Usinas se unem para expulsar famílias camponesas de suas terras na Paraíba

Cumprindo com a sua missão de luta e caminhada junto ao povo do campo, das águas e das florestas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem a público denunciar e jogar luz a um processo de expulsão e intimidação de famílias da comunidade Miriri dos Ferrais, em Santa Rita (PB).

No dia 29 de setembro, a convite das próprias famílias, agentes da CPT fizeram uma visita à comunidade para entender a situação vivenciada. Os camponeses e as camponesas relataram que estão sendo ameaçados de serem expulsos de suas posses pelos proprietários da Destilaria Agroval.

São dezenas de famílias que residem e trabalham naquelas terras há mais de 80 anos, sendo que muitas já estão na 3ª geração.

Inicialmente, a CPT foi chamada para ouvir e conhecer a situação das famílias do imóvel Miriri do Ferraz. Porém, a equipe se deparou com um problema maior. Ao ouvir os agricultores e agricultoras, foram identificadas mais famílias ocupantes de outros imóveis que estão sofrendo a mesma situação de ameaças.

Participaram da conversa posseiros e posseiras da grande Fazenda Capitão, que se divide nos sítios Pau D'arco, no município de Rio Tinto, além de Miriri do Ferraz, Alagamar e Capitão, no município de Santa Rita.

Chama atenção o fato de que são quatro usinas que estão com o mesmo comportamento de ameaças às famílias para desocupar suas posses: Miriri e Monte Alegre e as destilarias Agroval e Japungu.

De acordo com os depoimentos, os capangas das referidas usinas estão visitando frequentemente os agricultores e agricultoras e os ameaçando, alegando que “tem que desocupar a terra que será melhor para eles”.

Em um dos casos de violência, houve a destruição de plantação de coqueiro e outras frutíferas que as famílias haviam plantado. Em outro relato, foi arrancada a plantação e cercada a área para impedir que os posseiros entrassem, além da destruição de uma residência que estava sendo construída.

Diante da situação, a CPT se compromete em dar visibilidade à situação e levar ao conhecimento do Ministério Público para que os direitos das famílias sejam garantidos, além de solicitar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a desapropriação do imóvel para fins de Reforma Agrária.

Nota Pública: Sem ordem judicial, ação violenta da Polícia Militar de MT em área da União deixa 10 trabalhadores feridos

O Fórum de Direitos Humanos e da Terra – FDHT e a Comissão Pastoral da Terra – CPT vêm, mais uma vez, denunciar e cobrar providências quanto à ação truculenta da Patrulha Rural da Polícia Militar no Acampamento Renascer, Gleba Mestre I, município de Jaciara, em Mato Grosso, deixando cerca de dez trabalhadores feridos e dois detidos.

A ação aconteceu na tarde de ontem, 10 de outubro/2023, quando os/as agricultoras familiares estavam colhendo o roçado e foram surpreendidos com ação truculenta da Patrulha Rural da Polícia Militar do estado, que sem ordem judicial, estavam derru-

bando e destruindo cercas de um morador que ocupa a área há mais de 10 anos. Questionados pela ação, os policiais responderam disparando tiros de balas de borracha pelas costas dos trabalhadores, além de agressões com chutes e socos. Um dos trabalhadores ficou gravemente ferido e teve que passar por cirurgia. Segundo os trabalhadores, os policiais estavam acompanhados de grileiros ligados à Usina Porto Seguro e Pantanal/Grupo Naoum.

A luta das famílias do Acampamento Renascer para serem assentadas na área da Gleba Mestre I, iniciou há quase 20 anos, e não é de hoje que elas sofrem violências por parte da Polícia Militar e dos grileiros, pois já passaram por vários despejos e ações truculentas, da PM e das empresas de segurança contratadas pela usina. Em janeiro de 2021, conforme nota publicada pela CPT e pelo FDHT, a PM, mesmo sem determinação expressa na decisão judicial, destruiu casas e bens das famílias. Outro episódio de violência ocorreu na última semana de setembro do corrente ano, quando o carro de um dos acampados foi alvejado por tiros disparados por agentes da empresa de segurança Minatto, ao passar em frente as instalações da usina, conforme informações constantes no Boletim de Ocorrência nº 2023.273823.

Por pertencer à União a área da Gleba Mestre I, desde 2004, possui projeto de assentamento criado pelo INCRA, com capacidade de atender 198 famílias, e a concretização do assentamento das famílias ainda não ocorreu por a área estar grilada, e mesmo com decisões da Justiça Federal, em primeiro grau e pelo colegiado do Tribunal Regional Federal-TRF1, para imissão imediata da União/INCRA na área, a Desembargadora Maria do Carmo, com decisões liminares em Mandados de Segurança, interpostos pelos ocupantes ilegais da área, tem impedido o assentamento das famílias.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em conjunto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso (CEDH-MT), recomendaram no mês de setembro do corrente ano, ao Tribunal Regio-

nal Federal da 1ª região (TRF1), o julgamento imediato dos diversos Mandados de Segurança que atualmente embargam o assentamento de centenas de famílias em MT, porém nenhuma providência foi tomada e a morosidade da justiça segue beneficiando grileiros de terras no estado de Mato Grosso e fomentando a violência contra o povo pobre do campo.

A paralisação da reforma agrária em MT pelas ações do Tribunal Regional Federal-TRF1, foi denunciada durante a 3ª Semana de Resistência Camponesa, que ocorreu na última semana de agosto deste ano em Cuiabá, quando foi cobrado dos mais diversos órgãos, à nível estadual e federal, urgência dos julgamentos das ações pelo TRF1, justamente para evitar ações violentas como a que ocorreu contra as famílias do Acampamento Renascer.

Enquanto as famílias reivindicam a área para viver de forma digna e produzindo alimentos saudáveis, a Usina Porto Seguro e Usina Pantanal, atuais grileiras da área, já cometeram diversos crimes ambientais, com alta contaminação da água, do solo e ar por meio de produtos químicos descartados em nascentes de rios e pulverização aérea de venenos sobre as famílias e suas plantações, o derradeiro fato ocorreu na última semana de setembro, quando houve o envenenamento da água consumida pelas famílias e o veneno atingiu as produções das famílias, causando danos irreversíveis, conforme informações constantes no Boletim de Ocorrência nº 2023.280046.

E são esses grileiros que possuem o apoio e respaldo do Governo do Estado de Mato Grosso, e, diante de mais esse episódio de truculência policial, fica nítido o uso da segurança pública na defesa dos interesses dos grileiros. E, segundo relato das famílias, os policiais falaram que estavam a mando do Governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes, que, frise-se, não atendeu pedido de reunião dos camponeses e camponesas, durante a 3ª Semana de Resistência, o que demonstra que o governo de MT, não se mostra apenas omissivo quanto aos direitos violados, mas tam-

bém se torna o violador de tais direitos.

No mesmo dia 10 de outubro, a CPT lançou dados parciais dos conflitos no campo, que mostram que a maioria dos conflitos ocorridos no campo em 2023, são por terra, sendo que 80% dos casos ocorreram na Amazônia Legal, fato que comprova a necessidade de ações concretas do estado, para estancar as violências contra as famílias camponesas.

Diante desse cenário, exigimos que urgentemente sejam tomadas todas as medidas para a apuração da violência praticada contra os trabalhadores, com a responsabilização cível e criminal, de quem praticou e dos mandantes, e que o TRF1 julgue os Mandados de Segurança que impedem o assentamento das famílias na área da Gleba Mestre I, pois somente com o acesso à terra é que se promoverá segurança e vida digna às famílias, direitos estes garantidos na Constituição Federal.

Cuiabá-MT, 11 de outubro de 2023.

Nota Pública das Organizações e Movimentos Sociais do Estado de Rondônia ao MP-RO, SESDEC-RO, CNDH e CONSEDH

No último dia 6 de outubro de 2023, a Juíza de Direito, Dra. Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza (do Tribunal de Justiça de Rondônia), emitiu decisão favorável às 44 (quarenta e quatro) famílias do acampamento Belmont. A decisão vinculada ao processo N.º 7043042-90.2020.8.22.0001 estipulou diversos prazos para que a decisão fosse cumprida, um deles foi o prazo de 5 dias para que o Comando-Geral da Polícia Militar registrasse ciência da decisão. Ocorre que até o momento as famílias continuam aguardando o cumprimento dessa decisão.

Vários foram os atores envolvidos na tentativa de que a decisão fosse cumprida com brevidade, tais como

Ouvidoria-Geral Externa da DPE-RO, Núcleo Agrário da DPE-RO, CPT-RO, Deputada Cláudia de Jesus (PT) e seu gabinete, mas todos foram ignorados pelo 1º Batalhão da Polícia Militar, que inicialmente alegou não ter recebido o despacho, e agora sem justificativa informou na tarde do dia 11 de outubro, que só irá cumprir a decisão no dia 19 de outubro de 2023.

Essas famílias foram retiradas, inclusive pela própria Polícia Militar, sem mandado de reintegração, da área localizada na Gleba Belmont em setembro de 2022. Estiveram acampadas por um ano em frente ao pátio do Incra em Porto Velho (RO) suportando diversas violações de direitos, perseguições e ameaças contra suas vidas, além da situação precária de moradia, alimentação e sobrevivência nos últimos meses.

No mês de agosto de 2023, a partir da divulgação da NOTA INFORMATIVA N.º 6497 que dispôs pelo cancelamento de certificações e validações junto ao Sigef que sobrepõe os registros públicos não reconhecidos e outros de abrangência do Seringal Belmont, às famílias decidiram aceitar o apoio de um parceiro e mudar o acampamento para ficarem em uma área mais próxima da área que estão disputando. Ocorre que essas pessoas nem ao menos conseguiram se aproximar dessa área, de maneira significativamente ágil, novamente a Polícia Militar, por meio do seu 1º Batalhão, dirigiu-se até a área e impediu que elas ficassem em terreno próximo, sob a alegação de evitar situação de esbulho.

Destaca-se que esse cancelamento demonstra que essas famílias estão lutando para ter acesso a uma terra pública, e não privada. Ressaltamos ainda que neste caso, o 1º BPM nem precisou de um despacho para atuar contra as famílias, estando a favor de um particular que está descumprindo a determinação judicial de que nenhuma parte deveria estar na área enquanto o processo estivesse em curso.

Ressalta-se que a decisão do Tribunal de Justiça em permitir o retorno dessas 44 famílias à área do lote 40B da Gleba Belmont foi tomada a partir de manifestação feita pela Defensoria Pública do Estado de

Rondônia por meio do Núcleo Agrário em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Ouvidoria Externa da DPE-RO, assim como com a contribuição da ABRAPSO-PVH que realizou o diagnóstico psicossocial dessas famílias. Esse diagnóstico, bem como o da Ouvidoria Externa da DPE-RO, é importante porque demonstra a situação de vulnerabilidade das famílias expostas ao relento das ruas. Salienta-se ainda que tal decisão atende aos preceitos da Resolução 510/2023 do CNJ, assim como a Resolução 10/2018 do CNDH que resultou na ADPF 828/2022.

Destaca-se que a Prefeitura de Porto Velho também foi oficiada para realizar, no prazo de 72 horas, avaliação do perfil e inclusão das famílias em programas de assistência social, para aqueles que se enquadrem neste perfil. Contudo, nenhum representante do município se fez presente junto às famílias em nenhum desses momentos ao longo desses mais de 12 meses. Pelo contrário, agiu contra as famílias, potencializando o quadro de vulnerabilidade ao entrar com um novo procedimento de reintegração, apesar das famílias não estarem ocupando diretamente a área reivindicada pelo ente público em tal processo. Nenhuma assistência por parte da prefeitura de Porto Velho foi destinada a esses cidadãos e cidadãs velhenses.

Diante do exposto, solicitamos ao Ministério Público de Rondônia, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania, da mesma forma ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos Humanos, considerando suas respectivas missões institucionais, urge o cumprimento da citada decisão judicial de retorno às legítimas posses e casas, de onde foram retirados ilegalmente pela Força do Estado que os deveria proteger.

Salientamos ainda que amanhã, em data de comemoração dupla, em que alguns comemoram o Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e Dia das Crianças, nós membros e membras de organizações e movimentos da sociedade civil organizada, rogamos a Nossa Senhora Aparecida e demais espiritualidades

que abençoem o povo brasileiro, assim como as crianças do Belmont que passarão o Dia das Crianças fora de suas casas mais uma vez, pela completa e, ao que se demonstra ser, intencional omissão da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 11 de outubro de 2023

Rede Popular de Direitos Humanos de Rondônia – RE-PODH-RO

Coletivo Popular Direito à Cidade – CPDC-RO

Comissão Pastoral da Terra Rondônia – CPT

Comunidade Cidadã Livre – COMCIL

Núcleo de Psicologia Social de Porto Velho (ABRAPSO – PVH)

Associação Filhas do Boto Nunca Mais

Grupo das Mulheres Raízes

Coletivo LGBTQIAPN+

Coletivo Somar

Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Ouvidoria-Geral Externa da Defensoria Pública de Rondônia

União da Juventude Comunista (UJC-RO)

Cáritas Brasileira Articulação Noroeste

Caritas Arquidiocesana de Porto Velho

Serviço Pastoral dos Migrantes-SPM – Arquidiocese de Porto Velho

Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO

Movimentos dos Atingidos por Barragem – MAB-RO

Instituto Madeira Vivo – IMV

Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira – COMVIDA

Coletivo Indígena Mura de Porto Velho – COINMU

Movimento Bem-Viver RO

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Grupo de Agroecologia: Bem Viver RO

Escritório Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar de Rondônia

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH/RO assina ad referendum

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) da Fundação Universidade

Federal de Rondônia – UNIR

Nota Pública da Comissão Pastoral da Terra frente ao acirramento da violência no campo

“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direito!”

Papa Francisco

No último final de semana, acompanhamos estarecidos as inúmeras notícias de violências contra comunidades no campo brasileiro. Desde o dia 27 de outubro, foi possível identificar pelo menos cinco assassinatos ocorridos nos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco e Paraíba, em áreas que enfrentam conflitos agrários.

Diante de tamanha crueldade e recrudescimento da violência, colocamo-nos em alerta e unidos aos empobrecidos da terra. Não podemos mais tolerar a impunidade diante de tantos assassinatos e atos de violên-

cia, relacionada a questões estruturantes da atuação do Estado diante da realidade agrária brasileira.

No **Maranhão**, o estado mais violento contra os povos quilombolas em todo o Brasil, no último final de semana, três trabalhadores rurais residentes no Território da Travessia do Mirador foram detidos por policiais do Batalhão Florestal, acusados injustamente por crimes ambientais enquanto estavam trabalhando em suas roças, além de uma suposta “resistência”, quando na verdade estavam de posse de suas ferramentas de trabalho de uso comum.

Por outro lado, a atuação de milícias rurais a mando de fazendeiros tem se intensificado no estado. Na sexta-feira (10), um grupo com 10 milicianos invadiu o Povoado São Francisco, localizado em Barra do Corda, sem ordem judicial em uma operação ilegal e criminosa, resultando na morte de um deles. Outros dois milicianos foram baleados e socorridos, enquanto outros sete foram resgatados por policiais e presos em flagrante. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, dos dez integrantes do grupo, nove são policiais militares e um penal.

No **Pará**, conforme notícias amplamente veiculadas, o indígena Agnaldo da Silva, da etnia Turiwara, foi brutalmente assassinado e outros dois indígenas ficaram feridos por seguranças privados da empresa Agropalma, quando se dirigiam para a floresta em busca de alimentos. No Vale do Acará, no nordeste paraense, há um histórico de conflitos agrários e violências praticadas pelas empresas Agropalma e Brasil Bio Fuels (BBF), que utilizam segurança privada para impedir o acesso de comunidades indígenas e quilombolas. A omissão do Estado frente aos crimes gera um cenário de perpetuação da violência.

No Nordeste, a luta pela terra e a resistência das comunidades continuam vivas, mesmo diante da violência. Na tarde do sábado (11), Ana Paula Costa Silva e Aldecy Vitunno Barros, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram alvejados no

acampamento Quilombo do Livramento, Sítio Rancho Dantas, no município de Princesa Isabel, no Sertão da **Paraíba**. No dia 05, Josimar da Silva Pereira, trabalhador rural sem-terra e acampado em área de conflito agrário havia sido assassinado em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de **Pernambuco**.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cobra uma atuação energética, imediata e efetiva por parte do Estado no que se refere à investigação, identificação e punição dos responsáveis pelos crimes. Caso atue de maneira omissa e descompromissada, o Estado brasileiro será também responsável pela perpetuação do martírio que aflige os empobrecidos da terra. Nesse caso, a omissão tornar-se-á tão grave e cruel quanto os próprios crimes cometidos.

Todos esses casos apresentados nos colocam mais uma vez diante da histórica violência, degradação e injustiça a que estão submetidos os povos do campo no Brasil, e da urgência de realização de reforma agrária ampla e efetiva e demarcação de territórios no país. Inúmeras são as comunidades que aguardam há anos a concretização de seu direito legítimo de acesso e permanência em seus territórios, estando como que refugiadas em seu próprio país.

Após anos de abandono nessa política pelo Governo Federal, a vulnerabilidade das comunidades nos acampamentos, ocupações, assentamentos e territórios tradicionais e originários é uma dura realidade que precisa ser olhada com atenção pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A situação reflete a perversidade do latifúndio no Brasil, que busca perpetuar seu poder sobre a terra com o uso da violência contra aqueles e aquelas que resistem. Nesse sentido, as ameaças de morte, assassinatos e a expulsão das comunidades de seus territórios tornam-se práticas comuns. Tanto a pistolagem, quanto as milícias rurais e as empresas de segurança privada, são instrumentos para a prática desses crimes, visan-

do a concretização da grilagem e o domínio territorial de áreas tradicionalmente ocupadas, ou reivindicadas pelas comunidades do campo.

A violência dos últimos dias deve ser, para nós, um alerta! Tratamos aqui de conflitos extremamente complexos que demandam também respostas complexas. Nesse sentido, as respostas devem ser abrangentes, atacando diretamente a raiz dos problemas.

Reivindicamos que a Comissão de Enfrentamento à Violência no Campo assuma com urgência esse papel, articulando respostas governamentais em ação dialógica entre o Estado, nas esferas administrativa e judiciária, em nível federal e estadual, em conjunto com a sociedade civil. É urgente o desenvolvimento de ações articuladas pautadas em dois princípios fundamentais: garantia do direito à terra e ao território para as comunidades; e combate à impunidade frente aos crimes praticados pelo latifúndio.

Ademais, os estados também devem assumir sua responsabilidade no combate à impunidade, dada a competência das secretarias de segurança pública para investigação. Seguindo protocolos de devida diligência baseados na imparcialidade e celeridade, deverá promover investigações e subsidiar o Ministério Público para instaurar os procedimentos judiciais necessários à responsabilização dos agentes causadores da violência no campo.

Assim, convivendo com a dor da perda de tantas vidas e sentindo no coração a fome e a sede de justiça, reafirmamos o nosso compromisso de estarmos irmanados e irmanados com cidadãos e cidadãs camponesas, indígenas e quilombolas e suas comunidades, que são as mais vulneráveis diante do poder do capital. Ansiamos, como Pastoral da Terra, pela paz, pelo bem viver e pelo fim das desigualdades sociais no campo e na cidade.

Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da CPT

Goiânia, GO, 14 de novembro de 2023

Nota de Repúdio

“... Porque um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus”.

Papa Francisco, LS, 8

A Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL) e a Pastoral Nacional da Moradia e Favela vêm a público, com indignação, protestar contra mais um episódio da infame tragédia criminosa causada pela Braskem em nossa capital. Se não bastasse a expulsão de mais de 60 mil famílias de seus lares, a destruição de espaços de vida e memória, causando a morte de dezenas de pessoas envolvidas na mesma desgraça, no dia 28/11, veio a público o iminente colapso da Mina 18 na região do Mutange, ameaçando a vida da lagoa Mundaú, de seus pescadores e tantas outras pessoas vulneráveis de outros bairros, com destaque para os invisibilizados Bom Parto e dos Flexais, que já sangram há meses diante das crateras abertas pela mineração da empresa na terra e nos corações da gente da terra.

Denunciamos, ainda, com base em testemunhos, a truculência por parte da Defesa Civil municipal, utilizando a força policial e as viaturas da Braskem para remover as pessoas das suas casas na madrugada da quinta-feira (30/11), oferecendo apenas escolas creches como abrigo delas, mas sem respeito às suas escolhas, suas propriedades e, inclusive, aos pertences pessoais que tiveram que ser deixados para trás. Também não houve sensibilidade com os pacientes do Hospital Sanatório, realocados às pressas para outras unidades de saúde. Tais situações podem se configurar como graves violações de direitos humanos.

A pergunta é o porquê disso tudo? Não podemos fechar os olhos para o crime da petroquímica Braskem, tampouco para a prática dos governantes municipal, estadual e federal que se colocam a serviço de um neoliberalismo desenfreado e sua necropolítica prontos para destruir toda rede infraestrutural no

território que estão ocupando, promovendo a morte através da escassez.

Por sermos seguidores do Mestre Jesus de Nazaré, aquele que veio promover a vida em abundância, vida para todos (Jo,10) e fazendo coro com o Papa Francisco: “Nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos”, nós, da CPT, juntamente com os homens e mulheres de boa vontade, repudiamos esse instrumento de desumanização levado a cabo pela violência política, policial e simbólica promovida pelas referidas autoridades e sua ganância, fome de violência e poder.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Alagoas

Pastoral Nacional da Moradia e Favela

Maceió, 02 de dezembro de 2023.

Listagem de Movimentos Sociais (2023)

Articulação Estadual de Fundo de Pasto (AEFP)

Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)

Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP)

Articulação Nacional de Quilombos (ANQ)

Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APPF)

Articulação do Semi-Árido* (ASA*)

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp)

Associação BEMTEVI - Resex Jaci-Paraná

Associação Bom Jesus

Associação Homens do Mar da Baía da Guanabara (Ahomar)

Associação Indígena Atãbaré

Associação Indígena Tupiniquim de Caieiras Velha (AITCV)

Associação Quilombo Cedro

Associação Quilombola

Associação Quilombola Kalunga - AQK

Associação Quilombola do Sapê do Norte (AQSN*)

Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Levantado (ASCORQUILEIA)

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)

Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj)

Associação de Pescadores (AP*)

Associação de Seringueiros de Aripuanã

Associação dos Chacareiros (AC*)

Campo Unitário Goiás

Central das Associações de Fundo de Pasto (COMTRAFP)

Central de Movimentos Populares (CMP)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro Social Ambiental Mãe Terra de Mandirituba

Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre)

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Comissão Quilombola do Sapê do Norte (CQSN)

Comissão pela Preservação da Serra da Moeda (CPPSM*)

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Conselho Indígena de Roraima (CIR)

Conselho Inter Territorial de Articulação das Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul do Estado da Bahia (CIACOQ)

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)

Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados (Ceta)

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos (Conaq)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Cáritas Brasileira (Cáritas)

Diocese (Diocese)

Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FPERJ)

Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar (Fetraf)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetrafsul)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (Fetarn)

Frente Nacional de Luta (FNL)

Frente de Trabalhadores Livres (FTL)

Fórum das Pastorais Sociais (FPS)

Fórum de Oposições pela Base (FOB)

Fóruns e Redes de Cidadania (FRC)

Hutukara Associação Yanomami (HAY)

Indígenas (Indígenas)

Liga dos Camponeses Pobres (LCP)

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCPR)

Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (LCPNM)

Marisqueiras (Marisqueiras)

Movimento Fóruns e Redes de Defesa da Cidadania

Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN)

Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MPP)

Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM)

Movimento Popular de Luta (MPL*)

Movimento Quilombola (Moquibom)

Movimento Social da Luta dos Trabalhadores (MSLT)

Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL)

Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR)

Movimento de Luta pela Terra (MLT)

Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS)

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST)

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPPA)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC)

Organização Independente (OI)

Organização Popular (OPA)

Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR)

Paróquias (Paróquias)

Pescadores (Pescadores)

Quilombolas (Quilombolas)

Sem informação (SI)

Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR e SC)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

Sindiquímica-PR

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

Terra Livre (Terra Livre)

União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA)

Via campesina (Via Campesina)

Fontes de Pesquisa

CPTs

Comissão Pastoral da Terra - AM
Comissão Pastoral da Terra - MT
Comissão Pastoral da Terra - MG
Comissão Pastoral da Terra - MS
Comissão Pastoral da Terra - AP
Comissão Pastoral da Terra - AC
Comissão Pastoral da Terra - AL
Comissão Pastoral da Terra - AR/TO
Comissão Pastoral da Terra - BA
Comissão Pastoral da Terra - CE
Comissão Pastoral da Terra - GO
Comissão Pastoral da Terra - MA
Comissão Pastoral da Terra - NE
Comissão Pastoral da Terra - PA
Comissão Pastoral da Terra - PB
Comissão Pastoral da Terra - PE
Comissão Pastoral da Terra - PI
Comissão Pastoral da Terra - PR
Comissão Pastoral da Terra - RO
Comissão Pastoral da Terra - RR
Comissão Pastoral da Terra - RS
Comissão Pastoral da Terra - Secretaria Nacional -
Goiânia - GO
Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho
Escravo, Araguaína-TO
Fala CPT - Boletim Informativo da CPT Goiás -
Goiânia - GO
Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Igrejas

Conselho de Missão Entre Povos Indígenas (Comin)
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conselho Indigenista Missionário - Cimi
Conselho Pastoral dos Pescadores
Documento de Diocese

Outras organizações, Movimentos Sociais, Entidades e Órgãos Estatais

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Apib
CNDH-Conselho Nacional dos Direitos Humanos
Climainfo
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ASA Brasil - Articulação do Semi-Árido Brasileiro
ABRAPO-Associação Brasileira dos Advogados do
Povo”
Agro é Fogo – agroefogo.org.br
Arpinsul - Articulação dos Povos Indígenas da
Região Sul
Boletim de Ocorrência Policial
Campanha Cerrado
Cedefes-Centro de Documentação Eloy Ferreira da
Silva
Central Única dos Trabalhadores
CIR - Conselho Indígena de Roraima
Comissão Pró-Índio de São Paulo
CONAQ - Coord. Nac. das Com. Negras Rurais
Quilombolas
Conatrae - Comissão Nacional para a Erradicação do
Trabalho Escravo
Conselho Nacional de Justiça
Coordenação Estadual das Comunidades
Quilombolas do Tocantins-COEQTO
cpisp.org.br

Defensoria Pública
 Delegacia de Polícia
 Documentos Gerais
 DPU - Defensoria Pública da União
 Executivo Estadual
 Executivo Federal
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – Fetaema
 Fóruns e Redes de Cidadania
 Frente Nacional de Luta (FNL)
 Funai
 Governo estadual
 Governo Federal
 Governo Municipal
 Hutukara Associação Yanomami – HAY
 Ibama
 IHU - Instituto Humanitas Unisinos
 Incra
 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)
 Instituto Socioambiental
 Judiciário
 Kunangue Aty Guasu
 Legislativo Estadual
 Liga dos Camponeses Pobres
 MCP - Movimento Camponês Popular
 Ministério da Saúde - MS
 Ministério Público do Trabalho – MPT
 Ministério Público Estadual
 Movimento dos Atingidos por Barragens
 Ministério Público Federal – MPF
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
 Polícia Militar
 Movimento Terra Livre
 Sinait - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 Superior Tribunal de Justiça – STJ
 Terra de Direitos
 Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA
 Tribunal de Justiça do Pará – TJ-PA
 Tribunal de Justiça do Paraná – TJ-PR
 Tribunal Regional Federal - TRF
 Universidade Federal
 Universidade Federal de Rondônia- UNIR
 Urihi Associação Yanomami
 Aedas
 Jornada de Agroecologia
 Racismo Ambiental
 SOS Amazônia
 Survival International
 Terras Indígenas
 SDDH-Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 JusBrasil
 Observatório Rondônia (Observaro)
 Organização dos Estados Americanos
 Polícia Civil
 Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)
 Notícias do Tribunal Superior do Trabalho
 SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Fontes de Imprensa
 A Gazeta do Povo – PR
 A Tarde – Salvador – BA
 A Notícia Agora – RO

A Nova Democracia – RJ
A Gazeta – Vitória – ES
AC 24 Horas
Acessa
AF Notícias
Afronte Jornalismo
Agência Brasil
Agência Pública
Agência Sertão
Agência Tambor
Alerta Rondônia
Amazonas Atual
Amazônia Real
Bahia Notícias
Bahia Toda Hora
Band
BBC Brasil
Blogs
Bom Jesus da Lapa Notícias
Brado Jornal
Brasil 247
Brasil de Fato – RS
Brasil de Fato – SP
Brasil Popular
Campo Grande News – MS
Canal Rural
Carta Capital
Causa Operária
CBN Notícias
Cidade Verde
Ciência Hoje
Clima Info
CNN Brasil
Compre Rural
Conexão Tocantins
Congresso em Foco
Corre Diário
Correio 24 horas
Correio Braziliense
Correio da Amazônia
Correio do Estado -MS
Correio do Litoral
Correio do Vale
De Olho nos Ruralistas
Debate Carajas
Diário Carioca
Diário da Amazônia – RO
Diário da Manhã – GO
Diário do Centro do Mundo
Diário do Nordeste – CE
Diário do Vale – RJ
Diário Oficial da União – DOU
Diário Online – Pará
Diplomatique
Empreender em Goiás
Esquerda Online
Estado de Minas
Expressão Rondônia
Extra Classe
Fato Regional – PA
Folha BV
Folha de Pernambuco – PE
Folha de São Paulo – SP
Folha de Vilhena

Folha de Vitória – ES
Folha do Bico – TO
Folha do Progresso – PA
Folha do Sul Online
Folha do Vale
Folha Regional – Andradina – SP
Folhapress
G1
Gazeta do Cerrado
Gazeta do Povo
GHZ Jornal Online
IBAhia
Imirante
Info Amazônia
Infomoney
Jaru Online
Jornal Centro Oeste Popular
Jornal da Paraíba
Jornal da Tarde
Jornal de Brasília
Jornal de Santa Catarina
Jornal GGN
JP Agora
Laranjeiras News
Leia Agora
Machadinho Online
Mais Povo
Mais RO
Marco Zero – Macapá-AP
Maricá Info
Massa News
Metropoles
Metropoles
Meus Sertões
Mídia Jur
Mídia Max
Mídia Ninja
Migalhas
Minutta
Mongabay
Muita Informação
ND Mais
News Rondônia
Notícias Interativa
NSC Total
O Dia
O Eco – Rio de Janeiro – RJ
O Estado do Pará
O Globo
O Hoje
O Impacto – PA
O Jacaré
O Joio e o Trigo
O Liberal – Americana – SP
O Liberal – Belém – PA
O Pantaneiro
O Popular – Goiânia – GO
O Povo – Fortaleza – CE
O Progresso – Dourados – MS
O Sul
O Tempo – MG
O Varadouro
Observatório da Mineração
Observatório do Terceiro Setor

Olhar Direto	Roraima 1
Olhar Jurídico	Roraima em Tempo
Paranoá Energia	RP10
Planeta Folha	Saiba Mais
PNB Online	Site de Linhares
Poder 360	Site Terra
Poder Goiás	Só Notícias
Ponta Porã Informa	Sul 21
Ponte	Sumaúma
Ponto na Curva	Tamoios News
Portal de Rondônia	Terra de Rondônia
Portal do Holanda	The Intercept Brasil
Primavera do Leste	Tribuna Hoje
Primeira Página TO	Tribuna Popular
Quilombo Invisível	Tudo Rondônia
R7	TV Record
Radar 64	UOL Notícias
Rádio Itatiaia	Valor Econômico
RD News	Veja
Real Pioneiro – RO	Ver o Fato
Rede Brasil Atual	Vermelho
Rede Lume de Jornalistas	Voz da Terra
Rede Sul de Notícias	Voz do Movimento
Repórter Brasil	WSCOM Online
Repórter Popular	Yahoo Notícias
Revista Cenarium	
Revista Fórum	
Revista Século Diário – ES	
RM Notícias	
Rondônia Agora	
Rondônia Ao Vivo	
Rondônia Dinâmica	

Dedicatória

Há 40 anos...

Nascia o MST (Movimento de Sem Terra), em contexto de ditadura civil-militar, na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Movimento popular de luta que surgiu reivindicando a justa distribuição da terra, a reforma agrária e a transformação social, contra as cercas do latifúndio. À medida que caminhava e lutava percebeu que a democratização do acesso à terra precisava pautar também a disputa do modelo produtivo de agricultura, bem como uma reforma agrária que defende o meio ambiente, a educação, cultura, saúde e as práticas agroecológicas, por alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, em contraposição ao modelo do agronegócio (antigo latifúndio), que transforma a terra/território em mercadorias e se sustenta por meio da exploração do trabalho e do controle político do mercado. Parabéns, MST! Pelos seus 40 anos de luta e resistência em defesa da reforma agrária e dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras do campo (e da cidade).

In memoriam

Carlos Walter Porto-Gonçalves

(21/07/1949 – 06/09/2023)

A profecia de Daniel diz: “Os homens esclarecidos brilharão como brilha o firmamento, e os que ensinam a muitos a justiça brilharão para sempre como estrelas” (Dn 12:3). Assim é o Carlos Walter, homem sensível e aberto ao diálogo e à escuta das comunidades e dos povos intencionalmente colocados à margem do Estado; homem que no decorrer da caminhada junto ao Centro de Documentação da CPT, aprendemos a chamar de amigo. A ele, a nossa gratidão e saudade eterna. Carlos Walter, presente!

Maria Bernadete Pacífico, Mãe Bernadete

(1951 – 17/08/2023)

Certa vez, a pensadora e ativista Ângela Davis disse que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Assim foi a vida de Mãe Bernadete: Movimento! Mãe de muitas e muitos, Ialorixá e liderança do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA), mulher negra, “sambadeira”, defensora da cultura popular quilombola, passou a vida lutando pelos direitos do povo negro. Os 12 tiros que ceifaram a sua vida no dia 17 de agosto de 2023, dão um indicativo do quanto ela incomodou na movimentação pela defesa dos territórios quilombolas, por justiça e igualdade social. Mãe Bernadete, presente! Que a sua ancestralidade nos fortaleça na luta pelo direito à terra/território.

**“Silencioso e pudico,
como sempre,
após longos calvários e sofrimentos,
inclinaste a cabeça.**

**Pobre, apaixonado pelo teu povo,
em pobreza e em simplicidade de vida.**

**Místico
irmão escondido no silêncio,
atencioso companheiro de caminhada,
vítima da loucura de pastores miseráveis
e da raiva dos tiranos.**

**Carregaste
sobre os teus magros ombros
as feridas da terra, o sofrimento dos
lavradores e a insaciável sede de justiça.**

**Guardaste
no teu coração de criança a água pura
da alegria do povo.**

**Queria te estender a minha mão
de longe e juntos caminhar
ainda um pouco.**

**Somente sobra para mim
um punhado de lembranças
e a mais bonita delas: uma tarde, em Belém,
livres, sorrindo para o céu do Brasil
que ninguém pode te roubar
e que agora cobre de flores a tua sepultura,
na tua igreja, ao lado do teu irmão
massacrado.**

**Perto de ti a multidão de quem te amou
e lutou pela vida.**

**Nunca deixaremos de soletrar
a lição de amor que viveste,
até quando o dia vai chegar
em que colheremos juntos
o trigo semeado.”**

Cláudio (Mário Aldighieri)

Neste poema de Mário Aldighieri, temos três grandes companheiros, homenageados pela primeira vez neste relatório Conflitos no Campo:

- O padre **Cláudio Bergamaschi**, missionário italiano que atuou décadas no Maranhão, coordenador da CPT e muito sensível às causas do povo sem terra e à formação de Comunidades Eclesiais de Base. Falecido de forma inesperada em 10 de janeiro de 1997, Cláudio continuará presente para sempre na terra que amou, com o povo com o qual partilhou a sua luta e esperança, com o seu Brasil no qual dedicou a maior parte de sua vida;
- O padre **Maurício Maraglio**, amigo de longa data de Cláudio, também companheiro de lutas na CPT, morto em 1986 em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Cláudio não alimentava dúvidas: o amigo foi vítima da vingança dos latifundiários. Hoje, os corpos de ambos descansam lado a lado, na igreja de São Mateus (MA);
- O autor, **Mário Aldighieri**, uma memória viva, e uma das pessoas responsáveis pelo início deste caderno.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL-2023

